



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFCG)**

**SENSIBILIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1920-1960)**

IORDAN QUEIROZ GOMES

**Campina Grande - PB,
2012**

IORDAN QUEIROZ GOMES

**SENSIBILIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1920-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande sob a orientação do Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha, em Cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História, área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

**Campina Grande - PB,
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

G633s Gomes, Iordan Queiroz.
Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960) / Iordan Queiroz Gomes. – Campina Grande, 2012.
274 f : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2012.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".
Referências.

1. Aroeiras - PB (1920-1960) – História. 2. Desejo Aroeirense.
3. Sensibilidades Modernas. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

CDU 94(813.3)(043)

IORDAN QUEIROZ GOMES

**SENSIBILIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1920-1960)**

Avaliada em _____ com conceito _____

Banca Examinadora

Profº Dr. Gervácio Batista Aranha (PPGH/UFCG).
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Orientador)

Profª. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Examinadora Externa)

Profº. Dr. Severino Cabral Filho
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Examinador Interno)

Profº. Dr. José Luciano de Queiroz
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Suplente - Examinador Externo)

Profº. Dr. Luciano Mendonça de Lima
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Suplente - Examinador Interno)

**Campina Grande - PB,
2012**

A Minha Família: Iohana, Isis, Iohan Jean e Jéssica. Não importa por onde ande... Espero sempre voltar...

A Sérgio Izídio Gomes, meu inesquecível avô (In memória).

A todos que sonham, desejam e amam, sem os quais, jamais teríamos a esperança de compartilhar bons momentos de nossa passagem pelo tempo...

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Quando nos propomos a tecer nossos agradecimentos, geralmente ao final do trabalho, sentimos que são muitos os créditos que irão compor essa lista de “nomes”, sobretudo, porque são vários os sujeitos que conosco seguiram/seguem caminho. Posto que, todo e qualquer trabalho acadêmico é feito diante de inúmeras parcerias, colaborações que, ao longo da caminhada, compõem um repertório de relações diversas, tais como as de amizade, que acabam gerando sentimentos diversos, expressos na forma de carinho, respeito, admiração, confiança, responsabilidade(s), enfim, sentimentos que nos faz pensar que a estrada acadêmica é, para além do próprio lugar de academia, uma estrada preenchida por parte de certa dimensão vivida de nossa experiência cotidiana. Daí dizer que, ao final, compartilhamos diversamente com muitos.

Esta seria uma impressão que nos chega nesse momento. Daí igualmente dizer que, os nomes os quais listamos abaixo, são apenas alguns daqueles que nos serviram de companhia nessa trajetória. Assim, primeiramente, agradeço a Deus, força maior que move tudo e todos.

As minhas filhas Iohana Júlia e Isis Júlie, razões maior de meu ser no mundo, que, durante os movimentos caminhatórios que produzi ao longo dessa trajetória, ficaram, por horas, sem minha presença. Não posso esquecer dos: “tu volta logo painha?” que me deixavam dividido, ao longo dessa caminhada que começou ainda em 2006, entre o desejo envolvente pela busca do conhecer e o doce prazer de estar presente na admiração da inocência de uma singular fase da vida. A elas, indistintamente, agradeço de coração pela paciência, pelo amor, a atenção especial, me dando forças para chegar até aqui.

Sem esquecer o pequenino Iohan, meu filho que veio habitar entre nós no último ano. Nos últimos meses, dividi com ele a beleza de seu sorriso que me deixava ainda de pé por alguns minutos entre as últimas horas da madrugada e primeiras horas do dia. Nesses momentos, o sono e a exaustão de longas noites de “luta” (leituras/tradução/escrita), diluíam-se em meio à experiência de poder tê-lo em meu colo. Com ele também compartilhei. E, especialmente, a minha esposa Jéssica, que, por muitas vezes, sabiamente me estimulou no enveredar deste desejo incontrolável de bisbilhotagem. Ora, Jéssica, sabemos que foram muitos os passos... Mas, chegamos até aqui... A você minha querida, agradeço com especial apreço os resultados obtidos nesta caminhada.

Aos meus pais, Ivo Alves e Marluce Queiroz. Sobre eles, estou convicto de que adianto mais um passo em direção a um dos sonhos constituintes em suas vidas, pois sei que, apesar

das dificuldades, matutaram, silenciosamente, o chegar deste dia. E ele chegou... Com vocês, igualmente, divido esse crédito.

Ao professor, amigo, orientador, Gervácio Batista Aranha que ao longo de minha caminhada pelo PPGH-UFCG, tive a satisfação de compartilhar ouvindo e seguindo as orientações de seus passos na feitura deste trabalho. Devo confessar caro professor, nossos diálogos, muitas vezes, me deram a força necessária para seguir caminho, sobretudo, acreditando que era possível. A confiança em mim depositada soou cara em dias de luta, de escrita/leitura, cujo resultado, posso dizer, teve o toque essencial de suas mão. Aqui, tenho a impressão de que uma boa parceria foi firmada na qual, não tenho dúvidas, muito aprendi, alimentei novas expectativas. A você meu caro amigo, gostaria de dividir este singular sabor de conquista. Obrigado por tudo!

Nesta feita, meus agradecimentos são extensivos ao prezado Prof^o. Flávio Carreiro de Santana por sua colaboração, ainda em 2008, na feitura daquele que foi o nosso trabalho monográfico. A você, meu amigo, dentre outros, devo os créditos de ter dado os primeiros passos em busca de se reconhecer a "urbs" que a Aroeiras do presente poderia abrigar em seu passado. Sou grato por sua companhia, sempre presente ainda em nossos dias.

A Professora Patrícia Cristina Aragão com a qual, ainda em 2008, tive a satisfação de compartilhar os primeiros passos em busca dessa cidade e seus movimentos no passado; ao professor Severino Cabral Filho que, na calma de sua voz, contribuiu valorosamente para o (re)pensar dos caminhos a serem seguidos nos percursos propostos. Sou igualmente grato a ambos pela prontidão e atenção em receber nosso convite na análise deste trabalho, já nos idos do exame de qualificação. Aos funcionários e demais professores do PPGH - UFCG. Com esses últimos, igualmente mantive boas relações e, confesso, para além do filtro das discussões que colhi com zelo e apreço, a minha passagem por suas aulas ficará marcada em minha memória. Todos vocês serão inesquecíveis... Muito Obrigado!

Aos Srs. Pedro Francisco Alves, Daniel Bento Simplício, Gilberto Bezerra de Souza e José Guedes de Oliveira (in memória), e ainda as Senhoras Maria Ramos de Queiroz (In memória), Iracema Ramos de Queiroz e a D. Otacília que carinhosamente nos acolheram em seus lares, sobretudo, por compartilharem conosco os relatos de memória essenciais para o trilhar de nosso passos. Sem vocês, jamais esta escrita apresentaria as tonalidades que tomou, sou muito grato. Aos antigos moradores da Aroeiras do passado que, no traçar de vidas andantes dissolvidas em meio as suas experiências vividas, habitaram esse lugar, desejando-o, alimentando sonhos, criando expectativas, transformando-o em espaço, possível de, hoje, ser acessado por nós. Todos, personagens reais da narrativa que segue!

Aos meus colegas da Turma de Mestrado 2010 do PPGH, indistintamente, com os quais experimentei o doce sabor de compartilhar boas relações. Aqui devo registrar os que estiveram mais próximos, tais como, Bruno Gaudêncio, Liélia Oliveira e Cida Barbosa. Os dois primeiros, companheiros de outras estradas acadêmicas quando saímos da graduação em nossa antiga "casa" (UEPB) em busca de novos horizontes e desafios. Os três, amigos em potencial que acreditaram na solidez de nossos passos. Muito me alegra ter compartilhado com vocês. Cada um ao seu modo, marcou minha passagem. Em especial, ao amigo, Luiz Carlos Santos (Luiz), com quem, ao longo dos dois últimos anos, compartilhei produções, diálogos, aprendizagens, sobretudo, aquelas que não são descritas em textos e palavras... Luiz, com a sua simplicidade e calma aprendi mais sobre a vida. Enfim, a você, meu amigo, deixarei os créditos de ter guardado boas lembranças. Enfim, a todos os colegas, com os quais dividi momentos tão particulares de minha vida, serão para mim, inesquecíveis.

Aqui, não poderia esquecer, de todos os alunos, colegas professores e demais funcionários da Escola João XXIII, especialmente ao amigo, professor, Antônio Adelino. A você, meu caro, com quem aprendi um pouco mais sobre a vida em face da bio(logia), agradeço o apoio, a confiança, a compreensão e a força dada quando de minha ausência em nosso ambiente escolar. Esse crédito é extensivo ao colega, professor, Nivaldo. Espero poder sempre colaborar. Muito obrigado por tudo.

Aos funcionários do Arquivo Àtila Almeida (UEPB), do IHGP, do Fórum de Aroeiras, e da Curia Metropolitana, na pessoa de Ricardo, com quem, durante muitas tardes compartilhei momentos de "caça", a registros quaisquer, que nos servissem para atestar que algo um dia aconteceu na cidade, objeto de nossa análise. Das idas a João Pessoa, ora compartilhando com Luiz e Bruno, ora solitariamente, ora com Jéssica, recordo de vários "cair do sol", de uma das varandas laterais da Igreja de São Francisco, de onde as curvas do Sanhauá reluziam com os raios do sol, refletidas em seu espelho de águas que mais pareciam cristalinas. Belíssima imagem em que o alaranjado do sol de fim de tarde caía levemente sobre o verde de uma paisagem atlântica, sem falar, das várias vezes em que o sol caía sob a companhia de uma leve neblina que me fazia lembrar, dentre outras coisas, que era preciso parar e desfazer as expectativas diante do que foi colhido naquele dia. Mas, tínhamos uma convicção: deveríamos ainda retornar... Para além da singular paisagem contemplativa do Sanhauá, chamativa aos nossos olhos, as "vozes" de A Imprensa nos revelava bem mais do que pensávamos sobre o passado de nosso objeto. Um convite que se renovava a cada "matéria", pequenas notas encontradas.

Em se tratando de contato com as fontes, outros nomes nos surgem como depositários de crédito, nos cedendo e/ou mesmo facilitando o contato com os materiais de trabalho os quais usamos. Logo, a nível local, o nome do Prof. Dudé das Aroeiras deve ser lembrado. A este amigo, ex-professor, dividimos a possibilidade de coletar muitas das fotografias que nos serviram de indícios nessa estrada. Sob a direção da Biblioteca Pública Nacional, Dudé nos permitiu "revirar", digitalizar, ler/interpretar/traduzir algumas das várias imagens que compõem esse arquivo local. Obrigado.

Ainda sobre o contato com as imagens fotográficas, devemos fazer menção ao amigo de outras paragens, Leonardo Bezerra, filho do ex-prefeito Joaquim Antônio de Andrade. A Leonardo, somos gratos pelo empenho em rastrear e nos permitir manter contato com o acervo fotográfico referente a administração do seu pai na década de 1960/70. Lembramos, esse material foi de extrema valia. A você sou igualmente grato.

Enfim, sendo esses alguns dos passos, personagens, relações e situações que compuseram a paisagem de nossa pesquisa, cada um ao seu modo, marcaram este texto, marcaram minha vida... A todos vocês, o meu carinho especial... *Muito obrigado!*

RESUMO

(O roteiro Geral da pesquisa)

Este trabalho tem por objetivo analisar a cidade de Aroeiras situada em um tempo específico, décadas de 1920 e 1960, momento em que vivenciou um considerável número de mudanças sentidas e experimentadas por muitos de seus antigos habitantes. Nesse tempo, procuramos perceber os diferentes “projetos” presentes em torno de sua construção material, transitando pelas transformações e introdução de certos equipamentos e aparelhos modernos que foram tecendo as impressões modernas no “imaginário” urbano aroeirense. Para, além disso, tentamos perceber como seus antigos moradores sentiram, receberam, representaram tais mudanças, ou seja, atentando à possíveis mudanças de comportamentos, hábitos e práticas experimentadas após a introdução dos equipamentos modernos, bem como diante da construção dos “novos” espaços de sociabilidades. Para tanto, em nossa caminhada atentamos para emergência de certos discursos, sonhos e desejos ajustados por grupos políticos específicos na propositura de “construção da cidade”, com vistas a detectar a edificação da cidade que se queria “ter”, limpa, atraente e em sintonia com o mundo moderno e a cidade que se “tinha”, desconfigurada e atrasada, em meio à mata e cercada de práticas e hábitos rurais. Neste sentido, este trabalho contempla a cidade de Aroeiras, no período estudado, na possibilidade de ser lida, sob diversos ângulos, visualizada, sobretudo, não apenas sob a óptica dos poderes legalmente instituídos, mas também através das leituras feitas por seus antigos moradores, através da memória, acessada por meio das lembranças, representações agenciadas “pelos relatos de espaço” e possibilitadas pelo manuseio da história oral. Sendo notória, a partir deste exercício, a presença de múltiplas leituras, apropriações, consumos, sensibilidades e representações inscritas sobre as transformações ocorridas no espaço urbano aroeirense nos idos de nossa (re)visitação. Daí dizer que, para além dos sonhos e desejos que lhe deram forma, a Aroeiras desses idos conviveu com lugares, com ambientes, espaços não tão modernos, ou não experimentados de tal forma, como queriam e ansiavam seus administradores. Assim sendo, pretendemos mostrar não apenas as transformações materiais ocorridas no espaço urbano aroeirense, mas também alguns dos usos e práticas que os seus antigos moradores fizeram desse espaço no momento que se transformava.

Palavras-Chave: Cidade, desejo, sensibilidades modernas.

ABSTRACT
(The screenplay General Research)

This study aims to analyze the city Aroeiras located at a specific time, 1920 and 1960, when he experienced a considerable number of changes felt and experienced by many of its former inhabitants. At this time, we understand the different "projects" gifts around your building material, passing by the changes and introduction of certain equipment and gadgets that were platted in modern prints "imaginary" urban aroeirenses. In addition, we try to understand how their former residents felt, welcomed accounted for such changes, ie, paying attention to possible changes in behaviors, habits and practices experienced after the introduction of modern equipment, as well as before the construction of the "new" spaces sociability. Therefore, we look for in our walk emergence of certain speeches, dreams and desires adjusted for specific political groups in the bringing of "city building" with a view to detecting the building that the city wanted to "have" clean, attractive and tune with the modern world and the town that "had", and unconfigured delayed amid woods and surrounded by rural practices and habits. In this sense, this work covers the city of Aroeiras during the study period, the possibility of being read from many angles, viewed, above all, not only in terms of the legally established powers, but also through the readings made by its former inhabitants, through memory, accessed through the memories, representations agencied "by reports of space" and enabled the handling of oral history. As evident from this exercise, the presence of multiple readings, appropriations, consumption, sensibilities and representations inscribed on the changes in the urban space aroeirenses back in our (re) visitation. Hence to say that, beyond the dreams and desires that have shaped the Aroeiras Gone lived with these places, environments, spaces not as modern or not so experienced as wanted and craved their administrators. Therefore, we intend to show not only the transformations occurring in materials aroeirenses urban space, but also some of the customs and practices which their former residents have this space at the moment that turned.

Keywords: City, desire, modern sensibilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PERCURSO I	
1. ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: IMAGENS, FALAS E ESCRITAS SOBRE O RURAL E O URBANO EM AROEIRAS.....	49
1.1 - O relato... A narrativa.....	49
1.2 – Cartografias da Aroeiras situada no passado... Cenas do Urbano e do Rural.....	56
1.3 - Luz, banquetes, festas, espetáculo e sociabilidades nas ruas do povoado: luz elétrica, “multidão” e as novas sensibilidades com o fazer energia.....	74
1.3.1 - O retorno dos Pessoas... A memória da Posse... Os preparativos.....	75
1.3.2 – O retorno a Umbuzeiro... A memória dos “Pessoa”.....	76
1.4 - A partida Umbuzeiro... O dia da inauguração.....	89
1.4.1 - A chegada em Aroeiras.....	91
1.5 - O almoço No Mercado Público.....	98
1.6 - As luzes do caminho e os caminhos sem luzes... As “invisíveis” práticas e representações da noite em Aroeiras.....	104
1.7 - Multidão, festa e sociabilidades entre práticas e representação da vida rural e urbana.....	108
PERCURSO II	
2. REVISITANDO LUGARES E REINVENTANDO CAMINHOS: AROEIRAS ENTRE A CIDADE QUE TINHA E A URBES QUE SE QUERIA TER.....	121
2.1 – “Depois de muita luta é que Aroeiras conseguiu se emancipar...”: A cidade no ritmo de sua transformações materiais e simbólica.....	125
2.2- O “movimento”, a emancipação: as “memórias” entre a história e o esquecimento.....	134
2.3 – Os desejos e os sonhos de se construir a cidade.....	143
2.4 o “morro de pedras” e a (des)configuração do lugar: a praça e os novos espaços de sociabilidades.....	158
2.5. A saúde e o corpo como mote: os sonhos e desejos sobre os cuidados médico-hospitalares.....	168
2.6. Sonhos, desejos e Água: “o precioso líquido” invade a Rua Central.....	171
2.7. “A iluminação pública de Paulo Afonso”: os desejos de equipar a cidade com um novo sistema de luz elétrica.....	176
2.8 - Do documentário fotográfico às imagens da cidade em fins da década de 1960.....	181
PERCURSO III	
PERCORRENDO CAMINHOS, ABRINDO NOVOS PERCURSOS: NOTAS SOBRE O MORAR, VIVER E SE DIVERTIR NA CIDADE (1950-1960).....	193
3.1 – Um passeio pelo “interior” antes de voltar à Rua: uma leitura dos bens materiais e da cultura material na Aroeiras do passado.....	195
3.2 - Os fios das “narrativas” sobre o morar e viver na cidade: a casa como refúgio da intimidade e segurança.....	205
3.3 – Os usos do espaço na relação dos sujeitos com as coisas: a casa, os materiais, a moradia.....	214
3.4 - “A fábrica de sonhos” e as redefinições do espaço: os aparelhos de TV e o Cinema no encantamento das práticas urbanas.....	220
3.5 - O carnaval: Cartografias da diversão e lazer nas ruas, no mercado e no clube da cidade.....	242

3.6 – Dos passeios motorizados: as motocicletas no espaço urbano da cidade.....	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS (A saída.....)	264
REFERENCIAS.....	269

INTRODUÇÃO

(Primeira parte do Percurso... E assim a pesquisa se fez!...)

Os olhos lêem a vida e o mundo. Definem suas cores, traçam suas forças, dimensionam seus movimentos. Os olhos e o visível. Mas é o coração que percebe o invisível da vida e do mundo. Penetra nos seus mistérios, aprofunda suas tramas, inventa seus sentimentos, descobre a magia talvez absurda, que envolve a aventura humana. O visível e o invisível fazem parte da história, são inseparáveis, se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos, construídos pelos homens, não deve fechar os olhos nem tampouco o coração. Ele não apenas avista as esfinges, mas deve procurar decifrar seus enigmas, mesmo que se perca nas infinitas trajetórias dos homens, nas aparências múltiplas que o jogo das relações sociais estabelece para encobrir os desencantos e as frustrações. A tarefa do historiador é imensa, necessariamente incompleta, pois os enigmas sempre exigirão novas leituras, dependendo do tempo e do espaço em que são\foram\serão produzidas.

(Antônio Paulo Rezende)

Seja Bem vindo!...

Caro leitor... Em nosso texto introdutório fazemos um convite para juntos trilharmos caminhos por estrada narrativa, seguindo os passos da “disciplina histórica” em busca de se (re)conhecer, em fragmentos de temporalidades escoadas, indícios quaisquer da construção de uma cidade e suas transformações no tempo. Como atrativo ao leitor viajante, em nosso texto propomos uma “leitura” dessa cidade e suas transformações, cujo ponto de partida, pode-se dizer, começa aqui...

Logo, tratamos neste texto da cidade de Aroeiras situada em um tempo específico, décadas de 1920 e 1960, momento em que, acreditamos, vivenciou um considerável número de mudanças sentidas e experimentadas por muitos de seus antigos habitantes. Aqui, cabe registrar que nosso interesse por esse objeto, a saber, a cidade de Aroeiras e suas transformações, se deu ainda nos idos de 2006 quando conhecíamos uma discussão sobre cidades em certa passagem de nossa graduação. Naquele tempo, a “história da Paraíba”, enquanto disciplina do Curso, nos era apresentada sob outros olhares. Na oportunidade, trouxemos uma certeza: a cidade pode falar a seus habitantes mesmo naquilo que ela pretende esconder por traz de sua materialidade concreta.

E a cidade de Aroeiras parecia nos querer falar. Suas ruas, em um dado presente, pareciam nos dizer mais do que aparentemente já sabíamos. Era como se quisesse nos falar por traz dos silêncios de suas pedras. Convidava-nos a passear pelo seu passado, para quem

sabe “marcarmos”, registrar em um dado presente que um dia por lá, a partir dos indícios que dele nos chega, também ousamos “passar” e que, antes de nós, outros caminharam, marcaram, sentiram, amaram, desejaram, choraram, enfim, talvez inconscientemente, atestaram na materialidade de suas pedras que essa cidade poderia nos contar sobre sua história.

Logo, não recusamos o convite. Atrativo aos nossos olhos. Desafiador e encarado prazerosamente sob a companhia de muitos parceiros os quais encontramos pelo caminho ainda naqueles anos de graduação. Nesse caminho, muitas rotas nos foram apresentadas. Algumas desviadas pelo tempo. Outras (re)tomadas por ele. Mas, diante de tudo, uma inquietação: por onde andássemos deveríamos também “atestar” nossa passagem de modo a querer resistir ao esquecimento, ou seja, para quem sabe sermos lembrados. Para quem? Não sabemos com certeza. Apenas, concordamos numa coisa, como um dia o fizeram os antigos habitantes da Aroeiras situada no transito de nosso recorte, nós também representamos, significamos, atribuímos sentido a essa(s) nossa(s) passagem(ns) pelo tempo. E, o resultado... Ah... O resultado... Posto em forma narrativa, conscientemente desejamos, nesse momento, compartilhar com você leitor.

Aqui, quando do reconhecimento da distância temporal que nos separa do nosso objeto, é possível reabrirmos o tempo e, quando da “configuração narrativa”, da entrada no “tempo narrado”, ou do “tempo histórico”, como nos lembra Ricoeur (2007) (re)conectamos o espaço vivido por aqueles homens e mulheres do passado aroeirense ao nosso presente, assegurando que algo foi vivido e que pode ser narrado, dito, (re)conhecido, sobretudo, para não ser esquecido. Como mediador entre um tempo que foi e um tempo que é, a nossa narrativa pretende assegurar, se não total, mas que, parte da experiência vivida daqueles sujeitos que habitaram a cidade de Aroeiras no curso de nosso recorte temporal, pode(rá) ser transmitida.

Enfim, dito isso, interessa-nos nesse caminho narrativo conhecer, historicamente, algumas das transformações materiais e simbólicas da Aroeiras situada no passado, significadas e (re)apresentadas por seus antigos moradores no curso dessa (de)marcação cronológica de modo que a delimitação temporal delibera sobre o ato primeiro de criação de nosso enredo¹. Naquele tempo, Aroeiras vivenciou uma série de mudanças em seu perímetro urbano, tidas por muitos como necessárias ao seu *desenvolvimento e progresso*, possíveis de lhe atribuir, inclusive, *desejada* forma urbana, em fazer com que entrasse em sintonia com

¹ Veja-se as caracterizações da Narrativa onde “a criação de um enredo é o ato fundador pelo qual o historiador recorta um objeto particular na ilimitada trama de acontecimentos da história”. e a sua relação com a descrição “de um percurso no tempo”; de modo que o “seu plano, para não falar de seu título é, principalmente cronológico”, em Prost (2008, p. 213-214).

outras cidades maiores do Brasil. Aqui, tempo e espaço situam nossa narrativa como possível, avolumam o enredo de uma trama verificável.

Por assim dizer, enveredando pelo caminho das chamadas *conquistas materiais*, tais reformas e melhoramentos podem ser visualizados através da chegada e utilidade dos Serviços de Correios e Telégrafos (1919), dos Serviços de Rádio Difusão com a chegada dos primeiros aparelhos de rádio (década de 1930) a instalação da luz elétrica (movida a motor – segunda metade da década de 1930 – e a de “Paulo Afonso” inaugurada na década de 1960), a edificação do “muro decorativo para encobrir a pedreira”, dando conformação à praça central de modo a “embeleazar” o cenário urbano da nascente cidade – emancipada em 1953 – a construção do clube recreativo aroeirense; a remodelação do mercado público; a conclusão do calçamento da Rua do Comércio (centro da cidade), a construção do calçamento da Rua Epitácio Pessoa, o “emplacamento” das ruas e a construção e “nomeação” do primeiro Grupo Escolar – Major José Barbosa – no perímetro urbano da cidade entre as décadas de 1940 e 1950. Além da aquisição e introdução, nos novos ambientes de sociabilidades, dos primeiros aparelhos de TV, os equipamentos “radiofônicos” e do cinema, instalados em seu ambiente urbano após a emancipação política.

Nesta feita, nossa investida pela cidade de Aroeiras se deu principalmente porque seu passado urbano nos foi revelado por meio de certas problemáticas que fomos imprimindo em contato com algumas fontes. Propusemos uma série de questões que devem ser relacionadas à criação do enredo de nosso objeto de estudo, numa relação aproximada com as fontes, essas marcas do tempo, "conectores" que guiam nossos passos que partem do presente, ajudando a superar a distância temporal. Contudo, antes de lançarmos mão das problemáticas devidas, discorrámos brevemente sobre nosso empreendimento epistemológico...

A história... Os caminhos de uma orientação epistêmica/metodológica... Aqui, pensemos: se é verdade que é possível estabelecer, a partir das fontes, respostas prováveis as perguntas formuladas pelo historiador, este sujeito socialmente “autorizado” a produzir o conhecimento histórico, o nosso texto deve começar pelo (re)conhecimento das fontes para, em seguida, lançar-lhe as problemáticas necessárias. Isto porque, cremos ser “necessário que a narrativa se fundamente no que chamam de marcas de historicidade, ou fontes, ou registros de algo que aconteceu um dia e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico” como nos mostrou Pesavento (2004, p. 7). Esses registros remetem ao caráter de referencialidade de um passado que foi e não é mais, mas que pode também ser acessado pelo historiador. Mas, como? Acompanhem os caminhos de nossa orientação.

Devemos, propositalmente, refletir acerca da concepção epistemológica de história a qual apoiamos nossas convicções e que possibilita, assim esperamos, pensar, articular e dizer a história da forma a qual propomos. Um primeiro passo seria reconhecer o caráter constitutivo da história, digamos “operatório” que, dito de outro modo, consiste em tentar “compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”².

Uma primeira lição nos é apresentada. E, indica ser preciso compreender que falamos de um “lugar” e que é em função deste lugar, que definimos os métodos, que delineamos “uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes são propostas se organizam”³. Em suma, é em função deste lugar, leia-se, *lugar social*, que somos autorizados a organizar os procedimentos de análise na pretensão de confeccionarmos um texto de história que ganhe legitimidade e inteligibilidade no meio de nossos pares, extensiva ao próprio mundo do leitor.

Dito isto, igualmente para Ricoeur e, diríamos, complementarmente, reconhecendo, inclusive, a “dívida” para com Certeau na ênfase à discussão triádica que percorre a produção do conhecimento histórico, compreendemos que o nosso texto segue os caminhos da “operação historiográfica” em que pese dizer que a história é antes uma “prática” e que, como tal, requer ser pensada como pertencente a um “programa”. Para Ricoeur, esse “programa” ganha espessura em relação às possíveis diferenças com a memória⁴, ou mesmo, como outras formas possíveis de “dizer” o passado.

No programa de operação historiográfica, Ricoeur denominou de “fase documental aquela que vai da declaração das testemunhas oculares, à constituição dos arquivos e que escolhe, como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental...” E, em seguida, considera como fase “explicativa/compreensiva, aquela concernente aos múltiplos

² Sobre as manobras produzidas em função da Operação Historiográfica, Ver Certeau (2010, p. 57).

³ Sobre a noção de “Lugar Social” ver Certeau (Op. Cit. p. 66/67)

⁴ Ver Chartier quando afirma que Paul Ricoeur põe em relevo as diferenças claras entre a memória e a história, verificadas primeiramente na distinção entre testemunho e documento; a segunda diria respeito ao imediatismo da reminiscência e à construção da explanação histórica; e por fim, a que opõe o reconhecimento do passado e a representação do passado. Note-se que as diferenças apontadas por Chartier segue as fases da operação historiográfica tal como indicada por Ricoeur na segunda parte da obra *A memória, a história, o esquecimento* dedicada a epistemologia do conhecimento histórico (Cf. CHARTIER, 2005, p. 73). Contudo, cabe destacar que, nos alerta Chartier, nessas diferenciações “não se trata de reivindicar a memória contra a história”, mas por outro lado, “de demonstrar que o testemunho da memória é o fiador de um passado que foi e não é mais”. De modo que “o discurso histórico encontra ali a certificação imediata e evidente da referencialidade de seu objeto”. Leia nas relações no passado: história e memória. (Cf. CHARTIER, 2009, p. 21-31).

usos do conector ‘porque’ em resposta à pergunta ‘por que?’”. Por fim, denomina de “fase representativa a colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história.”⁵ Três fases nos são apresentadas. Na ênfase de que não se trata de estágios cronologicamente distintos, mas de momentos metodologicamente imbricados uns aos outros, nos quais, o fazer história remete a um tipo de "operação" cercada de controles.

A história, neste caso, seria pensada enquanto uma (re)configuração temporal, leia-se “representação”, que não se configura previamente, mas transita pelas demais fases da operação, a saber, a fase documental e a fase explicativa, ou seja, “as acompanha e as sustenta⁶”. Sendo um empreendimento narrativo que pretende contar em verdade as coisas passadas. Pois, a história enquanto representação (mimese) teria a capacidade de (re)apresentar literariamente o passado. É uma representação que se faz a partir de representações que se dão num primeiro ciclo da experiência vivida na cena cotidiana. Uma representação de representações⁷, agenciadas em torno do processo de leitura/significação que os sujeitos fazem de suas vidas, do próprio mundo que habitam. Assim, o que é indicativo do passado, resultante desse processo de leitura/interpretação/significação, apesar da distância, pode ser dito, recuperado ou trazido para o presente de modo a poder fornecer, em representação, fundamentos de inteligibilidade desse tempo ausente.

Note-se que considerar a história enquanto “representação” requer dar nota ao seu caráter constitutivo, ou seja, uma produção possibilitada por práticas, procedimentos de análise e a *produção de um texto, uma literatura*, o que não implica dizer ser a história mera ficção, uma figura retórica que anularia toda e qualquer pretensão de “verdade”, ou verossimilhança, quanto à produção do conhecimento histórico. Nos termos de Chartier (2009, p.13) “reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles”. Em nossa narrativa, o tempo, o espaço, seus personagens e situações denotam uma dimensão possível, ou seja, remetem ao acontecido no passado que ganha inteligibilidade narrativa.

Deve-se lembrar que para Ricoeur, dentro do programa de "operação historiográfica", a verificação das testemunhas “oculares” do passado transmutando ao seu caráter de arquivamento, para consulta nos arquivos, esses “lugares”⁸ onde buscamos instrumentos de

⁵ (Cf. RICOEUR, 2007, p. 147).

⁶ Ricoeur, Op. Cit. p. 251.

⁷ PESAVENTO, 2004, p. 5.

⁸ Para Ricoeur (2007, p. 176) existe uma passagem que leva o testemunho ao arquivo que é preciso levar em consideração, já que, “o momento do arquivo é o momento do ingresso da escrita da operação historiográfica. O

trabalho, possibilitam articular a massa “heterogênea” na confecção da “representação historiadora do passado”. Os testemunhos, representados diversamente nos vários materiais que o historiador transforma em fontes, indicam o acontecido, remetendo a uma dimensão de referencialidade do passado. Neste caso, ao submetermos nossa pesquisa ao programa da prova documental, deve-se registrar que “produzimos”, “contamos” história a partir do que nos chega desse tempo escoado, a saber, o passado que, concordamos, não mais existe, exceto, naquilo que dele nos chega: os sinais, pistas e indícios, enfim, “os rastros” da atividade humana no tempo⁹. Aqui as noções de indícios, pistas, marcas e sinais tornam-se valiosas.

Essas “marcas” do tempo, em termos e para fins de nossa investigação, remetem igualmente a noção de fonte histórica, para referirmos a “massa documental”, amorfa, muda e “órfã”, na qual o historiador utiliza para compor a sua representação narrativa do passado. Coligidas, as fontes nos permitem interpretar, tentar explicar e compreender esse tempo ausente. Elas funcionam fazendo um elo entre um tempo que não é mais, mas que foi, e um dado presente que pretende (re)apresentá-lo em termos narrativo. Uma segunda lição torna-se valiosa.

Já sabemos que os sujeitos “marcam” sua passagem pelo tempo e, é sob a companhia dessas inscrições que saímos em busca de (re)compormos o passado. Logo, são as fontes históricas, que dizem sobre o passado ausente, que fazem da história um conhecimento “investigativo”, interpretativo, que possibilita (re)apresentá-lo. Sobre isso, vejamos que marcas específicas são essas sob as quais apoiamos nossos passos para o reconhecimento do passado aroeirense.

As cidades... A dimensão teórica de um objeto de estudo... Para pensarmos a cidade de Aroeiras no apreço de nosso recorte temporal, utilizamos de um primeiro maço de fontes inerentes a inscrição do “objeto de estudo cidades”¹⁰, entrecortada por caminhos específicos

testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ela é lida, consultada. Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor”. Esses lugares, são pensados a partir de uma inscrição de normas próprias de permissão e interditos. Certeau pensa os arquivos enquanto um lugar, uma instituição, cercada por leis e normas de consulta, que permite e proíbe. (Cf. CERTEAU, 2010 p. 85)

⁹ Conferir (Cf. GINZBURG, 1989, p. 143-181). Ou ainda, sobre a noção de fonte, concebida a partir da utilização do termo rastro, tal como aponta Ricoeur (2007) sobre Bloch (1974) cuja indicação observa-se a intrínseca relação existente entre o “homem e o tempo”, na qual o rastro, o testemunho, configura-se como “prova” da ação desse homem em sua passagem pelo tempo indicando a possibilidade dialética de produção do conhecimento histórico, a saber, a relação entre passado e presente, ou seja, a partir dos “rastros” o conhecimento histórico busca “compreender o passado pelo presente” (p. 180) ou correlativamente.

¹⁰ Na busca de um melhor entrosamento com a discussão do fenômeno urbano, aproximando-se o olhar sobre o objeto cidades, diante das várias portas, observamos o que discorre Brescianni (1991) acerca das múltiplas possibilidades para se adentrar numa cidade que se encontra no passado, ou ainda orientados por Certeau (1994), suas considerações acerca da “questão urbana” e a emergência de olhares sobre o mundo urbano e ainda

que visualizam sua construção ao longo do tempo. Neste caso, apoiamos nossas convicções na possibilidade de que a cidade é um espaço histórico possibilitado pela própria configuração da ação do homem. Ela é fruto da ação temporal de sujeitos históricos em dadas condições espaciais, criada a partir da articulação de “estratégias”, planejamentos, cálculos, mas também por “táticas¹¹”, desejos, sonhos e diversas práticas.

A cidade, tomada por estes contornos teóricos, também insurge a partir das aspirações, dos desejos e perspectivas, sonhos e medos que emergem singularmente das várias relações estabelecidas entre os sujeitos que a ideologizam e os que a consomem, praticam. Rastreado-a como objeto, construtos, resultantes da ação do homem sobre o tempo, as narrativas sobre cidades multiplicam-se ao longo da história, nos permitindo dizer algo sobre elas e seus "habitantes".

Logo, a noção de “dívida”¹² nos é apresentada, primeiramente uma dívida teórica, a qual tomamos de crédito para definirmos o nosso objeto, na certeza de que transitam por este texto uma série de autores os quais reconfiguramos suas discussões, experiências de pesquisa e fios de leituras, imprescindíveis a delimitação do objeto em análise. Em tempo, registra-se que existe uma ínfima relação entre eles (autores) e o lugar social (academia) de onde o estudamos (o objeto). Essa dívida, inclusive, marca este texto como uma escrita que se faz desdobrada, “mediada por outro”, ou “por outros”, como que *folheada*, “do qual uma metade, contínua, se apoia sobre outra”¹³.

Desse modo, as cidades que nos eram apresentadas em meio à considerável carga de leituras – requisito fundamental presente como parte integrante dos créditos do programa de mestrado, ou antes dele, durante a própria graduação –, recaiam sobre um contexto histórico que requeria localizá-las em inúmeras questões possíveis, a saber, no tempo em que se

tomando de empréstimo as problematizações propostas por Souza (2010) em suas incursões sobre os experimentos modernos como possibilidades de análise da área de História e Cidades.

¹¹ Os conceitos de estratégia e tática estão postos em Certeau (1994, p. 91-100), onde, a estratégia aparece ligada a ordem, a organização do lugar, a sua administração e institucionalidade que pensa, planeja e produz a partir do científico, da racionalidade. Ela compreende o cálculo, a quantificação que torna a cidade possível diante do poder institucional que a ideologiza. Em seu oposto, Certeau inscreve a noção de tática entendendo-a enquanto um não lugar, como que presente na ação, ocasionais, nas práticas subreptícias, microbianas, ligadas às “maneiras de usar”, ao consumo dos usuários.

¹² Sobre a noção de dívida em Ricoeur ver Dosse (2001, p. 73).

¹³ Conferir Chartier quando discorre sobre as considerações de Certeau acerca do discurso, leia-se discurso histórico que se “estabelece como saber do outro”. Nesta afirmação, conclui Chartier, os critérios de cientificidade do conhecimento histórico são reafirmados por de Certeau, de modo que a proposta de “operação” indica já a produção de enunciados científicos que “inscrevem a história em um regime de saber compartilhado definido por critérios de prova dotados de uma validade universal”. Nesta investida “acham-se associados, e não opostos, conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração”. (Cf. CHARTIER, 2009, p. 15-16).

constrói uma “rede de questões denominadas questão urbana”¹⁴. Essas escritas falavam, grosso modo, das cidades e suas relações com os “tempos modernos”.

E, sobre o objeto de estudo cidades e a sua relação com o fenômeno da modernidade, algumas palavras/escritas/narrativas foram ditas e igualmente apresentadas. Ora, as cidades, grande moradia dos homens, foram, antes de tudo, os grandes cenários da modernidade. Diria Rezende (1997, p. 21), “os tempos modernos se expandiram com as cidades, nelas arquitetaram seus grandes projetos, acreditaram que poderiam ser livres como nunca, conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos”. Nesse contexto “as novidades que iam ganhando os espaços das cidades deixavam, muitas vezes, os homens tontos, insones”.

Desse modo, a cidade que se problematizava naquele contexto do séc. XIX encerrava em si uma série de práticas e intervenções técnicas que pretendiam resolver os problemas da desordem urbana, como a sujeira, pestes, ou das subversões possíveis, imaginárias ou verdadeiras, fruto do processo de “civilidade” pela qual passava a Europa naquele momento. O ritmo de vida moderno, a intensificação da vida metropolitana requeria um enquadramento técnico que pudesse “conformar”, ordenar o que aparentemente parecia caótico. Principalmente, na estranheza aos elementos “novos” e “assustadores” que impunham à vida cidadina certa preocupação com o presente e o futuro da cidade.

A preocupação com o futuro repelia todo apego ao passado pela força de um projeto *redentor*, “emancipatório”, pois, “construir” a cidade era, antes, um plano alimentado pela força do desejo de eliminar as “mazelas” do passado, em nome do conforto e da civilidade. Sob tal projeto, sedimenta-se o desejo de corrigir “racionalmente” a desordem das ruas com “muita gente, sujeira, doença, a pobreza abjeta, mercadorias circulando por todos os lados e em todas as direções”. Contrastando uma infinidade de elementos “novos” com o “arcaísmo” de outros. Nesses ambientes, o moderno e o tradicional estavam intimamente imbricados. Assim, a cidade era pensada como *locus ideal*, quando alterada, transformada pela ordem da técnica, para vivências e realizações humanas. Ou seja, a cidade era pensada, afirma Bresciani (1991, p. 11), como “um meio ideal para se formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores, os bons cidadãos”.

São essas intervenções que animavam o espírito dos poderes administrativos nas cidades modernas. Nessa empreitada operavam evocando o seu par, a saber, a modernização.

¹⁴ Referimos as intenções de Bresciani (1991, p. 10) quando afirma que como pesquisadora, naquele texto, interessa “se voltar para as cidades no momento em que elas se problematizavam”, a saber, volta-se para pensar a cidade grande moderna no contexto das primeiras décadas do séc. XIX.

Tornar o espaço moderno era, antes, modernizá-lo. Pois, “os caminhos do moderno não passaram apenas pelo caminho da industrialização”, pelas relações de troca e valor de mercado, mas “a modernidade tem suas ligações intrínsecas com a modernização. O espaço físico da modernização, sua concretude acelera a modernidade, alarga os sentimentos ditos progressistas”. Na verdade, “é a ideia de progresso que enfeitiça os homens e que veem na cidade seu lugar privilegiado”¹⁵.

As intervenções do espaço urbano eram marcadas por um tipo de verniz pintado por seu ritmo de vida característico. Não podemos esquecer que o crescimento e a proliferação das cidades no contexto do século XIX, promoveram consideráveis alterações no modo de viver urbano em cidades como Londres e Paris¹⁶. Um modo de viver impactado por novos ritmos temporais. Essa percepção, imagens visuais de uma cena alteradamente impressa, atestam, em muitos casos, a presença do enorme formigueiro, evidência de um mundo muito “atarefado”¹⁷, movido por novos valores, sobretudo, pautados no lucro e no dinheiro. Essa imagem expressa efetivamente as cidades que têm pressa.

Esse ritmo de vida característico da cidade grande e moderna já nos era alertada por Simmel, leitor/autor contemporâneo das transformações pelas quais passou a cidade de Berlim naquele contexto do século XIX. Para Simmel, a cidade grande imprimia um *modo de vida* propriamente urbano, marcado pela “intensificação da vida nervosa”¹⁸. Ele percebeu certo afloramento de um modo particular de experiência vivida sendo espicaçada na cidade grande moderna. Sua percepção permitiu apontar “o lugar histórico do moderno estilo de vida: a grande cidade”¹⁹.

A propósito desse ritmo de vida característico, essas imagens, ao que indicam certa literatura contemporânea atenta a uma ordem de acontecimentos e transformações, compõem uma intrigante pintura, leia-se representação estética dessa sociedade, principalmente, Londres e Paris no contexto do século XIX²⁰. Tais imagens faziam a cidade ser, antes de tudo, uma experiência visual, na qual, os transeuntes mais atentos poderiam perceber mais

¹⁵ (Cf. REZENDE, 1997, p. 25).

¹⁶ (Cf. ROMINELLI, 1997, p. 271).

¹⁷ Sobre a imagem, nunca vista antes, do imenso formigueiro, da cidade atarefada que causa espanto e perplexidade aos transeuntes, ver a leitura de (BRESCIANNI 1998, p. 237-238).

¹⁸ (SIMMEL, 2009, p. 79-80).

¹⁹ (Cf. WAIZBORT, 2006, p. 316).

²⁰ Brascianni, em seu estudo sobre o espetáculo da pobreza em Londres e Paris no Séc. XIX, afirma que “no momento em que o hábito de leitura se espalhava por todas as classes sociais, esse público em formação fazia uma exigência: encontrar sua imagem nos romances que lia. Entre outros, Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugene Sue, na França, e Charles Dickens e Edgar Alan Poe, na Inglaterra, preencheram essa expectativa oferecendo à sociedade o espetáculo de sua própria vida”. A literatura por eles criada traz à tona a presença da multidão, ruidosa e numerosa, perigosa e impessoal. (Cf BRESCIANNI, 1994, p. 8).

nitidamente os contrastes desse “novo” modo de vida, contrapondo com o ritmo de vida bucólico das paisagens campestres.

De modo a nos convidar a caminhar pelas tramas do avesso da vida moderna, Balzac, “genial observador de seu tempo”, quando resolveu cortar seu diamante precioso em “pedaços”²¹ e exteriorizar suas narrativas em romances, novelas e histórias curtas, nos traz uma pintura da Paris moderna e industrial, que muito nos informa acerca desse caráter ambíguo sobre o qual sedimenta-se a vida moderna. Em sua imagem, a Paris moderna oitocentista, apesar do fascínio e da beleza, apresenta-se como uma incessante cidade que não parava de crescer sem, contudo, deixar de sugar seus habitantes, a ponto de causar-lhe espanto.

No romance *Ferragus*, por exemplo, publicado em 1833 em formato de folhetim, título que dá também nome ao principal personagem envolvido na trama da Sociedade secreta dos “treze devoradores”, o autor descreve a cidade de Paris como um grande organismo vivo, cujas “ruas têm qualidades humanas, e seu aspecto geral nos impõe certas idéias contra as quais nos sentimos indefesos”²². Aqui a cidade é o espetáculo, em que pese seu aspecto monstruoso, onde o olhar contemplativo perde-se e encontra-se em meio à estranheza de suas paisagens.

Certamente, se decidíssemos passear pelas ruas de Paris sob a companhia desse autor, poderíamos comungar com ele: “que lindo espetáculo!”, diria Balzac, porém completaria, “Paris é o mais delicioso dos monstros: aqui se vêem as belas mulheres; logo ali os velhos e os pobres; em um ponto tudo é novo e reluzente, como as moedas cunhadas no início de um reino; mais adiante, elegante como as mulheres que se vestem no rigor da moda. Realmente um monstro completo”. Síntese da Paris buliçosa. Quem a ela não pôde ou não quer ver “ainda não teve a oportunidade de conhecer sequer um pouco de sua verdadeira poesia, nem contemplar teus contrastes, tão grandes e tão estranhos!...²³” Poesia estranha que criou visões e imagens distintas. Uma verdadeira maravilha monstruosa.

Em *Ferragus*, “desde a primeira página Balzac esboça o plano psicológico, anatômico, físico, mecânico e econômico desta Paris moderna que ocupou tanto espaço em sua obra, não cessando de crescer como um monstruoso tumor, cidade tentacular que impregna

²¹ Referimos-nos a frase proferida por Balzac quando afirma possuir “um diamante de cento e cinquenta quilates, mas como não querem me pagar, corto-o e vendo suas partes” para registrar a referência do autor em relação a sua obra maior, *A comédia humana*, projeto que reunia 89 romances, novelas e histórias curtas. “A história dos treze”, que reúne os romances “*Ferragus*”, “*A Duquesa de Langeais*” e a “*A menina dos olhos de ouro*”, está situada na parte do seu “estudos de costumes” na temática que envolve as “*Cenas da vida parisiense*”. Sobre isso ver: (Cf. MACHADO, 2009); e (Cf. COSTA, 2007).

²² (BALZAC, 2009 p. 27).

²³ (Cf. BALZAC, 2009, p. 29)

inconscientemente e suga seus habitantes”²⁴. Nesse romance encontramos traços do que “apaixonava Balzac”, ou seja, “o poema topográfico de Paris, segundo a intuição que ele teve antes de qualquer outro da cidade como linguagem, como ideologia, como condicionamento de cada pensamento e palavra e gesto”²⁵. Ele fez da cidade o seu maior romance de modo que, a Paris monstruosa de Balzac, falava a seus habitantes/expectadores com sua topografia móvel, mutante, tal como seus movediços transeuntes falavam/sentiam suas ruas que os enfeitiçavam na medida em que os sugavam.

Imagem parecida criou Walter Benjamin, ao expor suas ideias sobre a pressa da grande cidade, principalmente, a “Paris do segundo império”²⁶, e a presença do fenômeno da multidão nos convidando a perceber mais nitidamente a presença e os efeitos dessa experiência. Sob a companhia de Baudelaire, Benjamin caminha em meio ao “espetáculo” das ruas de Paris atento ao olhar sensível do poeta, contemporâneo a essas mudanças, para registrar que esse homem inebriado pelos fascínios da vida moderna é também aturdido frente à fluidez das relações, principalmente intersubjetivas. É em meio à multidão na cidade grande que parece crescer a distância entre os indivíduos que, mesmo estando centrados na aglomeração de transeuntes pelas ruas, chegam a ser sucumbidos por ela, pelas impessoalidades das relações individuais.

Contudo, frente às novas sensibilidades que a cidade grande moderna trazia a tona, em suas infundáveis situações cotidianas, é oportuno investirmos na ideia de que a sociedade moderna, a qual aparece claramente em Simmel, Berman, Balzac ou mesmo em Benjamin na leitura de Baudelaire, é essencialmente urbana e que imprime um modo de vida fundamentalmente urbano. A partir dessa constatação, pode-se dizer, os olhares sobre a cidade mudam, tomando-a como objeto de estudo.

Daí, na medida em que se enveredava cada vez mais pelas trilhas abertas pelo objeto de estudo cidades, sentíamos o quanto ainda poder-se-ia problematizá-lo. Posto que, a cada passo, experimentávamos que os estudos sobre cidades avançavam e mostravam outros caminhos. Como, por exemplo, a discussão sobre a cidade no diálogo com a modernidade que investia na face do plano da percepção sensível de um modo de vida urbano e indicava que a fronteira entre o novo e o velho estava em luta constante.

Essa leitura atentava que na ordem das transformações pelas quais passava o mundo moderno naquele contexto do séc. XIX “houve momentos em que conviviam em um mesmo

²⁴ (Cf. MACHADO, 2009, p. 16).

²⁵ Veja, a leitura Ferragus e a Paris romanesca de Balzac em (Cf. CALVINO, 2007, p. 152)

²⁶ Para uma incursão historiográfica sobre o fenômeno da multidão no século XIX, seguindo na esteira sensível de Benjamin evocando Baudelaire, ver (BRESCIANNI, 1994).

espaço, embora diferenciado, duas sociedades opostas: a velha, ainda ligada a um mundo agora em vias de extinção, e a nova, construída por uma massa de indivíduos, ainda desconhecidos”. Indivíduos estranhos entre si, “mas com inúmeras características, e que pressionavam para atingir um objetivo não definido, mas cheio de fascínio, esperança e ilusões: a revolução social”. Era na liberdade do indivíduo frente ao progresso que se assentava o projeto moderno da grande cidade. E é sobre esse projeto que se inscreve o desejo e o sonho dos homens de transformarem a cidade na moradia privilegiada da revolução social. De modo que a experiência moderna é fruto de um processo histórico onde envolve “uma grande tensão entre o moderno e o tradicional não tão claramente definido como se costuma colocar²⁷”.

Essa tensão estava na ordem das transformações urbanas das cidades do Séc. XIX, fazendo da ideia do moderno, uma experiência essencialmente histórica, porque não dizer, narrada à luz da própria narrativa humana pelo curso do tempo. A experiência da "modernidade urbana", diversamente interiorizada pelos sujeitos, contemporâneos ou não a essa ordem de mudanças, era, de algum modo, exteriorizada nos chegando como "linguagem", nos permitindo lançar outros olhares sobre a cidade de Aroeiras situada na metade do século passado, décadas de 1920/1960.

Por esse caminho, o presente exercício ganhou força a partir do diálogo com Rezende quando, ao tentar compreender as transformações urbanas do Recife nos anos vinte, percebeu a tensão sobre o qual o projeto de modernização da capital pernambucana foi produzido, principalmente no tocante a luta entre o “antigo” e o “novo”, tradicional e “moderno”. Segundo ele, essa tensão se expressava no “debate entre os intelectuais, nas notícias e opiniões registradas na imprensa, no cotidiano invadido por certas invenções e hábitos modernos” no momento em que o Recife era uma cidade marcada “por uma onda incontida de modernizações”²⁸.

Estávamos convictos de que, sob esse prisma, os estudos sobre cidades vinham crescendo nos últimos anos, a preço de ampliarem o debate sobre esse objeto de estudo, principalmente em sua relação com a modernidade²⁹. Tais leituras informavam sobre a possibilidade de dever considerar que o modo de viver urbano inscreve uma sensibilidade própria a uma ordem de mudanças que criam nos tempos modernos marcas indeléveis do

²⁷ (Cf. REZENDE, 1997, p. 24-25).

²⁸ *ibidem*, p. 26.

²⁹ Ver Introdução de Souza sobre os escritos sobre cidades no Brasil e no mundo em sua relação com o moderno. (Cf. SOUSA, 2006, p. 11)

viver em cidade, sem que, por outro lado, se perceba a tensão sob a qual essa sensibilidade era espicaçada.

A esta altura, esse nosso primeiro “rol” de fontes permitiam lançar algumas questões. Sobretudo, algumas inquietações que requeriam tentar perceber: como se deu a experiência moderna fora do espaço das grandes cidades, não marcadas por um ritmo de vida metropolitano? Berman já havia feito questionamento parecido para compreender o que aconteceu nas áreas fora do Ocidente, a exemplo do caso da Rússia em que pese não ter experimentado a modernidade das grandes cidades como Londres, Paris, Berlim, ou mesmo Nova Iorque, onde, “ao longo de todo o século XIX, levantes de modernização estavam acontecendo”³⁰.

No caso de Berman, a questão era saber se fora do Ocidente, no período em apreço, a modernização não estava acontecendo. Na verdade, fora desse espaço, afirma Berman, “os significados da modernidade teriam de ser mais complexos, paradoxais e indefinidos. Essa foi a situação da Rússia por quase todo o século XIX”. Na Rússia do séc. XIX “a angústia do atraso e do subdesenvolvimento” permite-nos interpretá-la “como um arquétipo do emergente terceiro mundo do séc. XX”³¹.

Destarte, para “determinadas regiões como a Rússia czarista, a modernidade aparece como algo distante, de que se ouve falar, de que se tem um certo conhecimento, que almeja experimentar, e que se consubstancia, por vezes, num único elemento, convertido em emblema da tal modernidade”³². Regiões que processaram experiências modernas sob outros critérios de validação, como se por lá a modernidade fosse pintada com outras cores. Elas demonstram os sinais claros de uma modernidade desejada, distante, talvez, nos traços da materialização e velocidade das mudanças as quais passaram as grandes metrópoles europeias da época³³.

³⁰ (Cf. BERMAN, 2007, p. 205).

³¹ Ibidem.

³² (Cf. PESAVENTO, 1995, p. 286).

³³ Cabe salientar que os levantes de modernizações que ocorreram na Rússia do Séc. XIX estavam circunscritas a região central de São Petersburgo. A capital do império “foi a mais clara expressão de modernidade no solo da Rússia”. Principalmente na Rússia de Nicolau, a Petersburgo moderna, pode-se dizer, reduzia-se ao projeto Nevski, com a abertura da grande avenida (A. Neviski). A abertura, a geometria e o alinhamento da rua, a exposição das economias e do consumo moderno, enfim, a vitrine dos sonhos modernos, fizeram com que a Nevski fosse pintada como um “espaço urbano real num mágico cenário de sonhos”. De modo que os “Petersburguenses amavam a Nevski e a mitificaram inesgotavelmente, pois ela lhes abriu, no coração de um país subdesenvolvido, uma vista de todas as promessas deslumbrantes do mundo moderno”. Bem diferente da Paris de Haussmann cujo traço moderno é extensivo à cidade como um todo. O projeto modernizador da Petersburgo do subdesenvolvimento funcionou de forma bem mais suave. Veja-se em (Cf. BERMAN, Op. Cit. p. 229).

Aranha, em outro exercício, pensando a experiência de modernidade de certas regiões no ocidente, mais precisamente estudando as pequenas e médias cidades do norte brasileiro, nos alerta a possibilidade de seguir por outro caminho. Metodologicamente, afirma Aranha, “a princípio é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a idéia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais européias do período oitocentista”³⁴.

No caso da experiência de modernidade das cidades do Norte brasileiro, nos termos do autor, “não se expressa em termos de vida metropolitana, a exemplo do que ocorre pioneiramente nas duas maiores cidades do século XIX, Londres e Paris”³⁵. Fala-se, portanto, de novas sensibilidades que são estimuladas pelo conteúdo das novidades que vão ocupando lugar no espaço dessas pequenas e médias cidades. Estávamos convictos de que era possível pensar em “experiências modernas”, em “sentidos do moderno” sendo experimentados diferentemente pelas cidades do Norte no contexto em apreço.

Logo, teríamos, em se tratando de sensibilidades, duas dimensões a serem consideradas e, conseqüentemente, analisadas. Uma, diz respeito a um certo modo de vida, característico aos pequenos e médios espaços urbanos em análise. Um modo de vida que demarca uma sensibilidade pautada no (re)conhecimento pessoal dos habitantes, em um ritmo relativamente lento, rotineiro, uniforme, próprio de cidades que não têm pressa. A outra diz respeito ao fato de que essas sensibilidades serão levemente alteradas, a preço mesmo de se processarem novas experiências, quando do contato com um ou outro símbolo moderno. E, cremos, é em sintonia com essa alteração que podemos falar em experiências modernas nas cidades, vilas e pequenas localidades do norte no contexto em destaque.

Não esqueçamos que o campo aberto nessa empreitada põe em realce a busca pelo “núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social” de que fala Pesavento. “O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo”. Teríamos um desafio, talvez, inconcebível, diriam alguns, de se acessar o íntimo de indivíduos que habitaram um vívido passado. Esse desafio, diria Sandra, estaria na pretensão de se acessar “as *sensibilidades* de um *outro tempo* e de um *outro no tempo*, fazendo o passado existir no presente”. A pergunta caberia: como mensurar o imensurável? Neste caso, torna-se necessário inserir “o conceito das sensibilidades sob o signo da alteridade

³⁴ (Cf. ARANHA, 2006, p. 67).

³⁵ Ibidem, p. 68.

e da diferença no tempo”. Logo, “medir o imensurável não é apenas um problema de fonte, mas, sobretudo, de uma concepção epistemológica para a compreensão da história³⁶”.

Essa investida estaria no cerne daquilo que se pode chamar de história cultural. A rigor, diz Sandra, “a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador”. Ou seja, “é a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época”. Sendo possível, talvez afirmar que “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos”³⁷.

Neste caso, tentaremos acessar, talvez, certo “padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”, aproximando nossas intenções à dimensão cultural defendida por Geertz (1989, p. 103). Em termos teóricos e metodológicos, mensurar o imensurável objetivamente investe na tentativa de se acessar o resultado simbólico e/ou concreto das “significações, às coisas, às palavras e às ações³⁸”. Sabemos, jamais acessaremos o íntimo dos indivíduos de outrora. Não temos essa intenção em termos concretos. O íntimo aqui é visto na forma de sensibilidades que, de um modo ou de outro, são transmitidas historicamente por meio de determinados sentidos atribuídos a realidade. As sensibilidades, supomos, partem, “brotam” do íntimo e se exteriorizam nas mais variadas formas de linguagem podendo ser acessadas pelo historiador.

Ou seja, para que o historiador "construa sua versão sobre o passado, é preciso encontrar a tradução externa das tais sensibilidades geradas a partir da interioridade dos indivíduos”. Salientamos, “toda a experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados”. De modo que “o historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem

³⁶ Sobre o conceito de sensibilidades e o desafio de se mensurar o imensurável ver Pesavento (Cf. PESAVENTO, 2004, p. 1-2).

³⁷ (Ibidem, p. 3)

³⁸ Veja-se Chartier, (2009, p. 33).

como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva³⁹”. Nesse ponto, a segunda lição apresentada nessa introdução nos seria útil.

Da historiografia das Cidades na Paraíba... Os fios de um imaginário local sobre a vida moderna... O certo é que, para nós, o percurso de Aranha é elucidativo e esclarecedor, a preço de propor caminhos teórico-metodológicos para se tentar acessar essas sensibilidades dos homens de outrora em sintonia com esse mundo moderno. A título de exemplo, podemos dizer que é esse o “fio” seguido por Santana quando, “de passo em passos criando espaços”, nos revela uma imagem de Pombal no sertão paraibano, “desejosa” por modernizar-se, entre 1930 a 1950, trazendo à tona muitos dos aspectos da recepção de seus habitantes advindas do contato com as novidades modernizantes. Em sua análise, Santana verifica e expõe a tensão entre a cidade que se tinha, a Pombal da “mata”, pequenina e acanhada e a Pombal asseada, limpa e elegante que desejava os poderes legalmente instituídos⁴⁰.

Movido pelo exercício de “memoração”, indiciando “relatos orais” de antigos moradores da Pombal situada no passado, mesmo percebendo as tensões e contradições as quais a cidade comportava naquele tempo, Santana não deixa de perceber suas transformações materiais e simbólicas. E verifica certa percepção de uma experiência moderna “sendo configurada a partir de outros parâmetros, obedecendo as suas peculiaridades locais, observadas em suas espacializações, o ritmo e o decantamento daquelas conquistas materiais, corroborando com as considerações de Aranha”⁴¹.

Wanderlei, mais recentemente, também analisou a cidade de Pombal e percebeu certas mudanças de antigos hábitos, práticas e representações da noite na cidade quando do advento da luz elétrica em 1927. Para ela, não se pode afirmar que o povo festejou o advento da luz elétrica, um item moderno por excelência. Não obstante, acredita “que a novidade representada pela aquisição daquela aparelhagem provocou no mínimo a curiosidade em muitos pombalenses...” Causadas, talvez, pela admiração diante daquele símbolo da vida moderna, do progresso e da civilização. Neste caso, “uma coisa é certa: se as melhorias não foram aquelas esperadas e pregadas pela elite daquela cidade, a população de Pombal foi sensivelmente e intensamente transformada.” Pois, o impacto daquela “conquista material sobre a vida cotidiana dos homens e mulheres foi tão intenso que nos dias que aconteceram a inauguração do ‘motorzinho’ não se fala em outra coisa aqui em Pombal⁴²”. Em seu texto, os “relatos orais” de memória guiam, em muitos pontos, seus passos pela Pombal do passado. Há

³⁹ Pesavento, Op. Cit. p. 8.

⁴⁰ (Cf. SANTANA, 2009, p. 23).

⁴¹ Ibidem, p. 34

⁴² (Cf. WANDERLEI, 2010 p. 37-38)

que se considerar que nesse texto, Wanderlei não deixa de registrar as contradições sob as quais esse equipamento urbano foi introduzido na cidade.

Noutro exercício, Sousa, em sua análise sobre as tensões e as múltiplas formas de os moradores de Campina Grande viverem entre as décadas de 1920 à 1940 parece ao menos investir num recorte temporal “em que sua área central passava por um processo de reforma urbana⁴³”. Em seu trabalho, o autor, tenta desvendar o conflito entre os que requeriam e apregoavam certo apego aos padrões de vida modernos e aqueles que se aventuravam em transitar contrariamente aos desígnios e desejos de baluartes pertencentes à elite letrada local.

O fato é que, no pano de fundo das tensões analisadas por Sousa, repousa uma Campina Grande em transformação também em contato com os equipamentos modernos de uso coletivo e privado. É o caso da chegada dos automóveis na cidade, analisado pelo autor no tópico o “mundo dos choferes”, quando, “entre o fim da década de 1910 e durante a década de 1920, os moradores de Campina Grande experimentavam algumas mudanças nas suas formas de deslocamento, em alguns dos seus costumes e nos usos dos lugares e territórios da cidade”. Dentre essas mudanças, “o advento do automóvel e do caminhão, por exemplo, parecia incutir novos hábitos na vida de seus moradores”, principalmente no tocante a elaboração de novas sensibilidades ajustadas em relações de deslumbramento e conflito⁴⁴.

Cabral Filho também transitou por várias ruas do passado em Campina Grande sob a companhia de algumas “imagens” (fotografias) das primeiras décadas do Séc. XX e tentou *revelar* a cidade em muitos de seus aspectos cotidianos e em contato com certas transformações urbanas de ordem material e simbólica. Apesar de apresentar outras preocupações em seu texto, afirma Cabral Filho “em Campina Grande o que poderemos denominar de processo de modernização ocorre obedecendo a ritmos outros diferentes daqueles caracterizados pela velocidade e pela multidão que inspiraram as leituras das metrópoles”. E, em seu exercício metodológico, tomando as imagens fotográficas enquanto fontes há uma aproximação com as contribuições de Aranha, surgindo como “fundamentais para se pensar o processo de modernização em Campina Grande⁴⁵” no recorte temporal o qual propõe estudar.

Em outro exercício, Mariano, quando analisou os encontros com o moderno na cidade de Princesa parece-nos também investir em perceber uma ordem de mudanças nessa cidade a

⁴³ Referimos-nos a proposta de Gutenberg em estudar como viviam, onde moravam, os espaços que consumiam, se divertiam e trabalhavam, os campinenses naqueles idos de 1920 à 1940. (SOUSA, 2006. p. 12).

⁴⁴ O caso do soldado Ignácio Ferreira da Silva, defendido pelo advogado Otávio Amorin, ilustra bem as múltiplas representações que o advento dos primeiros automóveis na cidade parece causar em seus moradores em se tratando de perceber as sensibilidades que são alteradas. (Ibidem, p. 49)

⁴⁵ Veja-se Cabral Filho (2009. p. 44-50).

ponto de entender certa sensibilidade que aflorava em seus antigos habitantes, especificamente na década de 1920. Isso quando do contato com os chamados signos do moderno que “se materializavam no espaço urbano com os planos de modernização: luz elétrica (1925), telégrafo (1922), construções de casas e avenidas, entre outros. E com a chegada de novidades: o futebol (1918), o cinema (1924), o automóvel (1917), a *jazz-band*”. Por outro lado, a Princesa do Sertão Paraibano, adverte a autora, “não possuía as dimensões econômicas, sociais e populacionais que se viam nos grandes centros [...] Mas isso não invalida o significado das mudanças” [...] E, na pequena Princesa indícios do moderno eram observados “na renovação dos hábitos sociais: as pessoas iam ao cinema, vestiam-se com as melhores roupas, inspiradas na moda que vinha de fora, geralmente da capital pernambucana, com a qual a cidade mantinha fortes laços comerciais⁴⁶”.

Enfim, parece-nos que, de um modo ou de outro, mesmo atentando para as especificidades com que cada análise foi operada, um fio condutor liga esses trabalhos, a saber, a presença de certa sensibilidade marcada por um ritmo de vida que não tem pressa, mas que, de um modo ou de outro, é alterado quando se trata de manter contato com um ou outro signo da vida moderna. Além deste, a presença da tensão entre o “antigo” e o “moderno” em que pese à entrada em cena de certo “jogo de representações” como diria Chartier (1990, p. 17), traduz em sentidos a experiência moderna dos espaços em análise. Isso porque, acreditamos “que as representações são parte integrante também daquilo que chamamos realidade, não só porque são matrizes geradoras de práticas sociais”, mas como também “porque demonstram um esforço de revelação/ocultamento dado tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (da literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista etc)⁴⁷”.

E, desse modo é que falamos em sensibilidades que operam no plano de “representações” do moderno que, em muitos casos, a “cultura material⁴⁸” exterioriza e as unidades de sentido projetadas interiormente pelos habitantes desses pequenos e médios espaços urbanos se expressam por meio de ações e movimentos que permitem pensar em experiências de “ser e sentir-se moderno”. Ou seja, nesses espaços, atraído pelas novidades,

⁴⁶ Ver Mariano, (2010, p. 19-20)

⁴⁷ Pesavento, (1995, p. 283).

⁴⁸ Sobre o conceito de cultura material, o estudo de Daniel Roche parece-nos bem indicativo na medida em que tenta verificar o lugar do “objeto” e a sua importância no cotidiano das sociedades que dele se apropria e o consome no seio de suas vivências. Neste caso, investir numa história da cultura material requer considerar os “contextos sociais de informações e comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens”, pois, “o principal argumento da história da civilização material é a relação dos homens com as coisas e os objetos”. (ROCHE, 2000, p. 13-17).

os sujeitos criam uma nova sensibilidade bem próxima a que é projetada sobre o viver em cidades⁴⁹. Esses sentidos traduzem sensações, impressões experimentadas pelos contemporâneos que viveram, sentiram, amaram/odiaram, desejaram, sonharam, e, enfim, criaram certas percepções do contato com este ou aquele equipamento moderno.

Note-se que, tais leituras feitas acerca do objeto de estudo cidades, nos autorizou pensar a possibilidade de demarcar o nosso objeto de estudo, a saber, compreender como se deram as transformações urbanas da cidade de Aroeiras entre as décadas de 1920 a 1960. Começamos a perceber que se criava, no recorte temporal em apreço, todo um "imaginário local", leia-se, extensivo a Paraíba e região, que nos permitia perceber que as transformações as quais tentamos destacar na Aroeiras de outrora não a figuravam como um caso à parte, isolado, mas que, embora obcesse aos seus parâmetros locais, partia, talvez, de um desejo verificado em outros espaços urbanos do mesmo período. Ou seja, tonava-se convidativo perceber que esses estudos teciam um conjunto de possibilidades para se estudar certas experiências modernas, sendo vivenciadas nas cidades analisadas. Daí, o conteúdo dessas narrativas investirem, digamos, em um "fio condutor" que as aproximam.

Aqui, pode-se recorrer a Souza, quando afirma que “nunca uma palavra foi tão escrita quanto esta nas duas últimas décadas do Séc. XX e a primeira do séc. XXI”. De fato, “os estudos sobre cidades em todo mundo tem se multiplicado e apontado para diferentes aspectos que podem ser visualizados, estudados, interpretados, analisados, explicitados, e supostamente entendidos” a ponto de colocar “em circulação um conjunto de discursos que tentam circunscrever⁵⁰” o urbano sob seus diversos ângulos. Logo, sentíamos que esse primeiro conjunto de fontes, “documentos”, textos, representações escritas, apontava-nos caminhos possíveis. Sendo assim, os estudos brevemente indicados acima funcionaram mais do que escritos sobre cidades e experiências diferentes, mas deles nos apropriamos igualmente como pistas, indícios, sinais que nos atestaram ser possível empreendermos questões parecidas para pensar o espaço urbano aroeirense em construção no período em apreço.

A partir delas, já sabíamos que seria possível pensar em certa experiência moderna na cidade de Aroeiras, mas que essa, deveria transitar por outros caminhos que não aqueles em que o ritmo de vida veloz são característicos. Antes, inclusive, sabíamos que a cidade não

⁴⁹ Pesavento afirma que a cidade é ainda sensibilidade, pois é um fenômeno cultural resultante da atribuição de significados sobre o viver urbano. Para ela, “cidades pressupõe a construção de um ethos, o que implica a atribuição de valor para aquilo que se convencionou chamar de urbano”. Assim, “a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia”. (Cf. PESAVENTO, 2007a, p. 14).

⁵⁰ Veja-se o texto de apresentação intitulado Cidades e experiências Modernas e as indicações sobre as produções que cercaram o objeto de estudo cidades a partir da década de 1980. (SOUZA, 2010 p. 7-11.)

comportava todos os sonhos e desejos, os quais também foi pintada. Pois, antes mesmo de querermos pensar se a Aroeiras do passado tornou-se uma cidade moderna por excelência, não temos essa intenção, tentamos rastrear certo nível de percepção sobre a dimensão dos sonhos e desejos que queriam dotar a cidade de alguns melhoramentos e equipamentos urbanos. Para isso, adentrávamos, cada vez mais, em uma “fase” de reconhecimento de pistas e indícios possíveis. Diante deles, guiávamos nossos passos.

Sobre as Fontes e Metodologia... Por outro lado, somadas a essas fontes, outras nos foram surgindo. Sobre elas, poderíamos estender nossa caminhada por mais algumas linhas haja vista à narrativa angustiante, de expectativas desfeitas, de passos incertos, que o relato sobre o contato com essas fontes poderia render. Essas são de ordem mais “primária”, supostamente de referências ao local. Porém, rapidamente devermos registrar certa “angústia” quando, diante da procura por retalhos que nos servissem para enredar esta escrita, não encontramos, nestas primeiras investidas, um número maior de peças que a colorissem dentro de nossas tonalidades subjetivas⁵¹. Corria os idos de 2008, quando iniciamos os passos pela pesquisa e encontro de materiais. Contudo, aos poucos, elas nos foram sendo mais presentes pelos vários lugares que visitávamos. Um trabalho de caça, no qual um registro qualquer, desde que fosse indicativo de passado, de nosso objeto, deveria nos servir de material a ser problematizado à luz de nossas intenções na pesquisa.

Aqui devemos lembrar que, a propósito de afirmar ser a história um conhecimento possível que busca contar, narrar em verdade – dentro das dimensões do provável e do verossímil – as coisas passadas a partir de provas e de controles, nas leituras e interpretações das fontes guiamos nossos passos por fios metodológicos mais gerais, tal como os indicados por Carlo Ginzburg e que trata como “indiciário” a confecção do conhecimento baseado na colheita e na interpretação dos sinais, das pistas e indícios deixados pelos tempos passados. O paradigma, como se propõe chamar, sustenta-se no retorno de um método alternativo que se

⁵¹ Neste ponto gostaria de fazer menção ao posterior encontro com uma vasta documentação “perdida”, esquecida em meio a insalubridades, a umidades e a goteiras num amontoado de caixas empilhadas em um área de serviços, na qual, ironicamente, minha residência liga-se a partir do trilhar de alguns passos. Uma documentação que pertencera a um antigo legislador (vereador) da cidade, Sr. Pedro Paulo de Andrade, que na laboriosidade de seus trabalhos esboça os primeiros manuscritos informativos que narram, sem nenhuma intervenção metodológica – haja vista seu próprio lugar social – episódios da história local. Nesta mesma menção, gostaria de agradecer a Sr^a. Calí e Inácia, que gentilmente, me permitiram vasculhar e recuperar parte da envolvente documentação, a qual usamos a todo tempo, de modo a tentamos refigurar a cidade dentro de nossas proposições e que, em todos os pontos interpretativos que nos ofereceram, possibilitaram o enredar da própria análise e sua escrita. Os agradecimentos tornam-se merecidos uma vez que foram surgindo as problematizações e os referenciais teórico-metodológicos essenciais na construção deste texto, porém nos faltavam fontes, outras fontes além das que se fizeram com a utilização da história oral com os usos da memória, que conectassem com nossas proposituras. Nesta empreitada, me recorro das viagens frustrantes que fiz até a cidade de Umbuzeiro em busca de outras fontes escritas, quaisquer que fossem, que funcionassem como instrumentos de trabalhos e de confronto no enredar dessa história.

põe a ler através das pistas infinitesimais as realidades “mais profundas⁵²”. Pois, diria Ricoeur na leitura de Ginzburg, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – rastros – indícios – que permitem decifrá-las⁵³”. Ou seja, os indícios, “os fios e os rastros⁵⁴”, são marcas de uma opacidade que se tenta desvendar. Da propositura metodológica de Ginzburg, se não pretendemos encontrar *realidades históricas mais profundas*, seguimos as pegadas do autor como possíveis para se trabalhar as fontes que tornaram este texto possível, sobretudo, no tocante a natureza detetivesca com a qual o pesquisador se reveste quando da análise cuidadosa de seus materiais de pesquisa.

Mas, afinal, que segundo “rol” de fontes é este que se presta no sentido de podermos problematizar um dado, uma informação qualquer do tempo, a fim de transformá-lo em objeto de estudo, a enredarmos uma história? Tal questão pode ser respondida, primeiramente, da seguinte forma: deve-se considerar que “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas o historiador faz outra coisa, faz deles história”, na ênfase ao trabalho de transformação semelhante “aquele feito com o mineral já refinado. Transformando, inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as ‘curiosidades’, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história)”⁵⁵.

Não esqueçamos que essa inquietação passa pelas orientações de Bloch, chamando atenção para o fato de que, ao ampliar-se o campo do historiador, amplia-se, indiscutivelmente, a tipologia da sua fonte⁵⁶. De saída, a entrada em cena de novas abordagens para história trouxe a necessidade de ampliar a noção de fonte histórica trazendo para o campo da história novos temas e objetos de estudos. Sorte nossa, posto que, nessa investida, com a redefinição da noção de fonte histórica, o “local” pode ser revisitado com mais frequência.

Em nosso caso, trata-se, primeiramente de algumas matérias e notas do Interior de Umbuzeiro e Aroeiras entre as décadas de 1920 à 1950, veiculadas pelo Jornal A Imprensa de circulação na Paraíba e região no contexto estudado, disponíveis no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Aqui uma nota deve ser acrescida, propositalmente em lugar incomum, diluída em meio ao próprio texto posto que pode nos ser útil em passos futuros: ocorre que, na leitura que fizemos da cidade e suas transformações o Jornal A imprensa, apesar do “filtro” que nos

⁵² Leia-se em Ginzburg, (1989, p. 150).

⁵³ Ricoeur, (2007, p. 185).

⁵⁴ A discussão acerca do fio do relato e a problematização acerca da pretensão de “verdade” da narrativa histórica é tomada de crédito de Ginzburg, (2007).

⁵⁵ Certeau (2010, p. 79).

⁵⁶ Veja na leitura de Bloch, (2001, p. 54).

exigiu a recorrência de uma atenção metodológica devida, foi valioso no sentido de revelar, a luz de um conjunto de narrativas técnicas e autorizadas (matérias, artigos, notas de jornais), muitas das transformações materiais introduzidas na cidade naqueles idos da primeira metade do século passado, ou seja, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940.

Talvez não por acaso, nesse período, Aroeiras, pertencente a então cidade de Umbuzeiro ganharia destaque nas páginas de A Imprensa como um "próspero povoado" que crescia materialmente sob a administração da família Pessoa. Ocorre lembrar rapidamente que, os Pessoa, tradicional família na Paraíba e região, marcaram a história da cidade por tê-la administrado, juntamente com Umbuzeiro, durante várias vezes no recorte temporal de nossa (re)visitação. Logo, essa nota é para indicar que, não sendo esse nosso interesse por hora, a interferência política da família Pessoa na região foi intensa, possibilitando "narrar", registrar a Aroeiras do passado nas páginas de A Imprensa paraibana. Aqui, cabe ao historiador problematizar muitas das tramas que possibilitaram edificar a sua imagem, leia-se, a representação da tradicional família na região. Enfim, apenas para dizer que expectativas futuras podem ser lançadas.

Além da Imprensa, o Jornal A União nos serviu como guia nessa empreitada. A propósito da leitura dessas fontes, a saber, dos Jornais, é preciso levar em consideração, antes de tudo, a possibilidade de serem resultados de certo influxo de interesses, compromissos e paixões como nos mostrou de Luca (2008). O que faz com o pesquisador deva está atento a certos jogos de interesses quando da formulação de matéria publicada nesses periódicos. Por outro lado, para essa autora, o jornal, ou a fonte impressa é tida como possível de se verificar certas experiências passadas, desde que o pesquisador historicize a fonte, posto que, nesta é comum se tentar distinguir a narração do acontecimento e o próprio acontecimento. Resulta daí a necessidade de identificar na fonte as possíveis ligações cotidianas com os diferentes poderes que, de certa forma, podem interferir nas publicações veiculadas pelos periódicos. Talvez porque se deve partir do pressuposto de que a imprensa escolhe, fazendo todo um trabalho de seleção das "notícias" as quais classificam como sendo dignas de chegarem até os leitores. Neste caso, é comum que sejam pintadas com as cores de interesses particulares.

Por outro lado, nessa estrada, outros materiais nos foram apresentados, como os Anuários Estatísticos do Estado da Parahyba entre 1929 e 1933 e muitas informações contidas no Almanaque de História da Paraíba em 1933, todos digitalizados em meio ao Arquivo Àtila Almeida na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Algumas notas e matérias, resumos de reuniões do Legislativo na Paraíba encontrados no Jornal A União disponível no IHGP. O Código de Posturas de Aroeiras e Umbuzeiro de 1926. Além dos inventários *Post Mortem*.

Mensagens de Presidentes e Governadores da Paraíba entre 1903 à 1950; Os livros de Atas com projetos e anteprojetos de leis do executivo e legislativo local entre 1950 e 1960, dentre outras que coligimos e interpretamos ao longo da pesquisa.

Como por exemplo, as fotografias, tidas como fontes históricas, documentos possíveis, desde que observadas as orientações de uma metodologia específica. Sobre as fotografias, comungamos da proposição que elas “muito pode nos ensinar sobre a fisionomia de nossas cidades”. A propósito do uso das imagens fotográficas, poderíamos parafrasear Cabral Filho e afirmar que “supomos a análise das imagens fotográficas como documentos que permitem uma aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que, historicamente, permeiam as sociedades⁵⁷”. Pensada enquanto documento, nossas convicções partem da premissa que diz ser as imagens “o resultado direto de sociedades históricas para imporem-se ao para o futuro, voluntaria ou involuntariamente”, como nos lembra Cabral Filho na *Leitura de Le Goff*⁵⁸.

Importa destacar que a possibilidade de tomar a fotografia enquanto um registro histórico investe na assertiva de que remetem, antes, a um passado vivido, representado, experienciado e “nos ínsita a imaginarmos determinadas situações a partir de uma simples paisagem, quer urbana, quer rural; aproxima-nos de modos de vida diferentes dos nossos, de modas, de hábitos, de formas de viver [...]”⁵⁹.

Contudo, tais imagens quando utilizadas como fontes históricas, documentos/monumentos, o historiador deve levar em consideração algumas preocupações referentes a forma sobre o como “usar” tais impressões do tempo nas pesquisas históricas. Falamos em termos de método, e sobre isso, Dubois nos fornece caminhos, como lembra Cabral Filho, na leitura do autor francês, o pesquisador deve buscar nas imagens fotográficas a “sua condição de índice, isto é, os signos que expressam, num determinado momento histórico, uma relação de ligação, de pertencimento, de existência contemporânea com o seu referente⁶⁰”. Ou seja, para ele, a riqueza da imagem fotográfica reside em seu caráter “indicial”, sendo essa dimensão a que deve ser analisada pelo historiador.

Neste caso, seria possível pensar a fotografia enquanto pertencente há um tempo referente, que nos possibilita perceber certos “sinais” indicativos de um passado possível de ser acessado. Logo, entender a fotografia e sua relação com os sinais do tempo, completa

⁵⁷ Sobre o uso da fotografia pensada enquanto documento que fala do passado ver Cabral Filho (2009, p. 15-42). no texto Intitulado: *Imagens e imagens: a pretexto de uma introdução*.

⁵⁸ (LE GOFF, 1994, p. 548, Apud. CABRAL FILHO, p. 20).

⁵⁹ Sobre o uso da fotografia pensada enquanto documento que fala do passado ver Cabral Filho no texto Intitulado: *Imagens e imagens: a pretexto de uma introdução*. (Cf. FILHO, 2009, p. 15-42).

⁶⁰ Cabral Filho (2009, p. 25).

Cabral Filho (2009, p. 25), “acrescenta a necessidade de compreensão das motivações que geraram tais fotografias”, pois “no processo de realização do seu trabalho de pesquisa com essas imagens, é fundamental que o pesquisador identifique os interesses que as fizeram surgir, o que as informou, que realidade social propiciou a sua produção”.

Pensando assim, concordamos com o autor (CABRAL FILHO, 2009, p. 26), quando na leitura de Boris Kossoy, afirma que “as fotografias, assim como qualquer outra modalidade de documento, não devem ser tomadas como expressão fiel da realidade” de modo que “a sua capacidade informativa depende da contextualização com a experiência histórica no tempo e no espaço que propiciaram a sua realização”. O confronto de informações, o questionamento das imagens fotográficas, talvez, na clara pretensão de separar o possível, o verossímil do falso, dos falseamentos que uma imagem pode conter, deve ser levado em consideração, lição primordial, na investida de tomar a fotografia como fonte histórica, documento que traduz em si um referente passado.

Resta precisar, que esse maço de fontes possibilitaram cruzar informações, confrontar narrativas na pretensa de se está submetendo nossa investida ao senso da “crítica histórica”, de modo a “examinar as fontes a fim de distinguir o verdadeiro do falso, e, para tanto, em ‘fazer falar’ testemunhas das quais se sabe que podem enganar-se ou mentir, não para confundi-las, mas ‘para compreendê-las⁶¹’”. Aqui, lembramos ao leitor que quando coletadas e interpretadas, começamos a perceber que em meio ao aparente silêncio dessas fontes havia um sequestro de vidas, de certas experiências vividas em um outro tempo e que alcançavam em tais objetos palpáveis a possibilidade de assegurar certa dimensão vivida. E, aos poucos, fomos percebendo que tais fontes nos indicavam sobre certas transformações pelas quais passou Aroeiras entre as décadas de 1920 e 1960.

Contudo, para além destes, dada a escassez de outros materiais “impressos” que pudessem nos ser útil em nossa investida, à memória nos foi surgindo como possível para se compreender tais transformações. Principalmente para registramos sobre como tais transformações eram *recepcionadas*, sentidas por muitos de seus antigos habitantes. Neste caso, supondo a presença de um ausente, a memória foi pensada enquanto representação do passado entendendo-a igualmente como um fio, fonte histórica, mediada pela utilização da história oral⁶², de inteligibilidade desse tempo escoado.

⁶¹ Veja-se Ricoeur na leitura de Bloch sobre a “luta com o documento” para registrar a entrada da crítica histórica na relação com os testemunhos do passado (RICOEUR, 2007, p. 183).

⁶² As referências sobre o método da história oral buscamos os apontamentos feitos por Alberti (2010).

Aqui, a fonte oral é mediada por uma metodologia específica. Para Alberti (2010, p. 155) “a História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história” e “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram, ou testemunharam, acontecimentos do passado e do presente”. Quando da identificação dos testemunhos na primeira fase da operação, a memória, tomada enquanto registro oral indica igualmente certa dimensão do vivido que pode ser acessado. Por assim dizer, a memória nos aparece mediante uma operação presentificada, na oportunidade em que se torna impossível a incursão ao passado da cidade, sob a companhia dos relatos de memória, sem que haja uma relação com os utensílios e referências teóricas e metodológicas existentes em nosso tempo, o tempo da própria história. Esta operação torna-se viável mediante a adequada articulação pela metodologia da história oral, agenciada por uma recorrência ao procedimento de coleta dos relatos através das entrevistas.

Para Alberti (2010, p. 158), após algumas mudanças de ordem teórica e metodológica das Ciências Humanas, que com “o tempo deixaram de pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade”, a fonte oral passou a ser identificada como possível de transmitir uma dada visão de mundo, ou ainda, uma representação de uma dada experiência passada. Aqui, para não cairmos em muitos dos equívocos praticados por certa postura “militante”, pensamos ser uma fonte que “como todas as fontes, necessita de interpretação e análise”. Atentando para essa questão, estamos convictos de que, no caso da memória mediada pela “História oral”, pode ser “um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”, como nos mostrou Alberti (2010, p. 164).

Tomando a história oral como guia, deve-se registrar que algumas entrevistas foram recolhidas, entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2008, e maio de 2009, a partir do contato, em momentos distintos, com antigos moradores locais, ampliando as nuances de inteligibilidade do espaço urbano, percebido através da memória. Nesses encontros, os narradores compuseram um grupo de oito pessoas, sendo três mulheres e cinco homens, entre 65 e 86 anos, que nos narraram sobre caminhos da “cidade” de Aroeiras no período de nossa reavistação.

Tempo lembrado individualmente, os relatos se remontaram a períodos de passagens em suas vidas de um tempo passado, oscilando com lembranças, referências e indicações a um presente vivido pelos próprios narradores. Pois, trata-se do encontro com a evocação das

“lembranças de velhos” e estamos convictos de que “o homem velho já viveu sua vida”. De modo que “ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, as lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando conscientemente do próprio passado, da substância mesma da sua vida⁶³”. Devemos lembrar que, em nosso exercício, a fonte oral, ou seja, a memória mediada pela oralidade, foi, por muitas vezes, confrontado e cotejado com outras fontes.

A história... A memória... Notas de um diálogo epistêmico... Vendo as coisas assim, o caminho requerido para fins desta incursão nos orienta na contramão dos que defendem ser a história guardiã da memória e magistrada do passado, ou ainda, em sentido contrário, incrédula quanto a qualquer possibilidade de se contar o passado, mesmo que de forma aproximada, verossímil, creditando nos testemunhos, propondo total distanciamento em relação a certa postura de compromisso em se contar a “verdade” sobre o passado⁶⁴.

Não se trata, contudo, de percorrermos caminhos que indicam ser o historiador juiz do passado, ou de renunciarmos a toda e qualquer pretensão em se verificar e compreender o que pode ter acontecido nesse tempo escoado. Ao contrário, mesmo reconhecendo tal tensão, nossos passos são conduzidos pela possibilidade de tomarmos os relatos de memória como caminhos de acesso ao passado de modo a creditarmos nas lembranças memoráveis como formas de representação desse tempo, como indício de que algo aconteceu e que, este, ganha significações possíveis transpostas na forma de testemunhos⁶⁵.

O testemunho, lembramos de acordo com nossa entrada no programa da operação historiográfica, em última instância atesta que algo aconteceu um dia e que esse algo pode ser acessado pelo historiador. Ele diz: “eu estava lá”, de modo a solicitar que lhe deem crédito. E, neste sentido, ele remete a uma cena vivida em meio à experiência social, seja ela, individual ou mesmo grupal. Assim, ele difere do documento. Pois, o documento é aquele que encontramos nos arquivos. O processo do seu enquadramento permite ao historiador, de ofício, acessar determinados acontecimentos passados.

Diria Ricoeur, “o testemunho é originalmente oral, ele é escutado ouvido”. O testemunho dá uma sequência narrativa à memória declarada. Já o documento, aquele que encontramos nos arquivos, é escrito, consultado na medida em que nos “arquivos o historiador profissional é um leitor⁶⁶”. Ambos, contudo, no plano da operação historiográfica, são submetidos ao programa da crítica que consiste em separar os testemunhos falsos dos

⁶³ Conferir a função social da memória de velhos em Bosi (1994, p. 60)

⁶⁴ (Cf. LORIJA, 2009, p. 18/9).

⁶⁵ (Cf. RICOEUR, 2007, p.172/3).

⁶⁶ (Ibidem. p. 176).

verdadeiros sob a verificação do vestígio memorável ou documental, de modo a pôr a prova os fatos e acontecimentos do passado. Essa seria a principal estratégia da “prova documental”, sendo que “a aceitação (ou o repúdio) da credibilidade da palavra que testemunha o fato é substituída pelo exercício crítico, que submete ao regime do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável os vestígios do passado⁶⁷”.

Tal assertiva nos leva à compreensão de que à memória está ligada a uma pretensão, ou seja, “a de ser fiel ao passado”. É que no trabalho com a memória “a experiência chave é a do reconhecimento, graças ao qual a imagem presente é tida como fiel à feição primeira.” (...) a partir dela, ou do ato de rememoração, “podemos reconhecer, nos reconhecer, naquilo que já vivemos”. Nessa possibilidade, é preciso por em dúvida a memória sem, contudo, esquecer de creditar na “memória positiva”, acionada presentificadamente, que pode relembrar sobre o passado, mesmo sabendo que nem toda memória é imparcial⁶⁸.

Sobre isto, nosso olhar se volta ao argumento de Paul Ricoeur (2007) que chama atenção para os benefícios em torno de uma "política da justa memória", o que inclui as possibilidades de uma memória "esclarecida pela historiografia", ao agenciamento de tomar como caminho os propositos por uma historiografia profissional, crítica, passível de "reanimar uma memória declinante", torná-la mais confiável. Embora, mesmo que aproximadas, “a memória e a história continuam sendo incomensuráveis”. Pois, de acordo com a “epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica”, o saber histórico “pode contribuir para dissipar as ilusões ou os descontentamentos que durante muito tempo desorientaram as memórias coletivas⁶⁹”.

Em face dessa constatação, devemos considerar as preocupações de Ricoeur sobre os excessos de memória aqui e as memórias de menos acolá, fadadas à repetição e falta de investigação crítica. Sobre isso Loriga (2009), na leitura de Ricoeur, chamou de "trabalho de memória" ao invés de “dever de memória”, um conceito desprovido de qualquer declinação imperativa, que implica um trabalho de luto “penosamente libertador”, onde no “horizonte desse trabalho, perfila-se justamente uma ‘memória positiva’⁷⁰”.

Com preocupações parecidas, ou seja, de modo a problematizar a produção das memórias coletivas e individuais por via de uma análise crítica, identificando os critérios de validade e aceitação de tais memórias, Pollak (1989, p. 7) salientou que “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a

⁶⁷ (Cf. CHARTIER, 2009 p. 22).

⁶⁸ (Cf. LORIGA, 2009, p. 20).

⁶⁹ Chartier, (2009, p. 24).

⁷⁰ (Cf. LORIGA, 2009, p. 22).

análise de sua função”, pois, “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra... em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes...”. Discorrendo sobre a problemática da memória no que tange ao seu “uso”, seus “enquadramentos”, atentando que esta também é fecunda em silenciamentos, interditos, esquecimentos e tensões que se escondem entre as frestas da aparente solidificação da memória coletiva, grupal, ou mesmo individual.

Para Pollak (1989, p. 13) “uma história de vida, colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser representada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada”. Submetendo-a aos procedimentos críticos, podemos perceber que “tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados⁷¹”, sendo, portanto, preciso atentar aos jogos de representações sob as quais determinadas memórias são fundadas.

Contudo, no tocante a produção das memórias, a serem apropriadas pelo discurso historiográfico, nos torna pertinente observar os apontamentos de Halbwachs (1990, p. 53/54) sobre a memória coletiva e individual. Para ele, “a memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas”, na instância em que elas se entrecortam no movimentar-se pelas lembranças do passado. Entretanto, “a memória individual não está inteiramente isolada”, sendo esta, em muitas vezes, acionada a partir de pontos de referências que se estabelecem a partir das lembranças dos outros, ao ponto que a memória individual é acionada pela lembrança do que “vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros”.

Por outro lado, para Pollack (1989), a memória coletiva pensada por Halbwachs (1990) oculta os silenciamentos, os interditos, os esquecimentos e as tensões que se escondem entre as frestas da aparente solidez da memória coletiva e/ou grupal. Ele desconfia da perenidade da memória coletiva, de modo a atentarmos para as pedras que mudam o percurso desse rio, ou ainda os grãos, as partículas de areia que dão forma, embora apareçam compactas, a própria solidez da memória do grupo, dando a ver as negociações, as tramas e estratégias que a tornam representante de um todo harmonioso, admissível de ser lembrável. Para ele, Halbwachs “longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de

⁷¹Pollak, (1989, p. 13).

dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum⁷²”.

Nas problemáticas postas ao uso da memória e da (re)memoração, leia-se "trabalho com a memória", estas são entendidas como representações ajustadas com o desejo de se fazer dar coerência e sentido ao passado. Cabendo, contudo, ao historiador questionar a aparente solidez com que determinadas memórias são construídas, pensadas, dadas a ler, trazendo à tona as dimensões de possibilidades de leitura e inteligibilidade dos terrenos arenosos em que as memórias sobre o passado são sedimentadas. Reconhecendo, inclusive, os silenciamentos que repousam entre a memória declarada e a representação historiadora, a saber, a própria história que se apropria da memória e da (re)memoração, que (re)constrói em falas e lembranças as experiências vividas no passado.

Aqui, igualmente pensamos que o trabalho com a História oral, por meio dos relatos orais de memória, nos termos de Alberti (2010, p. 167), “pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação”. Uma vez que “a memória é essencial a um grupo por que está ligada a construção da sua identidade. Ela [a memória] é um trabalho de organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade”. Diante disso, estamos convictos que “as disputas em torno das memórias que prevalecerão em grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo”.

Não esqueçamos que a memória parte do presente, “de um presente ávido pelo passado cuja percepção ‘é a percepção veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais’”. A fonte oral, requerida pela recorrência às memórias individuais e/ou coletivas, “sugere mais do que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa⁷³”. Esta observação será recorrente em alguns pontos dessa caminhada por entre as ruas do passado urbano aroeirense, talvez, para se problematizar certas memórias coletivas que se fizeram sobre esse passado.

Com estas colorações, no enfoque que trata da relação entre história e memória, mesmo não sendo esse o nosso principal foco, devemos considerá-las enquanto elementos distintos, sendo que, esta última, utiliza-se da memória, seja coletiva ou individual, criteriosamente na observação de caminhos teóricos e metodológicos específicos, como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico, que se lança sobre o passado,

⁷² Ibidem p. 3.

⁷³ Leia-se em Bosi sobre o uso da memória na leitura de Nora (nota 4) no tópico sobre a História Oral, Histórias de Vida (Cf. BOSI, 2003, p. 20)

uma vez que a história não tem acesso ao passado se não indiretamente. Por outro lado, ambas, memória e história, entrelaçam-se na medida em que se compreende que são representações de uma coisa ausente, são práticas voltadas à “*recordação ativa do passado*”, sendo que, a memória, enquanto representação da coisa ausente em substituição por uma imagem, se dá na medida em que o “sujeito se lembra sem as coisas e com o tempo”⁷⁴.

Neste exercício, nos soa igualmente coerente às discussões tomadas de crédito de Certeau (1994) quando chama atenção para os usos da memória e a ocasião da fala. Para o autor, pensando a memória em sua relação com uma operação presentificada, “continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela, no ‘momento oportuno’ de maneira ainda temporal embora contrária ao ato de se refugiar na duração. O resplendor dessa memória brilha na ocasião”. Levando-nos a crer que “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”⁷⁵.

Enfim, dito isso, pensamos que “se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador vem aos arquivos com perguntas, como nos alerta Ricoeur (2007, p. 188) “as noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental”. Pois, “é armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação nos arquivos”. Nesses termos, em nosso empreendimento narrativo, os fios que conectam nossas questões podem ser guiados pelas seguintes preocupações, pensadas num primeiro plano com vistas a investigar as transformações da cidade: que mudanças, *reformas e melhoramentos urbanos* foram introduzidos em Aroeiras nesse recorte de 1920 à 1960? Ou ainda, como se deram as transformações urbanas na cidade de Aroeiras nos idos de 1920 a 1960? Como, certas “memórias oficiais”, a exemplo das metérias dos jornais os quais mantivemos contato, decantaram a introdução de tais melhoramentos?

Para além destes melhoramentos, uma segunda questão parece-nos pertinente fazer notar: de que modo tais mudanças materiais irão interferir, ou não, no interior da vida cotidiana de seus moradores? Para nos atermos a pensar o nível de percepção, as relações simbólicas com que tais mudanças foram sentidas e que, de um modo ou de outro, também ganharam forma e abrigaram-se pelas ruas dessa cidade situada no passado. Sobre a cidade do desejo que a urbe do passado aroeirense nos revelava, questionamos: qual a cidade (Aroeiras) que se tinha e qual a cidade que se queria ter naqueles idos de 1920-1960? Que ritmo de vida pode ser dito como característico, pertencente a cidade - a Aroeiras em seu passado -, recorte

⁷⁴(Cf. LORIGA, 2009, p. 20)

⁷⁵(Cf. CERTEAU, 1994, p. 158).

de nosso objeto de estudo? Como os seus antigos moradores e os poderes legalmente instituídos pensaram a construção da “cidade” naqueles idos de 1920 e 1960?

Supomos que tais questionamentos pretendem acessar a dimensão de certas práticas articulando nossa atenção à possibilidade de investigar “os usos”, “consumos” como nos lembra Certeau (1994) e “apropriações” na esteira de Chartier (1990) que se fizeram desta ou daquela conquista material. Neste ponto, tentaremos mensurar o nível das percepções em busca de como estes instrumentos alteraram, ou não, o nível da vida cotidiana de seus habitantes. Enveredamos, neste percurso, por trilhas abertas a partir da análise das “sensibilidades” e das novas práticas de “sociabilidades” inscritas no ambiente urbano da cidade após a chegada desses instrumentos.

Ao fazê-lo, estaríamos em contato com as proposituras investigativas apoiadas na chamada “História Cultural”, tal como discorre Chartier (1990), na medida em que esta se faz na possibilidade de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. No entanto, a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, de percepção e apreciação do real uma vez que as representações podem ser pensadas como “... esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Destacando ainda que as representações do mundo social “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”⁷⁶

Diante de tais proposições, poderíamos oportunamente nos perguntar, estaríamos diante da possibilidade de “mensurarmos o imensurável”⁷⁷? Caso positivamente, problematizando muitos discursos, memórias e falas sobre tais transformações para investigar sobre os usos, as significações que se fizeram deste ou daquele equipamento e/ou melhoramento urbano, poderíamos mudar o estatuto da questão sobre “o que se introduziu”, a materialidade do acontecimento, invertendo “discretamente”⁷⁸ a sua lógica para enfatizar o “como” as pessoas se apropriaram da introdução desses equipamentos e melhoramentos urbanos?. Ora, desse modo, sairíamos em busca das formas de percepção do mundo social, ou ainda, em busca de (re)apresentarmos, “as formas pelas quais os indivíduos se dão a perceber,

⁷⁶ Chartier, (1990, p. 17).

⁷⁷ A discussão remete a problemática feita por Pesavento (2004, p. 1) quando esta aponta para a dimensão das sensibilidades do passado entendida “como uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social.”

⁷⁸ Sobre o conceito de “questão indiscreta”, ver texto de apresentação: **Histórias de uma Pesquisa**, GIARD, In. CERTEAU, (1994, p. 10).

comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos.”⁷⁹

Expostos os passos preliminares de como a pesquisa se fez, cremos criar as condições de possibilidade de acessar o nosso objeto de estudo tentando conectar os “porquês” das questões as quais propomos. O faremos no desejo de enredar uma representação narrativa do passado, possível dentre tantas outras. Ou seja, de reconstruir em representação o ausente passado de transformações urbanas em Aroeiras. Sobre isso, estamos convictos de que não há experiência histórica no tempo que não seja narrada. E, correlativamente, a narrativa torna o tempo da experiência humana histórica⁸⁰. Plausível. Mensurável. Compartilhada publicamente.

Desse modo, nossa narrativa tem por destino o (re)conhecimento de uma cidade por meio de alguns percursos possíveis de conhecê-la. Logo, tal (re)conhecimento está disposto pelo passeio em três percursos (aqui entendidos como os capítulos desta pesquisa). Pontos de parada e de (re)encontro de acordo com as possíveis idas e vindas do leitor. Eles foram estabelecidos para dar um melhor auxílio na visitação e conhecimento dos seus propósitos.

Iniciando o nosso primeiro percurso, faremos um passeio pela Aroeiras situada na primeira metade do século passado, visualizando o contexto em que ainda era povoado e Vila pertencente a então cidade de Umbuzeiro. Neste percurso, faremos uso de uma espécie de “cartografia” da “cidade” na tentativa de fazer (re)conhecer o cenário da (re)visitação no momento em que compartilhava muitas de suas conquistas materiais com Umbuzeiro, sede do município. Antes, contudo, faremos menção ao “relato” pensado enquanto transporte teórico-conceitual que nos conduzirá pela travessia de temporalidades históricas específicas. Compreendida nossa incursão enquanto operação narrativa, um “relato” que expressa uma leitura do tempo, esse percurso ainda se faz necessário para que não haja equívocos e frustrações quanto ao itinerário a percorrer. Pois, faremos notar certo modo de vida característico de pequenas cidades como Aroeiras e também Umbuzeiro em que pese atestar que os limites entre o urbano e o rural não estavam totalmente definidos.

No segundo percurso entraremos na cidade no contexto da década de 1950. Neste contexto tentaremos manter contato com muitos dos sonhos e desejos de se transformar a cidade, de atribuir-lhe forma urbana. Por lá, as formas da urbe do desejo, sonhada, se opunha a (des)configuração rural que se fazia presente em seu perímetro urbano naquele contexto em que Aroeiras se “constituía” enquanto cidade por meio de sua emancipação política. Aqui

⁷⁹ Pesavento, (2004, p. 3).

⁸⁰ Veja-se as considerações de Gentil sobre a tese de Ricoeur (GENTIL, 2010, p. XI).

entrará em cena as lutas de representação em torno da cidade que se tinha, a Aroeiras “acanhada” e “atrasada”, e a cidade que se queria ter, em sintonia *com o mundo moderno, com o progresso decantado em outros centro maiores do Brasil*.

Nas décadas de 1950/1960, teremos uma maior oportunidade para conhecer a cidade e suas transformações pelo viés das lembranças construídas a partir das vivências antigas de nossos narradores. Neste momento, é hora de (re)conhecer o cotidiano e suas teias inter-relacionais, os “usos” e “apropriações” dos lugares, dos espaços de sociabilidades, de alguns equipamentos e instrumentos modernos, bem como as experiências que decorreram a partir de tais transformações urbanas, por via da memória e da fala de quem às viveram.

Em nosso terceiro e último percurso, tentamos pensar certas formas de morar e viver na cidade, especificamente, na Aroeiras daqueles idos de 1950-1960. Uma entrada reveladora e desafiante posto que buscamos perceber outros aspectos da vida cotidiana em sua face coletiva e privada enveredando rapidamente pelo interior da casa e saindo pelas ruas ao encontro de algumas formas de sociabilidades que o seu universo poderia nos indicar. O caminho é reivindicado a partir do entendimento de certa indicação teórica que trata da “cultura material”, possível de se verificar as mudanças de hábitos cotidianos, coletivos e individuais perceptíveis a partir dos sentidos atribuídos ao contato com tais transformações. Ao propormos a entrada nas formas de morar, usamos de alguns inventários *Post Mortem*, fonte comumente usada em trabalhos que tratam da cultura material.

Contudo, explicitado nosso plano de viagem, delineado os itinerários que comporão nossos percursos, passemos agora ao início dessa incursão, esperando que ela seja tão reveladora a você leitor quanto foi para nós durante todos os momentos de planejamento e montagem de nossos percursos, ou ainda, durante o desenrolar da própria pesquisa. Não temos dúvidas quanto ao propósito narrativo que guiam os passos dessa pesquisa. Logo, se consideramos a história enquanto um conhecimento possível, deve-se dizer que na junção entre o “mundo do texto”, “o mundo do autor” e “o mundo do leitor”, ela teria a função de oferecer um caminho para que o homem tome consciência de sua presença no tempo, de sua condição histórica, temporal. Uma acepção que, guiados por Ricoeur (2007), permite-nos afirmar que o nosso empreendimento adere a uma postura “hermenêutica” de inteligibilidade da “experiência histórica”, como nos lembra Dosse (2001, p. 73).

Aqui, uma nota poderia nos ajudar. Ocorre que na propositura de pensarmos a história enquanto “Mimese”, representação, tal como nos lembra Ricoeur (2010)⁸¹ na relação entre

⁸¹ Na hipótese de trabalho esboçada por Ricoeur em “tempo e narrativa” na década de 1980, Dosse (2001, p. 79) verifica que o filósofo francês situa-se “firmemente em sólida filiação hermenêutica”, quando a hermenêutica sai

Mimese I, Mimese II e Mimese III, circularmente indicando a presença de um tempo pré-figurado - o tempo da experiência vivida -, um tempo configurado - ou a configuração textual do campo prático produzida pelo historiador - e, completando o círculo, a identificação de um tempo refigurado, de leitura e recepção por parte do leitor ao tempo narrado, teríamos uma representação que parte da vida e deveria retornar a ela enquanto aprendizagem.

Em nosso caso, partindo da hipótese de que não há experiência histórica que não seja narrada, o destaque é dado a Mimeses II (configuração textual), situada como mediadora entre o vivido da experiência passada e o mundo do leitor, a vida do próprio leitor que, podendo aprender mais sobre a vida, com as experiências passadas configuradas na narrativa, tem a oportunidade de aprender, devolvendo a sua aprendizagem ao próprio vivido. Isto para dizer que a configuração textual dá forma temporal e lógica a experiência vivida. Contudo, no círculo hermenêutico da experiência histórica, o sujeito lê, interpreta, compreende, apreende e narra. De lembrar que, quando da entrada no campo da hermenêutica do tempo, a história, enquanto conhecimento deve ser uma atividade puramente intelectual, mas, quando reflexiva sobre a vida, deve ser devolvida a ela, ou seja, a própria vida de onde foi retirada para que possa servir para nos ensinar a viver⁸².

Afinal acreditamos que os sujeitos que viveram aprenderam com suas próprias vivências, noutros termos, acumularam experiência. Logo, quando da possibilidade de nos apropriarmos de uma configuração narrativa, em nosso caso, de um texto de história, é possível também aprender com as experiências passadas, avolumando nossa bagagem, preenchendo nosso espaço de experiência. Pois, como eles, também vivemos, sonhamos, desejamos, criamos expectativas, sentimos medos, angústias, enfim, somos igualmente sujeitos históricos de passagem pelo tempo.

Aqui o leitor tem um papel central. Primeiramente porque, como receptor (recriador da narrativa histórica), exerce um papel de controle sobre possíveis dimensões ficcionais da narrativa na medida em que espera da história narrada uma leitura possível e verossímil, uma intenção de verdade, auxiliando no papel da crítica. E, como recriador, pode-se dizer, ele também dá vida ao texto que segue. Sobre isso, lançamos a ele o desafio de seguir viagem conosco por estrada narrativa.

de "seu horizonte regional, religioso, para dotar-se de um programa geral de elaboração de regras universais válidas, a fim de aproximar o que está longe, de superar a distância cultural, portanto de fazer progredir a compreensão do outro". Assim, a história se daria a compreender o outro - sujeito do passado - e de si mesmo - sujeitos do presente -, mesmo que considerando a distancia temporal

⁸² Veja-se leitura de Barros (2011, p. 254-5) sobre Ricoeur.

Ora, se se acreditar que os olhos lêem à vida, conforme nos indica Rezende (1997), essa investida torna-se tentadora. De modo que a partir de sua operação – um ato leitor – dos movimentos que insinuam e produzem, é possível representarmos o mundo e sobre ele inscrever outras cores, criar imagens, cartografar novos enunciados, textos folheados e inscrever nossos usos, apropriações e consumo. Mas, é bem verdade, nessa viagem, não esqueçamos do coração. Ele pode nos revelar outros caminhos, outras sensações que marcam nossa passagem pelo tempo. Juntamente com os olhos, ele nos ensina sobre a vida.

Creemos que o visível e o invisível fazem parte da vida, inseparáveis, ligam-se e separam-se na confecção dos caminhos labirínticos criados pelos mais variados sujeitos em determinados tempos e espaços. Sendo assim, a operação do olhar somadas as sensações experimentadas pelo coração sempre permite a atualização, novas leituras, reinvenção, em nosso tempo, das imagens e enunciados que configuram e refiguram o objeto em análise. Assim, torna-se notório que este texto não será possível sem que se arrolem sobre ele outras sensibilidades, não menos importantes, por parte do leitor caminhante que conosco segue passagem, diante de suas singulares operações leitoras.

Ora, leitor caminhante, se é possível dizer que marcamos esse texto, devemos pensá-lo como fruto de um trabalho sem trégua, árduo, compartilhado/solitário, noturno, silencioso, movido por um desejo incontrolável de acessar e se tentar compreender vidas e experiências passadas. Enfim, carrega em si as marcas de outro tempo, aquele que lhe possibilitou existir enquanto configuração narrativa.

Se assim pensarmos, caro leitor, é possível que ao seguir caminho por entre as linhas dessa escrita que narra, fragmentariamente, momentos de construção de uma cidade no tempo, se saboreie de certas sensações marcadas e impressas neste texto. Espera-se que experimentem visualizar o que aparentemente não está presente nessas linhas escritas. E, que sintam, na junção de cada palavra, na introjeção de cada enunciado, o enredar de uma cartografia urbana desenhada sobre a cidade em análise em um tempo específico. *Esse outro* que situa-se no passado.

Com isto não se intenta fechar linearmente os caminhos particulares que pretendam seguir, ou seja, não se intenciona apagar e/ou encerrar os caminhos que se abrem nessa escrita numa composição plena e/ou de acordo com que ela venha representar para nós. Desejamos, ao contrário, que em suas passagens, ao seguir caminho, deixe o relevo multiforme dessas páginas, tidas como caminhos de entradas e saídas, deslizar sem pressa por entre suas mãos, e que, ao seu modo, consinta essas folhas se movimentarem em vai e vens inconstantes tais

como a coreografia produzida por pássaros que beijam em ré, antes de seguirem voo, dançando e rodopiando por entre flores.

E, sempre que possível, na passagem de cada página, perceba os sopros que se delatam e gritam, desafinam a aparente sinfonia dessas linhas tornando este texto um caminho de passagem, uma abertura fecunda em frestas menores. Desejamos, assim como marcamos a narrativa sobre objeto de nossa análise, que você também “marque” sobre este texto suas atividades. Apenas assim, ao produzir sobre ele uma operação de “consumo”, ou ainda de “apropriação”, felicita-nos saber que ele poderá ser estilhaço integrante, partícula componente, assim espera-se, de outras histórias, proposituras e textos possíveis. Que possa, em outras situações e contextos, reabrir o tempo conectando a outras experiências. Se assim for, atestará que passamos e, naquilo que temos de finito, atestaremos certa infinitude por toda a sua existência. Que ele possa guiar outras partes... Por isso, confiamos a você leitor o desafio de seguir caminho pelas páginas que seguem...

Com este intuito, para que não se estabeleça por completo o silenciamento dos enunciados que se produziram, ousamos envernizá-lo, colori-lo, sonorizá-lo a luz de certas sensibilidades/subjectividades, esperando que você, que dará vida a esta história, a escrita e a este texto, imprima novas sensações, novos olhares, novas cores, específicas significações, incessantemente, sempre que possível, a narrativa que por hora apresenta-se. Aqui, a narrativa continua seu percurso e, como dissemos, ela se figura como uma via de caminhos transitáveis. Sempre aberta, objetivando fazer com que se compreenda o outro, que se aprenda mais sobre a vida, sobre a nossa existência, nossa condição histórica, temporal. Sendo assim, só nos resta desejar... Boa Viagem! Era uma vez...

PERCURSO I

(A narrativa... A Revisitação)

1. ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: IMAGENS, FALAS E ESCRITAS SOBRE O RURAL E O URBANO EM AROEIRAS.

A vida do campo e da cidade é móvel e presente...
Raymond Williams.

O Plano de Viagem...

Caro leitor... Antes de seguirmos caminhos por estradas específicas, cabe tecer algumas breves considerações sobre o empreendimento narrativo que apresentamos. Vejamos...

1.1 - O relato... A narrativa...

Se se diz que todo relato, seja ele cotidiano e/ou literário, é um relato de viagem que pode nos servir sutilmente de *transporte coletivo* em nossas passagens pelo tempo, eis que o texto apresentado figura com esse tipo de “metáfora”, de modo que nos auxiliará na condução pela travessia de temporalidades históricas particulares, a saber, compreender partes da urbe do passado que a cidade de Aroeiras abriga.

De fato, o relato faz “a viagem antes ou enquanto os pés a executem⁸³”. Se se entender por isso que “os relatos são percursos de espaço” e que deles nos apropriamos em nossas viagens cujo “itinerário”, leia, espera (re)conhecer determinados lugares e seus movimentos situados em um passado mais ou menos remoto, ou seja, um tempo que passou.

No trânsito pelas temporalidades históricas, acreditamos que a narrativa histórica preenche a *brecha* entre as percepções de um passado vivido e o presente do historiador. Isso porque ela atua na ordem do espaço vivido no tempo, mas por meio de representações que operam na forma de uma linguagem que narra e descreve na ordem dos acontecimentos

⁸³Para de Certeau, o relato, seja cotidiano ou literário, pode ser pensado como um transporte coletivo que nos conduz de um lugar a outro. No caso do relato histórico é possível atribuímos ao “trânsito uma modalidade ‘epistêmica’, referente ao conhecimento”, de modo que assume uma função narrativa que nos permite (re)conhecer as histórias contadas “de passados mais ou menos remotos”. (CERTEAU, 1994. p. 182).

passados⁸⁴. Como se a “história” desse a ver a si mesma pelo curso das unidades de sentido fornecidas pela narração histórica⁸⁵, a saber, como se a experiência vivida só fosse captada por meio dos sentidos que operam sobre ela, ou seja, pelo “dito” da história.

Posto no plano da teoria da história, a narração, para Koselleck, constitui um conector, uma mediação para ligar o “espaço de experiência” com o “horizonte de expectativas”, ou seja, entre um tempo que não é mais e um tempo que virá por meio da experiência presente. Sobre o “espaço de experiência”, pensado enquanto uma categoria conceitual de uso da teoria da história, lembra Koselleck (2010, p. 309) “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. Noutros termos: o espaço de experiência diz respeito a experiência cumulativa do passado que de algum modo chega no presente, através da memória/oralidade, da tradição, das gerações e/ou dos vestígios diversos resultantes dos sentidos atribuídos a experiência vivida e que recebe forma de linguagem. Logo, o que se configura no espaço de experiência dos sujeitos do passado pode ser dito pela história, podendo se falar em um “veto da fonte” em que, sem o espaço de experiência, não há história, conhecimento sobre o passado.

Tal categoria, embora de uso da teoria da história, é fundamental para a vida dos sujeitos por indicar que algo foi vivido, logo, foi apreendido e, em um dado presente, assegura certa aprendizagem diante da própria vida. Para o historiador, o espaço de experiência, por assegurar que algo aconteceu, permite contar o passado, já que a experiência cumulativa do vivido chega no presente, atestando que as fontes, os vestígios contém marcas do vivido, do espaço de experiência, do passado que virou presente. Daí poder se falar em passado/presente.

No par passado/presente o futuro ganha sentido na categoria de “horizonte de expectativa”. Posto que, o acúmulo de experiência (espaço de experiência) gera, no presente, “expectativas futuras” em relação ao curso da vida. Tem-se o “horizonte de expectativas” que, em síntese, diz respeito aos nossos sonhos, desejos, medos, “utopias”, oriundos da marcha humana em direção ao (sobre)viver e que são lançados ao futuro. Nessa categoria, o passado, por meio do presente, vira futuro, ou seja, no entrelaçamento entre futuro/passado por meio do presente.

⁸⁴ Leia em Koselleck a dimensão da narrativa histórica enquanto uma representação do que aconteceu no passado. Sobre isso, afirma, “a constatação de que de uma ‘história’ já se encontra previamente configurada antes mesmo de tomar a forma de uma linguagem limita não só o potencial de representação como também exige que do historiador que se volte necessariamente à fonte em busca de fatos”. (Cf. KOSELLECK, 2006, p. 134-145).

⁸⁵ Ver o emprego da palavra *Geschichte* (história) dentro das mudanças ocorridas no vocabulário da história na Alemanha do século XVIII para se verificar o exemplo paradigmático da dupla direção entre linguagem e mundo, segundo a análise de Koselleck em Ricoeur (Cf. RICOEUR, 2010, p. 352-368.)

Dito noutros termos: na compreensão do tempo que se alarga por meio de um “horizonte de expectativas” existe uma mediação, uma transferência na cena da experiência vivida pela ordem do tempo, na qual a expectativa do futuro entrecruza-se por meio da percepção do passado e a vivência do presente. O presente, neste caso, ganha lugar de destaque na mediação entre a experiência rememorada do passado e o horizonte de expectativas do futuro. Tanto a experiência quanto a expectativa relativa ao futuro são inscritas no presente⁸⁶.

A experiência e a expectativa movem os sujeitos no tempo e indicam formas particulares de perceberem a sua presença. Destacar que as categorias ancoram-se no presente que é também o presente do historiador. Dessa relação, Koselleck lança sua hipótese de trabalho que consiste em afirmar: “nossa hipótese de trabalho equivale, pois, a tomar a narrativa como guardiã do tempo, uma vez que não haveria tempo pensado que não fosse narrado”.⁸⁷ A história, neste caso, seria uma configuração narrativa, um conector inscrito no presente que dá a ver e a ler a experiência humana em sua dimensão temporal.

Dito dessa maneira, é bem verdade que pouco ou quase nada dessa cidade nos restou, a não ser fragmentos que residem em determinados espaços de memória, rabiscos do tempo, ou que resistiram ao tempo, e/ou mesmo alguns escritos filtrados por parcela ínfima de sua elite letrada de Aroeiras e Umbuzeiro de tempos passados. O que dela nos chega são impressões de um universo urbano em transformação impactado mais por sonhos e desejos de poderem transformá-la do que pela introdução concreta de determinados equipamentos modernos de uso coletivo e/ou privado. Antes de seguir caminho, cabe dizer, ela não comportou todos aqueles sonhos, fazendo com que fossem bem menores do que eles poderiam colori-la e, por outro lado, bem maior do que todas as condições físicas e materiais a que estava ligada.

Sendo assim, supomos que alguém poderia indagar: em uma investida como essa nada mais encontraríamos além do aglomerado da materialidade urbana que um dia foi a cidade contrastando com suas formas presentes de construções (prédios públicos e/ou privados, ruas, praças, mercados, etc.) e suas datas de edificação, bem como indicações possíveis de como seus habitantes (re)memoráveis um dia usaram esses lugares. Por exemplo: entrava-se por aqui e não por lá! Ou, mesmo, ali se encontrava a casa de... Os bares, o clube... A praça... A

⁸⁶⁸⁶ Ver (RICOEUR, 2010, p. 353-355) sobre a polaridade mútua existente entre os dois termos (Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa) em Koselleck.

⁸⁷ Veja-se Dosse, (Cf. DOSSE, 2001, p. 85.)

igreja... Enfim, uma série de indicações que nos recomendaria ter uma visão prévia, *material* do que um dia foi a Aroeiras do passado. Uma impressão que pode enganar.

Pesavento, quando pensou as possibilidades de se acessar as cidades invisíveis que uma urbe pode abrigar ao longo da temporalidade transcorrida, diz que “a cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente”. Assim, se dando a ler, ou seja, sendo significada, representada, a cidade também nos dá a ver que o “espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam⁸⁸”. Logo, dessas cidades o que nos chega são representações de seu passado. Leituras do urbano que podem se esconder em meio a sua materialidade concreta.

Neste caso, diríamos, com um esforço presumível, é possível evocarmos na memória certa presença, em contraste lado a lado, de prédios, casas, lugares em ruínas em meio à construções recentes. E, se assim fizéssemos, caberia perguntar: o que atestam? Em última instância, talvez a medida de um tempo que não cessa de passar e, como tal, promove(u) transformações visíveis que podem ser mensuradas pela ordem de um pensável. Ou mesmo, com alguma segurança, pode-se se dizer que atestam o que um dia foi o outro no tempo possível de ser acessado a partir dos *escombros, marcas do tempo*, que dele chegam no presente.

No tocante as formas que as cidades tomam ao longo da temporalidade decorrida, Pesavento afirmou que em meio as cidades reais, concretas e visíveis, correspondem “outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem obra máxima do homem, obra esta que não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação⁸⁹”. Aqui cabe uma nota. Talvez não tão clara as nossas intenções iniciais. É que a noção de imaginário é por nós tomada como sendo “representações imaginárias”, em que pese dizer que fazem “parte do vivido, não havendo separação entre palavras e coisas”. Nesta perspectiva, “o imaterial não é confundido com o não real⁹⁰”. A pensar que a “cidade” a qual chamamos de “invisível” existiu/existe enquanto forma imaginária, enquanto fruto de representações possíveis, articuladas por um conjunto de leituras feitas pelos sujeitos que um dia a habitaram. Ela pode não ter assumido forma “real”

⁸⁸ PESAVENTO, 2007a, p.11-23, p. 16.

⁸⁹ PESAVENTO, Op. Cit. p. 11.

⁹⁰ Ver Arnaha (2006, p. 91) em nota de número 146, suas arguições sobre a noção de “imaginário” na leitura de Le Goff e Duby.

em termos concretos, mas ganhou contornos pintados pelo imaginário que a permitiu ganhar forma, existir em meio ao verniz das representações.

Assim, como se projetadas pelos sentidos, as cidades figuram também no plano do "invisível", podendo não corresponder as formas *reais* e concretas que nos é apresentada no presente, mas que ganharam dimensões possíveis no imaginário daqueles que a conceberam um dia. As cidades, pode-se dizer, nos revelam mais de suas formas visíveis do que elas podem ter de invisíveis. Neste ponto, talvez nos valha o conselho do viajante veneziano Marco Polo ao velho poderoso Kublai Kahn no diálogo d'as Cidades Invisíveis: “de uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas⁹¹”.

As cidades, tidas como invisíveis, podem se esconder em meio aos pedaços de sua materialidade concreta e nos ser apresentada em ruínas do que um dia foram ou mesmo deveriam ser no imaginário daqueles que a viveram, sonharam, desejaram. Esses “pedaços”, nos chegam como formas concretas, fontes históricas que atestam que um dia existiram. E, eis que a Aroeiras situada no passado foi-nos surgindo em pedaços, destroçada em ruínas de lembranças, representações opacas que clamavam por serem recompostas, ajustadas num processo interpretativo de tramas e enredos passados. Assim, apoiada nas fontes, a narrativa que segue, é antes, uma tentativa de configurar parte de sua experiência urbana no recorte de 1920 a 1960.

Por outro lado, saímos à procura não da Aroeiras materializada no passado, como se ela ainda estivesse lá, colorida, (des)configurada, desejada, vivida, esperando apenas por ser (re)conhecida. Sabemos, a Aroeiras do passado não mais existe. Porém, podemos dizer, algo dessa cidade nos chegava, mesmo que em pedaços, e, esse algo não era a cidade concreta que o seu passado abrigou, mas os sentidos, as significações de certas experiências nela vividas em um tempo que passou.

Sobre isso, queremos acreditar que a exteriorização de sentidos de parte da nossa experiência vivida em um dado tempo, por meio da *linguagem*, ilumina a solidão a qual denuncia que uma experiência vivida por alguém não pode ser transmitida tal como ocorreu para mais ninguém. Contudo, “algo se transfere de uma esfera de vida para outra. Este algo não é a experiência vivida, mas sua significação. A experiência vivida, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública”. Processada por meio de uma incursão na linguística, a comunicação opera sobre “a superação da radical não

⁹¹ (Cf. CALVINO, 1990, p. 44)

comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida”⁹². A linguagem, neste caso, como comunicação do ser, expressa um duplo agenciamento: de uma realidade que não está previamente configurada, mas significada e a de uma experiência singular que exige visibilidade e partilha.

A questão da transferência da experiência vivida no tempo alcançaria aqui uma sustentação no plano de uma especulação existencial na qual toma a comunicação como um fato, indispensável ao rompimento da solidão do ser na sua passagem pelo tempo. Afinal, efetivamente os sujeitos sociais se comunicam uns com os outros e, encontram, nessa comunicabilidade mais do que uma fórmula para romper a solidão da incomunicabilidade, mas fazem do mundo social, um mundo “intersubjetivamente compartilhado”. Através da linguagem (narração) a “experiência privada se faz pública”⁹³.

Falamos dos *sentidos*, das *significações* que são atribuídos à *realidade* e que fazem uma experiência social ser narrada de modo que os eventos experimentados pelos contemporâneos como um conjunto de fatos adquiram uma unidade de sentido que é transferida de geração em geração reproduzindo um acontecimento a ela contemporânea⁹⁴. A questão aqui, do ponto de vista da epistemologia do conhecimento histórico, pode ser colocada como se tratando do “retorno ao acontecimento”, leia-se acontecimento significado. Transmitidas pela ordem natural do tempo cronológico⁹⁵, essas unidades de sentido aparecem como conectores que ligam o antes e o depois da experiência vivida, tornando o evento significado. O significado do evento, neste caso, é o que nos chega da experiência vivida.

A datação funcionaria, nessa compreensão, como um conector sob o qual a ordem dos acontecimentos narrados se organizam em face de um evento experienciado. Para Koselleck,

⁹² Veja-se em Ricoeur (Cf. RICOEUR, 2009, p. 30).

⁹³ Ricoeur, (2009, p. 34)

⁹⁴ Ver os conceitos de “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” em Koselleck, quando faz referência ao tempo histórico em que a “narração histórica” é transmitida muitas vezes de geração em geração como testemunhos da cena vivida que “reproduz” em sentidos presente a ordem dos fatos a ela contemporânea. (Cf. KOSELLECK, 2006, p. 133-137) Para uma maior discussão sobre os conceitos de “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” ver Ricoeur (2007), principalmente a segunda parte da obra dedicada a epistemologia do conhecimento histórico, no tópico destinado as reflexões sobre o tempo histórico (p. 162-170). Sobre as contribuições de Ricoeur e Koselleck ver também Dosse (2001, p. 71-100) no capítulo que fala sobre “Paul Ricoeur Revolucionou a história”; e ainda (Cf. BURKE, 2009, p. 91-95). No ensaio que discorre sobre Koselleck, historiador filósofo.

⁹⁵ Ver (RICOEUR, 2006, p. 163-170) sobre as datações da experiência humana pela ordem do espaço e do tempo. No tópico sobre o “tempo histórico” Ricoeur reflete sobre as formas de significar o tempo pela ordem de um pensável. Suas incursões, neste caso, sobre as formas de visualização do tempo em Pomian nos permite visualizar ao menos “quatro maneiras de visualizar o tempo, de traduzi-los em signo.” (p. 164), a saber, a cronometria, cronologia, cronografia e cronosofia. Esse passeio pela ordem do pensável que significaram o tempo ao longo da história é pertinente para se perceber a noção de dívida entendida a partir da idéia de geração, atestada a partir da visualização do tempo pela cronologia, ou o tempo calendário, por exemplo, onde o presente recebe um lugar significativo na medida em que concebe uma descontinuidade passada e uma continuidade presente.

“reside aí a extrema valorização, como fonte, de uma ‘história’ transmitida pela tradição, que reproduz um acontecimento a ela contemporâneo”. No espaço da experiência vivida no tempo, essas narrações compõem o repertório testemunhal que a história transforma em fontes. A fonte histórica, funcionaria como outro conector das experiências passadas por meio da *narrativa histórica*. Dito desse modo, a sucessão temporal, própria da observação natural da passagem do tempo pela ciranda de seus movimentos, permite a narrativa histórica captar não a experiência vivida tal como se processou, mas a sua significação.

É por meio dessa relação com o tempo que as experiências vividas no passado são transpostas no presente, ou seja, por meio de um continuum que indicam retornos ou avanços em direção ao futuro. Isto é, do presente no qual se parte em busca de se (re)conhecer a experiência passada. Como se a narrativa da experiência vivida se sustentasse em descontinuidade(s) que só pudesse(em) ganhar sentido pela(s) continuidade(s) do próprio tempo. Diante da lógica da sucessão temporal, por meio da datação mensurável, “o antes e o depois constituem o horizonte de sentido de uma narrativa”... Isso porque, “a experiência histórica que constitui o evento está necessariamente inserida na sucessão temporal.”⁹⁶

Ou seja, dito de outro modo, cremos que Paul Ricoeur nos aponta uma chave para conectarmos tal transferência quando discutiu a dialética existente entre o tempo vivido, tempo cósmico e o tempo histórico para registrar que entre o espaço/tempo experimentado pelos sujeitos no curso da própria vida, corresponde um tipo de inscrição temporal que serve para marcar sua passagem pela ordem do tempo, a saber, a *narrativa histórica*. Ela reabre a temporalidade transcorrida por meio de um *terceiro tempo contado pelo historiador*. Como isso ocorre? Vejamos rapidamente...

N’A memória, a história e o esquecimento, Ricoeur situa a problemática do tempo em relação as abordagens cosmológicas de seu movimento na esteira de Aristóteles e as abordagens inerentes à concepção de tempo íntimo em Agostinho, e estabelece um terceiro tempo que teria a função de conectar a experiência viva e sua significação no fluxo do tempo. “O tempo histórico” corresponderia, assim, a condição narrativa da experiência humana no tempo. “Entre o tempo cósmico e o tempo íntimo situa-se o tempo contado pelo historiador. Ele permite reconfigurar o tempo por meio de conectores particulares”⁹⁷. Neste caso, pensamos que o tempo histórico corresponde à narrativa histórica em função da capacidade de dar a ver e a ler a temporalidade transcorrida. Ela é capaz de conectar, reconfigurar, as

⁹⁶ KOSELLECK, 2006, Op. Cit. p. 134.

⁹⁷ (Cf. DOSSE, 2001, p. 82).

significações dos fatos passados pelos sujeitos que os viveram e transferi-las pelo curso da temporalidade transcorrida.

Assim, é possível afirmar que o tempo vivido é diferente do tempo narrado pela história, o que nos leva a crer que nossa representação narrativa do passado é apenas uma, dentre tantas outras, leituras possíveis dessa passagem. Por fim, essas linhas servem para dizer que pensamos a narrativa que segue como um conector, uma conexão entre temporalidades históricas de um tempo que não é mais, mas que foi, e um tempo que é. Daí a indicação em termos de pensá-lo como uma condução que pode nos auxiliar nessa travessia.

Pensando nisso, avivamos este texto com um tipo de indicador de espaço que permitirá ao leitor guiar, em operações próprias (“vou por aqui e não por ali...”), seus passos pelas ruas do passado urbano de Aroeiras. Situamos nosso texto e, diríamos, o leitor, a partir de “percursos⁹⁸” que funcionam como entradas, cavidades menores no contínuo textual por onde se pode caminhar despreocupado em retomar seu traçado inicial. Serão, portanto, nossos guias nessa narrativa, itinerários de um “plano de viagem” cujas manobras de entrada e saída, parada e retomada, quem determina é o próprio leitor. Os percursos correspondem no texto ao “ir” pelo espaço. Serão pensados como indicadores de travessias possíveis a se fazer por estrada narrativa.

Feitos tais esclarecimentos, iniciemos nossa revisitação em termos narrativo no sentido de conhecer as representações sobre as transformações urbanas em Aroeiras, entre 1920-1960, principal objetivo desta investigação.

1.2 - Cartografias da Aroeiras situada no passado... Cenas do Urbano e do Rural...

Nossa primeira entrada nos remete aos anos de 1920. Naquele contexto, Aroeiras era um pequeno povoado pertencente à cidade de Umbuzeiro desde o início do séc. XX, por volta de 1904 quando Umbuzeiro retoma a qualidade de Sede do Município, desmembrada de Barra de Natuba. Desde o final do século XIX Umbuzeiro vinha passando por transferências de categorias administrativas. Primeiramente, em 1890, elevada à categoria de Vila por meio do decreto estadual nº 15, desligando-se do município de Ingá. Logo em seguida, por volta de 1892, passa de Vila a Povoamento, sede de freguesia pertencente ao município de Barra de Natuba, através do decreto estadual nº 25 de 19 de Maio daquele mesmo ano. Em 1904, por fim, após desastrosa enchente no rio Paraíba que desestruturou a então cidade de Barra de

⁹⁸ Veja-se o conceito de Percurso em Certeau (Cf. CERTEAU, 1994, 186-189).

Natuba, Umbuzeiro é elevada à categoria de Sede do Município pela Lei Estadual nº 225 de 1904. Contudo, apenas em 1917 seria estabelecida a Comarca de Umbuzeiro, com sede própria ao que lhe atribuía a Lei nº 472 daquele ano⁹⁹.

Com nova Comarca, a cidade incorporou à sua jurisdição o povoado de Aroeiras, situado na porção norte de seu território, em nossos dias, cerca de 36km distante da sede do Município. O povoado fazia limite com Campina Grande, Ingá e Itabaiana. Ligava-se aos principais centros urbanos à época por algumas estradas carroçáveis e, posteriormente, por estradas de rodagens que cortavam seu território. A principal delas, a rodovia que ligava Umbuzeiro a Itabaiana, distante cerca de 72Km¹⁰⁰, passando pelas proximidades dos povoados de Natuba e Aguapaba. A estrada seguia o curso da margem direita do rio Paraíba no sentido Umbuzeiro – Itabaiana na porção leste dos limites com o estado de Pernambuco, passando pelas proximidades de Pedro Velho no outro lado do rio, e do alto da serra do Pirauá mais a frente.

No mapa que segue, produzido pelo IBGE em Cooperação com o Departamento de Estatística da Paraíba na década de 1930, temos uma representação gráfica da demarcação territorial do município de Umbuzeiro e, conseqüentemente, de Aroeiras, bem como a dimensão dos limites inter-estaduais, e as principais vias de acesso entre o município e o povoado entrecruzando o rio Paraíba. Contudo, o mapa, em escala de 1:100.000, aprovado pelo então prefeito de Umbuzeiro Carlos Pessoa, deve ser lido exclusivamente como uma “descrição redutora totalizante de observações” que nos auxiliará numa compreensão primeira do povoado das Aroeiras pertencente à cidade de Umbuzeiro naqueles anos de 1920. Isso porque pensamos o mapa como constituído de lugares “próprios para *expor os produtos* do saber”, formando “quadros de resultados *legíveis*”¹⁰¹.

Seguindo essa hipótese, consideramos que o *mapa* permite, como produto de um saber técnico, o “ver” do espaço. Sua legenda indica em “marcadores” específicos dados que

⁹⁹ Estas informações foram retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em 1960 (p. 413), publicada em comemoração ao 4º aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1960, sob a coordenação do IBGE. Veja-se ainda no livro “**Natuba Sua História e Sua Gente**” por MONTENEGRO, Francisco de Albuquerque, em 1982. Nele contam informações retiradas da “Revista do Ensino da Paraíba” editada em 1930 e elaborada pelo Professor Emílio Chaves. Os dados os quais narram as transferências de categorias administrativas da cidade de Umbuzeiro foram obtidos a partir das informações dessa revista.

¹⁰⁰ Os dados foram retirados do Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, datados de 1931. p. 9 – 13, no tópico: Posição, Limites e Divisão. Vale salientar que os dados os quais dispõem o Anuário são uma síntese de quadros estatísticos colhidos e organizados entre 1928 – 1929 pela Sessão de Estatística do Estado da Paraíba, cujos resultados foram apresentados na primeira Edição do Anuário Estatístico do Estado da Paraíba – Ano I – em 1930. Os mesmos dados, com alguns “avanços” – atualizações – também serviram de base para a publicação do II Ano do Anuário Estatístico do Estado da Parahyba em 1931, conforme se lê no Prefácio desta edição. (ANUÁRIO, Estatístico do Estado da Parahyba. Ano II. João Pessoa, 1931)

¹⁰¹ Sobre a categoria de “Mapa” pensado enquanto um indicar de espaço que permite o “ver do espaço” veja-se as indicações de Certeau. 1994, p. 186-189.

impõem limites e possibilidades: área, superfície... Cidade, vila, povoado... Fazenda(s)... Linhas divisórias: intermunicipal; interdistrital; interestadual... Zona urbana e rural; Caminhos: estradas; carroçável; de tropa; vias de comunicação: linha telegráfica; rodovias... Elementos naturais: curso d'água; rios; riachos. Elevações: serra, morro, pico... Construções: igreja ou capela; casas... Melhoramentos materiais: Usinas Elétricas, etc. Além de indicações sobre: por ali se encontra... Por lá se chega em... Por aqui entra... Por lá sai... Aqui uma casa... Por lá uma estrada... Uma rodovia... Enfim, um legítimo plano geográfico e técnico que põe em dados *legíveis* o conhecimento da ordem do lugar representado. Seria, portanto, um elemento indicativo de percursos a se fazer.

Neste caso, o mapa configura-se como um indispensável “indicador de espaço”, imprescindível no (re)conhecimento prévio da ordem do lugar. Porém, lembramos, a ele escapam as dimensões do “vivido”, das “práticas”, as indicações possíveis sobre os “usos”, as “apropriações” que se fizeram desse ou daquele lugar. Em síntese, a ele escapa as ações e feitura no e sobre o lugar. Dito isso, observemos o plano geográfico...



Foto 1. Mapa do Município de Umbuzeiro. 1938. Acervo pessoal - Iordan Q. Gomes.

No mapa, (re)conhecemos as indicações sobre os limites municipais, estaduais e distritais, como a linha divisória entre os estados de Paraíba e Pernambuco. A área do município destaca a superfície de 1.118 Km². O curso do rio Paraíba avoluma-se ao centro do mapa cortando o município ao meio. Seguindo o curso das águas em direção ao oceano

Atlântico, que banha o litoral do Estado, ele descamba dos limites com Cabaceiras passando nas proximidades de Umbuzeiro, Aguapaba, Pedro Velho e no povoado de Melancia nos Limites com Itabaiana. Nas margens desse curso, avistamos a estrada de rodagem que ligava Umbuzeiro à Itabaiana. A distancia entre Umbuzeiro e a capital do Estado era de aproximadamente 150km, via estrada de rodagem¹⁰².

Cruzando o velho Paraíba na altura de Pedro Velho em direção à subida da serra do rio uma estrada de rodagem se estendia até os limites de Cabaceiras e Campina Grande. Ao alto da imagem, a pequena Aroeiras aparecia circundada por serra e mato. Além desses caminhos, a estrada carroçável que cortava o alto da serra do rio Paraíba pela localidade de Bernardo, servia igualmente de via de ligação entre a sede do município e o povoado de Aroeiras. Seu inicio ficava à margem do rio Paraíba, nas proximidades de Natuba e Aguapaba. Havia outra estrada que ligava Umbuzeiro a Aroeiras por meio do alto da Serra de Picadas. Passando pela localidade de Picadas e cortando novamente o Paraíba na altura da serra, chegava-se a Aroeiras por meio de uma estrada carroçável. Essa estrada também é registrada pela representação cartográfica acima.

No mapa, vê-se ainda outras vias de acesso, estradas e caminhos que cercavam o município, seus povoados e vilas. E, neste caso, além da *movimentada* rodovia Umbuzeiro/Itabaiana, outras estradas provavelmente menos movimentadas e de difícil acesso, ligavam Aroeiras aos centros de maior desenvolvimento. A exemplo da estrada de Serra do Uruçu. Essa estrada, além de ser cortada pela linha telegráfica já no segundo decênio do século XX, provavelmente também pode ter servido de rota alternativa a Antônio Silvino quando de sua passagem por essas terras por volta de 1902 a 1906. Carroçável, a estrada ligava o povoado a Ingá e Itabaiana pelo alto da serra do Uruçu.

A propósito das andanças de Silvino pelas terras das Aroeiras, mesmo não sendo esse o nosso foco maior nesse texto, deve-se dizer que algumas palavras foram ditas/escritas. Como por exemplo, as notícias da perseguição de Silvino no entorno de Aroeiras por volta de 1903. Naquele ano o Coronel Antônio Pessoa recebeu uma carta datada de 06/09/903 e assinada pelo então Presidente do Estado da Parahyba do Norte¹⁰³, José Peregrino de Araújo, informando sobre o paradeiro do “bandido Antônio Silvino” e da presença de praças nas localidades situadas aos arredores de Aroeiras e Umbuzeiro. Ao que indica, tratava-se de um cerco a Silvino em represália as suas “ações” na região. Na carta, Peregrino traça um

¹⁰² Ver no Anuário Estatístico da Paraíba em 1931 o tópico: posição e distâncias das sedes dos Município em relação a João Pessoa. P. 10.

¹⁰³ Para fins de esclarecimento, em nosso texto, quando da transcrição de documentos de época utilizaremos a grafia de então, conforme a linguagem presente no contexto.

verdadeiro “mapa” montando guarda em locais possíveis por onde Silvino poderia passar. Assim diz que “... do mais que diz respeito à perseguição do bandido, tenho nesse empenho um praça em Natuba... outro estacionado em Ingá... um do lado de Campina, outro em Fagundes... e um sargento de minha plena confiança que estacionara agora com dez praças no terno de Cabaceiras com ordem de vigiar toda a comarca de S. João...”¹⁰⁴,

Note-se que se trata de localidades situadas aos arredores de Aroeiras, ou, que circundavam o município de Umbuzeiro e, conseqüentemente, Aroeiras demarcando sua fronteira interdistrital. É provável que alguns praças estivessem igualmente aos arredores de Aroeiras a fim de surpreender Silvino caso ele ousasse aparecer por lá. Em seu governo, Peregrino deixou claro sua incansável perseguição a Silvino ao qual chamava de “feroz bandido Antônio Silvino”. A imagem do “bandido”, de práticas e “ações cruéis”, ilícitas ganhará forma em algumas mensagens governamentais do chefe do executivo após 1901.

Em 1903, por exemplo, a despeito desse “execrável bandido, repito, contra quem tenho mantido constante vigilância e ininterrupta perseguição legal, no actual momento achasse evadido do terno de Barra de S. Miguel, em cujo território”, nos adverte o chefe do executivo, “vira-se coagido pela força pública incumbida de sua captura a restringir sua funesta e pernicioso esphera de acção e perpetrara em dias do mez que acaba de findar frio e feroz assassinato após outro que com a mesma ferocidade e canibalismo praticara no mez anterior na povoação de Mogeiro de Cima do termo de Itabayanna”¹⁰⁵. Diante dos crimes cometidos no estado da Parahyba e do provável cerco a Silvino, Peregrino informa do recebimento de notícias de seu paradeiro nas proximidades da Comarca de Bom Jardim, já no estado de Pernambuco e nas proximidades com Umbuzeiro.

A propósito dessa notícia, veiculada pela “imprensa daquelle estado”, é provável que o Coronel Antônio Pessoa tivesse solicitado ao chefe do executivo um aumento do número de praças a serem enviados para montar guarda a espera de Silvino no entorno dos limites entre Umbuzeiro e o vizinho estado de Pernambuco, principalmente nas mediações de sua fronteira com a comarca de Bom Jardim. Talvez, com a intenção de impedir os atos criminosos e saques cometidos por Silvino, Cocada e Rio Preto, na também próxima cidade de Surubim, onde “em pleno dia” havia “saqueado a respectiva população cobrando e recebendo”, ao que indica, “de porta em porta, a contribuição pecuniária arbitrada e exigida, sem que a vóz da

¹⁰⁴ Em uma série de cartas e correspondências pertencentes ao coronel Antônio Pessoa, com datas limites entre 1900 a 1916, disponíveis no IHGP, sob o título de “Correspondência Geral (CG)” de Antônio da Silva Pessoa (AP), insurgem evidências da passagem de Antônio Silvino pelo povoado de Aroeiras.

¹⁰⁵ Conferir a Mensagem Governamental (Cf. Mensagem Governamental enviada a Assembléia Legislativa da Parahyba na Abertura da 4ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura, em 1º de Outubro de 1903. João Peregrino de Araújo – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de Outubro de 1903, p. 22-23)

autoridade local ou qualquer outra se levantasse à embargar-lhes a travessura, o desembaraço e ousadia¹⁰⁶”. Nessas imagens, Silvino representava uma ameaça, cujas ações se deveria interromper.

Enfim, imagens à parte, é provável ainda que Antônio Silvino tenha percorrido a região de Aroeiras em direção a Pedro Velho, nas margens do Paraíba, próximo a estrada que ligava Umbuzeiro a Itabaiana e dos limites com Pernambuco, ou mesmo, fazendo o percurso da Serra do Uruçu em direção aos limites com a Vila de Ingá, Mogeiro e Itabaiana. Ambas as estradas, respectivamente de rodagem e carroçável, ligava Aroeiras a essas cidades. Deve-se ainda dizer que a localização de Aroeiras figurava-se como via de passagem entre Paraíba e Pernambuco no limite com Umbuzeiro.

A despeito dessa hipótese, outra carta endereçada ao Coronel Antônio Pessoa, datada de Julho de 1904, um oficial das forças locais destaca a presença de um soldado do exército, ou seja, das forças federais, que fazia destacamento em Aroeiras à espera de Silvino. As andanças de Antônio Silvino pelas Terras de Aroeiras também ficaram registradas nos Versos de Batista, quando o poeta paraibano versa sobre “Antônio Silvino, vidas crimes e julgamentos”. No cordel, Batista faz referência a morte de Marcos dos “Pinhões”, fato ocorrido na localidade de mesmo nome situada entre o território de Umbuzeiro e Aroeiras e a então Comarca de São João do Cariri, por volta de 1903. Sobre esse fato, narra que “... em mil novecentos e três/ ... Matei Marcos dos Pinhões/ ... não estou/ lembrando agora em que mês/ Ele a mim denunciou,/ Por isso tirei-lhe a vida/ Que pouco, alias, me custou¹⁰⁷! Esse acontecimento também ficou registrado no conjunto de cartas do Coronel Antônio Pessoa, fazendo com que uma guarda fosse montada, a pedido do Governo do Estado, para proteger a comarca de São João nos limites com Umbuzeiro.

Ainda nos versos de Batista, o caso do “Pombeiro”, delator de Silvino na região de Aroeiras, provavelmente morto pelo cangaceiro aparece rimado. No folhetim, rimado em versos de sete sílabas, lê-se: “Em Aroeiras matei/ Um pombeiro de primeira/ Era um tal de Severino/ Que servia de “chaleira”, / Fez uma vez a polícia/ Dar-me uma boa carreira.” Esse fato ficou ainda registrado na memória de alguns antigos moradores locais, a exemplo das

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ (Cf. BATISTA, 1975, p. 7) Há de se considerar ser esta uma reedição do cordel pela “Coleção Luzeiro em 1975”. Sobre isso, vejam-se a biografia do autor (Ibidem, p 2). Porém, as obras do autor sobre Silvino datam de 1905, quando publica pela Imprensa Industrial no Recife “A Vida de Antônio Silvino”, folhetim vendido ao preço de 300 Réis. Batista viveu de 1882 à 1930 ano de sua morte na cidade de Parahyba.

memórias do Sr. João Henrique de Souza, que relembra na década de 1990, essa história narrada por seus antepassados, transmitida de geração a geração¹⁰⁸.

Outras notas e notícias da passagem de Silvino por Aroeiras também foram exteriorizadas, podendo ser tomadas como fontes históricas. É o caso daquelas que ocuparam a página sete numa série de reportagens produzidas pelo “Suplemento Dominical do Diário da Borborema” na década de 1980. Com matéria intitulada: “Antônio Silvino: vida e façanhas”, o redator recorre às lembranças de D. Maria Xavier que se faz rememorar quando em certa oportunidade após o indulto de Silvino, serviu-lhe café em uma de suas últimas visitas ao povoado de Pedro Velho, nas proximidades de Aroeiras.

Narra D. Maria Xavier que seu avô, o Sr. Manoel Cosme de Brito, dono da “fazendeira Pitombeira, em Pedro Velho, durante sua vida contava” sobre as visitas que Silvino fazia a sua terra. Nas memórias de D. Maria, a última aparição de Silvino por Aroeiras e região se deu por volta de 1937/8 quando ela “tinha uns vinte e dois anos, e estava em casa despreocupada quando alguém bate a porta e pergunta logo: (...) onde está seu marido? E logo foi se apresentando – sou Antônio Silvino. Não tive nenhuma reação, apesar de ouvir de meu avô suas histórias, quando passava por aqui ou outros lugares distantes”. Ela relembra, “vi de perto o grande cangaceiro, vestido de terno branco, de chapéu de palhinha, elegante, ainda mostrando que era muito alto, corpulento. E falou com toda verdade: – esta é a minha última viagem que faço a este lugarejo, revendo amigos velhos, de tempos passados¹⁰⁹”. Era como se a imagem do “bandido” desejasse ser apagada. Aqui o Silvino é outro, bem diferente de como foi pintado pelos poderes legais encarregados de “embargarem” suas ações. E, em sua memória, ao invés de perseguidores, o velho “cangaceiro” espreitava por (re)encontrar antigos amigos.

O diálogo durou por alguns minutos, e completa D. Maria, quando exclamou Silvino “– não tenha medo, hoje sou um homem que está no fim”. Tomou um “café com bem rapidez”. Naquele dia, relembra, um dia de feira no lugarejo, provavelmente de movimentação, uma coisa lhe chamou atenção “ficou perto da porta sem dar as costas para a rua... parecia ainda um homem assustado...” Ainda naquele dia, “deu uma volta na feira como quem quisesse despedir”... E, despedindo-se “de todos nós, saiu para as bandas de Pirauá, em Pernambuco”. E, acrescenta, “de fato, para o meu conhecimento que sou de lá, nunca mais ele

¹⁰⁸ Veja-se imagens gravadas do Sr. João Henrique de Souza produzido em um de seus aniversários na década de 1990 em que o antigo morador narra a história do crime produzido por Silvino e presenciado por seus familiares nos idos de 1900. Arquivo pessoal da família Souza.

¹⁰⁹ Leia no “Suplemento Dominical do Diário da Borborema”, jornal, Campina Grande, 22 de maio de 1983, p. 7.

voltou a Pedro Velho¹¹⁰... É provável que Silvino, à época de suas andanças por Aroeiras, tenha mesmo feito certas amizades com alguns fazendeiros da região. Isso seria possível?

Ademais, antes que o leitor estranhe nossas intenções, cabe dizer que rastrear essa passagem de Silvino pelas Terras das Aroeiras pode nos ajudar a compreender a demarcação territorial do Município de Umbuzeiro e do Povoado. E, diferentemente do mapa produzido pelo IBGE, seguir o roteiro das “andanças” de Silvino nos permite desenhar uma Aroeiras envolta por práticas, local de encontro, de vivências, de passagens cujas fronteiras reais eram (re)criadas pela força de uma representação em que estava em jogo a captura do “bandido”. Aqui usamos mão de outro tipo de “indicador de espaço”. Um “relato de espaço” como nos lembra Certeau (1994), cuja dimensão é extensiva a compreensão do espaço vivido e, como tal, cercado de conflitos e sociabilidades. Essa indicação, dá outra forma ao pequeno povoado naqueles primeiros anos de 1900.

Sobre isso, uma sólida convicção nos anima nessa investida, para além das imagens criadas sobre Silvino encerrando em si infinitas implicações ideológicas sobre suas ações, esse sujeito “um dia foi” e como tal, por aqui também passou. Seus passos (de)marcaram esse espaço e, as narrativas sobre sua passagem, atestam a existência de um espaço, tempo e personagens que configuram a Aroeiras de outrora.

De modo que, referenciá-lo nesse texto a partir dos vestígios, nos permite inquietarmos sobre o povoado de Aroeiras naquele tempo, muitas vezes, sutilmente alterado quando da ocorrência de um fato(s) ou da presença de sujeito(s) tido(s) como “terrivelmente real(is)”, ou representado(s) como tal(is). Ora, de um modo ou de outro, os moradores de Aroeiras naqueles idos do início do século passado ouviam falar de Silvino, ou mesmo, viram, conviveram com a imagem de seus passos sobre o lugarejo. Por eles, Silvino também foi representado.

Sendo assim, caberia perguntar: qual(is) imagem(ns) foi(ram) criada(s) sobre ele, sua vida e façanhas? Qual o sujeito que era representado: o Silvino “bandido”, ou o Silvino “ordeiro”, respeitador daqueles que não lhe faziam “mal”, o Silvino que um dia retornou ao lugarejo a fim de encontrar seus antigos amigos? Onde estariam seus inimigos? Aqueles que um dia montaram guarda com ordens de sua captura? Talvez a espreita! Circulando silenciosamente a “movimentada” ruela de Pedro Velho naquele dia de feira livre quando de sua última passagem? Ora, a sua posição no espaço da casa de D. Maria, próximo a porta, sem se descuidar em dar as costas para a rua, parecia indicar que Silvino sabia que sua passagem

¹¹⁰ Ibidem.

por ali talvez não agradasse a todos. Enfim, como registro, sua passagem por Aroeiras atesta ainda certo nível de experiência vivida no passado. Assim, insistimos, a cartografia criada por seus passos poderia ser tomada como guia no reconhecimento prévio desse espaço.

Mas, retornando ao primeiro mapa (IBGE - 1930), as representações gráficas figuradas na sua parte direita fazem referência aos quatro distritos, a saber, Aguapaba, Aroeiras, Natuba e Mata Virgem, mais a sede do Município, Umbuzeiro. Note-se no detalhe dos distritos em relação à sede do município. Ele nos apresenta uma constatação, um indício para pensarmos o porquê de, talvez, Aroeiras ser vista como um lugarejo em prosperidade ao longo da década de 1930 e posteriormente na década de 1950, conforme veremos: o fato de a sua área urbana ser bem maior que a da sede do município (Umbuzeiro). Ao menos é o que se percebe aparentemente quando analisamos as áreas urbanas das duas, ou seja, Aroeiras e Umbuzeiro.

Além disso, à época, Aroeiras já se apresentava na região de Umbuzeiro como a principal produtora de “algodão crioulo” onde existia mais “de uma dezena de machinismos para o beneficiamento do producto”. Cultivado à margem esquerda do “Parahyba”, dentro de seu limite suburbano, a área de seu plantio era onde se encontrava a maior produção da “poderosa malvácea”. Na margem direita, nos limites com Pernambuco, o Município empreendia as suas “melhores plantações de cereais, algodão herbáceo, mandioca e café. Com considerável destaque “ao distrito de Natuba cuja produção cafeeira em 1933 era avaliada “em 3 milhões de pés, já produzindo mais de 20.000 sacas”. Em 1913, Umbuzeiro já ocupava o quinto lugar na produção de café da região. Possuía em média 286.100 cafeeiros distribuídos em aproximadamente 156 propriedades que produziam cerca de 4.000 sacos de 60 kg o que dava o total de 24.000kg em média¹¹¹. Aqui temos outros indícios que certamente servirão de “mote” para a forma como Aroeiras foi representada naqueles idos.

Por outro lado, Umbuzeiro, sede do município, antes mesmo de 1930 já havia recebido alguns melhoramentos e reformas urbanas. Em termos materiais, passava-se aqueles primeiros anos do início do séc. XX quando o município era apresentado como sendo um dos mais “florescente do estado” em que pese, ao menos naquela mensagem governamental de 1906,

¹¹¹ Sobre o movimento agrícola de Umbuzeiro e Aroeiras, conferir dados do “**Almanach do Estado da Parahyba**”. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933, p. 245-246. Sobre os machinismos de beneficiamento de algodão presentes no município, verificar dados do Anuário Estatístico do Estado da Paraíba em 1931, onde se lê no tópico: Indústria – Descaroçadores de Algodão existentes no Estado em 1931 – que existiam em Umbuzeiro um total de 19 máquinas destinadas a tal feita. Se os números corresponderem ao total existentes em todo município, cremos que incluí os mais de dez existentes em Aroeiras, estando o distrito, neste caso, equipado com mais da metade desses maquinismos. (Cf. **Almanaque do Estado da Parahyba**. 1931. Ano II. João Pessoa, 1934. p. 377). Veja ainda os dados Estatísticos Organizados pela INSPETORIA AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAHYBA em 1913 (Cf. Mensagem Governamental enviada a Assembléia Legislativa da Parahyba na Abertura da 3ª Sessão Ordinária da 7ª Legislatura, em 1º de Setembro de 1914. João Pereira de Castro Pinto – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de Setembro de 1914. p.48.)

estava se “avantajando aos outros, que marcham, a passos mais lentos, na senda do seu adiantamento material” dada a sua sintonia com o Programa de Reformas e *remodelamento* da vida municipal dos paraibanos. Falamos de um tempo em que, diz a mensagem, se queria “manter esse movimento de actividade e progresso por todo o território parahybano”. Em parceria com os governos municipais, o Estado desejava incrementar “a acção evolutiva e civilisadora que” vinha “empolgando as sociedades contemporâneas”. Em Umbuzeiro, os melhoramentos poderiam ser vistos no Item Instrução Pública onde o estado mantinha uma cadeira de Ensino Primário ministrada por “normalistas” que haviam concluído “seu curso há poucos meses¹¹²”.

Em 1907, Umbuzeiro surge novamente como sendo “incontestavelmente um dos municípios mais florescentes do Estado, onde a municipalidade muito se tem feito”. Nesta feita, “tratou primeiramente de nivelar as ruas e calçadas da Villa que está com aspecto agradável e bello (sic). Fez em seguida a sua arborização.” Além de fazer “a aquisição de um motor ‘Gazogenio Acetylene’ acompanhado de petrecho necessário e installou a 13 de Maio” de 1906 “a iluminação pública no meio de applausos dos habitantes”. Segundo consta, o gás querosene que fornecia a luz parca por alguns pontos da Vila era distribuído “por 12 lampeões e a prefeitura” pretendia “aumentar o número de bicos¹¹³”.

É bem verdade que não se tratava ainda de luz moderna, ou seja, a luz elétrica propriamente dita. Porém, cabe salientar que o gás acetileno é um agente iluminativo que apresentava, naquele contexto, certa diferença a outros agentes que se destinavam, dentre outras coisas, a produzir “iluminação” como, por exemplo, o gás querosene, certamente usado em muitas residências em Umbuzeiro. Neste caso, provável que o acetileno pudesse ter trazido alguma melhoria em termos de iluminação nas ruas de Umbuzeiro, principalmente, devido a certa durabilidade em relação a outros agentes iluminativos.

Além desses melhoramentos materiais, a manutenção “de duas cadeiras mixtas de Ensino Primário nas povoações de Natuba e Aroeiras”, a construção do Prédio da Cadeira Pública em 1906 e a edificação do Prédio do Conselho Municipal, cuja planta indicava que viria “a ser o edificio mais elegante da Villa” faziam de Umbuzeiro, conforme apresenta as

¹¹² Umbuzeiro, ao lado das cidades de Guarabira, Areia, Alagoa Nova, Alagoa do Monteiro, Alagoa Grande, Itabayanna, Pichuy, S. José de Piranhas e Bananeiras, aparece na mensagem como florescentes municípios em sintonia com o programa de reformas implantado por Lopes Machado em 1904. Cabe destacar que tais reformas seriam feitas com “dinheiro retirado da ‘Caixa Municipal’ creada (sic) especialmente no Thesouro, com o recolhimento de 20% sobre a receita dos municípios, na conformidade da lei n. 216 de 10 de Novembro de 1904”. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado em 1º de Setembro de 1906. Presidente Monsenhor Walfredo Leal. p. 19. Veja-se ainda o Item sobre a Instrução Pública, p. 9.

¹¹³ Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado em 1º de Setembro de 1907 - Presidente Monsenhor Walfredo Leal. p. 35-36.

referidas mensagens, uma cidade em contato com o programa de melhoramento da vida municipal implantado pelo Estado em parceria com os municípios. Bem, se a Umbuzeiro *adiantada e próspera*, presente nas Mensagens Governamentais, era bem diferente da cidade *real* naquele contexto não podemos afirmar com segurança. Contudo, sabemos que os anos seguintes foram implantados em seu território outros melhoramentos urbanos.

Em 1917, por exemplo, quando assumiu o governo do Estado, substituindo o então umbuzeirense Cel. Antônio da Silva Pessoa – vice presidente em exercício desde 1915¹¹⁴ - Camilo de Holanda deu início a construção do Grupo Escolar Antônio Pessoa na cidade (Umbuzeiro). Obra preenchida com os “mais rigorosos preceitos higiênicos e pedagógicos” e que fazia parte de seu “Programa de Ensino Público” reformador na ênfase de métodos de ensino que objetivavam “a preparação do espírito pela cultura metódica sobre os conhecimentos em geral; a especialização técnica em qualquer daquelles conhecimentos para a formação profissional”. Nesse programa, a ampliação do número de Escolas no interior do Estado se fazia *necessária*¹¹⁵.

Já em 1920, no contexto em que Eptácio Pessoa assumiu o cargo de presidente da República, Umbuzeiro recebe a notícia da extensão da linha férrea Recife-Limoeiro que chegaria até a cidade sob projeto solicitado pelo então presidente. Mesmo sendo “abortada” a altura da cidade de Bom Jardim, terras foram ainda cortadas e os trilhos férreos implantados até a cidade pernambucana a poucos quilômetros de Umbuzeiro. Consta que a estrada de ferro terminaria nas proximidades do sítio Urtiga em Umbuzeiro onde foi construído um marco¹¹⁶. Certamente um empreendimento que muito agradaria aos moradores locais, obra esperada com ansiedade, talvez reabrindo o tempo, criando, em um dado presente, expectativas diversas em relação ao futuro. Pois, tratava-se de um empreendimento decantado como “uma obra de futuro”, um “ponto terminal da estrada de ferro – prolongamento de Limoeiro do

¹¹⁴ Em 24 de Julho de 1915, assume o Executivo estadual o então vice-presidente Cel. Antônio da Silva Pessoa que governou a Paraíba até 1916. Antônio Pessoa assumiu o governo naquele ano após o afastamento do Governador João Pereira de Castro Pinto (1913-1914) por motivos de saúde. Fragmentos da passagem de seu governo ficaram registrados nas “Mensagens Governamentais” enviadas à Assembléia Legislativa entre Setembro de 1915 e Março de 1917. Nelas, atendendo a Dispositivos Legais da Constituição do Estado, o então Governador faz um resumo de suas atividades frente ao executivo estadual. As suas informações prestadas aquela casa Legislativa entre 1915 e 1916, demonstram a contenção de gastos e despesas públicas “naqueles anos de crise econômica para o estado”, conforme demonstra Francisco Camillo de Holanda em sua mensagem enviada a Assembléia Legislativa 1 de Setembro de 1917. p. 5.

¹¹⁵ Veja-se nas mensagens Governamentais do Governador Camilo de Holanda de 1917 a 1920 nos tópicos sobre Instrução Pública e Obras Públicas as referências sobre seu Programa de Governo para a Reforma do Ensino Público e a execução de Obras neste intento, dentre elas a Construção do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa em Umbuzeiro.

¹¹⁶ Conferir Gomes, (1995, p. 42).

Norte”, a ser construído “na terra nativa do Grande Brasileiro Epitácio Pessoa¹¹⁷”. Aqui, quanto a instalação desse empreendimento, merece mais algumas notas.

Sobre esse item, talvez nos caiba a hipótese proposta por Aranha quando analisou a implantação das estradas de ferro pela Paraíba e região. Há de se pensar que, no contexto em apreço, “as reivindicações ferroviárias foram profundamente marcadas por interesses particulares”, mesmo que, “como era de se esperar, reivindicassem em nome do interesse público ou do progresso e prosperidade para toda a sociedade, escamoteando assim o fato de que reivindicavam em benefício próprio e dos grupos que representavam, ou em nome dos quais falavam”. Neste caso, a introdução desse tipo de empreendimento por pequenas cidades e povoados do interior Paraíba e região, denotam que as “construção de pequenas ferrovias provincianas”, via de regra, obedeciam “aos interesses de pessoas de prestígio e do grupo que representavam, interesses que se colocavam acima de qualquer natureza¹¹⁸”. Logo, é provável que o projeto de extensão do ramal Limoeiro-Umbuzeiro não tenha fugido a essa “nota”.

Naquele tempo, lembra certo presidente do Estado, “estradas de ferro, açudes e barragens” eram “elementos precípuos na solução do problema econômico do estado e, quiçá”, de toda região. Tais problemas, lembra, eram oriundos, grosso modo, das constantes estiagens. Nada de admirar que a região fosse pintada com as cores da “miséria”, fazendo com que a obra recebesse o verniz do empenho de se combater às secas. Um problema que “vinha desafiando a energia de nosso dirigentes, desde a monarquia”, cabendo “ao alto espírito do Dr. Epitácio Pessoa” resolvê-lo¹¹⁹. A propósito desse esforço, os itens estrada de ferro e estrada de rodagem ganhavam destaque. Sendo construídas, à época, duas estradas carroçáveis ligando Umbuzeiro a Limoeiro e Umbuzeiro a Campina Grande.

Por outro lado, também pensamos a introdução desse ramal em termos de recepção. Uma recepção extensiva aos moradores da região, ao que acreditamos, também de Aroeiras. Isso porque devemos levar em conta a dimensão de certo impacto cultural causado pelo contato, de um modo ou de outro, com o trem “único transporte moderno que nasceu como transporte de massas¹²⁰”. Desse modo, certamente a “notícia” de que o trem logo, logo chegaria a Umbuzeiro pode ter “movimentado” as localidades adjacentes, pequenos povoados e distritos. Falamos, portanto, da criação de um imaginário local sobre o como “será(ia)” o contato com aquele maquinismo. Mas o trem efetivamente nunca chegou em Umbuzeiro.

¹¹⁷ Conferir notas sobre Umbuzeiro no Cadastro Comercial do Estado da Paraíba (Cf. J.B AMARAL, Org. **Cadastro Comercial do Estado da Paraíba**. Edição Ilustrada, 1928.

¹¹⁸ Verifica as considerações de Aranha (Cf. ARANHA, 2006, p. 11-31).

¹¹⁹ Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba na Abertura da 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura em 1º de Setembro de 1922, pelo presidente do Estado Solon Barbosa de Lucena, p. 24

¹²⁰ Ver Aranha, (2006, p. 16)

Em 1922, contudo, o Governo Federal construiu as estações de Monta em Umbuzeiro e Pombal, ambas equipadas com “silos” capazes de armazenar aproximadamente “50 toneladas” de grãos guardados por “um espaço de 6 meses” apresentando “perfeito estado e conservação”. Certamente uma medida que em muito contribuiria para “conservar milho e outros cereais a salvo das pragas que” os atacavam¹²¹. A estação de Monta em Umbuzeiro, ou “estação de Umbuzeiro” foi inaugurada pelo então Engenheiro Agrônomo e primeiro diretor do estabelecimento, “o Dr. Epitácio Pessoa Sobrinho”. Era uma espécie de “estação experimental” destinada à conservação de grãos e, posteriormente, destinado à criação de animais, especialmente de bovinos reprodutores de matrizes de raça, “como os da espécie GIR”, reprodutor na fazenda a partir de 1937. Em 1933 o estabelecimento passou a ser denominado “Posto de Criação João Pessoa”. Nessa época já estava “subordinada à Inspetoria de Fomento a Produção de animal, em Tegipó, Pernambuco”. Na década de 1960 foi transformada em “Fazenda Regional de Criação João Pessoa”. E por fim, na década de 1970, a fazenda foi incluída à EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criada em 1972, conforme nos informa Gomes (1995, p. 87).

Ocorre que naqueles idos da década de 1930, Umbuzeiro já apresentava em traços de sua materialidade urbana outros melhoramentos técnicos de conforto, como é o caso da luz elétrica. Em substituição a luz fornecida à gás acetileno, a *luz elétrica* passara a iluminar as ruas da cidade com “postes de ferro, servidos de globos leitosos” alinhados a *largas calçadas*, “sendo a usina de pertencimento da prefeitura¹²²”. No seu centro, nas proximidades do Grupo Escolar Antônio Pessoa e do Mercado Público, a Praça *João Pessoa*, arborizada, ajardinada e ornada era por certo um lugar de encontro de alguns de seus moradores locais. Além desse ambiente de encontro e sociabilidades, existia outra praça, denominada “Praça da Conceição”.

Essa última, por volta da segunda metade da década de 1930, passou por uma considerável reforma em que “foi completamente demolida e construída à moderna, embelezando-a um magnífico palanque”. Além da reforma, naquele mesmo ano, a Prefeitura Municipal dotou a praça de um “possante alto-falante que deu nova fase à vida social e política de Umbuzeiro”. De certo uma novidade, dada a facilidade, a partir daquele momento, de se poder estar “em contacto com o mundo civilizado, tanto assim que o Rádio toda noite nos transporta às melhores estações do Brasil e do estrangeiro”, bem como a da capital que, na ocasião, parecia estar sendo “otimamente capitada”. A reforma “atingiu a cifra de

¹²¹ Mensagem, do presidente do Estado Solon Barbosa de Lucena, 1922, p. 26

¹²² No Almanach do Estado da Parahyba de 1933, encontra-se notas sobre os dados gerais de Umbuzeiro, p. 245. Deve-se salientar que a “Usina” de que trata a fonte refere-se ao local onde foi instalado o motor de energia.

20:000\$000¹²³”. Com uma “caixa de música e magnífica discoteca¹²⁴” introduzidas na cidade anos depois, certamente o local figurava-se atraente a muitos municípios.

A propósito do serviço de *alto-falante*, a experiência de sua instalação no âmbito público se deu no dia 01 de fevereiro de 1937. Era, provavelmente noite em Umbuzeiro, véspera da tradicional festa da purificação de Nossa Senhora, quando a prefeitura fez a experiência com um “Alto-falante”, “ligado ao rádio comprado para o mesmo município”. A experiência, ao que tudo indica, se fez no dia seguinte à comemoração de mais um aniversário do então prefeito Carlos Pessoa, festejado naqueles idos do último dia de janeiro de 1937.

Para além dos festejos que antecederam sua instalação, e, naquela noite, “do novenário” que animava as ruas da cidade em comemoração à chegada da Festa da Purificação, a experiência com o rádio deve mesmo ter sido “um verdadeiro sucesso tornando uma noite de encantos, pela nitidez e suavidade das harmonias que enchem a praça¹²⁵”, se não para todos os habitantes da cidade, ao menos para os *curiosos* que presenciaram a sua instalação. Isso se pensarmos que a aquisição de um aparelho receptor para a captação de sons através das ondas do rádio era algo revolucionário, novidade experimentada na vida das famílias e das pessoas nas localidades onde fossem introduzidas. À época, uma novidade recém chegada ao Brasil.

Sobre a recepção do rádio na cidade de Campina Grande, por exemplo, e mesmo em outras cidades e capitais do Brasil e do mundo, Souza afirma que “talvez o rádio tenha sido o mais democrático dos aparelhos de comunicação de massa já colocado à disposição do ser humano”, pois, deve-se pensar que, “independente da configuração ideológica que pudesse ter as suas informações, ele atingia a ricos e pobres, indistintamente, ajudando cada um a elaborar e reelaborar as informações ali veiculadas”. Isso dado o seu *alcance*, ao contrário do jornal escrito, acessado mediante presença de considerável “letramento e hábitos de leitura”,

¹²³ A Imprensa, 18 de Abril de 1937... Naquela ocasião, domingo 17 de Abril, noticiou a Imprensa sobre Umbuzeiro: “Um ano e meses de Administração digna”, artigo em que o correspondente do Jornal em Umbuzeiro faz um “resumo” do que chamou de “principais aspectos da administração desse município” que, na época, tinha na representação do executivo o então ex-deputado Carlos Pessoa que assumira a prefeitura em 1936. Na nota, vê-se alguns dos “melhoramentos” feitos pelo então prefeito à frente do executivo local. Dentre eles, a reforma da “Praça da Conceição”.

¹²⁴ Veja a Imprensa, Jornal. João Pessoa. Terça – feira, 31 de Jan. de 1939.

¹²⁵ A despeito das “Notícias de Umbuzeiro”, publicado em 13 de Fevereiro de 1937 pela “A Imprensa”, o correspondente escreve sobre o “Aniversário Natalício do Prefeito Carlos Pessoa” e a Festa da Purificação em que tece comentários em relação as duas festividades bem como sobre as vésperas da festa da Purificação em que se dá a “interessante coincidência: a prefeitura que se tem desdobrado de esforços, para melhorar este município, fez naquela noite experiência de um alto falante ligado ao rádio.” (Cf. A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Sáb., 13 de Fevereiro de 1937.)

completa Souza, “o rádio conseguia passar suas informações apenas através da voz, podendo ser encontrado em qualquer lugar”¹²⁶.

Ocorre, todavia que em Umbuzeiro algo inusitado pode ser digno de nota: tornar o acesso ao rádio algo público já no primeiro contato da cidade com o aparelho transmissor. Ora, estamos falando de um tempo em que apenas as capitais tinham emissoras de rádio e na maioria das cidades, os aparelhos de rádio chegavam primeiramente no interior das casas das famílias mais abastadas. Os demais moradores dessas cidades só escutavam o rádio caso fossem aceitos nas casas dessas famílias, ou ainda, de longe, quando por perto passavam. No caso de Umbuzeiro, os serviços de alto-falante fizeram de sua experiência com os primeiros aparelhos de rádio um caso a parte, em que pese verificar a sua extensão ao âmbito público.

Em Aroeiras, a experiência com os primeiros sinais das ondas de rádio com um aparelho (rádio) de posse da Prefeitura de Umbuzeiro se deu por volta de 1937, quando a comunidade recebeu do prefeito Carlos Pessoa “um aparelho de rádio que repercutiu muito agradavelmente no seio de toda população aroeirense¹²⁷”. Sobre essa conquista, não podemos dizer com segurança que foi realmente festejado por todos. O certo é que provavelmente tenha causado certa admiração e encanto de muitos habitantes do pequeno povoado, haja vista a possibilidade de se manter contato com notícias de outras localidades. Neste caso, é possível afirmar que a experiência tenha animado as ruas daquele pequeno povoado, isolado de muitas localidades à época.

Em se tratando de vias de comunicação, outro equipamento merece destaque em nossa caminhada. Esse ganhou forma pelas ruas da cidade, Umbuzeiro e Aroeiras na década de 1910, ou seja, bem antes da captação dos sinais de rádio. Falamos do telégrafo aqui lido como um ícone moderno de valor universal, em que pese ser uma novidade nas comunicações nos espaços em que eram instalados.

Apenas a sede do município, a saber, Umbuzeiro e o povoado de Aroeiras, na década de 1920, eram equipados com uma estação telegráfica cada, inauguradas respectivamente em 1911 e 1919¹²⁸. Essa linha fazia um longo traçado de Umbuzeiro a Ingá, passando por

¹²⁶ Sobre a “História da Mídia Regional” em que pese tentar perceber sua recepção nos primórdios de sua chegada no Brasil e, principalmente, a experiência da cidade de Campina Grande com a Introdução do rádio e das primeiras Emissoras de Rádio ver: (SOUZA, 2006, p. 24/5).

¹²⁷ A Imprensa, João Pessoa, Dom., 18 de Abril de 1937.

¹²⁸ Consta no Anuário estatístico da Paraíba em 1931 um item sobre Telegraphos – Estações Federaes, telegraphicas e tephonicas segundo a data de instalação, existentes até 1931 – e lá se lê: “o Município de Umbuzeiro constando com duas estações sendo elas a de Umbuzeiro inaugurada em 15 – 11 – 1911; e Aroeiras em 22 – 12 – 1919, ambas com especificações de Estações Telegraphicas”. Eram, portanto, as únicas do Município existentes até 1931, época de coleta dos dados do Anuário. Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, João Pessoa, 1934, p. 301.

Aroeiras, onde se construíram uma estação. Certamente, a sua instalação, no mínimo, deva ter causado admiração de muitos dos habitantes locais. Pois, seguramente a presença de uma estação telegráfica no povoado funcionava como importante via de comunicação com as demais localidades circundantes, ou ainda, numa extensão maior, com o próprio mundo exterior. Isso se levamos em consideração a tese de que se trata de um ícone moderno ansiosamente desejado por todas as comunidades das capitais e do interior nortista. Principalmente porque, “operando a informação de forma rápida, instantânea o telégrafo leva ao encurtamento das distâncias, contribuindo nas comunidades que dele dispõem para redefinir as noções de espaço-tempo.”¹²⁹ Uma novidade nas comunicações.

A tese indica que se tratava, antes, de um desejado equipamento moderno adotado no estrangeiro e que, quando instalado pelo interior e mesmo em algumas capitais brasileiras, funcionava como uma espécie de canal para que as comunidades que dele dispunham mantivessem em sintonia com o mundo dito civilizado, ou seja, em sintonia com o mundo exterior. Provavelmente uma conquista, um “privilégio”, leia-se, envernizada com um tom de novidade, que ocupava lugar de destaque no ambiente urbano brasileiro de modo geral e nortista em particular entre a segunda metade do séc. XIX e a primeira metade do Séc. XX¹³⁰.

Nesse tempo, por volta de 1919, outro “maquinismo” moderno ganhou as ruas do povoado. Tratou-se do automóvel, “veículo motorizado” que visitara o povoado de Aroeiras pela primeira vez. Naquele tempo, provavelmente de forma muito rápida, de passagem, sendo operado por algum visitante em ida ao povoado, os aroeirenses mantiveram contato com esse maquinismo. Contudo, não sabemos ao certo quem era seu “condutor” ou a quem pertencia, mas, queremos acreditar que se tratou de um “encontro” que muito deve ter despertado a curiosidade de seus moradores. Admirável. A referência a esse encontro, talvez dada a “novidade” que representou, a importância a ele atribuída por certos moradores e/ou ao impacto causado, coube nota nos livros de história local, como que quisesse ser registrado pelo tempo, guardado pela memória. Lá, o leitor de um dado presente, mesmo que

¹²⁹ Vejam-se as análises de Aranha (2003, p. 89-97)., no item “O telégrafo e o telefone e o fim da presença real: Uma revolução nas comunicações”, tópico em que o pesquisador analisa a introdução do Telégrafo e do Telefone nas principais províncias brasileiras e no interior das cidades do Norte. Para Aranha, trata-se antes de providenciais meios de comunicação, muitas vezes instalados por meio da dobradinha trem de ferro/linhas telegráficas e/ou telefônicas, no âmbito coletivo e/ou privado.

¹³⁰ Lê-se em Aranha que a experiência brasileira com os “providenciais fios que falam” remontam à época do Império, por volta de 1852, sendo a capital do Império a primeira a adotar a invenção moderna advinda de Londres. Na ocasião, o telegrafo compunha um dos maquinismos importados do exterior destinado, num primeiro momento, a comunicação instantânea de algumas repartições públicas e posteriormente os serviços serão extensivos ao uso privado. A novidade, a se espalhar gradativamente por várias cidades do país, não retarda em adentrar pelo interior, embora, chegue-se mesmo a se contar “nos dedos as comunidades que têm o privilégio de contar com um posto telegráfico”. Cf. ARANHA, 2003, Op. Cit. p. 90.

brevemente, pode(rá) ler em seu conjunto de "datas notáveis": "1919 – A povoação recebeu, pela primeira vez, um veículo motorizado¹³¹".

Note-se que a despeito da hipótese de trabalho apresentada por Aranha, em que pese a verificação da emergência de certos equipamentos modernos do conforto por capitais, cidades e povoados do interior dos estados do Norte brasileiro, uma questão se faz presente: perceber como a instalação e contato com determinados equipamentos urbanos e maquinismos, oriundos da vida moderna, irão alterar o interior da vida cotidiana dos habitantes desses espaços?

Sobre isso, diz Aranha, as experiências de modernidade nas cidades do norte se dão a partir do contato com novos elementos e situações cotidianas sentidas mediante a introdução de certas conquistas materiais e simbólicas que passam a povoar "o imaginário urbano como símbolos do moderno". Neste caso, "trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas" com seu ritmo veloz constitutivo, "e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, a exemplo das que remetem a idéia de conforto e/ou rapidez e que passam ao imaginário como signos modernos por excelência. Cidade que se quer 'civilizada' ou que estaria a 'civilizar-se' deveria contar ao menos com uma dessas novidades"¹³².

Aqui, os significados da modernidade transitam mais pelas sensações e seduções do moderno do que pelas dimensões físicas e populacionais dos espaços urbanos em análise¹³³. Pois, é mais uma sensibilidade que é alterada quando do contato com um ou outro equipamento e/ou símbolo moderno de valor universal que interessa a Aranha. Assim, a aceleração da vida nervosa, do fenômeno da multidão, da impessoalidade estimulada pela dinâmica da vida moderna, a exemplo do que ocorre em Londres e Paris, são inverificáveis nos espaços os quais propõe analisar.

Fala-se, portanto, de novas sensibilidades que são estimuladas pelo contato com o caráter *novo*, de *novidade* dos elementos ditos modernos. Sem esquecer que as sensibilidades correspondem, assim, às sensações, ao emocional, com a subjetividade, com os valores e os sentimentos, que operam em meio às experiências cotidianas dos sujeitos obedecendo outras lógicas e princípios. Em última instância, dizem respeito aos sentidos que advêm das

¹³¹ Conferir Andrade (1984, p. 40).

¹³² Aranha, (2003 p. 73)

¹³³ No estudo em questão, diz Aranha, "há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar" (op. cit. p. 67) e neste caso, as experiências modernas dessas cidades nortistas devem ser pensadas com base no impacto causados por certas conquistas materiais de uso coletivo e/ou privado, símbolos modernos de valor universal.

experiências dos sujeitos sociais e que se processam em meio ao vivido. Aqui falamos em termos de sensibilidades marcadas por um ritmo de vida que não tem pressa, mas que, de um modo ou de outro, é alterado quando se trata de manter contato com um ou outro signo da vida moderna. Paralelo a essa constatação, merece destaque percebermos o tom de melhoramento com que essas maquinárias modernas são introduzidas nos espaços urbanos, muitas vezes prenunciadas com um toque otimista, não menos promissor, decantados como sinônimos de progresso e redenção.

É o caso da luz elétrica, “na época estudada, um equipamento urbano que remete a idéia de conforto e cujos efeitos são extensivos tanto à esfera pública quanto privada¹³⁴”. Em Aroeiras, tudo leva a crer que as reivindicações para se ter esse equipamento de conforto e civilidade se deram bem antes de sua introdução por volta de 1936. Neste caso, primeiramente caberia perguntar: como os aroeirenses irão recepcionar esse ícone moderno de conforto?

A Imprensa, noticiosa de alguns fatos e acontecimentos em Umbuzeiro e Aroeiras a partir de 1936, *lembra*, em sua edição de 18 de Abril daquele mesmo ano, da “necessidade de luz para o próspero povoado de Aroeiras”. A notícia, condescendente com a administração do recém empossado prefeito Carlos Pessoa, diz que, naquela ocasião, o governo municipal se achava “empenhado em dotar Umbuzeiro e seus distritos de tudo aquilo que se faça preciso para o bem estar dos habitantes, vai tornar uma realidade as aspirações dos aroeirenses”. A fala em torno da realização do *sonho* dos aroeirenses ganha destaque na notícia. Neste sentido, projeta as aspirações em perspectivas futuras dizendo que havia “promessas de que até meados do ano será inaugurada a luz elétrica de Aroeiras¹³⁵”. Nada de admirar que algumas expectativas foram criadas em torno de tal instalação, sobretudo, dada a forma com que foi pintada pelo poder público municipal. E, de fato, os primeiros bicos de luz chegaram a Aroeiras ainda naquele ano, por volta dos primeiros dias de julho.

Devemos fazer notar que o equipamento moderno chega a Aroeiras um tanto quanto tardiamente, haja vista que outras cidades paraibanas já haviam recebido a iluminação elétrica¹³⁶. Porém, nem por isso, a notícia de que em breve o povoado seria iluminado pela luz moderno deixou de causar certa agitação entre alguns moradores locais, talvez dada a

¹³⁴ Veja-se as considerações de Aranha sobre a luz elétrica no item: A Iluminação dita moderna: excelência da civilização. Op. cit. p. 97.

¹³⁵ A Imprensa, João Pessoa, Quinta – Feira, 18 de Abril de 1936.

¹³⁶ Aranha nota que na Paraíba “as primeiras experiências com energia elétrica remontam o ano de 1912, sendo levadas a efeito em Itabaiana e na capital do Estado em 9 e 15 de Março, respectivamente, sendo motivo de orgulho para os itabaianenses o fato de sua cidade contar com a decantada novidade seis dias antes da capital”. Outras cidades como Sapé, Bananeiras e Guarabira receberam o decantado equipamento urbano ainda em 1916. Contudo, “nas demais cidades paraibanas, só a partir da década de 1920, inclusive em Campina Grande” a instalação do equipamento moderno faz-se presente. (Aranha, Op. Cit. p. 96).

decorrência da expectativa, da curiosidade em ouvir falar que se poderia ter ou manter contato com esse equipamento. Certamente, uma novidade.

Para tanto, continua o correspondente, “o Sr. Prefeito acaba de se dirigir a Capital do Estado onde vai efetuar a compra do maquinismo, etc”. Como se dissesse: a ida do senhor prefeito à capital tornará possível esse sonho, esse desejo de se poder ter a luz elétrica. E, sobre esse empreendimento tido como *redentor*, finaliza a notícia, “Aroeiras, pelos seus homens trabalhadores e cheios de aspirações será grata aquele que lhe der a satisfação de trazê-la à luz...”¹³⁷ Deve-se notar que as referências sobre a introdução do maquinismo moderno é representada em tom otimista na medida em que se mostra presente nas ações administrativas do então chefe do executivo local. Empreendimento que, segundo narra, os aroeirenses saberiam valorizar e agradecer a quem lhe trouxesse tamanho melhoramento.

Neste caso, é notória a forma como tal empreendimento é decantado, a saber, em caráter *redentor*, *civilizador*, na medida em que se pretendia dotar aquele lugar que “vivia as escuras” de tamanho equipamento moderno, capaz de tirar-lhe do atraso, “das trevas”, de trazer-lhe *à luz*. Era, demonstra o correspondente, uma antiga aspiração da população aroeirense sedenta e que há muito desejava tirar Aroeiras do atraso que parecia amarrar o seu desenvolvimento. Contudo, caberia investigar, a quem esse empreendimento iria beneficiar diretamente? Por que se fazia tão presente no plano de governo do então prefeito? Vejamos, algumas pistas...

1.3 - Luz, banquetes, festas, espetáculo e sociabilidades nas ruas do povoado: luz elétrica, “multidão” e as novas sensibilidades com o fazer energia.

É o que ocorre em Aroeiras na década de 1930. Mais precisamente quando corria o ano de 1936. Há seis meses assumira o executivo municipal da cidade de Umbuzeiro e, conseqüentemente de Aroeiras, o Sr. Carlos da Silva Pessoa, que retornara ao executivo municipal após assumir o cargo de deputado federal. Naquele ano, o fato da eleição do então prefeito ganhou destaque na “A Imprensa” que a ela rende uma longa matéria. Sobre a festividade, narra o correspondente que estava disponibilizando “pormenorizadamente para o conhecimento dos leitores, as notícias das solenidades” de posse daquele dia de 23 de dezembro de 1935. Antes mesmo da posse, diz, “foi organizado um programa de festejos, tendo havido grande brilhantismo em todos os atos. Reuniu verdadeiro entusiasmo entre os

¹³⁷ A Imprensa, Op.Cit.

amigos e correligionários do novo edil, para quem Umbuzeiro se acha voltado na esperança de paz, harmonia e trabalho...¹³⁸»

Uma boa nota... Curiosa matéria... A ponto de querer entender um pouco mais da história sobre a introdução da luz elétrica em Aroeiras, acompanhem os passos da programação que daria posse ao prefeito Carlos Pessoa. Propositamente, confiaremos a matéria da Imprensa nossos passos pelas linhas que seguem. Aqui devemos lembrar de uma nota previamente apresentada quando dos preparativos de nossa primeira parte do percurso (Introdução). Lá dissemos que as matérias de jornais poderiam ser representadas com certo verniz de interesses particulares, ou ainda sua possível vinculação com grupos políticos de poder. Aqui, caro leitor, ela poderá nos ser válida. Vejamos porque...

1.3.1 - O retorno dos *Pessoas*... A memória da Posse... Os preparativos...

O dia começa bem cedo na localidade. Naquele dia, “logo cedo, a população é acordada por duas estrondosas salvas que marcam o início das festas projetadas”. Em seguida, a programação é dedicada por celebrações religiosas e, “pelas 7 horas da manhã o Revdm. Cônego Antônio Ramalho celebra a Missa de ação de graças”. E, na ocasião dos festejos religiosos, continua o correspondente,

Ao templo afluem quase todos os habitantes da vila, estando presentes também inúmeras pessoas vindas de várias localidades deste Estado e de Pernambuco, onde o dr. Carlos Pessoa goza de real estima. Terminado aquele ato litúrgico, apresta-se a comitiva parterna ir a Itabaiana onde teria lugar a posse e compromisso do dr. Carlos Pessoa, perante o dr. Juiz Eleitoral. Pelas 8 e 30, seguem todos os convidados em automóveis para aquela cidade, acompanhados do novo Prefeito. Em Itabaiana. Seria 11 horas, quando a chegada do curso de automóveis, no qual viajava o dr. Carlos Pessoa. Em Itabaiana, nesse mesmo dia, já se encontravam outros Prefeitos aguardando o compromisso. Ao Prefeito de Umbuzeiro é dado em primeiro lugar o compromisso da Lei, ficando desde logo para todos os efeitos o legítimo dirigente deste Município¹³⁹.

Os atos litúrgicos traduzem a necessidade de se celebrar, aos moldes do culto católico, aquele que seria um dia de festa para a comunidade. Era, antes, *o retorno* do “dedicado filho” que há muito servira à sua terra. Um retorno esperado, digno de comemoração. Cessado o culto Católico, a comitiva segue de automóvel à cidade de Itabaiana. O caminho, cremos, é a estrada de Rodagem Umbuzeiro/Itabaiana pelas margens do Rio Paraíba. Contudo, sobre a ida

¹³⁸ A Imprensa, João Pessoa, quinta – feira 16 de Janeiro de 1936. p. 04-05.

¹³⁹ Ibidem.

a Itabaiana a Imprensa não nos traz maiores detalhes sobre a real natureza daquele encontro, exceto a presença do Juiz Eleitoral, o que pode indicar que a Zona eleitoral de Umbuzeiro estava sob a jurisdição de Itabaiana. Se assim for, queremos acreditar que a ida do prefeito e a sua comitiva à cidade de Itabaiana justificava-se mediante a sua indispensável presença naquele evento de posse e juramento coletivo dos novos prefeitos eleitos no último pleito cujas zonas eleitorais pertenciam a Itabaiana. O juramento foi feito. Legalmente, pela *vontade popular*, assumira o Cargo o então prefeito.

1.3.2 – O retorno a Umbuzeiro... A memória dos “Pessoa”.

Esse se dá naquele mesmo dia. Por volta das primeiras horas da tarde. Em Umbuzeiro, “aguardava o Dr. Carlos Pessoa grande massa popular que o recebeu e aos seus companheiros de viagem, sob uma salva de palmas e efusivos abraços de felicitações...” Em comemoração ao retorno da comitiva, “na casa de residência do Dr. Carlos Pessoa, foi oferecido a seus amigos um lauto almoço que decorreu na maior cordialidade¹⁴⁰”. Cremos que se tratava de um banquete de seletos talheres, restrito a amigos, familiares, letrados e alguns poucos correligionários de Umbuzeiro e região. Na cidade, a programação dá sinais dos preparativos da posse simbólica no prédio do passo municipal.

É quando, “pelas 15 horas, literalmente cheio o edifício da prefeitura Municipal, chega o dr. Carlos Pessoa que é saudado por vivas e recebido entre uma chuva de confetis e palmas por uma comissão de gentis senhoritas da elite social umbuzeirense que naquele momento formavam alas a entrada principal do prédio”. Dentro do recinto, era, ao que indica, igualmente uma festa de poucos em que a elite letrada, muitos familiares do *novo* prefeito, além de alguns personagens ilustres ganhavam destaque na cena.

Mesmo assim, insiste a notícia no sentido de que certa massa popular lotara as ruas da cidade. De fato, por se tratar de um dia festivo, *um grande dia gravado na memória local como algo associado ao retorno do benfeitor da terra*, queremos crer que muitos moradores locais se faziam mesmo presentes nas ruas da cidade no momento da chegada do prefeito e de sua comitiva. Esses populares, representavam peças fundamentais presentes naquela cena de retorno, fazendo da comemoração uma verdadeira festa cívica, onde a figura do prefeito *redentor, moderno*, capaz de instaurar a paz, a harmonia e trazer o progresso a terra *que lhe*

¹⁴⁰ Ibidem, p. 5.

serviu de berço, deveria ser ovacionado com falas e palmas. Um pouco de “teatro” invade o programa dos festejos.

A este ponto do percurso poderíamos recorrer novamente a Aranha (2006, p. 20/1), quando este atenta para as tramas e teatralizações políticas – embora não seja esse um caminho específico que pretendemos seguir – que tornaram possível a implantação de certos símbolos modernos, como é o caso do trem e das estradas de ferro no Norte – Paraíba e região –, enfatizando o estudo que se faz em torno da chamada “nova história política” que emerge com a literatura teórica advinda da chamada terceira geração dos Annales. Essa teorização chama atenção, sobretudo, para os atores sociais que produzem e são “responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária, em particular no tocante à fabricação dos chamados símbolos do poder e dos meios que recorriam para que tais ações ou símbolos fossem aceitos favoravelmente, sem contestações”. Resultando daí o interesse do “novo historiador do Político em “desvendar mitos, ritos e símbolos que a sociedade resgata e a política coloca em cena”. Desse modo, “os diversos cerimoniais ligados ao universo político – a exemplo de posses, desfiles ou funerais – são um bom exemplo das possibilidades que o novo campo de estudo apresenta em termos de apreensão de ritos e símbolos”.

Somado a esse campo aberto pelo “novo” historiador do político, deve-se somar a idéia de teatralização, em que pese ser possível aplicá-la ao “fenômeno político em geral”, conforme a caracterização que segue: ‘a representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. Ambas as representações se exercem em palcos montados, através de atores que tem papéis conhecidos e reconhecidos¹⁴¹’. Aqui a metáfora “teatral” ganha valor universal, extrapolando essa ou aquela experiência em particular. Neste caso, as preparações da posse de Carlos Pessoa tenderam a montar um verdadeiro palco em que as representações do político *redentor* ganhou destaque em vários momentos da programação. Um espetáculo...

Em se tratando do caráter festivo, deve-se levar em consideração o fato de que a eleição e posse de Carlos Pessoa representavam o retorno da tradição familiar “Pessoa” dirigindo o executivo local. O mesmo Carlos Pessoa já havia chefiado o executivo local entre 1917 e 1926, por indicação, sendo substituído por José da Silva Pessoa Sobrinho que assumira

¹⁴¹ Leia em Aranha e sua leitura sobre a “metáfora teatral” na leitura de José Murilo de Carvalho na Esteira de Geertz (Op. Cit. p. 24). Ver ainda suas notas 25 e 26. Ainda sobre a noção de teatralização do poder ver as contribuições de Balandier citado por Aranha na nota 27 (p. 26).

rapidamente o governo da cidade em 1926. Desde esse último, passaram-se quase uma década sem que os “Pessoa” estivessem diretamente no poder em Umbuzeiro¹⁴².

O próprio Carlos Pessoa se dizia herdeiro dessa tradição política, *Pessoa*, aprendiz “da escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessoa”, paraibanos Umbuzeirenses que, em um tempo não muito distante daquele vivido por ele, haviam ocupado os mais altos cargos da política nacional¹⁴³. Entre eles, seu próprio pai, o Cel. Antônio Pessoa. Talvez por isso todos os preparativos para aquela festividade que se estendeu por todo o dia. E, sendo assim, nada revelador ser um espetáculo noticiado com entusiasmo, uma memória digna de se guardar.

Dito dessa forma, podemos pensar as notícias da Imprensa sobre dois ângulos. O primeiro, nos leva ao encontro do conceito de representação para pensar sobre: como são constituídas tais imagens, leia-se representações em que surge as referências ao retorno do prefeito redentor, continuador de uma tradição política? A resposta, em termos conceituais, diz que as representações do mundo social, “assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam¹⁴⁴”. Seriam, pois, determinados grupos aqueles responsáveis por produzirem, ao seu modo, as imagens, os discursos e enunciados criados sobre o espaço. Neste sentido, as informações devem partir de um determinado lugar, como se desejassem mesmo criar tais imagens.

O outro caminho seria pensar que as imagens criadas pelas notícias da Imprensa sobre Aroeiras e Umbuzeiro, podem corresponder as investidas de uma memória que se queria salvaguardar de modo que se fizesse lembrar em uma dada posteridade. Não precisaríamos nos esforçar muito para imaginarmos, neste caso, o que desejavam lembrar tais memórias. Recordariam muitos leitores da Imprensa: o retorno e os consequentes feitos de um prefeito

¹⁴² Sobre a “Vida Administrativa do Município”, verifique-se as informações de Gomes (1995, p. 39-48).

¹⁴³ Na ocasião de Comemoração do 4º Aniversário de Governo de Argemiro de Figueirêdo (Cf. **Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo**. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, PB. 1939, p. 19) é dada a Carlos Pessoa a tarefa de proferir o discurso de encerramento da 3ª Reunião Ordinária do Congresso dos Prefeitos em 1939. Naquele discurso, diz Carlos Pessoa, a que se senti agradecido pela “honrosa investidura que me concedeu o discurso de encerramento” e completa, estava ali em forma de “Homenagem ao município de Umbuzeiro, abençoado trato de terra a quem aprendi a amar e servir no exemplo e na escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessoa”.

¹⁴⁴ Referimo-nos ao conceito de Representação tal como evidenciado por Chartier quando enfatiza que as representações dizem respeito aos usos particulares que os sujeitos sociais fazem dos elementos que cercam seu cotidiano e o próprio cotidiano que é reinventado por práticas e representações. Neste sentido, propõe Chartier que a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Por isso, “as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Sobre o conceito de representação ver: (CHARTIER, 1990; 2009).

trabalhador a exemplo da tradição política a que pertencera¹⁴⁵. Contudo, Pollak (1989), ao estudar a solidificação de certas “memórias coletivas” fortemente constituídas, como a memória nacional, ou mesmo grupal, nos chama atenção à necessária análise de sua função, ou seja, em sentido inverso, antes de tomá-las como prontas, indubitáveis de uma dada comunidade, cabe pensar como são constituídas tais memórias.

Nesse exercício, lembra Pollak, o trabalho de personificação da memória é defendido “por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”. O trabalho de enquadramento da memória é feito por saberes técnicos especializados de modo que “toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma”. No tipo de memória que produzem, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. O interessante neste caso é que o trabalho de “enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história¹⁴⁶”, como forma inconteste de solidificar o passado que se quer salvaguardar criando uma identidade grupal. No caso das matérias da Imprensa, podem igualmente ser pensadas com “registros de uma memória” produzida tecnicamente afim de enquadrar determinados aspectos comuns a um grupo, a uma comunidade.

Essa memória grupal em que *o Progresso e desenvolvimento local estaria atrelado a tradição familiar Pessoa*, ganhava forma em algumas matérias da Imprensa naqueles idos de 1930. É o que podemos perceber, por exemplo, em 1938. Era uma terça-feira, quando a imprensa noticia sobre “O próximo aniversário da morte do Cel. Antônio Pessoa – o resgate de uma dívida que se impunha”. Nessa matéria, A Imprensa expõe as homenagens feitas em memória do falecimento do Cel. Antônio Pessoa em 1917, logo após se afastar do cargo de Governador do Estado que ainda estava assumindo.

Na matéria diz que as gerações futuras deveriam lembrar dos feitos desse político local de expressão estadual, “pois, o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam daquela benevolência.

¹⁴⁵ Cabe salientar que, em 1938, A Imprensa elabora uma propaganda contendo os benefícios de anunciar naquele jornal e expõe um mapa da Paraíba em que contém as localidades em que o jornal tinha Assinantes. Dentre eles, observamos a presença de Aroeiras e Umbuzeiro. Não sabemos quem eram efetivamente seus assinantes na localidade, mas queremos acreditar que parte da elite letrada local tinha acesso as notícias veiculadas naquele periódico. Se assim acreditamos, podemos igualmente crer que tais notícias chegavam a essas localidades reforçando a memória que se queria criar, enaltecer e salvaguardar. Leia o mapa dos locais em que a A Imprensa tinha Assinantes em: A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Dom. 06 de Março de 1938.

¹⁴⁶ Cf. POLLAK, (1989. p. 7-11).

Umbuzeiro de hoje, como Umbuzeiro do futuro, viverá sempre da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado dia 31 de outubro”, que “em vida foi um perfeito protótipo de virtudes cívicas e morais”. Esses “benefícios” seriam estendidos aos habitantes daquela região.

Cabe registrar que antes mesmo do presente indicado pela matéria, em um passado relativamente próximo, dez anos após a morte do Cel., ou seja, em 1927, parece que essa idéia de “reconhecer” a importância desse homem já rondava pelas ruas da pequena Aroeiras. Acontece que, em 13 de Maio de 1927, João Evangelista Pereira funda a “Sociedade Musical” que se denominou “Filarmônica Cel. Antônio Pessoa”, posteriormente chamada “22 de Novembro¹⁴⁷”. Uma forma de homenagear o “benfeitor” que um dia governou essas terras. Certamente, uma iniciativa que, se não partiu dos próprios representantes do grupo político ligado a Antônio Pessoa, agradou a muito desses homens em Umbuzeiro e Aroeiras.

Retornando à matéria, essa tradição ganharia continuidade naquele contexto, pois, dizia o correspondente, “o que estamos fruindo de paz, harmonia e progresso, é de certo, o reflexo benéfico d’aquela grande alma, reflexo que não somente transmitiu aos seus descendentes, mas também, à toda esta gente umbuzeirense e agora, unidos, filhos e conterrâneos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível benfeitor.” As homenagens de que fala a notícia foram as festividades de inauguração do “busto-herma” do memorável Cel. Antônio Pessoa, lembrado naquela ocasião com “profundo reconhecimento e saudade”. O busto foi colocado em “uma das mais lindas praças da cidade, em frente ao Grupo Escolar que tem o nome do homenageado”. Trata-se de uma homenagem em que estava em jogo o reconhecimento de uma “dívida que se impunha ao povo desta terra¹⁴⁸”.

A despeito dessa festividade, nos agrada a análise de Nora (1984) sobre os “lugares de memória” a indicar o interesse pelo processo de construção da memória nacional sob a edificação desses “lugares” que tem a função de “deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento¹⁴⁹” fixando um estado de coisas. Portadores de história, trata-se de lugares referentes. Indicativos de um passado, são igualmente formas simbólicas de identificação coletiva, resistentes ao esquecimento. Logo, a praça, o busto herma simbolizam “lugares” edificadas com a pretensão de tornar presente essa memória, ou seja, trata-se uma memória que não se queria apagar. E se os lugares de memória eram produzidos em torno da imagem de Antônio Pessoa o seu herdeiro direto não poderia ficar de fora.

¹⁴⁷ Conferir Andrade (1984, p. 40).

¹⁴⁸ Leia na Imprensa, Jornal. João Pessoa, terça-feira, 30 de Agosto de 1938. P. 6.

¹⁴⁹ Veja, NORA. P. Les Lieux de mémoire. La République. Paris: Galimard, 1984, p. XXXII

Acontece que em 1938, corria o mês de Janeiro, “A Imprensa” informa sobre o que tinha sido um dia de movimentação na “Vila em virtude de ser essa data, a do aniversário natalício do ilustre Dr. Carlos Pessoa”. Nesse dia, “grandes foram as homenagens”. Uma dia para ficar guardado na memória. Novamente, o cenário festivo é montado. E logo cedo, ao “alvorecer” os moradores da Vila foram acordados com os estampidos duma salvo de 21 tiros. Os foguetões tomam conta do céu da pequena Vila. “as 8 horas teve lugar na Matriz dessa localidade uma Missa em Ação de Graças”. Em seguida “a assistência acompanhou S. Excia. O Dr. Carlos Pessoa até a sua residência”. Em horário previsto, por volta das “12 horas os amigos e admiradores” de Carlos Pessoa “ofereceram-lhe um banquete de 30 talheres”, tomando parte do mesmo, familiares, amigos próximos a alguns correligionários. “As 16 horas toda elite umbuzeirense se achava no Salão de honra do edifício da Prefeitura Municipal, onde pouco minutos depois era recebido sob calorosas palmas o Dr. Carlos Pessoa que se fez acompanhar de sua Exa. Família¹⁵⁰”. Uma homenagem preparada em que estava em jogo o “registro memorial” dos feitos desse homem político que, não por acaso, aparece sempre acompanhado de sua família.

As notícias da homenagem ganha destaque nas páginas da “A Imprensa” em outros momentos de fevereiro. No dia 25 do mesmo mês, o corresponde nos traz mais detalhes sobre esse dia em que “o povo de umbuzeiro lhe prestou, nessa data, expressivas homenagens, destacando-se pela significação e verdadeiro espírito de justiça”. Tratava-se da “aposição de seu retrato na galeria de honra que abrilhanta o salão nobre da Prefeitura Local”. Outro lugar de memória, ornado e “justamente” preparado para fixar as imagens de seus homens ilustres. Naquela ocasião, uma homenagem “merecida sob todos os motivos”. Sobretudo por se tratar de “grande amigo, dedicado chefe e esforçado benfeitor, digno com o que mais o forem – pela magnanimidade do seu coração, sempre pronto a perdoar e sobretudo a amparar os humildes, desprotegidos da sorte”.

Enfim, uma homenagem justa pelas suas ações no “passado, e pelo seu presente inatacáveis sob todos os primas¹⁵¹”. Ora, já sabemos que as referências aos feitos passados devem ser cristalizados pelo tempo, solidificados pela memória. Contudo, questionemos: Qual a imagem fixada? A de um verdadeiro Herói? Ou um redentor? Neste caso, há alguma diferença? Enfim, quem mais abrilhantava esse lugar, com suas imagens? Seriam outros heróis a nível local? Ou as amplitudes de seus feitos extrapolavam as fronteiras locais? Nada de admirar encontrarmos o “retrato” de Carlos Pessoa na galeria de “benfeitores e

¹⁵⁰ Conferir A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 09 de fev. de 1938.

¹⁵¹ Ibidem.

inconfundíveis servidores do município: Eptácio Pessôa, Antônio Pessôa e o grande Presidente João Pessôa¹⁵²”.

Em termos simbólicos, os indícios atestam o continuísmo. Neste caso, estamos falando de um dia sem conta, digno de se registrar pela história. Faltaria ainda algum personagem nessa galeria de homens ilustres em Umbuzeiro e região? E os demais habitantes do município, o que achavam dessas imagens? Essas perguntas nos chamam atenção e podem ser valiosa em outra entrada de nossos percursos.

Paralelo a isso, não estranhe se, a partir daqui, matérias como essas tenham ganhado espessura nas páginas da “A Imprensa” no espaço sobre as “Notícias do Interior” em que Umbuzeiro, seus distritos e povoados, a partir de 1936, aparecem em sintonia com pretense progresso material, ligado, indiscutivelmente a essa herança política. Nelas, Umbuzeiro surge como uma próspera cidade que cresce em face dos feitos e esforço do poder público municipal. Assim, continuemos a acompanhar o Programa de Posse do prefeito...

Preparados os ambientes por onde a comitiva deveria passar e se instalar, faltava ainda um conector de toda aquela festividade: os discursos do prefeito e de alguns de seus ilustres convidados direcionados ao público presente, acompanhado de calorosas *palmas e vivas*, como não poderia deixar de ser. “Tomados os logares, minutos depois o prefeito interino Sr. Newton de Souza e Silva transmite o poder ao novo prefeito usando da palavra para exprimir ao empossado os seus votos de feliz administração e desejos de conagração entre todos os habitantes de Umbuzeiro”. O prefeito interino seria o primeiro dos oradores daquela tarde. “Após terminar o seu discurso, o Sr. Newton de Souza e Silva foi cumprimentado e em seguida discursaram os drs. Antônio Cabral e Diógenes Miranda que em vibrantes alocações externaram-se em conceitos, parabenizando Umbuzeiro por vê-lo entregue novamente ao respeitável político que é o dr. Carlos da Silva Pessoa¹⁵³”.

Decorrida as falas dos convidados, na ênfase aos votos de confiança e felicitações em nome dos umbuzeirenses e, ainda, os *parabéns* pelo *retorno* de Carlos Pessoa à frente do executivo local, a programação dá lugar ao discurso do *novo* prefeito. Sobre ele, diz A Imprensa, “levanta-se por fim o digno Prefeito recém eleito para agradecer aquelas homenagens e dizer de viva voz todo o seu desejo de fazer feliz a terra que lhe serviu de berço, pondo em harmonia todos os elementos tão discordantes, fazendo assim o que muitas vezes teve ocasião de prometer a paz, harmonia e prosperidade de Umbuzeiro”. Completa o correspondente, “suas ultimas palavras foram abafadas por estrondosas salvas de palmas e

¹⁵² A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 25 de Fev. de 1938.

¹⁵³ A Imprensa. Op. Cit. p. 5.

vivas ao seu nome”. Um cenário antecipadamente montado. Era, por certo, a comemoração política que representaria o reconhecimento pelo retorno do operoso prefeito, como será lembrado ao longo da década de 1930. Estava quase conclusa a festa.

O momento da posse é ainda mais simbólico para pensarmos os enquadramentos da matéria sobre aquele dia festivo. Já era final de tarde quando, “no instante em que se dava a posse do dr. Carlos Pessoa ouve-se uma estrondosa girândola de mais de 200 dúzias de fogos e uma salva de 21 tiros”. Um sinal para se ouvir à distância. Estava efetivamente de volta o Sr. Carlos Pessoa, prefeito do Município. À noite, a festa toma conta de algumas ruas e locais de encontro da elite local. “No Mercado Público, artisticamente ornamentado, segue-se um animado baile que se prolonga até alta noite, ao som de um mavioso jazz-band¹⁵⁴”. O baile, era a última atividade presente na Programação de Posse, *restrita a seleta e fina sociedade local*.

Estamos convictos que o mais interessante nessa história é o pano de fundo sob o qual repousa as intenções de Carlos Pessoa em se mostrar operoso, prefeito em sintonia com o moderno cuja imagem de homem público pertencente a tradicional família política irá envernizar muitas de suas ações enquanto chefe do executivo local, em Umbuzeiro. Vez por outra, Umbuzeiro e região será decantada como adiantada dada a presença de “digníssimo” administrador. Certamente uma imagem “cara” a Carlos Pessoa dentro do que se mostra claramente querer ocupar esse lugar de “herdeiro”.

Por outro lado, em 1936, o município de Umbuzeiro, se não apresentava algumas mudanças concretas de ordem material em relação aqueles anos de 1920, ao menos em termos demográficas pode-se atestar algumas alterações. Basta salientar que sua população passou de 24.780 habitantes em 1920, com uma densidade demográfica de 17 pessoas por Km², para 36.108 e uma densidade de 25 habitantes por Km² e para quase 43.000 habitantes em 1936, divididos em seu perímetro urbano e rural, entre a sede do município e seus distritos¹⁵⁵. Porém, sua população urbana não ultrapassava os 1.100 habitantes.

Para além das mudanças demográficas registradas pelos saberes técnicos estatísticos do Estado, a cidade continuava a ser proclamada como adiantada, progressista em face de seu decantado *desenvolvimento*.

¹⁵⁴ Op. Cit. p. 5.

¹⁵⁵ Os dados foram obtidos na enciclopédia dos municípios Brasileiros 1960 p. 414. Os quadros populacionais de 1921 e 1931 do Município podem ainda ser visualizados no Anuário Estatístico do Estado da Paraíba. Ano II, 1931. P. 32-33, no item que fala sobre: “Calculo da população do Estado da Paraíba a partir de 1921”.

O Estado da Paraíba que, dentro da comunhão nacional, goza de merecido conceito, pela maneira como, desde o governo do presidente João Pessoa, soergueu as suas economias, tornando-se por isso mesmo, o paradigma de todos os outros, vai tendo nos dias que correm, um dos municípios que também há de servir de modelo para as outras comunas do Estado. É Umbuzeiro¹⁵⁶.

Aqui as evidências novamente atestam, trata-se de “registrar” o continuísmo de uma decantada prosperidade, senão oriunda de um passado distante, ao menos desde João Pessoa. Note-se que Umbuzeiro surge como o modelo de “Urbs” que segue o fio administrativo da Capital do Estado quando da época de João Pessoa. Pensemos, quem estava a frente do executivo local, em Umbuzeiro, nessa época? A pergunta é meramente provocativa. De algum modo, Aroeiras também será tocada por esse discurso, principalmente pelo fato de que as ações do prefeito irão se estender aos limites do seu mais “próspero povoado”.

Isso porque as menções são no sentido de que a administração pública do próspero município seguia com a maior atividade. Como nunca ocorrera antes, diz a matéria, a situação financeira da comuna era de desafogo. As rendas do município “arrecadadas com o maior zelo e interesse pelos encarregados do fisco teem entrada nos cofres públicos para aplicação imediata nas causas de maior necessidade para o bem dos habitantes da terra, sem contudo haver desbarato e prejuízos¹⁵⁷”. Para a matéria, essa condição, aparece como indispensável aos esforços de dotar o município de algumas melhorias. Como será o caso da Luz elétrica em Aroeiras, em que os recursos serão retirados dos cofres municipais. E, como se sabe, é nesse contexto em que a Luz elétrica chega em Aroeiras. Mas, questionemos, tal indicação não faria parte do “jogo de representações” que tendia a querer enquadrar certa memória sobre a administração municipal naqueles idos da década de 1930?

Cabe destacar que, como nos lembra Gomes, muitas das obras e melhorias materiais realizadas no período entre 1917 a 1941 em Umbuzeiro, foram desempenhadas com “recursos dos próprios municípios¹⁵⁸”. O que nos leva a crer que tais obras eram implementadas com muitas exiguidades orçamentárias. Vez por outra, é bem verdade, os cofres municipais recebiam incentivo financeiro do Governo Estadual e Federal para execução de algumas obras, como foi o caso da construção do Grupo Epitácio Pessoa e da Estação Modelo João Pessoa, ambos construídos na década de 1920. Por outro lado, é bem provável que Umbuzeiro não comportasse todo esse clima de desenvolvimento e progresso apontado pelo periódico. Era, antes, uma pequena cidade cercada de problemas também desejosa por melhorias

¹⁵⁶ A IMPRENSA, Jornal. João Pessoa, 1º ago. 1936.

¹⁵⁷ Ibidem

¹⁵⁸ Veja-se, GOMES, 1995, p.42.

materiais mais concretas. O município era bem diferente da forma como era representado nas matérias de A Imprensa.

E, de fato, parece que eram muitas as necessidades inerentes a melhorias para os habitantes da comuna, principalmente aqueles que residiam em seus distritos, afastados da cidade, e em seu próprio perímetro urbano. Ao menos é o que se vê quando adentramos pelas ruas do então distrito das Aroeiras, maior dos quatro distritos da cidade.

O lugarejo, ao adentrar na década de 1930, “não apresentava traços nítidos de desenvolvimento estando sua vida econômica, social e política estacionada no tempo dado o seu isolamento por falta de estradas que a ligasse aos demais centros vizinhos de maior progresso”. Nos Anais estatísticos, Aroeiras era representada como atrasada, um pequeno lugarejo, igualmente bem diferente do que apontava A Imprensa, trazendo-a em suas matérias como um próspero povoado a partir de 1936. Apresentando, portanto, tais características permaneceria até meados da segunda metade dos anos 30 (1930). Mesmo assim, narram que “dado seu desenvolvimento, foi Aroeiras transformada em Vila, em 15 de Dezembro de 1938, pelo decreto de número 1.164, do governo estadual¹⁵⁹”.

De aspecto rural, com ruas empoeiradas, muitas casas e prédios desfigurados pela insalubridade e falta de ordenamento urbano, sem sistema de abastecimento d’água e rede de esgoto, serviços de energia elétrica pública e/ou privada, sem contar com nenhum estabelecimento hospitalar, posto de saúde nem assistência médico-sanitária direta, poucos metros de calçamento em curso nos seus escassos logradouros públicos, Aroeiras era representada como uma das localidades da próspera cidade, porém, necessitada por melhorias nos serviços públicos. Ou seja, era, antes, uma pequena vila em que os laços de reconhecimento e pertencimento coletivo, característico de comunidades rurais, com traços diretos de solidariedade estavam presentes. Local em que a vida cotidiana era processada num ritmo lento, habitual.

A propósito de seu ritmo de vida característico, semelhante do que ocorre nas comunidades tradicionais e/ou pequenas cidades do período, deve-se registrar diferenciação daquilo que Georg Simmel (2009) detectou como sendo “um modo de vida próprio urbano” sendo experimentado na cidade Grande, Moderna. Dotado de um olhar sensível, Simmel também percebe as contradições sob a qual essa vida veloz será assentada. E diz, o maior problema do modo de vida urbano da grande cidade moderna “é o conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura exterior e cultura interior”. Neste sentido, “os problemas mais

¹⁵⁹ IBGE, 1960, p. 201.

profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida”¹⁶⁰. A cidade e seu *modo de vida* próprio urbano, põe em relevo a elevação de um fundamento psicológico determinante sobre o qual sedimenta-se a individualidade da cidade grande, a saber, a “intensificação da vida nervosa”. Individualidade que tem a ver com a rapidez e velocidade “próprio do cotidiano das grandes cidades”¹⁶¹.

Em sua “*psicologia do dinheiro*”, onde a cidade grande é por excelência “o lugar da economia monetária”, Simmel nos alerta sobre a face estranha do indivíduo frente às forças que pretendiam nivelar “ao ritmo uniforme dos fenômenos” a personalidade do ser. A cidade grande moderna como um organismo calculável, quantificável¹⁶², que efetivamente tem pressa, também é a mesma que arrebatava seus contemporâneos numa tensão que revela o lado nada promissor da vida que ela estimula. Como se pensada em seu avesso, nervosa, fascinante e encantadora, também, ruidosa, desencantadora, estranha, atemorizante. Perceptível pela tensão ininterrupta de mudanças e impressões interiores e exteriores, dentre as quais a própria velocidade e variedade da vida econômica, profissional e social, o modo de vida urbano da grande cidade opera sensivelmente na distinção, ou seja, na oposição com “a vida na pequena cidade e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual”¹⁶³.

A impessoalidade do homem na multidão, característica indelével da vida inquieta da grande cidade, pauta a distância das relações sentimentais, rotineiras e uniformes da pequena cidade. Arrola-se, portanto, no modo de vida urbano moderno uma outra sensibilidade no comportamento de seus transeuntes, dos seus habitantes, que não mais a sensibilidade comunitária. Ocorre que a solidariedade que unia o indivíduo à sociedade e ao seu grupo de pertencimento na comunidade tradicional é sensivelmente alterada pelo novo estado psicológico, individual e subjetivo ritmado pela aceleração da vida metropolitana. Este seria o fundamento da vida anímica, leia-se psicológica, subjetiva da vida urbana moderna.

Esta, como lembra Marshall Berman (1986), seria uma das características da modernidade “enquanto experiência histórica individual e coletiva: a postura de celebração e

¹⁶⁰ (Cf. SIMMEL, 2009, p. 79-80).

¹⁶¹ (Cf. ARANHA, Op. Cit. p. 70).

¹⁶² Falamos da imagem que Simmel lança mão para expressar o que parece ser o espírito moderno, a saber, a vida regida pelo cálculo e pela precisão cronometrada por certa estrutura da ordem, perceptível pela proliferação do uso de relógios de bolso no contexto, que tende a determinar e diferenciar as relações e atividades “num organismo tão articulado que, sem a mais pontualidade das promessas e prestações de serviços, o todo se desmembraria num caos inextricável. Se, de repente em Berlim todos os relógios andassem erradamente em direções diferentes, mesmo que só pelo espaço de uma hora, toda a sua vida econômica e a sua outra atividade comercial ficariam por longo tempo desorganizadas”. (SIMMEL, 2009, p. 83).

¹⁶³ (Cf. SIMMEL, op.cit. p. 80)

combate diante do novo, que em parte exerce fascínio e em parte atemoriza”¹⁶⁴. Ou seja, contraditória na medida em que cria expectativas em torno da aventura, do poder, do encanto, mas também destrói alguns modelos e formas de viver, principalmente, os pautados em laços de (re)conhecimento e pertencimento característicos de comunidades mais tradicionais. De maneira que a vida urbana moderna, em sua relação com o ritmo de vida frenético, nervosa, entrecortada pela multidão, anônima e impessoal a si mesma, em suas “passagens”, parece imprimir uma primeira indicação a um modo de vida próprio ao universo citadino, cuja dimensão, jamais se teria visto antes¹⁶⁵. Dito isso, caberia problematizar: a que ritmo de vida estava atrelado o povoado de Aroeiras no contexto de nossa (re)visitação?

Devemos adiantar que Aroeiras pertencia a outros ritmos, onde a experiência cotidiana de seus habitantes em muito assemelhava-se com os conteúdos tradicionais de uma vida pautada por traços de ruralização. Por outro lado, o seu ritmo de vida oscilante entre o rural e o urbano, não impediu que experimentasse o significado de determinadas mudanças nela ocorridas. Pois, a vida do campo também comporta mudanças, perceptíveis ao longo do tempo. Como nas cidades, a vida campestre também é “móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”¹⁶⁶.

Sendo que é nessa relação entre presente/passado que podemos perceber essa ordem de mudanças em que pese pensá-las dentro da tensão em que o novo, o aparentemente moderno estará imbricado com o tradicional, com as formas de vida e práticas não tão modernas. O ritmo dessas mudanças, muitas vezes, podem não corresponder às formas imaginárias que as conceberam. E, em Aroeiras, o seu universo rural conviveu com algumas dessas mudanças materiais que, grosso modo, contrastavam/conviviam com muitas outras práticas e vivências de seu espaço. Ao longo do tempo, tais mudanças, adiantamos, não a transformaram numa grande cidade, a pensar o ritmo de vida característico em cidades relativamente maiores, pois ela continuou sendo uma pequena cidade, com seu ritmo habitual.

Por outro lado, talvez a dimensão do “sonho” de seus habitantes, tenha sido levada em consideração fazendo com que constasse no programa de ações do “operoso” prefeito de Umbuzeiro, Sr. Carlos Pessoa, o grande “empreendimento levado a efeito” no dia 16 de julho de 1936, quando se inaugurava a Usina de Luz Elétrica “no prospero povoado das Aroeiras”.

¹⁶⁴(Cf. PESAVENTO, 1995, p. 292)

¹⁶⁵(Cf. BRESCIANNI, 1998, p. 237).

¹⁶⁶ Leia-se em Raymond Williams, sobre a vida no campo e na cidade em que pese pensar sua íntima relação com que a tensão entre o moderno e o tradicional repousam historicamente nas abordagens sobre o urbano e o rural. (Cf. WILLIAMS, 2011, p. 23).

Como vimos, um empreendimento projetado na forma de realização de um “sonho” que há muito embalava os desejos dos aroeirenses, festejado com entusiasmo. Sonho afinal concretizado. Mas, que aroeirenses? A quem interessava diretamente a introdução de tal melhoria? Supomos que a presença da possibilidade de dotar a Vila de tamanha melhoria possa ter obedecido a outros interesses, digamos, de ordem mais concreta, de retorno mais direto para a administração municipal.

Isso porque, dias antes, era domingo, 31 de junho de 1936, A Imprensa dá notícia de que se achava “quase concluída a instalação da Uzina produtora de luz do prospero povoado de Aroeiras”. Eram os anseios dos aroeirenses bem próximos de tornarem-se realidade. E, sobre isso, completa, “por esses dias aquele laborioso povo terá a satisfação de sair das trevas e ter os salutares benefícios da luz elétrica que de há muito era para ali existir”. Era sem dúvida uma conquista que representava a possibilidade de se estar em sintonia com o mundo moderno, de modo a dar forma a muitos sonhos e desejos em torno do ser e parecer moderno.

Por outro lado, note-se que, na matéria, podemos ainda perceber a extensão de certos significados atribuídos a esta obra, como se pudesse fazer com que a velha Aroeiras, escura e atrasada entrasse em sintonia com os princípios de *modernização, progresso e civilização*, afinal, sairia efetivamente das *trevas em direção à luz*. Essa imagem é ainda mais importante quando analisamos que os redatores do texto, provavelmente o correspondente local, tentam marcá-la como beneficiária e extensiva a todos os aroeirenses, ou seja, uma obra decantada não apenas como sinônimo de progresso e civilização, mas também de utilidade pública, de uso coletivo.

Contudo, a matéria de A Imprensa nos é reveladora em mais um aspecto, talvez o mais importante de se perceber, quando se trata de pensar a quem verdadeiramente interessava a instalação de tamanha melhoria. Pois, “com a inauguração da Luz em Aroeiras, maior incentivo tomará de certo para melhorar o comércio que, no algodão, é leader do Município¹⁶⁷”. A época, Aroeiras já contada com mais de quinze motores de beneficiamento de Algodão¹⁶⁸. Certamente, parte de seus comerciantes locais e fazendeiros do plantio da malvacea lucrariam com o empreendimento, além dos cofres municipais que poderia arrecadar mais com a produção do algodão.

Neste tipo de empreendimento, considerando a idéia de conforto e melhoramento material com que vinha atrelada a inauguração da luz elétrica, em Aroeiras não podemos

¹⁶⁷ A Imprensa, Domingo, 31 de junho de 1936. João Pessoa, p. 3.

¹⁶⁸ Leia em ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande, Editora e Gráfica santa Fé Ltda., 1981. P. 23.

deixar de percebê-la como um esforço institucional para dotar o povoado de alguma infraestrutura. Infra-estrutura essa que, se não atendia a todas as necessidades de seus moradores, ao menos, serviria para melhorar a produção local da *preciosa malvácea*.

Neste caso, a presença da luz elétrica pode ter trazido melhorias materiais concretas para a produção comercial local, principalmente, com a possibilidade de se equipar a comuna com maquinismos mais avançados para a produção do algodão. Quem sabe, alimentar o sonho de se ter em seu território uma Usina de beneficiamento do produto, como aquela que existia em Gado Bravo¹⁶⁹. Desta feita, talvez a operosidade do executivo local tivesse tido tamanho adiantamento tornando realidade o tão antigo sonho em apenas alguns meses. Mas, vejamos os passos da inauguração do maquinismo moderno sob a companhia de A Imprensa.

1.4 - A partida Umbuzeiro... O dia da inauguração...

Naqueles idos de 1936, o clima era dos mais favoráveis a essa região da Paraíba, havia chovido nos últimos dias. Era possível que o cheiro de terra molhada ainda estivesse no ar, quando o prefeito e sua comitiva arrumavam os últimos preparativos para saída de Umbuzeiro até a localidade de Aroeiras. Compunha a caravana cerca de “50 cavalheiros” que acompanhariam o chefe do executivo local até o povoado das Aroeiras. Certamente, vivia-se com entusiasmo e expectativa aquela manhã de julho de 1936. Logo, “as 8:00 horas” da manhã daquele dia 16, partia a comitiva chefiada pelo “Prefeito Carlos Pessoa e sua esposa Marina Pessoa¹⁷⁰”.

Seguindo-os, avolumavam a caravana “personagens ilustres” de Umbuzeiro e região, políticos, autoridades eclesiásticas, policiais, jornalistas, professores, acadêmicos e parte da elite umbuzeirense. Dentre eles, o Juiz de direito da Comarca, Dr. Antônio Gabinio, o Promotor Público, Dr. Cláudio Cunha, representante do governo estadual, Professor Emílio Chaves, o Vigário da freguesia, Cônego Antônio Ramalho, o correspondente da “A Imprensa” Francisco Espinola, tenente Antônio Correia Brasil, delegado de polícia, além das senhoras e senhoritas Bernadete Costa e Carmen Cavalcante, entre outros.

A Imprensa não nos dá notícias sobre o trajeto tomado, ou mesmo o tipo de transporte utilizado para se ir de Umbuzeiro à Aroeiras naquela manhã de 16 de julho de 1936. Contudo, queremos acreditar que a comitiva seguiu pela estrada de rodagem no sentido a Itabaiana

¹⁶⁹ Conta Andrade que na década de 1930, na “localidade vizinha de Gado Bravo funcionava uma usina de Algodão, por sinal uma das melhores do Estado e que recebia produto até do Estado de Pernambuco”. (Cf. CANDRADE, 1984, p. 24.)

¹⁷⁰ A Imprensa, Sábado 1º de Agosto de 1936, João Pessoa, p. 3.

passando pelas proximidades dos povoados de Aguapaba, Natuba e Pedro Velho, seguindo por esse ultimo até chegar à Aroeiras. Ou ainda, subindo a serra do rio pelo Sítio Bernardo. Se o caminho percorrido foi um desses, bem mais confortável e seguro, cremos que o trajeto tenha sido feito por automóveis, tais como aqueles que levaram o prefeito e sua comitiva à Itabaiana na ocasião de sua posse em Dezembro do ano anterior.

Esse aspecto merece algumas breves considerações. Acontece que a propósito da imagem do prefeito operoso e em sintonia com o progresso e civilização com a qual Carlos Pessoa costumeiramente se deixava representar, a hipótese de que tenha saído de automóvel juntamente com sua comitiva para Aroeiras no dia da inauguração da luz elétrica ganha sustentação. Pensemos que poderia se tratar de uma imagem tanto quanto “cara”, aos olhos de Carlos Pessoa, a de inaugurar aquele equipamento moderno de conforto “guiado” por outro maquinismo oriundo da vida moderna: o automóvel.

Talvez essa imagem de um prefeito operoso, pronto para atender as reivindicações de seu povo, seguisse a linha de um antigo conhecido do próprio Carlos Pessoa, a época, presidente do estado da Paraíba. Argemiro de Figueiredo, naquela mesma época “logrou de capitalizar dividendos políticos que o transformaram em um símbolo de excelência administrativa”. Uma imagem que Argemiro tomava para si de forma bem parecida a que o chefe da nação, Getúlio Vargas, fazia com o uso da imagem e da propaganda. A apropriação desse discurso fez de Argemiro, na Paraíba, fiel “as diretrizes adotadas quanto ao uso da propaganda¹⁷¹”.

Certo dia, nos lembra Carlos Pessoa do Programa Administrativo de Argemiro e “da solicitude com que verifica e atende todas as necessidades de cada um dos municípios”, de acordo com os “orientações das forças nacionais, todas superiormente as coordenadas para a consolidação de um regime que está tornando o Brasil cada vez mais forte, mais unido e mais prospero¹⁷²”. De algum modo, o próprio Carlos Pessoa via em Argemiro a imagem de um exímio administrador. A imagem de Argemiro teria chamado atenção do nosso administrador? É provável.

Nessa apropriação, importa-nos destacar que Argemiro se encarregou de cercar seu governo com uma série de imagens e símbolos que faziam de suas ações estarem em sintonia com as aspirações da esfera federal. Esses símbolos, é bem verdade, estavam para além das construções, obras e serviços por ele implantados. Sobre isso concordamos que a idéia do

¹⁷¹ Veja Cabral Filho (Cf. CABRAL FILHO, 2007, p. 57)

¹⁷²(Cf. **Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo**. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, PB. 1939, p. 19)

moderno e “seus atores também criam seus mitos”. A título de exemplo, basta lembrar da forma como o empreendimento da construção do sistema de abastecimento d'água em Campina Grande, especificamente, como a execução do projeto Vaca Brava na década de 1930, foi tida como uma obra resultado de “uma prova de amor incondicional do governador Argemiro de Figueiredo à sua terra natal”, construída com as exigências da engenharia moderna.

A propósito da implantação dessa obra, Cabral Filho (2007, p. 63) faz uma leitura dos “jogos de imagens” produzidas em torno do “administrador moderno” e destacou as visitas feitas por Argemiro de Figueiredo ao canteiro de “obras”, ou mesmo em outras cidades paraibanas a fim de vistoriar suas ações/construções. Neste aspecto, quando da visita “do acompanhamento a uma das obras mais importantes do conjunto em construção, a usina depuradora de esgotos, decantada pelos apologetas da grandeza de Campina Grande, como um símbolo da técnica sanitária contemporânea, a primeira no Brasil”, registrada pelas imagens fotográficas, uma coisa chamou atenção: “ao fundo da imagem pode-se ver dois automóveis – símbolos caros ao processo modernizador brasileiro na década de 1930 - provavelmente utilizados pela comitiva do interventor”.

Sobre isso, lembra Cabral Filho, “os automóveis trazem para a imagem uma representação de velocidade; permitem-nos imaginar o caráter de urgência com o qual aquela obra foi revestida”; fazem-nos ainda “pensar também sobre a preocupação do interventor paraibano em realizar constantes deslocamentos pelo Estado que administrava, do litoral ao sertão”; de modo a “estar junto às pessoas do povo, misturar-se a elas, apresentar-se como uma dessas pessoas; revelar-se, através de suas ações, como um depositário e realizador fiel dos anseios deste povo: eis o perfil que Argemiro de Figueiredo buscava construir para si¹⁷³”.

Ao seu modo, salvaguardando as devidas proporções, teria Carlos Pessoa igualmente se apropriado dessa imagem do administrador moderno? Caso concordemos com a hipótese, certamente Carlos Pessoa e sua comitiva tenha confortavelmente ido de automóvel(is) a Aroeiras na oportunidade de inauguração da luz elétrica naqueles idos de 1936. Afinal, dentre outras coisas, trata-se de um momento de encontro com o “povo” de Aroeiras e região.

1.4.1 - A chegada em Aroeiras...

¹⁷³ Ibidem

Chegando próximo ao povoado, ouve-se foguetões estourar no ar. Eles anunciam a “aproximação do prefeito e de sua comitiva”. Os aroeirenses, à espera, preparam-se para receber o benfeitor da melhoria. O ponto de chegada da comitiva era, provavelmente, a Rua do Alto, atual Epitácio Pessoa. Conta-se que os primeiros habitantes da localidade fixaram residência nessa parte do povoado. Bem no Alto construíram as primeiras casas de posse do Sr. Laurentino de Moura Varejão naqueles idos do século XIX¹⁷⁴.

Naquele dia de inauguração, com poucas casas, sem calçamento, com poucos metros de passeio público em curso, os caravaneiros entram na rua do lugarejo em meio a considerável número de pessoas, talvez incomum em outros momentos no cotidiano daqueles moradores. Era um dia de festa. “Havia intenso júbilo entre os habitantes¹⁷⁵”. Antes, contudo, de seguirmos com nossos caravaneiros, seria conveniente tentarmos conhecer um pouco mais do povoado tido como próspero. Desse modo, façamos um breve passeio por algumas das principais ruas do lugarejo...

Ao decidirmos passar por algumas ruas de Aroeiras à época da chegada da luz elétrica, como provavelmente fizeram aqueles homens públicos, políticos de Umbuzeiro e Aroeiras, o ponto de partida seria a rua do alto, atual Epitácio Pessoa. Logo em sua descida deveríamos atentar aos seus desníveis, pois àquela época a rua de terra batida, era provavelmente bem esburacada. Por lá, era provável encontrar com os resquícios das águas das últimas chuvas que fizeram as pedras de seu terreno arenoso rolar por rua abaixo abrindo valas pela ladeira ainda visíveis. Isso porque, ainda na década de 1940, quando bem moça, D. Iracema nos adverte sobre como era essa Rua: “nessa rua aqui (apontando para a Rua do Alto – Rua em que nascera e se criara) tinha cada uma vala que dava pra cobrir um homem”... e acrescenta dizendo que a “cidade era muito atrasada”¹⁷⁶. A sua fala, apesar de partir de um dado presente pode nos fornecer uma idéia de como era a Rua do Alto naqueles idos de 1936. Sem calçamento... Esburacada...

Do Alto, naquele dia de inauguração, era possível avistar a Rua do Comercio, rua central, ligeiramente “embandeirada”. O terno da “igrejinha” bem ao centro do lugarejo demarcava a presença incontestada da religião católica na localidade. Uma construção iniciada em fins do séc. XIX, por volta de 1891¹⁷⁷, e concluída em 1917. É uma das primeiras construções da comuna. A Igreja era o prédio mais alto do Povoado levando-se em

¹⁷⁴ Conferir Andrade (1984, p. 17/18) sobre a posse da terra das Aroeiras pelo então português Laurentino de Moura Varejão.

¹⁷⁵ A Imprensa, Op. Cit.

¹⁷⁶ Entrevista concedida ao autor pela senhora Iracema Ramos no dia 02 de Setembro de 2008.

¹⁷⁷ Andrade (1984, p. 41)

consideração a presença de sua torre central que, provavelmente dividia o espaço com uma peça de madeira em formato de cruz ao centro. Uma porta central dava acesso ao salão de culto católico e ao altar. Bem acima de sua entrada principal, um segundo piso feito de madeira dava acesso ao sino da Igreja. Localizada no centro da cidade, certamente a igreja era muito frequentada pelos adeptos do catolicismo no Povoado.

O mapa abaixo, extraído da representação gráfica do Município de Umbuzeiro em 1938, nos dá uma dimensão física das principais ruas da então Vila das Aroeiras. Nessa viagem, tomemos o mapa como guia.



Foto 2. Mapa da Vila das Aroeiras em 1938.

No mapa, em escala de 1:5.000, da direita para esquerda avistamos a rua do Alto, iniciando em seu limite urbano. É nítida a presença de algumas casas, representadas pelos pequenos pontos paralelos ao seu aparente alinhamento urbano. Descendo aquela rua, à direita, a entrada da Rua Bela Vista. Percebe-se, igualmente a presença de um certo número de casas. Naquela rua, por volta da década de 1940 e 1950, funcionaria um dos primeiros *bordéis* de Aroeiras, “o Galo Preto” visitado por mulheres de muitos lugares, principalmente de Campina Grande¹⁷⁸. A Rua do Alto e a Bela Vista são as mais antigas de Aroeiras. Continuando a descida, a Rua do Comércio era o próximo destino.

¹⁷⁸ Um de nossos entrevistados, José Guedes, narra sobre as noites animadas do Galo Preto (Rua Bela Vista) e o Rabo da Gata no Aricuru, frequentado por alguns moradores locais, inclusive algumas mulheres. Uma afronta,

Bem ao centro, a representação gráfica indica um cruzamento de ruas. Era, efetivamente o encontro da Rua do Alto, Rua do Comercio em sentido direto, e Aricuru à direita, formando o centro do povoado. Paralelo à rua central, à esquerda tomando a perspectiva de quem observa a Rua do Comercio lá do alto, passando pela parede lateral da igreja, via-se um caminho aberto em meio ao mato e poucas, pouquíssimas casas. Por lá, era possível avistar o quintal das residências centrais enfileiradas do lado esquerdo da Rua do Comercio. Era provavelmente um local escuro à noite. Praticamente desabitado.

Em dias de feira era um local certo para o descanso de inúmeros animais, cavalos, burros, mulas entre outros, pertencentes aos feirantes, fazendeiros, moradores dos sítios vizinhos. Caminhando por lá, logo após passar por atrás do Mercado Central, construído em 1923, entrando à direita, se chegaria por cima do morro de pedras que tomava parte da Rua do Comércio. As pedras se estendiam pela nesga de rua esburacada e sem calçamento. O local era bem próximo ao mercado público e principais casas de comércio do lugarejo e ao beco da Usina, onde se instalara o motor de luz.

Mais à esquerda, igualmente paralelo a esse caminho, precisamente na porção leste do povoado de acordo com a perspectiva de quem se encontra no alto avistando a rua central, chegava-se a uma rua de subida elevada com ligeira conformação em terra plana no seu cume. Era a posterior Rua Pe. Leonel Franca, onde se construíram a Igreja matriz na década de 1960. Na época, com pouquíssimas casas ao redor. De lá, é possível que se avistasse parte da Rua do Comércio. De certo, via-se perfeitamente a rua do “Alto” de onde se vinha de Umbuzeiro, Pedro Velho, Natuba e Agupaba. Percorrendo na perspectiva do mapa, bem no meio do declive, avista-se o entroncamento que dividia o alto em duas partes. Uma ruela de casas em construções simples. Certamente, bem escura à noite. Era a Rua Bela Vista, visualizada de outra perspectiva. Ainda do alto, era possível avistar a parte oeste do povoado. Essa segue o curso do riacho do Aricurú em direção ao norte. Conta-se nos livros de histórias “notáveis”, nos livros de história local, que foi seguindo o curso desse riacho que chegaram aqui os primeiros habitantes chefiados pelo português Laurentino, vindo de Pernambuco.

O leito do riacho dividia a Vila em vários pontos. Os principais, ao fim da Rua do Comércio, logo após o “morro de pedras” – a pedreira como era conhecida – e bem próximo a rua dos “Coqueiros”, apreciada pelos longos e sempre carregados “pés de coco”, e mais embaixo, na rua do Aricurú. Cortado assim, era provável que os habitantes da Vila das Aroeiras ficassem “ilhados” em épocas de chuvas intensas e de cheias no riacho dada a

ausência de pontes e/ou pontilhões que dessem acesso a essas demais partes da povoação. Pela Rua do Aricurú, por exemplo, dava-se acesso aos sítios de Manuelas e Quatro Cantos para se chegar as cidades de Ingá e Itabaiana, provavelmente intransitável em época de chuvas intensas.

Com essa paisagem, cercada por serras e altos em sua porção Norte, Sul, Leste e Oeste, o centro de Aroeiras ficava localizado numa espécie de baixa, razoavelmente plana, como se formada por uma extensão natural do curso do riacho que passava nos quintais das residências e casas de comércio à direita da rua da Rua Grande (Rua do Comércio), bem em frente da Igreja. No mapa, é possível reconhecer o curso do riacho do Aricuru passando por trás das residências da rua central e cortando o lugarejo nos pontos citados. Seu curso seguia em direção ao rio Paraíba na Altura de Pedro Velho, cortando o povoado em muitos outros pontos antes de encontrar com o rio. A Vila, praticamente resumia-se a essas ruas localizadas em seu perímetro urbano.

Para além dessas ruas, a Rua do Comércio, ou Rua Grande como também era conhecida, era a que concentrava maiores traços de urbanidade. Cercada por residências de famílias tradicionais da localidade, ao que pode-se dizer, pertencentes à elite local. Nessa rua também se concentravam as principais casas de comércio, bares, farmácia, agencia telegráfica e, a partir daquele ano de 1936, a usina de energia. Era o centro da localidade cercado por marcas urbanas na fronteira com o campo.

Dentre as principais casas de comércio, registrava-se a “Loja Estella”, fundada em 1910, com o registro comercial em nome de Antônio Alves Barbosa, a qual vendia: estivas, ferragens, chapéus, calçados, miudezas e tecidos; a “Casa Livramento”, de posse do vereador Honório Teles desde 1918, com o sortimento de estivas, ferragens, miudezas, tecidos, além de funcionar como padaria; “A loja Esperança”, de J. Alves & Cia, atuando na venda de tecidos e miudezas desde 1924; “A farmácia São José”, que pertencia ao Sr. José Marinho do Nascimento, criada em 1925, com firma em Aroeiras e Umbuzeiro, funcionava como Farmácia, além de vender estivas e trabalhar com o beneficiamento do algodão. Na ausência de assistência médico-hospitalar direta, o farmacêutico, Zé Marin, é lembrado ainda na década de 1940, como sendo “mesmo que um dottor(sic)... o cabra que chegasse lá tava curado... Ele mesmo fazia a consulta, passava o remédio e o sujeito ficava bom...”¹⁷⁹

A propósito dessa prática, a saber, uma prática de cuidados com a saúde, cabe fazer notar que na memória de nosso narrador, o farmacêutico Zé Marin não era portador de um

¹⁷⁹ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira, em 04 de Maio de 2009.

“Diploma” que legalmente lhe garantiria o exercício de sua “função”. Neste caso, talvez o narrador ateste aquela antiga relação, outrora já percebida por José Lins do Rego, a saber, “a profunda relação dos nordestinos, por exemplo, com a cultura homeopática popular”. Esse tipo de medicina, a “do nosso povo”, lembra Zé Lins, “não é como a dos médicos titulados, sem entranhas para os doentes perdidos. Um curandeiro nordestino nunca desengana um doente. Há sempre esperança de salvá-lo. Quando fracassam as ervas, os esterco, as cascas que vêm da terra ele procura as estrelas do céu¹⁸⁰”.

Trata-se de um conhecimento adquirido e transmitido de geração à geração que, no caso de Aroeiras, assumia outra relação: com uma espécie de saber médico também adquire ao longo do tempo pelo farmacêutico. É de se pensar que “Zé Marin” fazia a consulta, passava o remédio com o conhecimento adquirido também por “traz” do balcão, com seus medicamentos “consultados”, em um misto de tradição com a possível emergência de um “saber médico”. É provável que essa relação fizesse dele um “dotor”. Será que Zé Marin passava também em suas consultas os famosos “xaropes e seus derivados” oriundos de um saber médico cada vez mais em alta no Brasil e no mundo ao longo dos séculos XIX e XX¹⁸¹? Enfim, é provável que esse saber baseado em possíveis ervas, tratamentos e processos tradicionais de cura, comuns ao universo rural, tenha se feito presente na Farmácia de Zé Marin, mas não apenas elas.

Em outro ramo, a loja de tecidos “A Soberana”, de posse do Sr. Pedro Paulo Andrade, também registrada em 1925, com venda de brins, chita, laquê, toalhas e “chapéus” trazidos da capital à disposição dos aroeirenses. Certamente, a loja do Sr. Pedro era bem visitada, sobretudo, pelos Aroeirenses desejosos por entrar na moda, vez por outra, comprar uma peça de tecido para mandar fazer um belo traje, costurada por algum alfaiate local, ou mesmo pela habilidade de alguma boa dona de casa. De fato, com o sortimentos de itens “caros” da cultura da cultura material à época, itens igualmente modernos, a loja estava em consonância com o status social daqueles que poderiam comprar.

¹⁸⁰ Veja Leitura de Cabral Filho (2007, p. 55) Sobre José Lins do Rego quando “realiza uma grande viagem à sua infância, rememorando as práticas da medicina popular em sua terra, com os seus curandeiros, as ervas empregadas, os vomitórios, as receitas, enfim, a confiança depositada pela sua gente naqueles “doutores” de antanho”. Veja-se *A União*, 3 de agosto de 1935, Ano XLIII, n. 172, p. 3.

¹⁸¹ Sevcenko (1998, p. 553) explora a forma como no Rio de Janeiro oitocentista, sede do Governo Federal, e até mesmo em outras cidades brasileiras, “o intenso surto de urbanização”, sobretudo, “trazendo gente de origem rural, rompeu o contexto da família a família ampla e a cadeia de transmissão do conhecimento de ervas, tratamentos e processos tradicionais de cura” facilitou o surgimento dos laboratórios químicos se encarregaram de dar conta dessa nova situação. Daí o fomento do debate sobre a medicina e a fé cada vez mais crescentes nos xaropes e seus derivados.

Sem esquecer da “Loja do Povo” de José Alves Barbosa; da “Casa Egypto”, do Sr. João Galdino do Egypto, e seu sortimento de Estivas e Miudezas; da “Casa Ozório”, com firma em nome de seu dono, Ozório de Arruda, vendendo estivas, miudezas e ferragens em Umbuzeiro e Aroeiras; e “A Casa Torres”, em Umbuzeiro e Aroeiras, do Sr. Pedro Vicente Torres. Além desses, o Armazém de Manoel Barbosa Monteiro, com a compra e venda de Algodão, dotado “de motor a petróleo e machina de beneficiamento e prensa”; O Comércio de Estivas e compra de Algodão em caroço de José Ferreira de L. Filho, com lojas em Aroeiras, no sítio Juá e em Umbuzeiro, expunham aos aroeirenses muitos de seus produtos¹⁸². Esses últimos, certamente teriam se animado com a notícia da chegada da luz ao povoado. Eram, todas, as principais casas de comércio do povoado.

Apresentadas as principais ruas do povoado e os indícios de sua materialidade urbana, é pela Rua do Alto que, quando da entrada do prefeito e sua comitiva, soma-se a ela personagens locais, ansiosos pela descida e encontro dos demais moradores. A rua principal estava em festa. Logo desce a Rua do Alto, encontra-se o prefeito em meio ao aglomerado de pessoas composta por aroeirenses e moradores de localidades circunvizinhas. Ouvem-se palmas e vozes. Eram “Vivas de entusiasmo e regozijo” diria o jornal “A Imprensa”. Seguida do estouro dos foguetões sequencialmente ordenados. A girândola saúda os caravaneiros.

Palmas, abraços, falas de agradecimento e estima marcaram a chegada do prefeito no (des)concertado centro da Vila. Como era de se esperar, uma “respeitosa girândola saúda os recém chegados”. Dentre os populares, o “velho e dedicado filho de Aroeiras” João Bento Correa destaca-se por seu entusiasmo e animação “que em sua modéstia de homem do povo tomou parte na alegria geral da terra”. Para receber o prefeito, a professora Nininha Guedes é encarregada de dar os “Boas Vindas” oficial em nome dos habitantes da comuna. Sutilmente, pode-se extrair da matéria que, povo e elite (letrada) estavam ali representados, afinal, era um empreendimento, “dito”, de uso público e privado. Contudo, coube a professora Nininha transmitir a “sensação” de gratidão dos aroeirenses “tomados de alegria sem conta”. Em retribuição, “comovido”, o homenageado diz também está:

[...] jubiloso por lhe haver cabido a tarefa de entregar a Aroeira aquele melhoramento de tanta utilidade; que ali, naquele instante, não via correligionários e, sim, um punhado de conterrâneos a quem lhe coube por sorte dirigir e por conseguinte lhe assistir o dever de lhes ser útil¹⁸³.

¹⁸² No Cadastro Comercial Organizado por JB Amaral em 1928, consta as firmas e estabelecimentos de comércio abertos de 1910 a 1925. (Cf. JB. Amaral, org. Cadastro Comercial do Estado da Parahyba. João Pessoa, 1928, p.)

¹⁸³ A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 1º Agosto 1936.

Ao finalizar, acrescenta o admirável orador, “ façamos da política arma de pacificação e progresso¹⁸⁴”. Mais um pouco de teatro digno de nota. Pois, a fala do orador reproduzida no Jornal é indicativa ao menos numa coisa: defende a vontade de ser útil aquela coletividade. Vontade que, talvez, seja justificado pelo suposto desejo daqueles habitantes em dotar o povoado de um dos “símbolos da vida moderna”. Além disso, deve-se lembrar que a notícia de A Imprensa confere a certos personagens locais a assistência de se ter recebido tamanha melhoria. Como que evocando certas testemunhas, personagens da antiga vila das Aroeiras, a darem crédito ao feito. Dariam eles realmente crédito a tal feito? Não podemos assegurar. Mas queremos acreditar que muitos aroeirenses estavam presentes naquele dia de inauguração.

Por outro lado, a idéia de progresso a ser recepcionada pela coletividade surge no pronunciamento do Sr. Carlos Pessoa como sinônimo de um novo tempo que se prenuncia em Umbuzeiro e, como diria, “nos principais povoados” de sua jurisdição administrativa. Não por acaso, o ato de inauguração do “operoso” administrador toma toda a página “3” daquele meio de comunicação social publicado em Agosto de 1936. Já sabemos, a idéia do prefeito “operoso” ganhou forma nas páginas de A Imprensa, após a sua investida no cargo. Ocuparia, igualmente espaço na memória dos demais habitantes de Aroeiras e região? Certamente, haja vista a forma como o empreendimento foi instalado.

Sendo assim, supomos que esse “jogo de representações” que se avolumou na matéria de A Imprensa em torno das possíveis justificativas sobre o porquê da introdução da luz elétrica em Aroeiras, bem como a quem diretamente interessava, não anulam o tom de novidade em que o equipamento foi introduzido no povoado das Aroeiras, fazendo com que sobre ele também fossem criadas representações. É o que A Imprensa também nos mostra. O dia passa... As comemorações continuam.

1.5 - O almoço No Mercado Público...

Após a recepção pública, parte da comitiva segue para a casa do representante do legislativo local, o vereador Honório Téles, onde sua família aguarda a chegada dos ilustres visitantes. Provavelmente o dia já entrava em sua segunda metade quando os caravaneiros saem da casa do edil local e se dirigem ao Mercado Público. Certamente, o prédio do mercado era uma das mais elegantes construções públicas do centro do Povoado. Com largas janelas,

¹⁸⁴ Ibidem.

quatro no total, e três portas de entrada, duas lateral e uma central, o salão central era, provavelmente, bem arejado. Seguramente em seu piso ligeiramente elevado, dada a presença de muitas pedras naquele lado da rua, se expunha vários produtos aos feirantes de Aroeiras localidades vizinhas.

Lá, os preparativos do almoço já estavam prontos. A mesa cuidadosamente ornamentada estava ricamente farta. As ornamentações em forma de “C e P” simbolizavam o encontro agradecido daqueles que sentavam a mesa com o Sr. Prefeito. Provavelmente um grupo seleto de pessoas. Políticos, letrados, comerciantes locais compunham o perfil dos convidados à ágape. Amontoados pelas janelas e portas do mercado, muitos aroeirenses assistiam os convidados à mesa degustando do banquete preparado exclusivamente para aquela ocasião. Curiosos, “a grande multidão”, certamente ouvia, entre o tilintar de talheres, as conversas de cunho político e de interesse pessoal que franzia as bordas do repertório de falas naquela tarde festiva. Afinal, era a política sendo usada como arma de “pacificação e progresso” que estava em *destaque*, explorada naquele dia de comemorações.

Mas o dia parecia ter ficado mais longo para os moradores do povoado. E, efetivamente ficaria. Pois, logo cessa o ambiente da ágape, os caravaneiros seguem para o prédio onde se encontrava instalado o motor de “Luz”. Era por volta das “17:00 horas” quando a comitiva parte do mercado para o local das “máquinas”. No prédio, embrenhado num beco paralelo à Rua do Comércio, bem próximo ao mercado público e à pedreira central, algumas famílias da elite local “aguardavam a chegada do séquito”.

A Usina Elétrica onde fora instalado o motor ficava a poucos metros do leito do riacho das Aroeiras (riacho do Aricuru). Saindo do Mercado, a comitiva adentra no beco apertado e de terra batida. Supostamente outro local de “pastio” e descanso em dias de feira muito procurado pelos feirantes que vinham ao lugarejo no lombo de animais. Ao embrenhar-se naquele beco certamente sentia-se o odor de esterco e detritos acumulados dos animais que ali se enfileiravam na última feira.

Já no prédio da Usina, tem-se um momento de reflexão, seguido de oração sob as bênçãos do local e do motor pelo cônego Antônio Ramalho, dando um toque cerimonial à inauguração. Estão todos na Usina. O Sr. Manoel Pineco, aquele que trabalhara mecanicamente para a introdução do maquinismo, tornara-se chefe das máquinas e esperava o momento de ligar o motor. Após a benção, é de se pensar num silêncio recorrente, cercado de expectativas... Até que “o chefe das máquinas liga o motor...” De repente, vê-se o salão iluminar; fazendo jus ao efeito automação, como num passe de mágicas: a luz se fez! Ouvindo-se, “inesperadamente aclamações e palmas”. Estava inaugurado o motor de luz em

Aroeiras. Uma festa! “A alegria era difícil de conter”. Certamente, via-se aí uma nova sensibilidade sendo vivenciada, em que as noites, ao menos até certa hora, ficariam em alguns pontos claras.

Mas, serenado o regozijo instantâneo, causado pela admiração de ver aquele maquinismo “dá a luz”, desejado e tão esperado, faltava ainda os discursos oficiais daqueles homens autorizados e legalmente “empenhados” em dotar o povoado com aquele maquinismo da vida moderna. Um a um, os representantes do executivo e do judiciário falam ao público presente.

O juiz de direito da Comarca de Umbuzeiro é o primeiro a usar da palavra. Assim (re)produz A Imprensa “no seu vibrante discurso, o integro magistrado, augura dias felizes para o povoado que era feliz por ter como prefeito um filho da operosidade e do patriotismo de Carlos Pessoa”. Ao finalizar, pede o magistrado, usando um pouco de teatro, “um viva a Carlos Pessoa” ouvindo-se prolongada salva de palmas. A cena da redenção estava quase completa. Continuando com a cerimônia, toma a palavra o chefe do executivo local. A sua fala celebra em tom redentor o feito do honrado prefeito. Sobre o discurso do Sr. Prefeito, “A Imprensa” narra,

O Dr. Carlos Pessoa inicia seu discurso dando como inaugurada a “luz elétrica” de Aroeiras. As suas palavras são cheias de emoção, deixam transparecer toda alegria que lhe vai n’alma em poder beneficiar aquele povo alegre e trabalhador. Lembra s. excia. que para consecução de tão importante melhoramento muito contribuíram a bôa vontade e o esforço dos aroeirenses que o ajudaram. Não podia também esquecer naquele instante a constancia e devotamento de amigos como Severino Cabral, Gonsalves Cavalcanti e o mecânico Manuel Correia, os quais foram incansáveis em auxiliá-lo em tão rápida e pronta execução do trabalho. Sentia-se feliz. Aquelas demonstrações de carinho eram o testemunho de que estava cumprindo o dever. Tinha também naquele momento a palavra de conforto do Governador do Estado e do Secretário da Fazenda... terminando agradece ao Dr. Antônio Gabínio a sinceridade de suas palavras que mais lhe eram um incentivo para a continuação do seu programa de governo¹⁸⁵.

Nessa fala, comovente a um olhar despreocupado, se percebe como o poder público local e os personagens políticos e letrados presentes naquela ocasião de inauguração, pintaram suas representações sobre a introdução daquele equipamento moderno de conforto. No caso das representações sobre a introdução da luz elétrica em Aroeiras, talvez queiram fazer lembrar da efetiva realização de um antigo sonho daquela comunidade por um prefeito que se mostrava operoso, detentor de um programa de ações governamentais aprovado pelo governador do Estado.

¹⁸⁵ A Imprensa, Op. Cit.

A cena seguinte foi marcada pela presença do representante do governador Argemiro de Figueiredo. Uma presença igualmente “ilustre” por se tratar do representante do chefe do executivo Estadual. A ele é dada a tarefa de “fazer a ligação da chave ao ‘quadro’ que distribue a iluminação às ruas da localidade”. Ele representa, na fala do prefeito, a confiança do então governador do Estado em se tratando do reconhecimento daquela administração. Por outro lado, a presença de um representante do governo pode ser lido como um indício forte de que é provável ter havido algum tipo de participação do Estado no empreendimento luz elétrica instalado em Aroeiras. Caso positivamente, tal evidencia questionaria a menção da imprensa sobre a instalação ter sido mediada pelos esforços exclusivos do executivo municipal.

Problemáticas a parte, narra-se que após a inauguração, “a música sob a batuta do maestro J. Souto, executava linda marcha do seu repertório, saindo em passeata pelas ruas do povoado”. Cremos que os caravaneiros que ainda se faziam presentes naquela festa de inauguração, dentre eles, Carlos Pessoa Filho juntamente com seu pai, Carlos Pessoa, saíram pela rua iluminada, um tanto quanto escura em alguns pontos, ao que supomos, mas em festa pela conquista.

Para finalizar as festividades daquele movimentado dia é oferecido outro banquete na residência do Sr. José Alves Barbosa, provavelmente iluminada quando da chegada do prefeito e sua comitiva por volta das 19:00h. O jantar, ao que tudo indica, foi bem mais restrito do que o almoço no mercado público. Na oportunidade, fora preparada uma mesa de “honra” em que sentaram-se apenas alguns daqueles homens. Nessa mesa, é provável que, para além da iluminação elétrica, o mobiliário, os talheres, os elementos decorativos, dentre outro itens da cultura material faziam dessa residência um ambiente digno de *receber o ilustre e operoso* prefeito juntamente com sua comitiva. Certamente uma residência pertencente a um membro da elite local.

Por fim, o baile público realizado no Mercado era a prova maior de que o dia ficara mais extenso para aquela localidade. Certamente, algo novo estava sensivelmente sendo vivido. Pois, talvez, ao menos naquele dia, era possível se ver alguns moradores locais nas mediações do mercado público no centro da cidade após o fim da tarde, adentrando por altas horas da noite. De certo, aquela conquista mudou(ária) o cotidiano daqueles moradores locais. É só pensar que, já era por volta “das 21 horas” quando “iniciou-se o animado baile em que tomaram parte as principais famílias locais”. A festa duraria até as primeiras horas da madrugada. Era uma festa noturna. Festividade talvez incomum em outros momentos, em que

consiste pensarmos, embora fosse restrita às principais famílias locais, o salão de festas estava bem iluminado, fazendo com que as comemorações se estendessem até a madrugada.

Cabe salientar que, aquele maquinismo moderno de conforto ao ser inaugurado naquele dia, apesar de representar outra conquista material e simbólica, moderna, chegava lentamente e apenas em alguns pontos do espaço urbano, sobretudo, nos espaços privados, sendo que a maior parte das moradias da Vila eram iluminadas à gás querosene e/ou velas¹⁸⁶, agentes iluminativos de uso mais recorrente entre os moradores de Aroeiras. Nesse mesmo tempo, muitos pontos do povoado permaneceram as escuras. O bem coletivo, ao que parece, não surtiu os efeitos decantados para todos os aroeirenses.

É o que se pode perceber a partir da memória do Sr. Pedro Francisco, antigo morador local e fabricante de fogos de artifício, ao lembrar de quando chegou em Aroeiras por volta de 1940, ainda “rapazote” vindo do povoado de Melancia, já existia luz elétrica, mas ressalva, ainda naquele tempo “nem todo mundo pode botar na hora, demorou... na rua (se referindo ao centro da cidade) botaram logo, porque na rua era da nata branca (referindo-se a elite local)”¹⁸⁷. Completa dizendo que ele mesmo não pode instalar a luz elétrica na época, sobretudo por não ter condições financeiras. E, lamenta, deixando escapar que desejava, vezes por outra, “fazer um serãozinho” entrando por algumas horas da noite em suas atividades, mas não tinha energia. Sua fala é indiciária ao fato de muitas ruas e residências ficaram as escuras.

Para D. Maria, na época do motor, nos informa que era lá “naquele beco... num tem um beco ali, da igreja pra cá? (se referindo a atual igreja Maranata), o motor era pra li” e nem todo mundo tinha. “Só tinha mais na rua Grande, nessa rua por aqui não tinha não! (se referindo a rua do Alto, onde residia à época da entrevista em 2008)”. Sem falar “no tempo que o motor quebrava¹⁸⁸”, ai sim! Essas falas nos permitem dizer com alguma segurança de que esse bem moderno ficou restrito a parte de seu centro, sobretudo, nas residências daqueles antigos moradores que poderiam pagar. Certamente, uma conquista concreta, em termos materiais, mas que não alcançou prioritariamente a todos.

Contudo, o empreendimento da Luz elétrica em Aroeiras, seria ainda lembrado pela Imprensa naqueles idos de 1937. Naquela ocasião, em que fazia uma espécie de balanço em de “Um ano e meses de Administração digna”, a luz elétrica foi decantada como uma conquista em que o prefeito “compreendendo as necessidades do povo que dignamente

¹⁸⁶ Mesmo na década de 1950, segundo dados fornecidos pela enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE 1960, p. 202), havia um consumo de aproximadamente 25.000 velas diárias, “sendo 7.000 para fins de iluminação pública e 18.000 para fins particulares”, referências quantificáveis que nos põe diante do fato de que nem todos habitantes da cidade naquele tempo usufruíam da luz elétrica ou a motor em suas residências.

¹⁸⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Pedro Francisco Alves no dia 04 de Maio de 2009.

¹⁸⁸ Iracema Ramos de Queiroz em 22 de outubro de 2008.

governa não se fez esperar, mesmo enfrentando dificuldades, apressou-se em dotar aquela povoação de uma excelente iluminação elétrica, cujo motor foi adquirido pelo poder executivo da municipalidade¹⁸⁹. Aqui mais uma vez, era como se, de prontidão, Carlos Pessoa atendia aos desejos de seus munícipes. Uma operosidade (re)conhecida em outras paragens da esfera estadual.

Em 1939, numa matéria sobre a as realizações municipais de Carlos Pessoa em seu quarto ano de governo, o empreendimento da Usina de Luz Elétrica de Aroeiras é mais uma vez visualizado como sinônimo de “engrandecimento da nossa terra”, em um tempo em que o Município era, destaca A Imprensa, “um dos mais florescentes do Estado, não apenas em sua fase econômica, como no seu desenvolvimento material”. Nesta feita, o empreendimento luz elétrica era notado como um melhoramento realizado dentro dos limites orçamentários de “um ano, no qual foram gastos quasi 60:000\$000¹⁹⁰” (sessenta contos de réis). De certo, um empreendimento que deveria ser lembrado pelos aroeirenses como sendo uma obra executada no limite das exiguidades orçamentárias, mas que nem por isso, aquele prefeito “benfeitor deixou de ser sensível” em tornar real os sonhos daquele povo.

Na mesma matéria, de A Imprensa, o jornal nos fornece pistas sobre essa memória que se estava *enquadrando* em algumas de suas matérias desde dezembro de 1935. Naquela ocasião de homenagens a Carlos Pessoa, narra A Imprensa aos visitantes que, “chegando-se aquela cidade”, a saber, em Umbuzeiro “que se encontra situada em um dos mais lindos contrafortes da Borborema, a 570 metros ao nível do mar, saturada do ameníssimo clima e enriquecida de belíssimas paisagens, digo”, completa a matéria,

...chegando-se lá, vem logo, ao observador consciente e justo a curiosidade de perguntar quem é o organizador de tudo aquilo que se nota em tão alinhada urbs: Praças e ruas ajardinadas, edifícios de moderna construção, como sejam, “Grupo Escolar”, prédio em que funciona a Prefeitura, Mercado público, palanque onde se vê, possante alto-falante, série de banheiros públicos, artisticamente construído, sob planta, vinda do Rio, linda capela, no cemitério da cidade, etc., etc. A tão curiosa e natural pergunta do turista em observação, vem sem demora, a resposta de quem quer que no momento se encontra conhecedor de tudo: todas estas realizações foram promovidas pela família Pessôa, tendo como alma principal, o Dr. Carlos... Já pela segunda vez o homenageado de hoje exerce as funções de prefeito do Município, sendo que na ultima, em Dezembro de 1935, o foi pela vontade espontânea e quase unanime, dos seus conterrâneos. Com o advento do Estado Novo, S. Excia. Foi confirmado naquele posto, pelo atual interventor Dr. Argemiro de Figueirêdo, ato de verdadeira justiça e que veio justamente ao alcance das aspirações daquela população. O Dr. Carlos Pessôa, não se faz creador, somente das homenagens que lhe rendem hoje no transcurso desta grata efemeridade, os seus Municipes e Conterrâneos, mas de toda a Paraíba,

¹⁸⁹ Jornal a Imprensa. João Pessoa, Dom. 18 de Abril de 1937.

¹⁹⁰ A Imprensa. Jornal, João Pessoa, terça-feira 31 de Janeiro de 1939.

porquanto, muito moço, ao lado do seu honrado pai de saudosa memória, o Cel. Antônio Pessoa, ingressou na política do Estado, e tanto aqui, em mais de uma legislatura da extinta Assembléia Estadual, como no Rio, representando o Estado, na alta Câmara, foi, não há dúvida, um forte lutador pelo engrandecimento do nosso estremeado Estado¹⁹¹.

Além das alusões sobre as realizações e supostos “melhoramentos materiais” na cidade e suas povoações, a matéria nos dá indícios da representação com que foi pintado aquele administrador em algumas páginas de A Imprensa, onde sua imagem efetivamente aparece como continuadora dos feitos da Família Pessoa em Umbuzeiro e região. Essa última matéria é temporalmente inscrita no momento em que se aproximava o fim do mandato de Carlos Pessoa frente a prefeitura de Umbuzeiro. E nela há um apelo quase que formal, pois não “há dúvida” de que, como “lutador”, desde “muito moço, ao lado do seu honrado pai de saudosa memória” deverá ser lembrado.

Neste caso, notemos que as matérias as quais usamos, funcionaram como difusoras de muitas realizações públicas desse prefeito que voltara ao cargo do executivo local, lembra, pela *vontade, quase unanime de seus conterrâneos*. Nem mesmo as amarras do Estado Novo puderam conter sua operosa administração, como será noticiado¹⁹². Homem que iniciara sua carreira política desde cedo, como se tivesse sido preparado, lembra, na escola de Antônio Pessoa, político local e ex-governador do Estado.

Por fim, descortinadas, essas matérias, se encarregaram de pintar Carlos Pessoa como herdeiro direto da tradição familiar Pessoa, tão cara naquele contexto em que a memória dos Paraibanos ainda se faziam lembrar dos trágicos acontecimentos de 1930. Era, antes, uma memória que se queria guardar.

1.6 - As luzes do caminho e os caminhos sem luzes... As “invisíveis” práticas e representações da noite em Aroeiras.

Por outro lado, cessado esse dia de festividade, foram-se o prefeito, os personagens ilustres, a banda de música e os demais caravaneiros, e Aroeiras voltava ao ritmo habitual, acanhada e desconfigurada, solitária e *atrasada*. Pelas ruas do pequeno povoado ficariam

¹⁹¹ A IMPRENSA, Jornal. Op. Cit.

¹⁹² Em 15 de Novembro de 1937, A Imprensa dá notícias sobre o retorno de Carlos Pessoa ao Executivo local após ser destituído do seu cargo pela “Organização da Nova República”. Naquela ocasião, por indicação do então interventor Federal, retornava a “terra de Epitácio e Antônio Pessoa” o Dr. Carlos, como chefe do executivo local, fazendo jus “a vontade popular”. (Cf. A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Quarta – feira, 15 de Dez. de 1937).

apenas o bem material instalado, além de seus efeitos simbólicos diluindo-se em meio a antigas práticas, hábitos rotineiros. Pois dificilmente se veria tão cedo gente como naquele dia, ou ainda, demoraria para que as luzes recém inauguradas deixassem de ser desligadas depois das 22:00 ou 23:00h após o sinal de recolhimento, em função de alguma festividade. Aqui uma nota: em que pese a constatação de que as luzes em Aroeiras costumavam ser apagadas por volta das dez ou onze horas, devemos pensar que isso era uma conquista posto que poucas cidades paraibanas no período estudado contavam com esse privilégio. Em muitas cidades, o motor de energia era desligado bem mais cedo.

O Sr. José Guedes, ajudante durante certo tempo na usina de força à época de sua juventude, diz que se davam “dois sinal. De dez e meia, dava o primeiro sinal, o pessoal acendia candeeiros, chaminés”. Ai passava-se meia hora quando “dava outro sinal... antes de onze horas, faltando cinco minutos, que era para o povo se prevenir¹⁹³”. Embora, seja possível encontrar referências indicando que as luzes eram apagadas um pouco mais cedo, por volta das dez horas. Confusões à parte, por essa hora, coisas estranhas costumavam acontecer aos arredores da usina de energia. E, nesse tempo, algumas histórias costumavam ser contadas. Uma delas pode ser reveladora sobre as noites de Aroeiras após a energia, nos pondo diante de algumas das recepções a luz elétrica instalada no seu perímetro urbano, bem como sobre o seu espaço em contato com o universo urbano e rural.

Em Aroeiras, por exemplo, todo mundo sabia das pedras que faziam os cabras sair correndo *quando zuniam nas telhas da usina de energia*. O trabalho à noite no prédio da usina era para poucos. Principalmente “porque a maioria dos homens tinham medo de visage”, em um tempo que se dizia “que aparecia demais ali”. Na usina, “quase toda noite era muita pedra em cima”. Quando dava o primeiro sinal... aí pedra... era pedra mesmo. O pessoal vinha só pra olhar, e num tinha esse negócio de... se chegou gente, não jogar não. Podia ta quem tivesse”. Um mistério. Principalmente porque, “você caçava por todo canto e num achava uma pedra”. Era mesmo de arrepiar.

Certa noite, nos lembra o Sr. José Guedes, estavam com ele “o finado Nado e o finado Agamenon ... eles eram tistimunha...” Naquela noite, “o finado Nado deu uma carreira tão grande que quando passou na Igreja de crente deitou-se... com medo... E o finado Agamenon disse: eu vou é me embora!” enquanto isso, “a pedra: tá, tá, tá... e eu nem tava aí. Já estava acostumado. Não batia em ninguém, só era na teia”. Certamente, no dia seguinte, as testemunhas se movimentavam contando suas versões. Pensemos, quais ganhavam destaque:

¹⁹³Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

a do Sr. Nado: o corredor? A de Agamenon: o apressado? Ou a de Deca: o despreocupado e corajoso?

Exagero, gracejo? Talvez. Mas o que a narrativa nos informa é bem mais que isso. Ela nos revela uma das imagens que caracteriza espaços como o de Aroeiras, a saber, a presença do “rural com suas mistificações¹⁹⁴”. Nesse ambiente, tais narrativas eram, antes, as representações *daquilo que aparentemente não se via* pelas noites escuras de Aroeiras. Verdadeiras? Não podemos afirmar. Não podemos assegurar que havia a presença de “forças invisíveis” que pareciam querer expulsar os trabalhadores da Usina, apressá-los quando se dava o primeiro sinal, de modo que Aroeiras pudesse retornar as *trevas* habituais. Não temos essa intenção. Pois, por traz das *pedras invisíveis*, poderia está algum de seus antigos moradores, homem(ns) da noite que, dotado(s) de outras expectativas, queria(m) igualmente que Aroeiras voltasse as escuras. Talvez, indício das várias percepções, leia-se, representações e práticas arroladas diante da Aroeiras iluminada.

Teriam as pedras da usina alguma relação com aquelas que atingiram, de madrugada, o antigo ajudante da caminhão na Rua do Alto? Ou mesmo com a saída do “lobisomem” as escuras, fazendo a “bagunça” na noite entre os cachorros, conforme veremos? Também não podemos garantir. Mas, caso positivamente, estaríamos diante de práticas que queriam ser “invisíveis” e não de “forças invisíveis”.

De certo, o que queremos crer é o fato de que esse mundo meio rural meio urbano em que Aroeiras ainda estava imersa naquele contexto é, por excelência, cercado de mistificações. Neste sentido, de algum modo, narrativas como essas ganhavam configuração pelas ruas do lugarejo sempre que aconteciam. “As pessoas comentavam”. Elas podem ser pensadas como presentes no cotidiano daquela pequena comunidade. É bem verdade, podiam mesmo assumir força imaginária, se pensarmos que o imaginário é “esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade”. Exequível ou não, o imaginário “é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas¹⁹⁵”. Imaginárias, tais narrativas podem ser pensadas como “representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou

¹⁹⁴ Para Rezende, a força do desejo de modificar o espaço citadino, imprimir uma marca indelével do mundo moderno no tocante a configuração urbana das cidades, sua distinção, seu contraponto ao universo rural, rude e “com suas mistificações”. Veja-se (Cf. REZENDE, 1997, p. 25.

¹⁹⁵ (Cf. PESAVENTO, p. 12).

iconográficas) não como simples reflexos de verdadeiros ou falsos, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo¹⁹⁶.

Aqui, ainda sobre a instalação do empreendimento luz elétrica, se se diz que, desde a sua inauguração, não foi experimentada igualmente por todos os moradores locais, de certo devemos considerar que muitos eram os curiosos que esperavam pelo ascender das luzes. Isso se por acaso levarmos em consideração que, em pequenas comunidades como era o caso de Aroeiras, na ocasião de introdução de maquinismos como aquele “motor de luz”, era comum que suas ruas enchessem de vida, de movimento em torno das sensações de se poder manter contato com essas melhorias. Essa assertiva pode também ser percebida em cidades, digamos, decantadas como adiantada, como era o caso de Campina Grande na década de 1920, vista como a “mais populosa e comercial do interior do Estado” quando da instalação da luz elétrica. No dia da inauguração, os indícios constatam, teria “uma multidão comparecido ao ato público inaugural¹⁹⁷”.

Essas inaugurações, como pensamos, traziam consigo o que havia de novo para os padrões das localidades em que eram instalados os maquinismos. E, se eles não representavam um avanço em termos materiais concretos, ao menos percebe-se certa sensibilidade sendo a partir deles experimentada. Tal sensibilidade era vivida, diferentemente por todos aqueles que conviveram direta, ou indiretamente, com esse ou aquele maquinismo.

Essa hipótese pode ser confirmada se pensarmos que o conteúdo do “novo”, da novidade desses maquinismos, em se tratando de criação de novas sensibilidades, são bem parecidas com aquelas estimuladas nos habitantes de Pureza, analisada por Aranha na imagem criada por Zé Lins no romance de mesmo nome. A pequena Pureza pintada pelo autor paraibano, uma pequena comunidade do meio da mata agita-se em se poder estar em contato com o trem, esse maquinismo moderno, “cuja estação, inaugurada em janeiro de 1883, localizava-se no quilometro 107 da estrada de ferro que partia de Recife com destino à Paraíba, a uma distância de 30 quilômetros da divisa com esta última”¹⁹⁸.

A pequena estação de Pureza, em que pese “a constatação de que o trem imprimia um novo ritmo de vida no cotidiano dos lugares por onde passava”¹⁹⁹, distante e pertencente a um lugar “ermo”, “esquisito”, “longe de tudo”, transforma-se quando o apito do trem rompia “seu silêncio e sua tranquilidade”. “E Pureza quebrava o seu silêncio por quinze minutos. Saltava gente na estação (...) e tudo mudava em Pureza. Era agora outro lugar”... “de maneira que

¹⁹⁶ (Cf. CHARTIER, 2009, p. 7-8).

¹⁹⁷ Aranha, (2006, p. 98).

¹⁹⁸ (Cf. ARANHA, 2010 p. 146).

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 138

naquele lugar ‘esquisito’, só mesmo os trens diários para mudar-lhes a rotina”. Pureza entrava em certa agitação cidadina, enchia-se de vida, de modo a despertar novas sensibilidades nos habitantes do pequeno lugarejo, “um lugar que parecia estar em sintonia com a era moderna”²⁰⁰. Chegando mesmo os dias serem percebidos como mais longos, quando por algum motivo, o trem não vinha.

A chegada e a partida do trem constituíam um espetáculo à parte na “Pureza da mata” e, não menos se constituía como tal, nas memórias de menino do escritor paraibano quando de sua experiência no Engenho Maçangana na divisa da Paraíba/Pernambuco. Num caso como no outro, ao menos duas variáveis se confirmam: o fato de que as estações de Trem tornaram-se verdadeiros passeios públicos, local de encontro dos cidadãos, independente de seu tamanho. E, logo devemos acrescentar o fato de que era o conteúdo de novidade, não apenas do maquinismo moderno em si, mas do que simbolizava em termos de comunicação, que unia os habitantes desses pequenos e médios espaços em que foram introduzidas as estações.

Essa outra variável, mais sutil as intenções de Aranha naquela análise, é a que mais nos interessa perceber. Ela investe no caráter festivo com que, em maior ou menor intensidade, esses instrumentos modernos serão recepcionados pelos mais diversos sujeitos. Logo, queremos investir na idéia de que a inauguração da luz elétrica em Aroeiras tenha sido uma novidade assistida por muitos de seus antigos habitantes. Um dia de festa animou as ruas da localidade em que se quebrava o ritmo do cotidiano, ao menos, por alguns minutos. Devemos notar, uma festividade menos freqüente. Menos habitual do que aquelas advindas da espera da chegada e ida dos trens pelas estações. Mas, queremos acreditar, possíveis de serem validadas quando se trata de perceber a dimensão simbólica dessas experiências com os equipamentos modernos. O tom de novidade associada às expectativas, a espera do ver a luz dar o sinal, podem assim ganhar confirmação.

1.7 - Multidão, festa e sociabilidades entre práticas e representação da vida rural e urbana.

Contudo, como dissemos, cessado aquele momento de admiração diante do novo e moderno equipamento de conforto e seus efeitos, é provável que a Vila tenha voltado ao seu ritmo normal, em que pese pensar que suas ruas demorariam a comportar a presença de certo aglomerado de pessoas. Agora, era preciso chegar o momento de outras festividades para que um considerável número de habitantes pudesse voltar a circular por suas ruas.

²⁰⁰ Ibidem, p. 146/7.

E, em Aroeiras, naquela década de 1930, uma dessas festividades ocorria com certa regularidade. Com mais freqüência. Eram as festas de vaquejada capaz de poder fazer com que o povoado movimentasse novamente suas ruas. Se bem que por algumas horas, ou, no mais, pela extensão de alguns dias.

Provavelmente as vaquejadas ganharam as ruas da cidade a partir da experiência de Umbuzeiro com esse tipo de *feira tradicional*. Essas festas, como lembra Gomes, “aconteciam sempre nos meses de setembro e outubro” e consistia na festa “de maior receptividade entre os povos da região”. O organizador, em Umbuzeiro e região, era o engenheiro agrônomo Roberto Pessoa, irmão mais novo do então prefeito Carlos Pessoa, “estribado no seu porte de galã de filme de aventura e no carisma que possuía²⁰¹”. Roberto Pessoa, conhecido pela organização de festas de vaquejadas e bailes em Umbuzeiro e região, também ficou conhecido como um “Homem de porte atlético, elegante e empossado”, lembrado como sendo “dotado de uma vitalidade espartana e de um jeito admirável²⁰²”.

Em um sábado, 02 de outubro de 1937, a Imprensa nos dá nota sobre as expectativas geradas em torno da “animadíssima vaquejada” em que, desde as oito horas até o meio dia, “numerosa multidão se acumulava no pateo anteriormente adaptado e nas arquibancadas improvisadas pela elite umbuzeirense...” Naquela ocasião, conta, “via-se no pateo aproximadamente umas cinco mil pessoas de diversos pontos do nosso estado e do vizinho estado de Pernambuco”. Era, inclusive, comum os ganhadores serem de cidades pernambucanas, a exemplo de Limoeiro e Surubim. A festa, contudo, havia começado desde a noite anterior “com um elegante baile” prolongado “até meia noite²⁰³”.

Em 1938, à 17 de Setembro, A imprensa nos dá outras notas sobre aquela que teria sido “uma semana bem movimentada para Umbuzeiro”. A movimentação se deu por conta da “disputada corrida de gados tendo como propulsor o Dr. Roberto Pessoa”. A cidade, na ocasião, “viveu momentos de indizível satisfação”. Pois, “a cidade ostentava a magnitude de uma festa solene. Centenas de pessoas, deste e de outros municípios, circulavam por nossas praças e ruas, alegres...”²⁰⁴ Era, sem dúvida, um momento de encontro e de sociabilidades intensas para a localidade.

Currais, pista, arquibancadas tomavam o espaço da rua. Naquela disputa de 1938, havia “chovido bastante durante o dia, mas nem por isto, a imensa multidão abandonou o

²⁰¹ Veja-se Gomes, (1995. 139).

²⁰² Além de Gomes, A imprensa nos traz referências sobre o organizador das festividades de lazer e sociabilidades na comuna de Umbuzeiro e, cremos também Aroeiras. (Cf. A Imprensa, João Pessoa, Sáb. 17 de Setembro de 1938. P. 5)

²⁰³ A imprensa, João Pessoa, Sáb. 02 de Outubro de 1937.

²⁰⁴ A Imprensa, Op. Cit. 1938.

campo...” É de se imaginar que as ruas da cidade naquela ocasião não se apresentassem tão atrativas ao passeio dos transeuntes haja vista a notícia das torrenciais chuvas que caíra. Lama e água acumulada em alguns pontos da rua, provavelmente faziam parte daquela festa. Contudo, via-se ainda lotadas as duas arquibancadas principais, separando as duas comissões, “sendo uma das senhorinhas, colocando fita no peito dos que conseguiam derrubar a rês, e, outra, dos julgadores para os três que deveriam ser premiados”. A premiação era feita com a entrega de simbólicas medalhas, cunhadas para o evento em “ouro, prata e bronze”. E, além desses lugares certos, no curral de saída (senhorinhas) e nas proximidades da faixa de derrubada do boi (julgadores), havia uma tribuna de honra dedicada ao “prefeito e família, e, de outros destacados membros desta sociedade umbuzeirense, e, que faziam parte da comissão de honra”. Após a disputa e entrega dos prêmios, a multidão se dispersava até chegar a hora do baile que geralmente se estendia “até a alta madrugada²⁰⁵”. Certamente, um dia de festa incomum, capaz que quebrar o seu ritmo cotidiano.

Creemos que em Aroeiras, a experiência com a tradicional festa de vaquejada tenha sido por volta da década de 1940. Antes, contudo, há indícios da realização de festividade parecida durante a década de 1930. De certo, sabemos que o sucesso da festividade também ganhou forma pelas ruas da cidade atraindo multidões que lotavam os palanques e os arredores da pista improvisada na Rua Grande, ou rua do comércio como ficou conhecida.

Aqui, se pode afirmar que a sua realização tenha sido ansiada por muitos a ponto de se registrar aquele momento por um maravilhoso produto da tecnologia: as imagens fotográficas. As imagens que seguem, podem nos informar muito sobre as festividades de vaquejada bem como sobre o ritmo de vida que as ruas da então Vila das Aroeiras abrigava, bem diferente da forma que foi enfatizada em notas de jornais, e livros de memórias locais. Antes da leitura das imagens, uma nota necessária, talvez explicativa ao leitor que por hora pode estar a se perguntar: por se tratar de imagens, notas de jornais e narrativas que retratam/falam de festividades tradicionais aquela região, o que podem relevar da experiência de modernidade da Aroeiras do passado, objeto maior nessa empreitada?

Certamente, uma inquietação pertinente feita a partir de um olhar atento. Contudo, antes de mais, cabe dizer que tais imagens/notas/narrativas são indícios de extrema valia para nossas intenções nesta parte do percurso. E, neste caso, nos revela bem mais do que pensamos, talvez, não nos traduza especificamente sobre a experiência de modernidade a qual tentamos detectar, mas, em sentido contrário e/ou mesmo correlato, aponta indícios que

²⁰⁵205 A Imprensa, op. cit.

denunciam as contradições e impressões idílicas com as quais tal experiência foi decantada.

Sendo assim, dessas imagens, pretendemos destacar duas possibilidades de análise, sendo elas: primeiramente o fato de que a Aroeiras decantada como próspera no período em destaque, trazia consigo marcas materiais de um modo de vida, como resultado de uma série de práticas e hábitos cotidianos, bem diferente, compondo elementos indispensável a perceber, já naquele contexto, a projeção de um "lugar" que se queria ter contrastando com o espaço que se tinha. Por outro lado, refletindo sobre o caráter festivo com a qual determinados equipamentos modernos são instalados, cabe tomar tais indícios como referentes de um espaço que era sensivelmente alterado quando da introdução de tais novidades e/ou quando da realização dessas festas tradicionais. Aqui, cabe a hipótese: se a Aroeiras por nós acessada pertencia a um ritmo mais lento e habitual, porque não dizer mais rotineiro e de (re)conhecimento pessoal, tal modo de vida era sensivelmente alterado em momentos como esses.

Dito isso, vejamos as imagens fotográficas...



Foto 3: Corrida de Argolinhas, década de 1930 – Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Ao que tudo indica, a imagem é da década de 1930. É uma foto posada em que todos param suas atividades e voltam-se para o fotógrafo. Isso pode ser percebido na posição das pessoas juntas e enfileiradas e na disposição dos animais, cavalos e burros, todos parados, como se também esperassem ser fotografados no primeiro ângulo.

Uns de forma espontânea, outros talvez demonstrando certo espanto e resistência a cena, a exemplo do possível cavaleiro a direita da foto, de botas, calça e camisa branca de mangas compridas ganhando destaque sobre o preto de seu chapéu. Suas mãos, aparentemente seguram as rédeas de um muar montado elegantemente por uma personagem, provavelmente uma das senhorinhas que entregará o lenço ao vencedor da disputa. Perceba que na extremidade esquerda da foto, quase fora dela, outra personagem monta igualmente um animal. O detalhe das duas personagens está na tonalidade de suas roupas em cores diferentes, a denotar, talvez, que pertenciam e torciam por *cordões*, grupos de torcidas distintas. A disposição daquele homem talvez se desse pelo fato de que aquela era uma prática, a saber, de montaria, frequentemente feita por homens, principalmente naquela ocasião de *disputa*.

Creemos que se trata de uma festa de argolinha haja vista a presença de "lanças" sendo empunhadas e erguidas por homens e mulheres na cena. Acreditamos que a fotografia provavelmente foi tirada antes do início da festividade em destaque, a saber, a festividade de argolinha. A presença da banda de música, com seus componentes expondo seus instrumentos de sopro, dariam uma nota ainda mais festiva a corrida. Nesse tipo de festa, recorda D. Olívia, “corriam os homens, a cavalo, para retirarem com a ponta da lança uma argolinha suspensa no arame. Depois iam oferecê-la a sua namorada”. E, imaginava nossa narradora, “como essas pobres ficavam encabuladas, até, no meio daquele povo...”²⁰⁶ Imaginemos: será que alguma daquelas moças presentes na fotografia recebeu tal oferta naquele dia? Ficaram mesmo encabuladas?

O espaço, retratado fica na Rua Grande, nas proximidades da Igreja. O local era usado como de “partida” das tradicionais corridas de argolinha e vaquejada. Era também aproveitado para construção dos palanques improvisados para abrigar os membros elite local. A “pista de corrida” partia do cruzamento entre a Rua do Alto, a Rua Grande e a Rua Aricuru, e seguia-se até o beco da usina, nas mediações do “morro de pedras” ao fim da rua do Comércio. Na Rua do Aricuru, montava-se os currais para abrigo dos animais que iriam partir, servindo de objeto de disputa entre os cavaleiros. Na outra extremidade da rua, dentro do beco da usina, outro curral servia de parada no ponto de chegada.

Na fotografia, avista-se um alto, avultando-se por trás dos cavaleiros e dos componentes da banda de música. Era a Rua do Alto. De aspecto bem rural, onde algumas poucas casas dividem o espaço com o mato, conforme já destacamos. Quase desabitado. Do

²⁰⁶ ANDRADE, 1984, p. 46

lado direito da foto, bem acima das duas árvores presentes na cena, vê-se o telhado de um alto prédio. É o teto da igreja central, bem acima das demais casas que a cena consegue captar.

No chão, a ausência de calçamento é preenchida pela presença de terra batida. Era essa, uma cena característica da Aroeiras decantada como próspera entre as décadas de 1930 e 1940. Um espaço urbano convivendo com práticas e elementos rurais em que os laços de reconhecimento e tradição animavam aquele tipo de festividade. Onde crianças, jovens, adultos e velhos dedicavam atenção especial.

A outra fotografia, mais espontânea e tirada em posição oposta da anterior, é-nos reveladora em muitos aspectos desse ritmo de vida, devemos dizer, que oscilava em traços de materialidade urbana e práticas rurais. Vejamos...

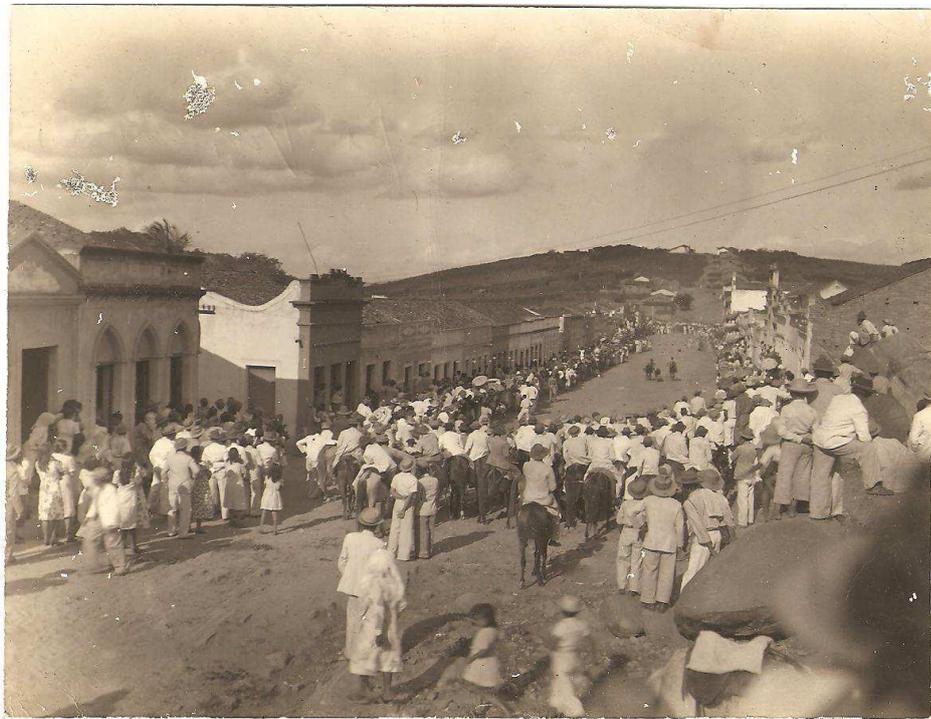


Foto 4. Corrida de Vaquejada na década de 1930. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

Dissemos que a fotografia é simbólica para pensarmos o modo de vida de Aroeiras, talvez não muito diferente de outras pequenas localidades, posto que é possível detectar a presença de certas relações e representações do universo rural imbricados com características urbanas. De fato, esses traços podem ser visualizados sobre diversos ângulos. Antes façamos uma leitura sobre os aspectos gerais da foto.

Neste caso, temos uma fotografia um tanto quanto oposta à primeira. A começar pela posição em que foi tirada. Na anterior, vimos se tratar do início da Rua Grande, no sentido de

quem parte do Alto ao seu encontro. Como dissemos, era de lá que partiam os cavaleiros na corrida do boi, ou com suas lanças para retirar as argolas de tamanhos diferentes expostas ao longo da pista. Aqui, o fotógrafo registra o mesmo ângulo da pista de corrida só que de uma posição de distância do ponto de partida, estando disposto em seu ponto de chegada. Note-se que na imagem, entre as duas residências à esquerda, vê-se uma abertura na rua, era o beco da Usina que, na ocasião, se encontrava "aberto", livre, certamente esperando a chegada dos cavaleiros e dos animais. Seguramente, do ponto de largada, ao fundo da fotografia, nas proximidades da igreja central, cuja elevada parede lateral, a torre e o seu telhado aparecem na foto, encontrava-se organizados os palanques das autoridades e elite local.

Era provavelmente à tarde, haja vista a posição do Sol alaranjado em direção ao poente em que as casas do lado esquerdo da fotografia ganham providencial sombra, fazendo com que muitos habitantes procurassem esse lado da rua. Ao que indica, um dia de sol forte em que o acinzentado do chão contrasta com o *alinhamento* das roupas elegantes dos homens e mulheres presentes naquela festividade. Supomos que a presença dos inúmeros chapéus a cabeça dos homens a pé ou montados em cavalo, além de sinônimo de elegância, status, adereço material, e/ou mesmo sendo usado como hábito cotidiano, naquele dia servia também para a proteção do sol forte.

Além dos chapéus, conta-se a presença de alguns guarda-sol, provavelmente de uso feminino, diga-se de passagem, certamente um adereço usado apenas por quem dispusesse de certas condições financeiras, haja vista a sua escassez na cena, avistando-se apenas um ou outro provavelmente colorindo o espaço com suas estampas floridas e/ou formando desenhos diversos. Além desse item da cultura material, é possível ainda avistar algumas pessoas, certamente do sexo feminino, usando de lenços brancos cuidadosamente dispostos na cabeça. Aqui, a inventividade cotidiana, possivelmente dos populares, criava outro adereço para proteção do sol.

De certo, as inúmeras pessoas que assistiam ao espetáculo da derrubada do boi amontoavam-se enfileiramente pelas calçadas e pontas de rua formando a pista de corrida. As calçadas também funcionavam como local para se proteger do sol forte, como a que aglomera-se de pessoas do lado esquerdo da fotografia. Além das calçadas, as pedras da pedreira funcionavam com um "palanque improvisado" de uso dos populares que procuravam por melhor posição para visualizarem a peleja dos corredores em busca do boi.

A pensar pelas vestimentas, adereços, quantidade de pessoas nas ruas ocupando os mais inusitados lugares, desde as janelas das casas tomadas por crianças e adultos, ou em

cima das escorregadias pedras que formavam a pedreira central, indicam ser mesmo um dia de intensa sociabilidade e encontro. Um dia de festa para a localidade.

Trata-se de uma fotografia tirada de forma espontânea em que nenhum dos habitantes parece perceber a máquina fotográfica e seu operador, a exceção da jovenzinha, criança de vestido que parece acompanhar os dois adultos a sua frente cruzando a rua, quando olha de relance, talvez curiosa em saber que maquinismo era aquele. Iria ela também procurar um melhor lugar pelas “sombras das casas” quando o equipamento chamou a sua atenção? Lá, do lado esquerdo da foto, outras crianças já ocupara aquele espaço. A essa exceção, todos os demais habitantes que o foco da máquina consegue alcançar, parecem está compenetrados numa única coisa: a largada e ansiada queda do boi.

Na foto, a cena central é tomada por aqueles que eram os principais personagens naquele instante, a saber, o par de cavaleiros montados em seus cavalos que faziam a guarda do boi esperando pelo momento certo de sua derrubada. E, parece que estavam próximos da faixa. O momento certo... A expectativa toma conta dos expectadores. A platéia, composta por sujeitos de diversos locais, de todas as idades, cores e sexos, esperavam ansiosas a provável queda do boi quando a dupla fazia valer a sua empreitada. Cenas de uma festa com traços de um universo marcadamente rural.

Contudo, se muitas eram as características dos sujeitos que assistiam aquela festividade, não menos diversas eram as falas, conversas e expectativas sobre, talvez, quem seria o vencedor ao fim da competição. Certamente muitos tinham suas preferências. Na foto, além da proximidade entre os sujeitos, talvez necessárias a um ambiente não tão espaçoso que concentrava inúmeros habitantes, percebemos a presença de certos grupos de pessoas, entre três, quatro ou cinco que parecem dividir a expectativa com conversas, cremos, das mais diversas ordens.

É o caso dos homens que se agrupam na parte direita da fotografia, próximo as pedras da então pedreira. Contíguos, um dos personagens debruça-se sobre o grupo como se para encontrar uma melhor visão, ou mesmo, poder exclamar: será que vão derrubar? Indícios fortes de um ritmo de vida em que certa solidariedade e reconhecimento unia o indivíduo à sociedade e ao seu grupo de pertencimento. Nesse tipo de festa, os aroeirenses se encontravam, conversavam, muitos namoravam, bebiam, em síntese, se divertiam individual e/ou coletivamente. Em dias como esse a pequena Vila se enchia de vida. A despeito desses aspectos, a dimensão da “conversação” surge como um conceito chave para pensarmos as “sociabilidades” as quais se envolviam os moradores locais em dias de festa como esses. Trata-se de pensar em termos de que através da “troca de palavras, os participantes zelam pela

relação em curso, por meio de regras de amabilidade e etiqueta voltadas à circunscrição de qualquer exacerbação da individualidade²⁰⁷. As conversações faziam daquele ambiente, uma espécie de espaço propício a troca e sociabilidades.

Ainda nesse aspecto, a cena pode nos levar a imaginar sobre “os sons”, característicos em dias como aquele, ou ainda, pode-se dizer, em comunidades como a de Aroeiras. Aqui pensamos em termos de representar os “sons”, ou a sonoridade que acompanha o movimento, as sociabilidades e a própria paisagem. Deve-se dizer que partimos da convicção de que pode haver historicidade na “gama dos ruídos e dos sons” que compõe a paisagem, o espaço, seja ele urbano ou rural, ou ainda, no entrelaçamento de elementos pertencentes aos dois. Nesta investida, em termos historiográficos, importa-nos tentar conhecer “o equilíbrio estabelecido entre os sentidos – na ocorrência, a importância dada a percepção do ouvido – as modalidades da atenção, a qualidade da escuta, os patamares da escuta em relação ao volume e à frequência das mensagens, assim como os sistemas de apreciação da sonoridade”. Fala-se, portanto, da possibilidade de perceber em “hábitos perceptivos” a “topografia”, o desenho de “uma cultura sensível, modulada consoante as dependências sociais²⁰⁸”. Esse caminho pode nos auxiliar em perceber os usos e as percepções construídas no e sobre o cotidiano.

Ora, como dissemos, a cena indica certa atenção por parte dos expectadores da disputa. E, ao que sugere a própria cena, além das prováveis falas e conversas “alheias”, haviam aquelas oriundas da importância da ocorrência, como por exemplo, a largada do boi. Assim, a fala do(s) corredor(es), os mugidos do boi, o sopro dos cavalos ruminando os dentes, o rangido do couro das celas dos cavalos em contato com as pernas dos cavaleiros, a(s) voz(es) do(s) sujeito(s) responsáveis pela soltura do boi, o barulho da porteira e da “dobradiça” abrindo rapidamente, enfim, podem se sugestivos de uma gama de sons que a imagem obviamente não consegue captar mas que, certamente, se faziam presentes numa primeira cena, inaugural aos envolvidos na disputa.

Além desses, o barulho das “conversas” eram, provavelmente, acompanhados do “estalo” da batida dos cavaleiros em seus cavalos na hora da “arrancada”. Sons que faziam parte, ao que acreditamos, dos sentidos traduzidos na forma de expectativa diante daquele momento de atenção. Aos expectadores, o “som” das patas dos cavalos e do boi em contato com a terra batida, seguida dos “ia...” proferidos pelos cavaleiros, iam aumentando a cada instante em que se aproximava de sua posição e diminuído na medida em que se distanciava.

²⁰⁷ A despeito da Conversação e das sociabilidades presente em Georg Simmel, ver (Cf. FRÚGOLI JUNIOR, 2007, p. 10)

²⁰⁸ Veja-se em Corbin (1998, p. 98-9)

Em seu lugar, ficavam outros sons e ruídos... Talvez, as vozes questionando: valeu o boi...? Você viu?... Sons percebidos individualmente, sentidos/ouvidos, subjetivamente dada a gama de ansiedades/perspectivas de cada um dos envolvidos na cena. Juntos, “esses sons”, criavam uma verdadeira “paisagem sonora” indicativa ao ambiente em destaque e, mais ainda, ao próprio espaço de aspectos e práticas rurais. A rua, em dias como esse ficava bastante barulhenta, ruidosa em “sons” (re)conhecidos e habituais, outros nem tanto. Pena que os indícios apenas sugeriram, acionem a imaginação de sujeitos que, temporalmente, não habitaram/sentiram a ocorrência e sua gama de sons.

Enfim, retornando aos indícios da foto número 04. Como dissemos, é provável que seja ainda da década de 1930, talvez, momentos antes da inauguração da luz elétrica, pois na imagem não detecta-se a presença de postes nas ruas ou de “fios”, indicativos a sua extensão para o âmbito público e/ou privado. O que nos leva a crer que aquele ambiente fosse bem escuro a noite. Somando a presença das inúmeras pedras que tomavam corpo pela rua. Contudo, percebe-se um suporte na casa de esquina a esquerda da imagem, supostamente “esticando” e segurando os fios que cortam o céu da Vila a “altura” das pedras servidas de palanques. Uma primeira impressão poderia se tratar dos fios de luz oriundos do motor de energia instalado ali naquele beco, bem próximo, na usina de energia. Porém, ao que tudo indica, trata-se na verdade dos fios do telegrafo vindos do alto da serra de picadas em direção ao posto telegráfico no centro do povoado.

Por outro lado, a esquerda da foto, a casa de esquina – antiga hospedaria e bar de D. Maria Joaquina – dá igualmente acesso ao beco da usina. De lá, após a instalação da Luz elétrica, saíam os fios de energia que, provavelmente, faziam a sua distribuição para alguns pontos da Vila. Sendo essa a mesma rede de distribuição acionada pelo representante de Argemiro de Figueiredo quando da inauguração da luz elétrica naqueles idos de 1936. Isso para lembrar que, na época, após 1936, um dos antigos moradores que tinham luz elétrica em casa era o Sr. Manoel Pineco, mecânico e operador do maquinismo. Acontece que quando da saída dos fios a altura do beco da usina em direção a residência de Manoel Pineco, passavam igualmente bem próximos a pedreira. Nesse tempo, certa prática deveria não agradar a esse morador detentor do conforto da luz. Pois, sabe-se que as pedras, além de palanques improvisados, serviam para que “os cabras ficasse batendo com umas varas para os fios faltar energia. Que ficava bem baixinho... os fios com as pedras...” eram “os fios passavam lá para as bandas da casa do finado Mané Pineco...”²⁰⁹,

²⁰⁹ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

Na imagem, efetivamente se percebe a proximidade com que os fios, naquela ocasião – os fios do telegrafo, ou seriam da luz elétrica? – passavam pela pedreira. E, caso ousasse, supostamente quem desejasse subir nas pedras, ficando de pé, conseguiria tocar, com o auxílio de algum instrumento, os fios de energia. Certamente uma prática um tanto quanto incômoda e perigosa, talvez não vista com bons olhos pelos demais moradores locais. O detalhe da Vila, cercada de casas, representa uma imagem característica de seu centro, pois nas demais ruas, além de escassas, as casas dividiam o espaço com a presença do mato.

Desse modo, as imagens representam certas práticas, efetivamente rurais que em muito contracenava com certas conquistas materiais que seu perímetro urbano abrigava. Práticas que, em se tratando da configuração e organização de uma pretensa vida urbana, contrastava com o que desejavam os poderes legais. Pois, sabemos, a prática da vaquejada se era feita com certa regularidade em Aroeiras e Umbuzeiro, ia de encontro ao que determinava o código de Posturas do Município, produzido em 1925 pelo então prefeito José da Silva Pessoa Sobrinho.

Aquele documento, reunia uma série de notas, informações, procedimentos que visavam normatizar a vida municipal em seus vários aspectos. Dentre eles as normas de proibição e concessão sobre certas práticas em relação aos “costumes – trânsito público – divertimento público – mata – caça – pesca – cães”. Nesse item, determinava o código em seu artigo 290 “é absolutamente proibida, em todo o território municipal, a realização das corridas de touros”. A norma valia para a sede do município, Vila e povoados. A preço de os infratores pagarem multa de 100\$000 cem mil réis. Neste caso, se não em termos práticos, ao menos no plano simbólico a corrida de gado era certamente uma afronta aos desejos dos organizadores da vida urbana. Contudo, acreditamos que dificilmente a “norma” se fazia valer e a multa era aplicada a algum de seus organizadores.

Ao contrário, devemos pensar que a corrida de gados realizada em Aroeiras e Umbuzeiro funcionava como um momento político impar em que a elite administrativa se “encontrava” com muitos dos habitantes locais. Neste caso, cremos que pouco importava as determinações de um conjunto de leis comportamentais criado em tempos passados. Pois, em ocasiões como aquela a imagem festiva de uma administração que caminhava em sintonia com os “preceitos do progresso e desenvolvimento local” era o que deveria ser lembrado.

A exceção das Corridas de Vaquejada, festividade, digamos mais frequente no cotidiano daqueles antigos moradores, e/ou mesmo as corridas de Argolinha, Aroeiras dificilmente veria novamente, como ocorrera a época da inauguração da luz elétrica, tanta gente aglomerada por suas ruas. Contudo, ainda naqueles idos da década de 1930, outra festividade certamente

trouxe novamente muitos aroeirenses as ruas do povoado, principalmente as mediações da Igreja Central. Isso se deu entre os dias 18 e 22 de Outubro de 1938, época em que as *Santas Missões Religiosas* organizadas pelo Frei Damião visitara a localidade. Naquela manhã do dia 18, em Aroeiras, diz o redator, “chegamos às onze horas no meio de verdadeira apoteose do povo, imensamente católico daquela Capela. Seguramente umas três ou quatro mil pessoas, aguardavam os missionários que foram recebidos por entre aclamações populares”.

Nesse dia, é provável que comunidade tenha “ouvido”, como que anunciando a presença dos religiosos, os “sinos” ecoarem em repetidas badaladas. Afinal, era um dia de festa religiosa, outro dia de encontro. Caso concordemos com essa possibilidade, é de se imaginar que tais sons quebravam igualmente a rotina de seus moradores, a começar pelo dia, fora talvez da paisagem dominical em que, provavelmente, era mais comum se ouvir esse tipo de som. A despeito dos fieis que se amontoaram nas proximidades da igreja, as batidas dos “sinos” nos chegam como sinais de um ambiente social em que o catolicismo figurava uma maioria de adeptos. Os “sons” e ruídos aqui eram outros. Quais seriam?

Em todo caso, nesse dia tratava-se de um momento de encontro não apenas dos fiéis católicos, mas dos aroeirenses de modo geral. As *Santas Missões* chegara em Umbuzeiro desde o dia 12 permanecendo na sede do município até o dia 17. O saldo de confissões nos dias em que passaram por Umbuzeiro e Aroeiras foram de: “Umbuzeiro – Homens: 1350; mulheres 5.090; Aroeiras – Homens: 1120; Mulheres: 2.470, formando um total de: 9.540”²¹⁰. Certamente foram cinco dias de movimentação nas ruas do lugarejo, haja vista se tratar de uma festividade religiosa (católica) que em muito parecia agradar os moradores locais.

A Partida do Frei Damião e dos demais missionários da cidade de Umbuzeiro na madrugada do dia 24 é simbólica para percebermos os efeitos de festividades como essa para pequenas comunidades como era o caso de Aroeiras e Umbuzeiro. Pois, naquela madrugada do dia 23 para 24, em Umbuzeiro “não se dormiu nessa Cidade, aguardando a saída dos Missionários. Como o povo não queria se retirar, antes da partida de Frei Damião e de Frei Antônio, e para que o mesmo não ficasse às escuras, o Dr. Prefeito, a pedido do Vigário, mandou que a iluminação pública permanecesse por toda noite”. Era um dia de festa para a localidade, extensiva por toda à noite. Dificilmente em outra ocasião os moradores locais teriam tamanha acomodação por toda noite.

Por outro lado, em Aroeiras, devemos dizer, cessado aquele momento de encontro de muitos aroeirenses, novamente a Vila retornaria a sua vida habitual, sem pressa, com um

²¹⁰ A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Terça Feira 8 de Nov. de 1938.

ritmo marcado por práticas rurais que conviviam com traços ligeiros de urbanidade. Dito isso, em que pese verificar como estava intimamente imbricado o universo/rural e urbano em Aroeiras, devemos registrar que a sua paisagem urbana não mudaria muito nas décadas seguintes, principalmente na década de 1940. Em 1950, contudo, alguns aroeirenses, políticos e letrados de Umbuzeiro e Aroeiras reivindicam a emancipação da cidade que se dará em 1953.

Nesse tempo, a então cidade irá comportar muitos sonhos em torno da possibilidade de entrar em sintonia com o mundo civilizado em que o seu passado rural pudesse ser apagado e que Aroeiras finalmente viesse a desfrutar de seu estágio de adiantamento e progresso material. Essa história, contudo, requer algumas linhas a mais em nossa investida. Com ela, inauguraremos a entrada de nosso Segundo Percurso. Pois, seria por demais o momento de incitarmos a abertura de novos caminhos.

Ao leitor que nos segue, espera-se que o sentimento movente de bisbilhotagem que nos movimentaram até aqui, estenda-se por mais estas linhas que seguem, e que esta vontade seja reatualizada ao turno que este texto ainda tem o que contar, que outras histórias aparecerão nessa nossa incursão. Vamos então continuar nossa caminhada?

PERCURSO II

(Terceira parte do percurso: entre sonhos e desejos a “urbes” ganha forma)

2. REVISITANDO LUGARES E REINVENTANDO CAMINHOS: AROEIRAS ENTRE A CIDADE QUE TINHA E A URBES QUE SE QUERIA TER.

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser sonhado pode ser imaginado, pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo.

(Italo Calvino)

Do ponto de vista teórico-metodológico, ao que até aqui escrevemos, cabe registrar que por hora interessa-nos neste exercício pensar os movimentos operatórios que possibilitaram a introdução de certos “equipamentos modernos” no cenário urbano das pequenas cidades. Retornemos, pois, aos desejos que movimentaram sonhos e expectativas em dotar a cidade de um ou outro equipamento da vida moderna. Pensar a cidade do sonho e do desejo que a urbe aroeirense abrigou em seu passado moverá nossos passos nesse segundo percurso.

Nesta feita, falamos dos desejos que operam em meio ao cenário urbano antes mesmo da introdução desses equipamentos ou, de outro modo, mesmo em sua ausência, quando esses, por um motivo ou por outro, não chegam nem mesmo a se fazerem presentes no espaço urbano, mas, antes geram toda uma expectativa quanto da possibilidade de sua introdução. Eles traduzem os anseios individuais e/ou coletivos, diríamos até grupais, de dotar o espaço urbano de um ou outro equipamento signo da vida moderna. O plano do desejo marca as cidades com um tipo de verniz que pretende também, em tom otimista, “civilizar” os costumes, banir as amarras do passado, refazer o espaço em sintonia com as novidades do mundo moderno.

Parafraseando Pesavento, empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelas trilhas das representações simbólicas da cidade, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária. Pois, a “‘cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar”²¹¹. E, como os sonhos e os desejos, as suas muralhas, suas ruas e suas formas são alimentadas por expectativas, perspectivas, esperanças,

²¹¹ (Cf. PESAVENTO, 1995, p. 287).

mas também por desesperanças, medos, temores, angústias. Muitas vezes, elas recebem a forma daquilo a que se opõem.

Nessa perspectiva, a cidade do desejo ganha destaque. Tal como ganhou lugar no diálogo entre Marco Polo e o velho poderoso Kublai Kanh o grande imperador mongol, n' "Cidades Invisíveis". Sobre ela, em certo momento do diálogo entre Polo e Kanh, o imperador/conquistador, diz ao viajante veneziano, as cidades, "como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa". Os elementos que a compõem materialmente são seguidos de um fio condutor, "um código interno, uma perspectiva, um discurso"²¹².

Por isso, como sonhos e desejos, as cidades assumem várias formas, múltiplas faces. Tais como aquelas que assumem Despina quando o olhar viajante contempla sua paisagem por terra ou por mar. Por terra, o camaleão que a visita deslumbrando de sua paisagem no horizonte, "sabe que é uma cidade, mas a imagina como uma embarcação que pode afastá-lo do deserto"²¹³. Como um navio, imagina com ela poder velejar fora da aridez e irrompendo a solidão do deserto pela imensidão do mar. Imagina atracando nos portos do além mar, cheios de vida, cores, sentindo outros aromas, perfumes, "novos" sabores. De modo que é a força do desejo e do sonho do camaleão em romper com a solidão do deserto que dá a forma de um navio à encantadora cidade.

Diferentemente, Despina abre-se aos olhos do marinheiro que cruza a solidão do mar quebrando o silêncio de sua neblina costeira. Para além da gélida neblina, sua paisagem configura a forma de um camelo. Neste caso, o marinheiro, sentindo a solidão da imensidão do mar, imagina que, como um camelo, ao atracar seu navio, a cidade pode levá-lo a experimentar de um oásis de água doce onde sente seu cheiro de maresia diluir-se em meio aos odores e aromas dos palácios, o frio dos azulejos, o sabor das frutas, o calor e o perfume das bailarinas que "dançam descalças e movem os braços para dentro e para fora do véu". Desse modo, o fio condutor que dá sustentação as formas, leia-se representações que assume Despina depende da perspectiva daquele que a observa, que a contempla e a deseja para fugir da solidão do deserto e/ou do mar. Assim, Despina é pintada, ou seja, diferentemente representada pelas cores do imaginário do camaleão e do marinheiro. E, como Despina, "cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe"²¹⁴.

²¹² (Cf. CALVINO, 1990, p. 44)

²¹³ Ibidem, p. 21.

²¹⁴ Ibidem, p. 22.

No caso das cidades em sintonia com o universo de transformação do mundo moderno é o desejo de construir, reformar, e modernizar o espaço, muitas vezes alimentado por uma elite letrada local, que pode ser acessada dentro daquilo que Pesavento (1995) chamou de história cultural do urbano. Diante das reformas e melhoramentos inscritos em seu espaço urbano, as cidades são subjetivamente representadas, projetadas, sonhadas, a partir do lugar daqueles que constroem em forma concreta e/ou imaginária. Essa compreensão investe “no cruzamento dado objetivo (a obra, o traço, o sinal) com o eu-subjetivo (a leitura da representação)”²¹⁵. Desse modo, as cidades do desejo ganham forma no que compreendemos ser o *imaginário urbano*. As cidades imaginárias existem em meio à força do fio do desejo que as concebem.

Mas, as cidades do desejo também podem enganar, tal como a enganosa Anastácia inebriava aqueles que se divertiam com os seus encantos, com os vários sonhos que ela fazia realizar diante dos olhares que percorriam suas ruas. Em Anastácia, lembra Calvino em seu diálogo ficcional, se gozava de todos os desejos “que não se goza em outros lugares”. E, nessa cidade, “não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer”. Mas Anastácia, cidade enganadora, “tem um poder que as vezes se diz maligno e outras vezes benigno: se você trabalha oito horas por dia como minerador de pedra ônix crisóprasos, a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo”²¹⁶.

Ora, em termos historiográficos, se se pode falar de cidade “enganosa”, talvez possamos fazer valer as considerações de Rezende (2003, p. 138) quando afirma que “a cidade que se mostra no visível, esconde-se no que tem de invisível, é muito maior do que o espaço físico que ocupa e menor do que os sonhos e desejos de seus habitantes”. Isso para afirmar que a força do desejo que visa projetar uma cidade pode não corresponder à forma real que ela comporta, enganando, assim, o seu leitor/construtor/consumidor.

Com este entendimento, conduzimos a nossa narrativa tentando compreender: como a cidade e seus moradores experimentaram algumas das mudanças as quais comportou naquele momento, a saber, entre as décadas de 1950/1960? Ou antes, quais os desejos, expectativas ou anseios, presentes, principalmente em meio à elite letrada local, projetaram em torno da cidade que se “tinha” de modo a dar forma à cidade que se “queria ter”? Há que considerar,

²¹⁵ (Cf. PESAVENTO 1995, p. 283).

²¹⁶ (Cf. CALVINO, 1990, p. 16).

por esse caminho, a possibilidade de detectar “a projeção de uma ‘cidade que se quer’, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não²¹⁷”.

Isso porque estamos convictos que a década de 1950 é um tanto quanto simbólica para pensarmos a edificação da Aroeiras do “desejo”, perceptível pela imagem da cidade que se queria ter, pintada por parte de sua elite letrada local e políticos da região, e a cidade que se tinha, imersa em meio a mata, desconfigurada, *atrasada*. Enfim, bem diferente da forma que assumia no imaginário de sua elite local. Falamos que a década de 1950 é simbólica por um motivo específico: é nesse contexto em que surge a “cidade” de Aroeiras por meio de sua emancipação política em 1953.

Aqui, desejamos conhecer um pouco das “memórias” que se fizeram em torno desse fato. Embora, devamos adiantar, não é nossa intenção discorrer sobre a Emancipação Política de modo que possamos criar em nosso texto uma representação em que todos aroeirenses participaram e/ou sabiam o seu real sentido, ou mesmo o que ela significava em termos administrativos mais concretos. Ao contrário, acreditamos que esse entendimento era mais presente nas *rodas* políticas e conversas entre os letrados locais. O que, por outro lado, não quer dizer que os aroeirenses ficaram alheios ao fato da emancipação política, criando sobre ela leituras possíveis. Enfim, o que nos interessa nessa história é perceber o tom de reivindicação de muitos políticos aroeirenses – em especial destaque aos poderes executivo e legislativo que se constituiu após a emancipação – para se “construir” a cidade de Aroeiras e perceber a ordem de mudanças que, algumas, quebraram a rotina da cidade e de seus antigos moradores. Sendo essa a principal preocupação que nos move nesse tempo.

Acontece que em meio aos projetos e anteprojetos de Lei, do executivo e do Legislativo, discursos e justificativas verbais, “repousa” uma Aroeiras desejosa por *melhorias materiais concretas* levando seus administradores a pensarem-na como possível de entrar em sintonia com as aspirações do mundo moderno. Daí dizer que a emancipação da cidade inaugura um “novo tempo”, cercado de expectativas futuras, sentidas através dos discursos oficiais - oriundos dos poderes executivo e do legislativo local - que requeriam construir a cidade a moderna, atribuindo-lhe uma desejada forma urbana, se pretendendo apagar definitivamente as suas marcas rurais até aqui destacadas. Cabe registrar que muitos desses sonhos e desejos, visualizados através de inúmeros projetos de leis, ganharão “forma concreta” pelas ruas da *nova cidade* fazendo com que percebamos mudanças, digamos, mais sólidas e visíveis em sua paisagem urbana. Por outro lado, muitos serão os sonhos e desejos

²¹⁷ (Cf. PESAVENTO, 1995, p. 287).

que não saíram do papel, que permaneceram envoltos nas tramas do imaginário que os conceberam. Permaneceram no plano do desejo. De todo caso, mesmo esses, acreditamos que compunham parte das representações individuais e coletivas que faziam de Aroeiras uma "outra" cidade, sobretudo, uma cidade que se queria ter.

Sobre isso, cremos que em meio as mudanças reais e concretas que a cidade passou neste contexto, ou mesmo em meio as formas imaginárias que Aroeiras ia assumindo, muitos aroeirenses criaram suas próprias representações desse *novo momento* pelo qual passava. De um modo ou de outro, muitos antigos moradores locais movimentaram-se pelas ruas da *cidade emancipada* experimentando algumas das mudanças e conquistas materiais concretas, visíveis, perceptíveis, criando suas próprias representações, atribuindo sentidos particulares a essa ordem de mudanças. Dito desse modo, não é o verniz da emancipação que nos interessa nesse percurso, mas perceber as cores da cidade que se queria ter, *urbana, adiantada, civilizada* e a cidade que se tinha, *rural, de ritmo lento e habitual, de práticas e hábitos não tão modernos*. Feito tais esclarecimentos, iniciemos nossa incursão no segundo percurso.

2.1 – “Depois de muita luta é que Aroeiras conseguiu se emancipar...”²¹⁸: A cidade no ritmo de suas transformações materiais e simbólica.

Corria os primeiros dias da década de 1950. Com seu ritmo mais habitual, a Vila continuava com muitos de seus antigos problemas. Nesse tempo, Aroeiras contava com 18.312 moradores dispersos em seus limites urbano e rural. Sendo sua população, no adentrar-se de 1955, ou seja, após a emancipação em 1953, estimada pelo IBGE para 20.052 habitantes. Apresentava, na época, uma densidade demográfica de 24 residentes por Km², referência estatística que lhe atribuía o 39º lugar entre as demais cidades do estado. Após a emancipação sua área territorial compreendia uma extensão de 832 Km² fator que figurava e lhe rendia o 25º lugar entre os 58 municípios em extensão territorial existentes na Paraíba. Inconstante em seu clima, ora quente no verão e úmido no inverno, sua temperatura amena em determinadas épocas do ano oscilava entre os 16º e 29º graus²¹⁹.

Esses aspectos mais gerais representados nos dados acima foram retirados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Esse registro, uma fonte, ao que chamamos de “memória oficial e técnica”, foi produzido em comemoração ao quarto aniversário do governo

²¹⁸ Frase proferida pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza no dia 22 de Março de 2009, em entrevista concedida ao autor.

²¹⁹ Os dados foram obtidos na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p. 201).

de Juscelino Kubistchek de Oliveira e publicado em 31 de janeiro de 1960. Na oportunidade, o IBGE elaborou uma versão atualizada da já existente Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em que mapeia, “estatística e historicamente”, as cidades brasileiras presentes em seus respectivos estados, sendo esse volume dedicado aos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba²²⁰.

A Enciclopédia é o primeiro registro “oficial” em que Aroeiras é narrada como “cidade”, legalmente (re)conhecida naqueles idos de 1950-1960. Desse modo, confiaremos também a ela nossos passos nesse segundo percurso. Deste manual técnico (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros) extrairemos nossas informações iniciais do lugar, nomeado e inscrito por um saber especializado. Acreditamos, portanto, que se pode usá-lo atribuindo a condição de mapa, leia-se, um terceiro “mapa oficial e técnico” utilizado para (re)conhecer a planta geral da cidade em um outro período, década de 1950. Temos a mão mais uma fonte impressa em que devemos tomá-la com os devidos cuidados, sobretudo, verificando os possíveis jogos de interesse quando da época de sua publicação, talvez, como depositária de certa ideologia político-partidária.

Em tempo, salientarmos que as referências aos dados quantificáveis, os quais visualizou-se anteriormente, não se fazem no sentido de traçar uma visão “comparativa” em relação a dimensão espacial, densidade demográfica ou mesmo ritmo urbano com outras cidades paraibanas do período. Delas não nos servem as alusões homogeneizadoras, classificatórias e lineares que tomam a cidade enquanto lugar (co)ordenado. Ao contrário, às usamos numa posição interpretativa que tende às significações cabíveis de realidades históricas e espaciais dessemelhantes, considerando as peculiaridades que apresentam cada cidade em determinadas temporalidades.

Por outro lado, no contexto da coleta dos dados para realização da Enciclopédia, a saber, na passagem da década de 1940 a 1950, estamos falando de um momento em que as ruas da pequena Vila não eram ainda calçadas. Com pouca iluminação, poucos metros de passeio público em curso, com poucas casas de comércio, outras poucas casas privadas e estabelecimentos públicos, não ultrapassando o total de aproximadamente “582 prédios em 1956”, enfileirando-se desordenadamente pelo centro. Como já havíamos alertado em nosso primeiro percurso, ainda nesse contexto, no seu espaço os limites entre o urbano e o rural não

²²⁰ No Prefácio da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros a qual usamos, Jurandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE, analisa “tecnicamente” as características dos dois estados nordestinos mapeados nesse manual, a saber, Paraíba e Rio Grande do Norte e afirma que “os dois estados que estudamos são dois estados tipicamente do nordeste” cuja análise, “resultante de resolução impressionantemente técnica, nos oferece as perspectivas brilhantes de riquezas, para colocar êsses estados no pórtico de uma nova era como pioneiros da integração efetiva das glebas desprezadas no passado no ritmo impressionante de nosso progresso”. (IBGE, 1960, p. 9-13)

estavam tão nitidamente definidos, chegando a fundirem-se. Ao menos é o que se pode notar se decidíssemos continuar caminhando por suas ruas neste contexto. Vejamos os indícios.



Foto 5. Rua do Comércio década de 1950. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

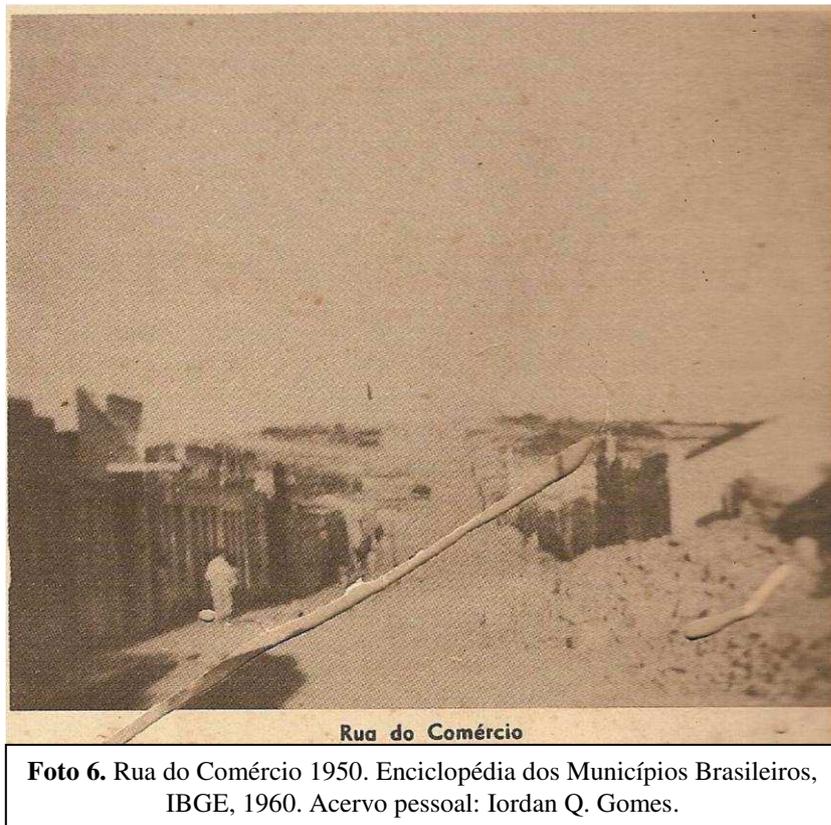
No detalhe da foto, vê-se a Rua central, ou Rua do Comércio. À direita, a antiga pedreira, antes mais volumosa com suas “enormes” pedras que tomavam parte da rua e serviam de “palanques” improvisados em dias de vaquejada. Na impossibilidade de podermos datar a imagem com precisão, cremos se tratar de uma fotografia da década de 1950. Pois, na imagem, as “pedras da pedreira” aparecem um tanto quanto esfareladas em pedaços. Indício de que logo seriam retiradas? É provável. No mesmo ângulo, bem próximo a pedreira, a parede do mercado central reordena a paisagem com traços de urbanidade. O chão continua sendo de terra batida, denunciando a falta de calçamento ainda na década de 1950.

Note-se no detalhe o estreitamento da rua nas mediações da pedreira, ao que tudo indica inadequado a circulação de “autos”. No ajuntamento da terra formando um caminho, uma trilha entre as pedras e o “passeio” à esquerda da imagem, temos indícios de que por ali circulava algum tipo de veículo motorizado, se não com muita frequência, ao menos o bastante para marcar na terra sua passagem.

À esquerda, os animais usam as proximidades do beco da usina como locais de parada e descanso mesmo em um dia comum na ausência da feira organizada semanalmente nessa rua. No detalhe desse animal, o seu “lombo” abarrotado aparentemente de mercadorias, indicio de que, provavelmente, o animal servia de transporte para moradores de regiões/localidades vizinhas na condução de algum tipo de carga, de mercadoria. Ao fundo da fotografia, seguindo o curso do alinhamento urbano, outros animais transportam o que aparentam ser reservatórios de água, provavelmente para o abastecimento doméstico, sobretudo das famílias que podiam pagar.

Sobre isso um questionamento: estaríamos diante da figura do aguadeiro, conhecida nas ruas da Campina Grande da década de 1930, como nos mostrou Cabral Filho (2007)? É provável. Em todo caso, essa imagem era característica em épocas de secas prolongadas. A propósito de seu deslocamento, é provável que viessem de algum reservatório de água nas proximidades da Rua do Alto, atual Epitácio Pessoa, ou mesmo do açude João Pessoa nas mediações da Rua do Aricurú. Sobre esse reservatório ainda teceremos algumas palavras nesse percurso.

Voltando a imagem, nos ângulo esquerdo e direito ao fundo da fotografia, o alinhamento urbano dá sinais de sua presença por meio do passeio público. É bem provável que estivessem em consonância com o que determinava o código de postura local, a saber, “feitos e conservadas pelos respectivos proprietários”. Na foto, tais passeios parecem revestidos com cimento, igualmente determinado pelo código de postura, ou ainda, é possível que um ou outro apresentassem “revestimentos em pedras e Lages” conforme determinava²²¹. A propósito do alinhamento urbano, é provável que os passeios públicos funcionassem como atrativos ao caminhar de antigos moradores locais, aproveitando as últimas horas do dia ao cair do sol. Outra imagem nos dá conta desse aspecto. Vejamos...



²²¹ Código de Postura Municipal, 1925, p. 4

Na foto, “traçada” pelo tempo, mas registrada pela narrativa técnica produzida pelo IBGE (1960), alguns moradores locais caminham pelos passeios públicos, a exemplo dos transeuntes que tomam lugar a esquerda da imagem. Ao que tudo indica um dia comum em que os passeantes parecem não perceber a presença do fotógrafo e de seu equipamento. Sob providencial sombra, caminham em sentidos contrários a esquerda da imagem. Um outro personagem, no mesmo ângulo, parece amparar-se do sol na frente de uma residência. Ou seria uma casa de Comércio a espera de um freguês? De certo, o céu um tanto quanto limpo, sem a presença de sinais de nuvens, indica ter sido aquele um dia de sol forte. À direita, as pedras retiradas da pedreira avolumam-se ainda mais como se esperassem ser recolhidas. Serviriam de paralelepípedos para o posterior calçamento da Rua central? Não podemos assegurar. Contudo, o seu formato, a essa altura, já configuravam pequenos blocos quadrados.

Por certo, é nessa época, a saber, no transcurso da década de 1950, ouve-se falar de um suposto “movimento de emancipação” em torno da independência política administrativa da cidade. Sobre essa história certa memória coletiva encontra alguns “pontos de referência”²²² que parecem estruturar a lembrança desse fato ocorrido naqueles idos de 1950. Entre eles incluem-se, evidentemente, a própria data da emancipação (1953), o suposto “movimento” em torno de sua concretização e alguns personagens históricos que supostamente participaram do fato e que cuja *importância* tal memória se presta incessantemente a ser relembra, inclusive, por muitos de nossos entrevistados.

A propósito da municipalidade, ou seja, a emancipação política e conseqüente constituição da cidade, nos lembra a Enciclopédia que quando da oportunidade de criação dos “novos municípios da Paraíba, em 1953, **os habitantes de Aroeiras**, através do que havia de mais representativo na sociedade, se **movimentaram** a fim de conseguir sua emancipação política de Umbuzeiro” (grifo nosso). E, naquele contexto, completa, “Aroeiras soergue-se diante da Lei número 980 de 02 de dezembro de 1953”²²³. Por se tratar de uma memória oficial, a narrativa é alusiva numa coisa: a Emancipação é registrada como sendo o resultado de uma coletividade, aroeirenses, sedentos e “organizados” em torno da investida de se conseguir a emancipação da cidade. Ou seja, ao imprimir referências à idéia de movimentação dos habitantes em torno do provável desejo coletivo pela emancipação essa “memória oficial e técnica”, produz na simetria de seus enunciados, o encaixe dos sujeitos históricos habitantes da Vila organizados em torno de um “movimento” que requeria a sua independência política e administrativa.

²²² Pollack (1989, p. 3).

²²³ IBGE (1960, p. 201, grifo nosso).

Certamente uma afirmação digna de nota cujas palavras, uma a uma, merecem cauteloso destaque. A começar pela menção a movimentação coletiva dos habitantes, da *sociedade aroeirense* em torno da emancipação. Aqui caberia perguntar: será mesmo que todos aroeirenses, antigos moradores locais participaram da tal reivindicação? Poderíamos assegurar positivamente caso o enunciado não separasse por entre vírgulas a suposta movimentação coletiva através de certa representatividade, *através do que havia de mais representativo na sociedade*, mostrado como referente de um sentimento que era “comum” a um grupo organizado em torno de uma causa. Mas seria esse um sentimento coletivo? O que havia de mais representativo na sociedade aroeirense capaz de fazer ecoar esse desejo coletivo, ao que tudo indica, irrompendo as fronteiras do local?

É de se pensar que mesmo acreditando na certa participação e entendimentos dos aroeirenses em torno da idéia de “emancipar”, os trâmites legais dessa investida deveria ser posto adiante por quem estivesse autorizado a fazê-lo dentro das atribuições outorgadas por lei. Esse caminho requeria passagem pela Assembléia Legislativa, antes de sancionada pelo executivo estadual. No caso da representatividade, sabe-se que naquela oportunidade “um memorial foi apresentado pelo deputado Roberto Pessoa na Assembléia Legislativa do Estado” (IBGE, 1960, p. 201) requerendo a emancipação da cidade. Roberto Pessoa, já conhecido em outras passagens de nossos percursos, aparece como um dos responsáveis pela emancipação, talvez a maior representatividade, quiçá, política dos aroeirenses interessados nesse processo. Em 1950, Roberto Pessoa era deputado estadual pelo PSD e, a despeito da participação do “povo”, é provável que essa tenha se dado através da assinatura das listas de baixo assinado que passou pelas ruas da cidade nesse tempo.

A propósito dessas listas, é bem provável que o documento estivesse lavrado com a assinatura de muitos aroeirenses em um contexto em que passaram fazendo um “abaixo assinado” como nos lembra o Sr. José Guedes quando afirma que “eu assinei ainda. Eu tava de maior. Para Aroeiras passar a cidade, era uma confusão medonha. O povo não queria que assinasse. [...] naquele tempo... passaram um abaixo assinada pra vê quem queria... e a maioria assino que queria né...”²²⁴. Nesta ocasião, caberia perguntar: quem era esse povo que não queria? Ou ainda, quem eram aqueles que queriam e organizaram o baixo assinado para ratificar aquele desejo? Em Aroeiras, na memória de alguns antigos moradores, parece que a recorrência a esse tipo de *aderência coletiva* foi utilizado de modo que, nessas lembranças, a

²²⁴ Informações fornecidas pelo Sr. José Guedes Oliveira em entrevista no dia 04 de maio de 2009.

história do abaixo assinados marcou a experiência da emancipação. Uma confusão, uns querendo, outros não.

De certo, sabemos que a recorrência desse recurso, ou seja, a feitura de lista de “baixo assinado”, também foi utilizado na apresentação do projeto de Lei que requeria a emancipação de Alagoinha até então distrito de Guarabira e emancipada no mesmo contexto²²⁵. Além dessa, outras cidades emancipadas no contexto aparecem com seus respectivos projetos de emancipação anexados a uma lista de baixo assinado constando as assinaturas de seus moradores locais. Isso fazia das listas um elemento um tanto quanto simbólico nesse processo. Por quê?

É provável que não por acaso as listas de baixo assinado ganharam espessura nas páginas da “imprensa” naqueles meses de setembro a dezembro de 1953 a indicar o jogo de interesses, ora aparecendo como um desejo coletivo, ora individual partidário em torno da independência política de várias outras cidades emancipadas no período. Elas podem ser indicativas noutro aspecto: nem todos habitantes, políticos e/ou autoridades locais *queriam/aderiram* a ideia de emancipação de suas cidades fazendo com que verdadeiras lutas fossem travadas a nível local e na Assembléia entre representantes da bancada governamental e da oposição interessados, ou não, nesses projetos²²⁶. No caso das listas, parecem se tratar de um recurso organizado por parlamentares interessados. Seriam um elemento que servia para recorrer à aclamação pública em torno do pretense “desejo coletivo pela emancipação”, ou seja, pela municipalidade. Ou seja, soavam como verdadeiros documentos indicativos a *participação do povo*, a aderência da *massa* no desejo por tornar essas cidades *independentes*.

De todo caso, “o diário do Poder Legislativo”, veiculado pelo Jornal A União em uma quarta feira dia dois de dezembro de 1953, dá notícias sobre a “votação única” do projeto 65/53 de criação da Comarca de Aroeiras constando na ordem do dia dos atos do governador do estado²²⁷. Diante da lei 980/53, Aroeiras se constituiu como cidade “com sede na atual Vila de mesmo nome”. Abrangendo “o território do distrito do mesmo nome”, fazia limite com Ingá, “Campina Grande e Cabaceiras, além de Umbuzeiro pelo curso dos rios Paraíba e Paraibinha²²⁸”. Aqui, a velha demarcação territorial de Umbuzeiro foi consideravelmente alterada. Contudo, é provável que o referido projeto de criação tenha sido apresentado na casa legislativa um pouco antes de sua sanção. Os sinais de seu aparecimento constam do mês

²²⁵ Veja-se a União, Jornal, 4 de Setembro de 1953.

²²⁶ A título de exemplo, veja-se a repercussão do caso da emancipação da cidade de Rio Tinto, A União, Jornal, João Pessoa, 05 de Dez. de 1953; A União, Jornal, João Pessoa, 06 Dezembro de 1953.

²²⁷ A União, Jornal, João Pessoa, 02 de Dezembro de 1953.

²²⁸ A União, Jornal, João Pessoa, 10 de Dez. 1953.

anterior quando a mesa do legislativo recebeu um ofício “de Umbuzeiro, neste Estado, sobre a criação do município de Aroeiras²²⁹”. Não sabemos ao certo do que tratava, mas é provável que fosse um sinal da suposta movimentação em torno dessa reivindicação. Das idas e vindas entre Umbuzeiro, Aroeiras e João Pessoa.

A este propósito, tudo indica que Aroeiras não figurou um caso isolado, fazendo parte de um contexto maior, em termos legais, na identificação do chamado municipalismo, sendo sua “independência” apenas mais uma entre o considerável número de cidades paraibanas que conseguiram se emancipar a partir de 1949. Para citar alguns números de ordem mais geral, Bezerra (2012, p. 253) informa que “entre 1951 e 1965, 130 distritos foram desmembrados de seus municípios de origem e emancipados à condição de municípios”, ou seja, a Paraíba saltou de “41 para 171” municípios, após a abertura de processos emancipatórios nesse período.

Dito isso, naquele mês de dezembro de 1953, a iniciativa de criação dos novos municípios vinha “monopolizando todas as atenções” mesmo sendo vista “até certo ponto aventureira, dadas as oscilações de nível econômico que a Paraíba não raro” experimentava, “mais por fatalidades climatéricas, do que por escassês e capacidade de iniciativa de seus filhos”. Um empreendimento tido como promissor, um tanto quanto ousado, mas que trazia consigo “inesgotáveis reservas de confiança no futuro e no sentimento arraigado de fé nos destinos da Paraíba, caracterizando um fenômeno social que nos pode ser amplamente creditado” conforme vinha “salientando o governador João Fernandes de Lima ao vincular seu nome aos atos históricos de criação de novas edilidades²³⁰”.

Uma investida memorável, sem dúvida, digna de referência, registrada pelo tempo, oficializada pela memória. Estaríamos diante de mais um trabalho de enquadramento da memória, sobretudo, coletiva? Caso positivamente, o certo é que nessa empreitada que vinha enriquecendo o “mosaico territorial do Estado”, o chefe do executivo estadual não estava sozinho na medida em que ainda havia “processos pendentes e processos apenas começados”, aos quais faltava “juntar documentação substancial”. Nesse aspecto, entrava em cena as ações dos representantes legais de suas respectivas regiões no sentido de movimentar os tramites dos projetos. Desse modo, não era “ilusória a impressão que se colhe de que, diante da crise material de tempo, muito esforço cívico e muitas idas e vindas de interessados, paraibanos

²²⁹ A União, Jornal, João Pessoa, 28 de novembro de 1953.

²³⁰ Desde 1949, dos 41 municípios existentes na Paraíba, “foram acrescentados os de Sumé (1951), Pedras de Fogo, Pilões, Solânea, Uiraúna e São Mamede” além de Pípirituba e Alagoniã em 1953. Veja A União, Jornal, João Pessoa, 05 de Dezembro de 1953.

digníssimos do maior apreço pelas cruzadas patrióticas nas quais se empenharam em benefício dos torrões natais²³¹”.

Logo, acreditamos que também não é ilusória nossa impressão de que os interesses individuais, mais localizados, devam nos chamar atenção na investida de se emancipar Aroeiras. É de acreditar que os “paraibanos digníssimos” representavam aqueles homens letrados, políticos diretamente envolvidos nos tramites legais do processo de independência das cidades paraibanas no contexto. No caso de Aroeiras é preciso levar em consideração uma coisa: a possível oposição entre os grupos políticos do Partido Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) nesse processo. Majoritários no cenário nacional desde 1937, os dois partidos, a nível local, eram representados por Roberto Pessoa então deputado pelo PSD e Carlos Pessoa Filho prefeito de Umbuzeiro pela UDN²³².

Nesse particular, cabe lembrar que Aroeiras também não figurou um caso isolado na medida em que as oligarquias políticas que comandavam a região, notadamente a oligarquia ligada a família Pessoa em Umbuzeiro, “apoiaram-se dos núcleos locais de partidos nacionalmente constituídos - a UDN e o PSD²³³”, para poderem lançar representações as eleições livres asseguradas pela constituição de 1946. A grande diferença é que, no caso de Umbuzeiro e região, essa oligarquia política de base familiar estava ruída por dentro, ou seja, na região, UDN e PSD figuravam representações legais, de base oposicionista, que traziam consigo uma oposição advinda do interior da própria oligarquia familiar por motivos os quais tentaremos apresentar mais adiante. E, talvez por isso, a nível local, tudo indica que a ideia de emancipar a cidade não agradou a todos, movimentando o vai e vem de interessados pela emancipação, outros não. Aqui teríamos uma referência ao *por que* da recorrência aos *baixo-assinados*.

Contudo, nesse ponto do percurso, seria pertinente recorrermos a outro tipo de memória, ao que se diz, menos “técnica e oficial”, coletiva e mais “subterrânea” e individual como nos alerta Pollack (1989). Uma recorrência previamente pensada, posto que, Montenegro (2010, p. 21) já nos alertara a possibilidade de fazer uma espécie de cotejamento entre “o depoimento oral e as fontes documentais escritas”, numa tentativa de fazer com as

²³¹ A União, Jornal, 06 de Dezembro de 1953.

²³² Sobre a Administração de Carlos Pessoa Filho de 1951 a 1955 ver Gomes (1995, p. 43).

²³³ Veja-se a leitura de Bezerra (2012, p. 259) sobre as proposituras de Cittadino (1998) acerca do reordenamento político na Paraíba após a constituição de 1947, a qual, dentre outras coisas, assegurava aos municípios a eleição de prefeitos e de vereadores, sendo isso, uma das causas para a emergência do municipalismo. Bem como, a constituição estadual de 1947, levou as oligarquias tradicionais de base familiar tiveram que se adequar a prática das eleições livres, apoiando-se, neste caso, nos aparatos de base legal que lhes asseguravam representação nos pleitos municipais, a saber, através dos partidos legalmente instituídos UDN e PSD.

lembranças individuais/coletivas possam encontrar relações com os acontecimentos da história descritos pelos meios oficiais ou não.

2.2- O “movimento”, a emancipação: as “memórias” entre a história e o esquecimento.

Creemos que os pontos de referencia dessa memória coletiva podem também ser vistos nas lembranças do Sr. Gilberto, quando afirma que “na época de 50, 51 começou o movimento de emancipação”, a saber, no contexto em que “o governador na época era João Fernandes de Lima²³⁴”. Em seu depoimento, o “movimento de emancipação” é lembrado de modo que, a nível local, a idéia de “movimento” ganha destaque tal como ganhou na “memória técnica” do IBGE em 1960. Ao que tudo indica, uma memória coletiva preenchida por um sólido ponto de referência. Para D. Iracema, “esse movimento ocupou vários aroeirenses”, dentre eles,

... Manoel Siqueira Luna que na época era agente dos Correios e Telégrafos daqui de Aroeiras, ocupou até Dr. Roberto Pessoa que era um deputado, ocupou... (pausa)... Porque eles eram do PSD e trabalhavam em favor de Aroeiras querendo tornar Aroeiras independente de Umbuzeiro e a parte da UDN que o líder nesse tempo era Carlos Pessoa Filho, querendo botar abaixo aquele movimento... eles não queriam que Aroeiras passasse a cidade, mas como Umbuzeiro, a renda de Umbuzeiro era muito menos do que Aroeiras e naquela época Aroeiras era sujeita a Umbuzeiro... (pausa na fala) ai eles queriam desmembrar²³⁵.

Essa lista de personagens locais interessados na emancipação pode aumentar, sobretudo, acrescida de outros personagens ligados a Roberto Pessoa e do então prefeito de Umbuzeiro Carlos Pessoa Filho. Nas lembranças do Sr. José Guedes a emancipação “foi o negócio com Dr. Roberto. Aroeiras quando passo a cidade, Dr. Carlos (se referindo a Carlos Pessoa Filho) num queria não foi a turma do finado Honório que era um chefão político aqui. Quando Dr. Roberto vinha só vinha pra casa dele”. Nesse tempo, “o finado Zé dos Santos queria, finado Antônio de Osório, finado Sabuí, finado Néco Luna, Mário Mora, Antônio Tavares sabe”, esse povo queriam a emancipação. Já “seu Barbosa não queria... o finado Joca Borges... esse povo num queria não...” Nas lembranças do Sr. José Guedes há como que um inventário de nomes daqueles que se “organizaram” a favor e contra a emancipação. Para ele, houve sim certa movimentação em Aroeiras, mas sobretudo, do Dr. Roberto Pessoa e de seus partidários

²³⁴ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

²³⁵ Entrevista concedida ao autor pela senhora Iracema Ramos de Queiroz em 22 de outubro de 2008.

quando de suas idas a Aroeiras, certamente, afim de colher assinaturas, juntar documentos, preparar o terreno para requerer em termos legais a emancipação da cidade. A propósito dessas idas e vindas, lembra o nosso narrador que, para o povo assinar “aquelas folha... o finado Néco Luna ia pro cartório vinha ia num canto e noto... no sábado, só vendo pegando o povo do sitio ...”²³⁶,

De fato, se houve alguma movimentação, essa envolveu alguns interessados diretos afim de colher algumas assinaturas para poder justificar, o que seria uma representação, uma vontade popular. A ideia de movimento organizado pelos aroeirenses, conforme nos havia mostrado certa memória oficial, é aos poucos implodida. Em seu lugar, os interesses localizados ganham destaque.

Ora, essa constatação nos permite problematizar um pouco mais a memória oficial inscrita na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960). E sobre isso, o Sr. Gilberto Bezerra, também nos forneceu importantes referências ao informar que,

Era um movimento de força política lá em João Pessoa sob a influência do dep. Roberto Pessoa... e na época tinha o grupo de Carlos Pessoa (Filho) que se opôs... depois aceitou, mas no começo resistiu. Aroeiras, na época, eleitoralmente servia para política de Carlos Pessoa em Umbuzeiro, Roberto Pessoa era mais forte em Umbuzeiro e ele mais forte em Aroeiras aí ficava mais um jogo de interesse pessoal, mais pela sobrevivência política deles...²³⁷

Sabe-se que na época, década de 1950, Aroeiras era o distrito de Umbuzeiro com maior número de habitantes, inclusive, bem maior do que a da própria sede do município que figurava 1. 155 dos 6.568 habitantes residentes na Zona Urbana, enquanto Aroeiras continha 1. 436 residentes na Zona Urbana de seus 18.312 habitantes²³⁸. Esses números podem indicar que Aroeiras era vista como importante reduto eleitoral para Umbuzeiro e torná-la emancipada poderia não ser uma boa ideia, agradável para determinados grupos políticos, as véspera de um peito eleitoral que se aproximava. Por outro lado, se Aroeiras era considerada como um reduto eleitoral, principalmente do grupo de Carlos Pessoa Filho da UDN, a possibilidade de emancipá-la tornava-se um atrativo ao então Deputado Roberto Pessoa que há muito “havia conseguido a confiança e popularidade” em Umbuzeiro, “reduto eleitoral do

²³⁶ Informações fornecidas pelo Sr. José Guedes Oliveira em entrevista no dia 04 de maio de 2009.

²³⁷ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

²³⁸ Ver Quadro demonstrativo do Senso Demográfico de 1950 em Umbuzeiro na Enciclopédia dos Municípios Paraibanos (1960, p. 401)

seu irmão e amigo o Dr. Carlos Pessoa (de saudosa memória)²³⁹”. Os interesses pessoais ganham forma.

Em todo caso, é de se estranhar que Roberto Pessoa e Carlos Pessoa Filho, tio e sobrinho, estivessem partidariamente em representações diferentes, indicio de que efetivamente possa ter ocorrido algum tipo de contenda, uma disputa política/pessoal/familiar a nível local. Mas, por que dessa oposição? Sobre isso, nosso narrador completa nos informando que, “existia uma divergência grande... de tio com sobrinho” indicando a tensão familiar gestada no seio da ascendência Pessoa de Umbuzeiro pela sucessão da liderança política a ser exercida na região após a morte de Carlos Pessoa. Tensão familiar que, diante da emancipação de Aroeiras, colocava em posições contrárias, partidários da UDN contrários a emancipação política da cidade e ligados a Carlos Pessoa Filho de um lado, e os partidários do PSD, através da representação do Dep. Roberto Pessoa a favor da independência política da cidade de outro. Para o nosso narrador, tudo isso se deu quando Carlos Pessoa Filho veio do Rio de Janeiro e,

[...] assumiu o lugar do pai. Foi quando houve a divergência do tio com ele, porque o Dr. Roberto pensou que ia assumir o lugar do irmão, aí a viúva D. Marina não aceitou que Dr. Roberto comandasse o grupo aí trouxe o filho pra cá... foi quando ele se elegeu prefeito de Umbuzeiro. Eleição esta que teve incontestante participação do eleitorado de Aroeirense.

É bem verdade que em 1949, algumas homenagens foram feitas pelo “o povo de Umbuzeiro à memória de seu benfeitor e amigo²⁴⁰”. Com a morte de Carlos Pessoa é provável que tenha havido disputas internas, porque não dizer familiares, em torno dos possíveis nomes indicados a sua sucessão. Carlos Pessoa, como nos indicou certas memórias e matérias de jornais, se encarregou de ser pintado como sendo o ultimo representante direto da tradição familiar pessoa a nível local, estadual e porque não dizer federal ao longo da década de 1930. Com a sua morte, estamos falando da possível continuidade de uma tradição familiar política que há muito requeria ser lembrada, ocupando lugar na história, espaço na memória nacional, estadual e local. É bem provável que isso tenha despertado interesses os mais diversos possíveis. Era a sobrevivência dessa tradição familiar/política que estava diretamente em jogo.

Não podemos esquecer que história parecida ocorreu naqueles idos de 1930 em que Carlos Pessoa traz para si a imagem do herdeiro direto do Cel. Antônio Pessoa, ou ainda,

²³⁹ Conferir Gomes (2005, p. 141).

²⁴⁰ Ver cartaz/convite de Missa de 30º dia do falecimento de Carlos Pessoa em 22/03/1949. Arquivo pessoal do autor.

herdeiro da própria tradição familiar. Essa história já conhecemos. Uma trama digna de referência. Contanto, vale lembrar que naqueles idos de 1930 prevaleceu a herança hereditária, um “filho” direto do “prateado ex-presidente do estado Cel. Antônio da Silva Pessoa²⁴¹”, a saber, Carlos Pessoa. Em 1950, a trama ganha novos ares, é cercada por “novos” atores, mas o princípio parecia o mesmo. E, efetivamente, um neto direto de Antônio Pessoa e filho de Carlos Pessoa deveria assumir esse lugar. É o que de fato ocorre, Carlos Pessoa Filhos se firmará enquanto tal.

Certamente estamos falando novamente do retorno de um Pessoa ao quadro político local, posto que, desde 1941 Carlos Pessoa havia deixado a prefeitura de Umbuzeiro, sendo que a eleição de 1951 trouxe novamente um “Pessoa Filho”, herdeiro direto, ao cargo do executivo em Umbuzeiro e região. Nessa eleição o peso do eleitorado de Aroeiras parece ter despertado o interesse por emancipá-la para, talvez, reduzir o eleitorado de Carlos Pessoa Filho nas eleições que provinham naquele contexto. Enfim, caso os indícios estejam corretos, é possível afirmar que a ideia de emancipar a cidade de Aroeiras, diferentemente de se manifestar como um desejo coletivo, estava diretamente ligada as tramas e teatralizações do poder, funcionando apenas como sustentáculo a sobrevivência de grupos políticos locais, de Aroeiras e Umbuzeiro.

Desse modo, a ânsia por emancipar Aroeiras atendeu à outras relações de sentido político e partidário na época, suscetível a instâncias localizadas de grupos políticos específicos que tangenciavam suas ações em direção a um jogo de tramas pessoais nas quais pouco houve a participação dos *demais habitantes da cidade*. Apesar disso, a referência a ideia de movimento continuou ganhando credibilidade e aceitação no âmbito das narrativas que falavam do passado de Aroeiras nesse contexto. Esse ponto de referência da memória da emancipação parecia se solidificar.

No caso da memória cristalizada pelo IBGE sobre a emancipação da cidade, é possível afirmar que tenha sido depositário de uma ação localizada de um grupo político específico, ou seja, do PSD ligado a representação política local, a saber, o deputado Roberto Pessoa. Apesar dessa hipótese, nada de exagero ao levar em consideração a possível relação entre o partido PSD, a nível estadual e local e a própria enciclopédia organizada pelo IBGE em parceria com o governo Federal, chefiado à época pelo PSD²⁴².

²⁴¹ Confira matéria “Umbuzeiro” de Apolonio Nobrega na A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 06 de Fevereiro de 1953.

²⁴² Há de se lembrar da aliança política que se fez entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que recebia o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na eleição de Juscelino Kubitschek (JK). Ver artigo intitulado **Os Intelectuais e a Eterna Busca Pela Modernização Do Brasil: O Significado Do**

Nessa relação, acreditamos nas investidas de se construir uma “memória nacional” em que o chefe do executivo federal concentrava esforços para o engrandecimento da região “através de uma série de medidas e providencias tendentes a incorporar essa região no setor de produtividade do país” em face do “prosseguimento da política de combate aos fatores de subdesenvolvimento”. Ora, tratava-se de investimentos e empreendimentos que visavam o “rendimento das terras e a fixação do homem ao solo” trazendo “novas perspectivas à vida do Nordeste”. Naquele tempo, a título de exemplo, o viajante “do centro do país” ao percorrer “pela primeira vez, no nordeste brasileiro o trecho Recife – João Pessoa da Rodovia que o Presidente Juscelino Kubitschek está construindo, sente-se transportado para uma região em tudo diferente²⁴³”. Nada de admirar se aqui encontrarmos esforços para construção de uma memória nacional, coletiva em que a ideia de desenvolvimento, ou desenvolvimentismo, ganhasse espessura.

Na esfera local essa “memória oficial e técnica” criou um ponto de referência em que as ações representativas do Dep. Roberto Pessoa e do PSD em torno da emancipação de Aroeiras é constantemente lembrada. E, se Carlos Pessoa Filho assumiu efetivamente o lugar do pai, na memória local, num primeiro momento, ele aparece como opositor “do progresso da cidade”, aquele que queria “pôr a baixo” a emancipação em um tempo em que se “achavam que Umbuzeiro subjugava muito Aroeiras, queria tudo, mas nada... o troco era muito pouco pra aqui... e a população foi sentindo, foi tomando fôlego do troço e vingou...”²⁴⁴ Essa memória ganhou duração e estabilidade fazendo lembrar, ainda naquele contexto, dos personagens que “como em 53, como em 53 libertou nosso torrão, que vivia sem conforto, que vivia quase morto por não ter libertação”²⁴⁵.

As falas de nossos narradores fazem ainda referência ao estado de abandono em que vivia a cidade, negligenciada por Umbuzeiro. Essa justificativa talvez tenha ganhado corpo em meio aos organizadores do movimento a nível local, provavelmente no sentido de tornar coeso o grupo em direção ao projeto de emancipação. Uma justificativa digna de ganhar

Projeto Nacional – Desenvolvimentista Das Décadas De 1950-60 a autora Maria Emília Prado analisa “o modo como as noções de desenvolvimento e integração nacional foram discutidas no Brasil ao longo do século XX e em especial no decênio de 1950 quando a temática do desenvolvimentismo ocupou o primeiro plano da arena política e intelectual” (Cf. PRADO, Maria Emília. **Os Intelectuais e a Eterna Busca Pela Modernização Do Brasil: O Significado Do Projeto Nacional – Desenvolvimentista Das Décadas De 1950-60**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brazil. HAOL, Núm. 15, ISSN 1696-2060, 2008, p. 19-27), dando atenção especial aos projetos articulados pelas principais representações políticas da época.

²⁴³ Ver Introdução de Hildebrando Martins da Silva IBGE (1960, p. 15-16)

²⁴⁴ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

²⁴⁵ Conta D. Iracema, na época da emancipação da cidade havia feito um “hino” em homenagem aos organizadores do movimento emancipatório, em especial ao Sr. José de Souza Santos, homem que considerava o pivô da emancipação a nível local. Entrevista concedida ao autor pela senhora Iracema Ramos de Queiroz em 22 de outubro de 2008.

simpatizantes, recorrendo-se a possibilidade de se creditar em um futuro de mudança, de independência. Parece que nesse tempo, os organizadores do projeto de emancipação estavam convictos dessa possibilidade. De certo, a propósito da participação de outros personagens históricos nessa trama, digamos, antigos moradores da cidade, bem como outros aspectos dessa história, podemos acessar outro tipo de fonte, a saber, os livros de história local. Aqui faremos um breve passeio sob a companhia desses livros, talvez na pretensão de se perceber como a memória da emancipação foi constituída. Logo, mais algumas linhas nos serão úteis.

Certo dia, não faz muito tempo, uma narradora nos informou que “na história de Aroeiras tem o nome das pessoas que participaram desse movimento”. Para ela, várias pessoas haviam participado do movimento, “sendo que tinha o mais interessado, o mais encarregado pela emancipação, que foi o escrivão José de Souza Santos. Foi ele que preparou toda documentação para que pudesse acontecer a emancipação²⁴⁶”. A esta altura, não muito revelador para nós seria encontrarmos o mesmo escrivão e vereador na cidade de Umbuzeiro, José de Souza Santos, homem letrado da época e um dos “mais interessados na emancipação”, participando da primeira eleição direta para prefeito da cidade em 1955 pelo PSD contra o então representante da UDN o Sr. Sebastião Souto Maior.

A propósito dessa eleição, os esforços de Carlos Pessoa Filho naquele momento concentraram-se no incontestado apoio a Sebastião Souto Maior contra José de Souza Santos. Sebastião e Severino Santos, como eram conhecidos, disputaram a primeira eleição local em que o voto direto “escolheria” o chefe do executivo, bem como os sete representantes do poder legislativo. Essa eleição criaria o poder executivo e legislativo da cidade. Isso porque quando foi emancipada o executivo local foi nomeado pelo governador do estado, conforme determinava a lei de criação²⁴⁷.

Justamente nessa época foi nomeado João Evangelista Pereira residente em Umbuzeiro, como prefeito da cidade que assumiu interinamente o cargo em 28 de Dezembro de 1953. Em cinco de Julho de 1955, João Evangelista morre no exercício do cargo assumindo em seu lugar Trajano Martins de Arruda que governou até as eleições de 1955²⁴⁸. Retornando aos outros personagens envolvidos nessa história, a saber, na emancipação política da cidade, fomos alertados de que deveríamos encontrar seus nomes em produções literárias que narram sobre a “História de Aroeiras”. Em tempo esclarecemos que a indicação faz referência às escritas publicadas, “Aroeiras sua história” (1981) e “Aroeiras sua origem” (1984) de autoria

²⁴⁶ Entrevista concedida ao autor pela senhora Iracema Ramos de Queiroz em 22 de outubro de 2008.

²⁴⁷ Veja-se os Art. 3º e 4º da Lei nº 980/53 na União, Jornal, João Pessoa, 10 de Dez. 1953.

²⁴⁸ Confira Andrade (1981, p. 39-44)

do Sr. Pedro Paulo de Andrade, um homem de “letras” e antigo observador dessa ordem de acontecimentos.

Além desses escritos, Pedro Paulo escreveu outros “rabiscos” e “notas” sobre a história local como as que compõem o “esboço histórico e geográfico do município de Aroeiras” (1950/60). Contudo, tratam-se de obras que apresentam “leves retoques, pequenas correções de caráter gramatical, maiores detalhes históricos” não as distinguem, conforme indica o próprio autor. O Sr. Pedro já foi “guia” durante algumas entradas de nossos percursos. A esse antigo morador devemos os créditos dos primeiros registros sobre a “história local”.

Acredita-se que por esse tempo, o escritor/observador começou sua incursão pela escrita a fim de “pesquisar” e registrar fatos que cercavam a história do município, ou ainda, a sua própria história. Acreditamos que muitos dos fatos e acontecimentos por ele apresentados e rapidamente debatidos foram presenciados por esse “historiador local” de modo que suas escritas podem ser pensadas igualmente como roteiros alternativos em nosso plano de viagem. Ademais, é possível afirmar que alguns fatos narrados nessas obras aparecem como resultado direto de experiências que também foram suas. Outros, contudo, o autor apenas ouvira falar, mas, nem por isso deixou de registrá-las.

Enfim, de todo caso, o reencontro com esse “guia” se dá pelo fato de sentirmos que na indicação de nossa narradora, esses livros de “história oficial” fossem narrativas “autorizadas” a nos informar sobre o passado da cidade e o próprio processo de emancipação. Era como se a memória da emancipação insistisse em manter conectores com a história, com os “registros oficiais”. Para tanto, ao tomar essas narrativas como roteiros de nossos passos nesse ponto do percurso é preciso atentar ao “lugar social” desse autor, de modo a perceber certo jogo de interesses e historicidade no ato de sua produção narrativa. Enfim, não podemos esquecer que suas narrativas “deveriam” registrar fatos e acontecimentos de um dado passado/presente – a época de suas produções – o que nos leva a refletir sobre certos “ajustamentos” numa compilação de interesses no ato presente da inscrição.

Assim, cabe registrar que o Sr. Pedro foi comerciante em Aroeiras, Umbuzeiro e João Pessoa. Sua incursão na vida dos negócios remontam os anos de 1920. Ocupou vários cargos públicos em Aroeiras, dentre eles, o de vereador por vinte anos consecutivos e o de presidente do legislativo ocupando o cargo por quatorze anos. Em 1955 Pedro Paulo de Andrade é eleito pela UDN e ocupa lugar entre os sete vereadores da primeira mesa legislativa.

Talvez por isso, na busca de maiores menções sobre o acontecimento da emancipação da cidade nestas narrativas escritas não se obteve maiores resultados. Diferentemente do que havia nos indicado nossa narradora, nelas, há como que um silêncio sobre esse desenrolar de

fatos e acontecimentos. Exceto, quando resumidamente se encontra na obra intitulada “Aroeiras Sua Origem” (1984), um enunciado que brevemente expunha o resultado da eleição para prefeito da cidade em que disputaram o candidato do PSD e UDN, ou seja entre José de Souza e Sebastião Souto. Sendo este último lembrado na escrita como sendo o “primeiro prefeito de Aroeiras eleito pela vontade popular”. Trata-se de um registro de acontecimentos após a emancipação. Para nós, nada de se admirar o fato de que esse registro ocupe lugar no tópico sobre “as datas notáveis²⁴⁹”. Efetivamente, esse fato merecia ser guardado. Por quê? O que ele representa?

Em termos simbólicos, a eleição de 1955 trazia para Aroeiras um elemento novo: pela primeira vez os Aroeirenses votariam no representante do executivo local, bem como nos seus vereadores. Votariam no prefeito e vereadores da cidade. Certamente uma data memorável que trazia consigo certa importância, talvez, sentida por alguns. Ora, os aroeirenses, independentemente de terem sido contrários e/ou a favor da emancipação, de terem assinado a lista de Honório Teles, José dos Santos e Roberto Pessoa, ou a de Carlos Pessoa e seu grupo, *poderiam escolher* seus representantes. E, parece que o narrador/historiador/observador percebeu isso.

Afinal, é chegado o momento da “redenção”, da “virada”, do rearranjo das relações políticas daquele homem público que, ligado a UDN, outrora contrário a emancipação, soergue-se, juntamente com o seu grupo político diante dos munícipes da nova comarca. Essa eleição, representou uma vitória da UDN do candidato de Carlos Pessoa “mesmo a oposição dizendo que ele tinha sido contra a emancipação”²⁵⁰. Certamente, essa foi uma campanha acirrada em que a todo tempo essa memória dos que tinham sido contrários a emancipação era acionada. Mas, mesmo assim, lembra o Sr. Gilberto, o grupo de Carlos Pessoa saiu vitorioso. Nada como encontrar, como marcar, nos livros de história, reservados a posteridade, essa referência. Talvez uma referência cara, aos olhos de alguns políticos locais a época.

Cabe lembrar que todo partido, instituição e/ou grupo tem “a sua memória” que quase sempre se ancora na credibilidade da história, conforme nos mostrou Pollack (1990). E no caso das narrativas de Pedro Paulo, é possível que se trate de uma memória que não é apenas um registro do passado, mas uma fonte de identidade de um grupo, a saber, da UDN, seus partidários e líderes locais, outrora, tidos como opositores ao progresso local. Diante disso,

²⁴⁹ Em Aroeiras sua Origem (ANDRADE, 1984, p. 59) encontra-se referências a certas “datas notáveis” inscritas ao longo de quatro páginas que contém menções a alguns acontecimentos ocorridos em Aroeiras e suas respectivas datas de ocorrência.

²⁵⁰ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

questionemos: por que silenciar o processo de emancipação em que, como vimos, envolveu forças contrárias, através de personagens ligados a determinados grupos partidários?

A resposta é provocativa. Pois, é provável que suas narrativas, tomadas enquanto registro do tempo, invista na coesão e identidade do grupo compilada a partir do trabalho de enquadramento da memória, neste caso, utilizando-se da história e dos sujeitos “autorizados” a fazê-la. É bem verdade que não mais a serviço do PSD, conforme fez a Enciclopédia, mas utilizada pelas ações do grupo da UDN. Trata-se, ao que tudo indica, de um trabalho no qual se deveria registrar que a vontade “popular” dos aroeirenses é expressa na eleição do primeiro prefeito constitucional. Não por acaso, era justamente Sebastião Souto Maior o representante da UDN e apoiado por Carlos Pessoa Filho. Ora, era como se a memória do processo de emancipação devesse ser esquecido em face de um outro episódio digno de nota: a eleição direta para prefeito e vereadores. Era como se a “história oficial” da cidade começasse ali, ou seja, com a eleição expressa na vontade popular. Mas que história? Qual versão? A partir de que lugar?

O curioso dessa trama é que, na escrita do manual técnico do IBGE (elaborado pelo governo federal em 1960), a emancipação se faz a partir da vontade popular (movimento organizado pelos habitantes da cidade), porém com ênfase na ação de destaque do Deputado Roberto Pessoa, representante do PSD a nível local. Já nos livros de Pedro Paulo de Andrade, narrativas “oficiais” que falam sobre a cidade no contexto, como se disse, não encontra-se maiores menções sobre esse acontecimento, nem citações contendo nomes dos aroeirenses favoráveis ou contrários a proposta de emancipação, sendo “notadamente” registrada a eleição de Sebastião pela vontade e participação do povo. No pano de fundo dessa “história” era como se a memória da emancipação e a consequente participação/aceitação do povo estivesse em “disputa”. Elas acabaram por registrar, cada uma a sua maneira, o envolvimento “popular” na vida política da Aroeiras desses idos.

Jogo de interesses? Memórias em disputa? Tentativa de revisar a memória coletiva? Estaria nosso autor trabalhando “oficialmente”, e/ou mesmo inconsciente, em um projeto de enquadramento de uma memória sobre a emancipação? Suas narrativas se propunham a uma revisão auto-crítica do passado em que alguns elementos deveriam propositalmente ser esquecidos e outros lembrados? Afinal, trata-se de uma memória produzida a despeito de certa “doutrinação ideológica” transmitida de uma geração a outra através de publicações. De um modo ou de outro, tanto uma, como a outra, permanecem “vivas”, ganhando lugar em meio as lembranças. Criaram pontos de referência. Ambas, criaram permissões e interditos,

fazendo lembrar e esquecer daquilo que lhes convinha. Efetivamente, a memória dessa ordem de fatos e acontecimentos entra em disputa.

Aqui reiteramos uma constatação: estamos convictos de que, para além de serem pensadas enquanto representações sobre a emancipação, “memórias oficiais²⁵¹”, evidenciam em miúdos que, redigidas intencionalmente, estavam a serviço de grupos políticos ideologicamente contrários, e que a emancipação política da cidade de Aroeiras, conforme narram cada uma ao seu modo, não passou de uma trama na qual estava em jogo a vida política de alguns “líderes políticos” locais.

Nelas pairam certos silenciamentos, os quais Pollack (1989) chamou de “emudecimento do passado”, que longe de ser natural, nos põe diante da emergência de memórias cristalizadas, coletivas, que se ramificam, transformando-se em sólidos rochedos com tendência a encobrir todos os grãos e partículas de poeiras que se dispersam quando se ousa revirar essas memórias oficiais. Neste caso, é preciso desnaturalizá-las, desmontá-las em busca desses miúdos que tornam o passado uma via transitável em muitas experiências de leituras e legibilidade.

Enfim, em tempo reafirmamos que a emancipação é transportada para este texto na possibilidade de tratá-la como acontecimento introdutório as reformas e transformações urbanas ocorridas no espaço urbano aroeirense a partir de 1950, sendo indispensável investigarmos as tramas que a tornou possível. Obviamente que essas mudanças não se deram de forma desinteressadas, continuou obedecendo a certos jogos de interesses o que não nos impede de ver outras dimensões do cotidiano dessa cidade nesse tempo. Aqui, a forma como o imaginário local se comportará diante desse “novo” momento de sua história, guiará nossos passos. Afinal, de fato, é a partir de 1953 que a cidade passará a existir em sua forma institucional, nomeada, regida por um código de leis próprio, sendo esse o acontecimento principal que irá modificar em muito o cotidiano da cidade. Vejamos porque...

2.3 – Os desejos e os sonhos de se construir a cidade.

Com a emancipação da cidade, a eleição de 1955 formou-se o primeiro governo municipal com os poderes executivo e legislativo. A frente do executivo, sabemos, Sebastião Souto Maior assumira o cargo pela UDN. Já o poder legislativo foi formado pelos Srs.

²⁵¹ Para Pollak (1989, p. 9), para que as memórias oficiais emerjam é construído “um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional...” para tanto, “...um intenso trabalho de organização é indispensável”.

Antônio Pedro da Silva, Pedro Paulo de Andrade, Silvino Fernandes de Moura e João de Brito Lira, eleitos pela legenda da União Democrática Nacional e os senhores Manoel Siqueira Luna, Antônio Tavares de Lira e Olegário Herculano do Nascimento, pelo Partido Social Democrático²⁵². Lembre-se que essa mesa estava cercada de antigos conhecidos, homens que se movimentaram a favor e contra a emancipação.

A nível local, estava composta as bancadas de situação e oposição. Note-se que nessa primeira mesa legislativa, somando um total de sete vereadores, a UDN fez a maioria, num total de quatro vereadores dos sete determinados por lei. Um forte indício que efetivamente, a última eleição havia dado a vitória a UDN, não apenas a ela, mas a Carlos Pessoa Filho. Pensemos como isso possa ter sido pintado por alguns políticos locais? De certo, esse fator pode ter sido decisivo na organização da mesa, tendo como presidente o Sr. Pedro Paulo de Andrade. Na imagem abaixo, os sete vereadores posam para a foto que registra a primeira reunião do legislativo ainda naqueles idos de 1955. Vejamos a imagem...



Fotografia nº 07. Primeira Mesa Legislativa do Município de Aroeiras, 1955. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

A imagem número sete retrata a formação da primeira mesa legislativa em Aroeiras. Provavelmente foi tirada no dia 29 de novembro de 1955, a tarde, quando se reuniu a primeira câmara²⁵³. Note-se que se trata de uma foto posada em que todos se voltam para o fotógrafo a fim de registrar. Sobre o operador da máquina, é provável que tenha sido solicitado com

²⁵² Conferir Andrade, 1981, p. 42.

²⁵³ Ver Livro de Atas da Primeira Sessão Preparatória da Câmara Municipal de Aroeiras, do Estado da Paraíba, em 29 de Nov, de 1955, p. 1.

antecedência, haja vista que se tratava de um momento histórico na cidade, digno de ser guardado, registrado para a posteridade. Sorte nossa... Pois, a imagem é indiciária em muitos aspectos.

A começar pelos personagens representados. Vestidos a rigor, talvez a representar a seriedade e compromisso característicos ao cargo que ocupavam, posto que os sete homens compunham o “novo” poder legislativo da cidade. A posição dos mesmos na cena merece nota. Sentados, aparecem em ordem da esquerda para direita conforme a legenda, Silvino Fernandes de Moura, Pedro Paulo de Andrade ao centro, Antônio Pedro da Silva e João de Brito Lira. Em pé se encontra Antônio Tavares de Lira, Manoel Siqueira Luna (Nêco Luna), e Olegário Herculano do Nascimento. Contudo, ocupando a mesma cena esses homens parecem divididos. Trata-se de uma representação em que aparecem ocupando lugares diferentes os representantes da UDN, sentados, e os do PSD, em pé. Provavelmente, as disputas partidárias continuavam a ganhar a cena. Estariam divididos entre oposição e situação? Certamente. Na imagem, Silvino Moura, Pedro Paulo, Antônio Pedro e João de Brito posam em meio a papéis e canetas. Indício que naquele dia seria de trabalho, ao que lhes competiam: legislar.

Nada de admirar quando já havíamos atentado ao fato de que a UDN tinha feito maioria naquela eleição de 1955. Logo, a imagem dos quatro homens sentados e predispostos com os materiais a mão, indicam os membros que compunham a mesa. Nessa mesma sessão todos foram diplomados. Neste caso, o papel, em *forma de canudo* que Néco Luna faz questão de exibir seria o diploma de vereador? Teria a fotografia sido tirada após a votação e escolha da mesa? É provável. De todo caso, a imagem do legislador sério, “posado” de óculos escuro e diploma na mão caberia bem enquanto um registro memorável.

Para o dia seguinte, a saber, dia 30 de novembro foi marcada nova sessão para dar posse ao prefeito Sebastião Souto. No dia seguinte, as 15 horas, após verificar o número legal de vereadores presentes, faltando apenas Antônio Tavares e Olegário Herculano o presidente dá aberta a sessão. Naquela tarde, provavelmente o salão estava mais cheio, dada a presença de Carlos Pessoa Filho e, certamente, de sua comitiva. Após dar posse ao novo prefeito, o salão da prefeitura era o recinto do chefe do executivo. Já de posse do seu lugar, abria-se espaço para os oradores, dentre eles o próprio Carlos Pessoa que usou a palavra “saudando o prefeito²⁵⁴”. Certamente um dia de “honra” para Carlos Pessoa Filho ao poder empossar o seu prefeito após aquela que foi uma eleição disputada. Sem dúvida, nesse dia de (re)encontro

²⁵⁴ ATA, (1955, p.3)

com muitos aroeirenses, a imagem do “vitorioso” Pessoa Filho ganhou as ruas da nova cidade. É provável que não tenha deixado escapar essa nota em seu discurso.

O espaço onde a foto foi "clificada" é o Grupo escolar Major José Barbosa, em uma de suas salas. O grupo Major José Barbosa foi inaugurado em 1949 pelo então governador Oswaldo Trigueiro, contudo suas obras começaram no governo anterior. É provável que seja uma obra oriunda do “Plano de Cooperação entre o governo do Estado e a União”. Em que pese pensá-la como resultado de “vários acordos” em o que governo do Estado vinha "recebendo a ajuda financeira federal, principalmente com recursos provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário e das verbas do Plano de assistência e proteção à maternidade e à infância”. Graças a esses recursos, o governo contava com auxílio que lhe servia para “construção de novos prédios escolares, hospitais, maternidades e postos de higiene e puericultura”. Eram investimentos estimados em “cerca de trinta milhões de cruzeiro”.

Destarte, é provável que o grupo escolar de Aroeiras tenha sido construído com esse tipo de auxílio uma vez que fazia parte do Programa de “Construções Escolares”. Isso em um tempo em que “os estados, empobrecidos em suas fontes tributárias” não dispunham “de recursos suficientes para a solução” de seus “problemas essenciais, a começar pelos de educação e saúde²⁵⁵”. Trata-se também de um empreendimento construído à “moderna” ainda no final da década de 1940. Certamente, uma obra simbólica para a cidade e seus moradores por se tratar de um “novo” ambiente escolar, funcionando em um prédio próprio, destinado a esse fim. Provavelmente, um empreendimento patrocinado pelo Estado que trazia consigo uma preocupação: a formação dos futuros aroeirenses.

A época de sua construção, o Grupo Escolar recebeu o nome de “Borges da Fonseca” por meio de decreto estadual nº 143. Contudo, parece que a iniciativa não agradou a todos, especialmente ao vereador Pedro Paulo de Andrade que “atendendo as solicitações dos aroeirenses” organizou o protesto fazendo com que o “governador Oswaldo Trigueiro” assinasse o “decreto nº 222 que mudou o nome do Grupo para Major José Barbosa”. Tínhamos a edificação de mais um “lugar de memória” feito para guardar na memória local um personagem aroeirense: Major José Barbosa Monteiro, que havia galgado várias patentes ao longo de sua carreira militar em Recife²⁵⁶.

²⁵⁵ Conferir Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1º de Junho de 1949 pelo Governador Oswaldo Trigueiro, p. 6-7.

²⁵⁶ Sobre os protestos contrários a iniciativa do governo em nomear o grupo escolar, bem como sobre a biografia do Major José Barbosa ver Andrade e a repercussão de sua morte nos principais jornais da região, a exemplo da Gazeta, O jornal e a União ver Andrade (1984, p. 31/41)

Além da “exímia” carreira militar o “ilustre” aroeirense era considerado “como um dos heróis da resistência contra os ‘Dezoito de Copacabana’”, em que, “cujo episódio histórico perdeu a vida²⁵⁷”. Porém, antes de reconhecer seu “valor” é provável que o desejo de “marcar” o nome do Major obedecesse a outras intenções: criar, pelas ruas da cidade, nos monumentos, prédios e construções uma topografia de heróis locais em que os aroeirenses pudessem se identificar. Sobre isso, dois projetos de Lei seriam indicativos. Trata-se do Projeto Lei nº 5/56 de autoria do vereador Pedro Paulo de Andrade “criando uma Biblioteca Pública nessa cidade”, aprovado unanimemente na sessão de 26 de junho de 1956. A biblioteca receberia o nome de “José Rezende de Melo”, antigo fazendeiro local, um dos primeiros habitantes, que em tempos de outrora havia abrigado Silvino à época de sua passagem por Aroeiras²⁵⁸. Enfim, um lugar de memória preenchido por mais um personagem local.

O outro projeto é de autoria do executivo municipal que recebeu o número de 3/60. Ele foi aprovado pela câmara na 4ª sessão ordinária da 1ª reunião da Casa, relatada em seu Livro de Atas (p. 86) em 25 de junho de 1960. Na ocasião, o referido projeto versou sobre a “deliberação de crédito de Cr\$ 10,000,00 (dez mil cruzeiros) para o emplacamento das ruas da cidade”. Trata-se de uma preocupação em “nomear” as ruas da então cidade de Aroeiras, demarcando por elas uma topografia de lugares “nomeados”. Certamente, essa era uma inquietação daquela elite letrada local. Em discurso o vereador Pedro Andrade felicita a iniciativa do Sr. Prefeito Joaquin Antônio de Andrade em emplacar as ruas da cidade. No discurso aponta: “venho a o plenário, impacientar por um instante, aos nobres componentes, mas não podia deixar de dar conhecimento a casa, da deliberação do Sr. Prefeito, de haver emplacado as ruas de nossa cidade. Congratulo pelo grande melhoramento²⁵⁹”.

Daí, certamente resultou a nomeadas de algumas ruas, criando uma topografia, ou uma escrita do lugar em que alguns nomes eram bem conhecidos: “Antônio Gonçalves”, antigo morador local, um dos primeiros a fazer residência em Aroeiras, vai ocupar o lugar da antiga Rua do Comércio. A antiga “Rua do Alto” receberá o nome de Epitácio Pessoa. A “Rua Pedro Américo” começará nas proximidades da praça e se estenderá até a frente da Nova Matriz. Enfim, personagens locais e regionais ocuparão espaço nessa topografia de nomes e memórias. Tratava-se, talvez de uma investida no sentido de criar uma imagem da nova cidade em que o imaginário local pudesse encontrar nesses personagens uma identificação.

²⁵⁷ Conferir as informações no Tópico Vultos Ilustres no IBGE (1960, p. 203)

²⁵⁸ Veja-se a biografia de José Rezende em Andrade (1984, p. 27)

²⁵⁹ Discurso proferido pelo vereador Pedro Paulo de Andrade em 12/12 de 1960, no salão da Câmara Municipal de Aroeiras.

Ou ainda, uma investida percebida de forma tanto quanto simbólica, posto ser indicativa de um desejo em se nomear a cidade em face de antigas marcas rurais de desorganização. A “nova” cidade e seus administradores também “criavam” seus mitos e símbolos.

Para além das investidas em formar sua galeria de “heróis” caras ao imaginário político de determinadas épocas²⁶⁰, a própria investida de se confeccionar uma história local, nesse mesmo período, indica um desejo de nomear a cidade, dar-lhe voz, marcando seu lugar no tempo. É o que podemos perceber nesse discurso de Pedro Paulo proferido em 1984 quando da época de lançamento de seu último livro. Nele, o autor assim expressa sua missão iniciada, como apontamos em momento anterior ao que lançou este livro,

[...] esta cidade, este município renascendo com o lançamento de sua história, aos leitores interessados. Uma história escrita Srs. é uma arma sempre ativa; ela evoca, une e exalta; ela pertence a todos sem pertencer a ninguém, porque nela estão o passado, o presente e a imagem de nossa terra, que legaremos ao futuro; sem ela não sabem o passado. Aroeiras... há muito tempo pesquiso a tua história²⁶¹.

Em sua fala, a “nova” cidade que nascera com a emancipação, naquele momento “renascia” com seu registro histórico. Aqui registrou-se o “mito de origem”, a união do povo, a vontade popular, a “evolução dos tempos” e para além disso, essa escrita representa o trabalho de criação do “corpo” próprio da cidade, escrito nos registros da história. Ora, a cidade fruto da “vontade de um povo unido”, materializada mediante a sua municipalidade, é ausente de uma escrita demarcatória de sua passagem no tempo, sendo esta lacuna tencionada a ser preenchida mediante a inscrição de sua história. Um empreendimento visto como necessário, simbólico, naquele tempo em que a cidade emergia a partir das redes de sua ordem. Do ponto de vista simbólico, era como se a escrita de sua história lhe possibilitasse maior solidez e eficácia a sua fixação autônoma no tempo.

Talvez por isso, tenha escrito D. Olívia em prefácio a Obra de (1984) “abramos uma grande porta para olhar o que, para atrás, se ficou. [...] Vamos rever, depois do correr dos anos, os lugares onde nossos avós nasceram, viveram e amaram. Um dia eles partiram e nos deixaram. Nunca mais voltaram. Vamos continuar vivendo e dando vida ao nosso idolatrado rincão”. De modo que, completa a antiga moradora “nunca o destruamos! É preciso construir

²⁶⁰ Veja a análise de José Murilo de Carvalho sobre a batalha em torno de se criar um imaginário popular por meio de valores republicanos através dos símbolos, mitos, rituais, alegorias, etc. cara aos projetos de legitimação das elites republicana brasileira. (Cf. CARVALHO, 2000)

²⁶¹ Discurso proferido pelo senhor Pedro Paulo de Andrade em 1984 na ocasião do lançamento do livro “Aroeiras Sua Origem” na Câmara Municipal de Aroeiras.

e ir desenvolvendo o que foi obra começada por nossos ancestrais²⁶²”. De fato, uma obra com uma pretensão convidativa: unir o passado ao presente.

Justificando, assim, a missão do autor em dar-lhe um sentido cronológico, um lugar no tempo, articulando-lhe em um tempo próprio, um registro temporal que contorna o território de um espaço não menos cômodo, adequado, particular. Escritas “ativas”, que “evocam”, fazem lembrar o lugar de união, de passado, de presente e desejado futuro. Elas parecem aglutinar, compilar em textos sobre o local, uma série de desejos, sonhos e expectativas lançadas ao futuro, a um porvir linearmente arquitetado. Era o novo momento que deveria ser guardado pelo registro que se tentava esboçar: a história local. Nesse ponto caberia uma questão: seria essa um tipo de história encomendada a qual nos chama atenção Pesavento? Para a autora (PESAVENTO, 2007, p. 12) nesse tipo de história, cria-se uma espécie de “kit identitário aplicado a evolução de um núcleo urbano”.

De todo caso, o certo é que esses mitos e símbolos serão caros ao imaginário local na época. Pelo menos, ao longo desse tempo, ganharam outros colaboradores, embalaram outras preocupações com o presente e projetaram sonhos e expectativas para o futuro da cidade. A propósito dessa idéia, uma imagem merece destaque. Ela pode ser extraída do discurso de abertura da primeira Câmara proferido pelo mesmo vereador/escritor Pedro Paulo de Andrade naquela tarde de 29 de novembro de 1955. Leiamos o discurso.

Portanto, levantou-se Aroeiras, para receber a coroa da autonomia; um dia de emoção sem conta para nós... Desligou-se de Umbuzeiro, não por divergência, e sim por atingir a sua fase de evolução, só nos resta agora, é a saudade daquela casa como o filho que instalando-se no seu novo lar, não esquece a casa que nasceu. Esta nova Comarca, esta nova cidade, exige de nós grande energia, para a sua construção: faltam-lhe regimento interno próprio, código de postura, imobiliário, prédios municipais e a cidade: vê-se um morro no leito da rua principal, riachos prejudicando ruas e até casas... O olho d'água das Aroeiras, de onde descende o nome de nossa cidade, esse nunca foi contemplado com nenhuma decoração, enfim, falta-lhe tudo. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu quisera saber expressar-me como desejo para falar bem alto e dizer aqui, o que sinto dentro de meu eu, o afeto de gratidão, a vontade de trabalhar e de transformar o nosso município, em igualdade de outros maiores existentes no Brasil. Outra cena de grande assunto: é a continuação das obras municipais, traçadas pelo benemérito Dr. Carlos Pessoa Filho, mas estou tranqüilo, porque vejo a frente da Câmara de Aroeiras, 7 homens de boa vontade, escolhidos pelo eleitorado livre de nossa terra, juntamente com o prefeito Sebastião Souto Maior, moço de caráter ilibado e cheio de entusiasmo cívico pela grandeza da terra comum...²⁶³

²⁶² Conferir Olívia Barbosa Prefácio (Andrade, 1984, p. 7)

²⁶³ Discurso proferido pelo senhor Pedro Paulo de Andrade, antigo vereador e presidente da Câmara Municipal, proferido no dia 29 de Novembro de 1955, data da instalação da 1ª Mesa Legislativa do município de Aroeiras. (ATA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, 1955, p. 1).

A fala é digna de referência e a ela caberia uma análise de cada vocábulo. Pois está cercada de “zonas ocultas”, preenchidas talvez com as habilidades de oratória de nosso legislador, homem de letras, antigo habitante local. Primeiramente porque, no caso de Pedro Paulo, era o momento de legislar em casa. O então presidente da Câmara já havia sido vereador em 1947 na cidade de Umbuzeiro. Naquela oportunidade de sua eleição, em novembro de 1947, escreveu uma mensagem, na forma de “panfleto” agradecendo os votos obtidos, sobretudo do “povo do prospero e bravo distrito de Pedro Velho” aos arredores de Aroeiras. Aos umbuzeirenses se dizia está “a serviço da coletividade umbuzeirense” com o “pensamento” voltado “comovido para o futuro de Umbuzeiro e de sua gente”. Como “detentor de funções públicas”, finaliza exclamando: “viva Umbuzeiro livre, prospero e feliz”. Sem sombra de dúvidas uma referência digna de nota em que se observa o silêncio dado a Aroeiras em seus agradecimentos, naquele momento em 1947.

Logo, o discurso de abertura da legislatura é redigido com indícios de que se tratava de um momento de encontro com o seu povo. No discurso, a predisposição do legislador se volta para Aroeiras a quem quer ver “crescer e prosperar”. Além desse aspecto de tom mais sutil, o legislador não esquece de falar da emancipação. É de se considerar que naquele momento essa era uma memória tanto quanto recente. Neste caso, o orador remete a justificativa ofertada a quem quisesse ouvir sobre o porque da emancipação. Teria alguém na platéia? Se não o tinha em termos concretos, ou seja, se “o povo” não se fazia presente, ao menos seus “pares”. E, talvez por isso, de um modo ou de outro, o legislador parecia ter se apropriado da idéia da “evolução natural da comuna”. Afinal, era chegado o momento de unir forças, para a missão a qual se mostrava envolvido: construir da cidade. Não havendo, portanto, lugar para as divergências de outrora.

Há, por outro lado, um (re)conhecimento daquela que um dia foi e deveria continuar sendo uma “relação” harmoniosa entre Umbuzeiro e Aroeiras. Sobre isso, cabe notar, Aroeiras permaneceria “ligada” a Umbuzeiro uma vez que por lá “ficou” Carlos Pessoa Filho, juntamente com todo um aparato legislativo e burocrático que deveria auxiliar na administração nova Comarca. A exemplo do Regimento interno da Câmara e do código de posturas próprios que, naquela oportunidade serviam o de Umbuzeiro²⁶⁴.

²⁶⁴ Na ocasião de realização da primeira sessão da Câmara naquela tarde de 29 de Novembro, a sessão tramitou fazendo uso do regimento interno em “vigor do município de Umbuzeiro” até que novas disposições fossem feitas. (ATA, 1955, p. 1)

Por fim, há o chamamento. Antes da apresentação geral da cidade a fala do nosso orador é “chamativa” e expressa um desejo, uma vontade: “de trabalhar e de transformar o nosso município, em igualdade de outros maiores existentes no Brasil”. Nesse caso, a idéia de aformoseamento é decantada na possibilidade de transformar Aroeiras em igual modo a outras cidades brasileiras, destacando o contato com a civilização moderna. Um desejo. Uma vontade a qual o vereador estende ao continuísmo do “programa de obras implantadas” pelo ex-prefeito de Aroeiras e Umbuzeiro, a época, Carlos Pessoa Filho. Um programa que trazia consigo certas obras de melhorias materiais, a exemplo terraplenagem e das primeiras pedras do meio-fio e do calçamento da Rua Antônio Gonçalves, antiga Rua do Comércio, ou Rua Central. Por outro lado, o chamamento pode obedecer a outras intenções, as quais o orador deixa claro: o de poder ver a terra crescer juntamente com o esforço daqueles sete homens, acrescidos dos esforços do então prefeito Sebastião Souto.

Aqui poderíamos falar em identidade, ou seja, na edificação de um imaginário local em que a “nova” cidade pudesse ganhar forma, mesmo que de acordo com as aspirações de sua elite letrada e política. Nos termos de Pesavento (2007b), “as identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual”. Desse modo, as “identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso”. Elas “fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado”, tal como lugares e momentos.

Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de idéias imagens que explica e convence²⁶⁵. Essa identidade requeria demarcar um lugar próprio à cidade de Aroeiras, de identificação e pertença, naqueles idos. Uma identidade que, em termos simbólicos, deveria estar em sintonia com as pretensões de atribuir forma urbana a cidade, de se apagar as amarras do passado criando por suas ruas elementos/monumentos de pertencimento a esse novo status. A Aroeiras do desejo dava sinais de seu aparecimento.

Seguindo esses termos, a fala de nosso orador é ainda mais indiciária. Nela, certamente a noção de teatralização nos soa cara. Ora, talvez não por acaso, os lugares, ao menos discursivamente, se deixam “misturar”. Ao que indica, não há partidários na realização desse desejo que, embora parta do antigo vereador, trata-se, antes, de um desejo coletivo

²⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007, [En línea], Puesto en línea el 05 enero 2007b. Disponível em URL: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em: 07 março 2012.

aspirado por parte daquela elite letrada local. Esses sete homens, que talvez minutos antes dividiam lugares contrários na predisposição da fotografia, deveriam nesse sonho estarem juntos. Trata-se de um chamamento que se refere ao tempo do “agora” do evento da fala²⁶⁶.

Um convite atraente que em muito pode ter agradado, no calor do discurso, alguns daqueles legisladores. Salvo não surgisse em sua fala, a presença do líder político local e do chefe do executivo, ambos, defensores da UDN. A partir daquele momento todos sabiam: tratava-se de um projeto político bem direcionado e que, queremos acreditar, continuava a fazer conta de uma espécie de silenciamento do passado, a saber, o passado em que muitos daqueles homens quiseram “por abaixo o progresso de Aroeiras”. Em seu lugar, a imagem de uma administração operosa, em sintonia com o bem estar coletivo, com a propositura de construir a cidade ganhava forma imaginária. Nela, Aroeiras deveria entrar em sintonia com o mundo moderno.

Estamos convictos de que, naquele momento, mais do que um trabalho técnico, burocrático no que dizia respeito ao encaminhamento de projetos “para a construção e remodelação da cidade”, aqueles agentes políticos pareciam insistir num trabalho de registrar a operosidade de suas ações direcionadas ao erguimento da nova cidade. E, neste caso, o momento não se achava mais propício. Além disso, aquela predisposição parecia surtir sinais de uma tentativa de apaziguar os ânimos e disputas partidárias. Sobre isso, nosso narrador parecia estar convicto de que poderia unir forças com seus “pares”. Apenas acreditava²⁶⁷.

Por outro lado, o discurso de abertura da primeira Mesa Legislativa pode nos ser ainda mais indiciário. Pois remete, para além da “pretensa” anulação partidária, a um projeto maior: o de construir a cidade. Isso requeria esforço. De fato, a sua fala nos fornece um desenho da Aroeiras emancipada, a cidade “real” que se tinha. Ou ainda, uma “cartografia da nova cidade”. Seguir sua fala, para além de problematizá-la, nos soa indicativa para percebermos, a partir da leitura de um membro de sua elite/política local, um retrato de como se encontrava a “nova” cidade naqueles idos e como ela deveria ser, após as intervenções dos poderes e

²⁶⁶ Veja-se o tempo verbal como conector ao referente do discurso ao seu falante. (RICOEUR, 2009, p. 27)

²⁶⁷ A título de exemplo, da forma como os ânimos partidários iriam se alterar ao longo daquela legislatura, basta lembrar dos acontecimentos em torno da eleição da presidência do legislativo nos idos de Junho de 1956. Acontece que naquela sessão ordinária do Legislativo, na falta de alguns vereadores, haviam se reunido um número “legal” legisladores que se encarregaram de votar na nova mesa. Na oportunidade, com uma maioria de três vereadores, num total de três, o PSD comporia a mesa da presidência juntamente com Silvino Fernandes de Moura, único vereador da UDN presente na sessão e que assumiu, na ocasião, o cargo de presidente. Ocorre que essa eleição não agradou aos demais membros da UDN, sobretudo, os membros diretamente ligados a Sebastião Souto Maior. O fato é que a eleição é suspensa dias depois tendo como resultado a cassação, provisória, de um dos vereadores envolvido na trama, Néco Luna que, naquela ocasião, se elegeu como vice presidente da Câmara. Veja-se Ata Sessão Ordinária de 09 de junho de 1956 (p. 20) e ainda Veja-se Ata da Sessão Ordinária de 09 de junho de 1956 (p. 22)

saberes técnicos. Em termos materiais, “Aroeiras faltava tudo”. E, em seu discurso, a infraestrutura urbana não condizia com aquele momento, a saber, o momento de nomeação, em que “Aroeiras recebia a coroa da autonomia”. Eram muitos os seus problemas, a “nova” cidade era ainda marcada por antigos elementos materiais denunciando de seu passado rural, da (des)configuração urbana que incitava a continuação de antigos hábitos e práticas. E, na fala de nosso orador, a Aroeiras do desejo ganha forma. Em detrimento a cidade que se tinha, a cidade que se queria ter é pintada em meio ao “fio” do seu discurso.

Essa forma desejada corta seu discurso em vários lugares, dando contornos a uma cidade quase que invisível colorida pelo imaginário daquela elite letrada. Estamos falando dos significados que o nosso orador atribuía a uma “dada” realidade, criando um “discurso referente” ao estado material da cidade. Isso nos permite pensar em termos de “significado mental”. Neste caso, o discurso de nosso presidente produz uma espécie de efeito como aquele analisado por Ricoeur ao indicar que todo “acto de fala”, no caso, no momento de pronunciamento do discurso, além de “dizer algo”, “faz algo ao dizer” e “produz algo a dizer²⁶⁸”. Ao dizer algo, o nosso legislador faz algo ao exprimir sua vontade, seu desejo. Esse algo, é em si sua significação de uma dada experiência, de modo que sua fala exterioriza essa experiência pela comunicação, pelo próprio discurso. Para além de uma experiência pessoal, o desejo de Pedro Paulo entrava em sintonia com o continuísmo de certo programa implementado em administração passada, fazendo dessa aspiração um desejo que decorria, não por acaso, de parte dessa elite política local.

Enfim, para expressar um sentido interior a uma dada experiência, o discurso de Pedro Paulo, investe na paisagem desfigurada de Aroeiras. E o desejo se faz presente. As investidas são no sentido de colori-la, enfeitá-la, “decorá-la” talvez em aspectos que se aproximasse a “nova” comarca com o status cidadão que recebia. Enfim, desejava-se “aformoseá-la”. Essa (des)configuração urbana era vista como um empecilho para colocar a cidade no caminho do progresso e da civilização em sintonia com outras cidades no país. Tratava-se de um trabalho de (re)modelamento/construção urbana em nome do “progresso e civilização”. Obedecendo a esse fim, as reformas e melhoramentos tornam-se o palco da teatralização por excelência.

A propósito dessas pretensões, em um passado não muito distante daquele, “havia se tornado comuns no Brasil afora as preocupações com o saneamento e embelezamento das áreas centrais das cidades e os planos para seu posterior crescimento”. Acontece que desde “a segunda metade do séc. XIX algumas capitais e cidades brasileiras vinham experimentado

²⁶⁸ Ibidem, p. 26-28.

mudanças estéticas higiênicas/sanitárias, especialmente nas ruas centrais”. Essas eram articuladas “em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra”. Grosso modo, esses modelos e projetos de urbanização acabaram inspirando muitas cidades brasileiras, mesmo que suas reformas fossem mais de caráter incipientes. Nesse tempo “não há como negar que as percepções que letrados e intelectuais tinham sobre a cidade eram caudatárias de novas formas de conceber e perceber o mundo”, apontando para “o surgimento de novas sensibilidades²⁶⁹”. Aqui fala-se de uma sensibilidade dita civilizada.

Essas percepções, a uma estética européia, foram apreendidas por intelectuais, letrados, administradores brasileiros que “de ópticas diversas puseram na ordem do dia a necessidade de transformar as nossas cidades, tornando-as higienizadas e aprazíveis para seus moradores, investidores e visitantes”. A respeito desses olhares, é possível falar em reformas que obedeceram a certos padrões implantados, mas implica também afirmar que não eram a mesma coisa em todos os lugares e cidades. Embora, passando pelo crivo das elites letradas, bem como pela ordem da administração das cidades, essa inspiração ganhava cores “universais”.

Talvez por isso, tenham inspirado letrados e intelectuais campinenses entre as décadas de 1930 e 1940, fazendo com que a cidade de Campina Grande vivenciasse certa experiência moderna. Uma experiência, “que tinha como meta, segundo seus idealizadores, transformar uma das nossas cidades em um ambiente moderno e civilizado, o que lhe confere uma inegável dimensão universal, aproximando-o de diversas outras experiências ocorridas mundo afora”. Em Campina Grande a condição “inestética²⁷⁰” dos casebres, prédios e ruas centrais inquietaram seus administradores naqueles idos de 1930-1945.

Queremos investir na hipótese de que as transformações ocorridas na pequena Aroeiras, salvaguardando as devidas proposições, também estavam em sintonia com o ideário de cidade moderna e civilizada decantada por sua elite letrada e administrativa. Aroeiras, naquele tempo, a seu ritmo, como desejavam seus administradores e homens de letras, deveria estar em sintonia com “as reformas e melhoramentos” ocorridos Brasil afora. Por lá, se o fator econômico/sanitário não embalou sua transformação, ao menos os aspectos estéticos, ou inestéticos, chamaram atenção de seus administradores.

Neste caso, o “ato de fala” investe no trabalho de se produzir melhoramentos na fisionomia de sua área central. Talvez não por acaso, investisse nesse lugar, pois era lá que

²⁶⁹ Veja-se Sousa (Cf. SOUSA, 2003, p. 62/3)

²⁷⁰ Conferir em Sousa (2003) as declarações de Vergniaud Wanderley a um articulista do Diário de Pernambuco em que expressa sua preocupação com o aspecto “inestético” de alguns empreendimentos da Rua Maciel Pinheiro.

residia a sua elite letrada, bem como era lá onde “funcionava” os serviços e utilidades urbanas, como os bares, o mercado, igreja, enfim, assim como era no centro onde havia se instalado a “nova” administração pública, sobretudo, o prédio do executivo local – se referindo a prefeitura que tinha sede nas proximidades da então Rua do Comércio. Ou seja, era a principal rua da cidade. E, como afirmou-se, nessa rua, a maior parte dos serviços e materialidades urbanas davam forma cidadina a pequena Aroeiras. (Re)modelar essa parte de sua área urbana tornava-se uma necessidade.

Mas, os problemas de Aroeiras eram extensivos a outras esferas. Corria o mês de Outubro de 1956, quando os membros do Legislativo são convocados, a pedido do prefeito, para uma reunião extraordinária na Câmara. Em dois de Outubro de 1956, o prefeito Sebastião Souto Maior entra em umas das salas do Grupo Major José Barbosa pra explicar os motivos de convocação daquela que era uma Sessão Extraordinária. Nessa ocasião fez “o Senhor prefeito uma exposição clara as necessidades do município”. Uma visita até então incomum em que, certamente, os apelos foram no sentido de “aprovar” o seu plano de melhoramento urbano. Sebastião usou da oratória para solicitar apoio de seus “auxiliares” do poder legislativo. Esse recurso, de ida pessoal ao recinto da Câmara externar problemas, lançar justificativas verbais, e solicitar apoio já havia sido feita em outras oportunidades por Sebastião e continuaria ao longo de seu mandato. Talvez uma forma encontrada pelo antigo prefeito de “marcar” seu tempo com a imagem de um prefeito “preocupado com as coisas de engrandecimento da terra comum²⁷¹”.

Contudo, aquele encontro Extraordinário nos idos de Outubro e convocado pelo chefe do executivo local havia faltado o presidente Silvino Fernandes de Moura eleito em Junho. Aqui cabe uma pergunta: por que Silvino havia faltado essa sessão? Não sabemos ao certo. Mas, de todo caso, os indícios dão conta de que em seu lugar assumiu o Vice-Presidente João de Brito Lira. Tratava-se de uma reunião, leia-se Sessão, para a apreciação por parte do Legislativo dos Projetos de Lei que constaram no expediente do dia, dentre os quais destacamos:

Projeto de Lei nº 6 abertura de crédito especial a Câmara Municipal de Aroeiras. Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Aroeiras autorizado a abrir um Crédito Especial no total de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para a construção de um Mercado Público e indenização do Terreno onde o mesmo vai ocupar e o outro

²⁷¹ A título de exemplo, veja a moção de Solidariedade ao “prefeito constitucional” apresentada por representantes da Casa Legislativa na Ata da Sessão Ordinária do dia 02 de Outubro de 1956 (p. 34) em que Sebastião Souto Maior é pintado como o “administrador de visão”, cujos projetos visavam o engrandecimento da terra. Na moção, os representantes da casa falam em termos de que se trata de um administrador antenado com os problemas da cidade.

de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para aquisição de um aparelho de rádio Transmissão e um motor para fornecer energia elétrica para o referido aparelho²⁷².

Nesse projeto, enviado pelo executivo, Sebastião Souto lança sua intenção de se retirar o Mercado Público de seu antigo lugar. Uma pretensa transferência para a Rua da Areia, a qual chamamos em passagens anteriores de Rua do Aricurú como também era conhecida, mais distante do centro. Essa inquietação, a qual a documentação não nos fornece maiores informações, pode ser resultado de uma provável preocupação com a higiene do centro da cidade. Pois, nesse local, a exposição das “carnes” dividiam espaço com outros produtos da feira central. Seria uma preocupação sanitária? Talvez. Contudo, por algum motivo, que não apenas os problemas encontrados no terreno do Prédio destinado ao local do novo mercado²⁷³, a obra de construção do Mercado Público não saiu do papel. Ele continuou exercendo suas funções, mesmo após o mandato de Sebastião Souto. Ainda nos dias de hoje, o antigo prédio exerce suas funções. Esse foi um dos empreendimentos que ficaram apenas no plano do desejo.

Diferente do rádio e do sistema de transmissão, presentes igualmente no projeto 6/56. Esse se fez presente na cidade²⁷⁴. Mas sobre ele, adiaremos sua apresentação por mais algumas linhas, sobretudo porque esteve atrelado a outro empreendimento, digamos, maior. Antes, contudo, é preciso fazer menção ao projeto de lei n° 8/56 ao que tudo indica, continuador dos planos do prefeito. Sobre ele, o seu Art. 1° diz:

Fica o poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no total de Cr\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil Cruzeiros) a ser dividido em duas partes; uma de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil Cruzeiros) para aumento de verba das Estradas e Rodagens e outras de 8.000,00 (oito mil Cruzeiros) para saldar o débito de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil Cruzeiros) da planta desta cidade contratada pelo ex-prefeito João Evangelista Pereira com o topógrafo Luiz Teixeira Lima²⁷⁵.

²⁷² Ata da Sessão Ordinária do dia 02 de Outubro de 1956 (p. 34)

²⁷³ Na ocasião de apresentação do projeto de lei n° 6/56 é apresentado uma disposição em contrário na forma de Projeto Lei n° 7/56 que versa sobre a autorização de recebimento por parte do Prefeito a quantia de Cr\$ 6.153,50 (seis mil cento e cinquenta e três Cruzeiros) do Sr. Sebastião Augusto da Costa proprietário de um prédio na Rua da Areia pela prefeitura mas que havia apresentado vários problemas, “inclusive o de escrituração”, não servindo, portanto, a prefeitura.

²⁷⁴ Em 18 de Dezembro de 1956 o Prefeito Sebastião Souto Maior envia projeto a Câmara solicitando a “elevação de crédito de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para compra de um motor que deve servir ao rádio-fonia transmissor receptor e para pagar aluguel para da casa que há de servir de residência para o funcionário que irá lidar com o referido aparelho e gratificação para o mesmo aparelho”. (Ata, Sessão Ordinária de 18 de Dez. de 1956, p. 40)

²⁷⁵ Ibidem, p. 36.

Nesse projeto os desejos são no sentido de “melhoramentos” das estradas e rodagens. Antes, quando da “estagnação da vida econômica do município dada a falta de estradas e rodagens que a ligassem a outras cidades da região”, esse item passa a ser uma das prioridades do “novo” governo²⁷⁶. Mas, os indícios atestam o continuísmo de projetos anteriores quanto ao melhoramento urbano. No projeto, há sinais de que a administração anterior havia recorrido a um saber técnico e necessário ao “mapeamento” topográfico da cidade. Uma evidência de que, já naqueles idos de 1953/5, havia uma preocupação em colorir, a partir do estudo topográfico, a cidade com ares e cores modernas. Certamente, os estudos topográficos serviram de engodo técnico aos primeiros metros de calçamento que ganharam forma pela rua central ainda naqueles primeiros anos de administração pública da cidade.

Pois bem, igualmente nesses projetos, a imagem dos políticos envolvidos na “missão” de se construir a cidade, de atribuir-lhe desejada forma urbana é envernizada. Nesse trabalho, retornando a fala de abertura da Câmara em 1955, além da falta de decoração na Rua do Aricuru, de medidas e/ou instrumentos que contivesse as prováveis “enchentes” do riacho que invadia as casas e o comércio da Rua Central, “um elemento” chamava a atenção e parecia inquietar nosso narrador naqueles idos de 1955.

Tratava-se de um certo morro de “pedras” que se fazia presente no centro da cidade. Ora, esse “morro de pedras” já conhecemos em outras passagens. Por elas, ele ganhou outro nome: “A Pedreira Central”. Naquele tempo, parecia não mais adequada, “útil” ao estatuto da nova cidade, de modo que parecia carregar em sua forma uma condição “antiestética”²⁷⁷. Essa indicação traz consigo um desejo: retirar-lhe daquele espaço, para (re)figurar o centro da cidade. E, ao que lemos nas imagens anteriores, naquele contexto da década de 1950, esse processo já estava em curso. As obras de “embelezamento” do centro da cidade já haviam começado.

Porém, dado os tramites legais, esse desejo ganhou forma escrita, um projeto de lei levado a apreciação da “casa”. Dias antes, era 22 de Dezembro de 1956, o prefeito encaminha a Casa uma “mensagem” seguida de Orçamento e Tabela Tributária para o exercício de 1957. O referido orçamento e tabela tributária para 1957 foram aprovados na Sessão do dia 27 de

²⁷⁶ Constam, por exemplo, na Sessão de 18 de Dezembro de 1956, vários requerimentos e projetos de Lei sobre a criação de Estradas de Rodagem que cortariam o Município, dentre elas, uma Estrada de Rodagem que ligaria o Município de Aroeiras ao Município de Ingá, talvez em substituição a estrada carroçável que subia a Serra de Uruçú.

²⁷⁷ A noção de “antiestético” é pensado por Sousa (2003, p. 64) para designar a “condição” da áreas centrais das cidades brasileiras, “ou em cidades européias”, quando das reformas e transformações urbanas. antiestéticas eram, sobretudo, as moradias das áreas centrais sob os olhos dos administradores e urbanistas.

Dezembro, ultima reunião da Casa naquele exercício de 1956²⁷⁸. É provável que nesse orçamento já estivesse estimado o saldo e abertura de crédito para a realização das obras de melhoramento da cidade. Naquele final de ano de 1956 as expectativas foram lançadas para o futuro. Ao que tudo indica, esse orçamento, conforme determinava os tramites legais, daria “novos” ares a cidade.

2.4 o “morro de pedras” e a (des)configuração do lugar: a praça e os novos espaços de sociabilidades.

No dia 2 de março, os trabalhos da casa são retomados. Nesse dia, em horário regimental e estando presente um número legal de vereadores, num total de quatro, o presidente da aberto a Sessão. Era a segunda reunião do ano de 1957. A primeira ocorreu um dia antes, em 1 de março. Naquela tarde foi apresentado o projeto de Lei nº 1/57 do executivo local que em seu artigo primeiro dizia:

Fica o Prefeito autorizado a abrir um Crédito Especial no total de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) para conclusão do calçamento e obras para o embelezamento da cidade, tais como: construção de um muro decorativo, ocultando a pedreira existente nesta cidade, construção de um abrigo, um pavilhão de recreio, bem como de bancos de cimento, etc.

O calçamento a qual se refere é o alinhamento da Rua do Comércio, estendendo-se até as mediações da pedreira. Como dissemos, trata-se de uma obra iniciada na gestão anterior. Contudo, o teor do projeto é ainda mais arrojado quando se trata de pensar o “embelezamento da cidade”. Aqui a pedreira assume uma representação recorrente no imaginário político local à época: ela “enfeava” o centro da cidade. Igualmente aqui, o sonho de “decorar” a cidade, torná-la atraente ao olhar cidadão, seja ao morador local, seja ao visitante, alcança um referente material, pensado no trabalho de se construir “um muro decorativo”. O muro decorativo seria ainda contemplado com elementos da “cultura material”, dando forma atraente ao lugar, como era o caso do “pavilhão recreativo” e os “bancos de cimento”. Certamente instrumentos que seriam atraentes ao passeio público, ao encontro e a

²⁷⁸ Ata da Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 1956, (p. 42) e Sessão Ordinária do 27 de Dezembro de 1956 (p. 46)

sociabilidade. Mais do que encobrir a pedreira, a obra daria lugar a Praça Central, a primeira praça que se tem conhecimento construída na cidade.

Dada a possibilidade de ser pensada como um “novo” empreendimento que ganhou forma no centro da cidade na década de 1950, é provável que tenha sido decantada como um indício de progresso e civilidade o que lhe imprimia certa conotação simbólica atrelada ao desejo de embelezar aquela área central. A respeito dessa reivindicação é provável que viesse atrelada a um antigo desejo, presente no imaginário urbano das cidades que passaram por transformações ao longo dos Séc. XIX e XX. Esse anseio, por exemplo, esteve presente no imaginário da elite recifense se arrastando “por toda a segunda metade do séc. XIX”. Trata-se do anseio da “edificação de um autentico passeio público”, naquele tempo, decantado “enquanto importante ingrediente da vida *civilizada*²⁷⁹”. Tratava-se, na verdade, de um autentico lugar de encontro e sociabilidade, ao que se diziam, propício a “práticas e hábitos civilizados”. Aqui cabe a hipótese, cidade que se quer civilizada, deveria contar ao menos com um desses “lugares”. Contudo, “um anseio alimentado pelas elites locais durante décadas e que chega ao início da República sem que tenha sido concretizado²⁸⁰”.

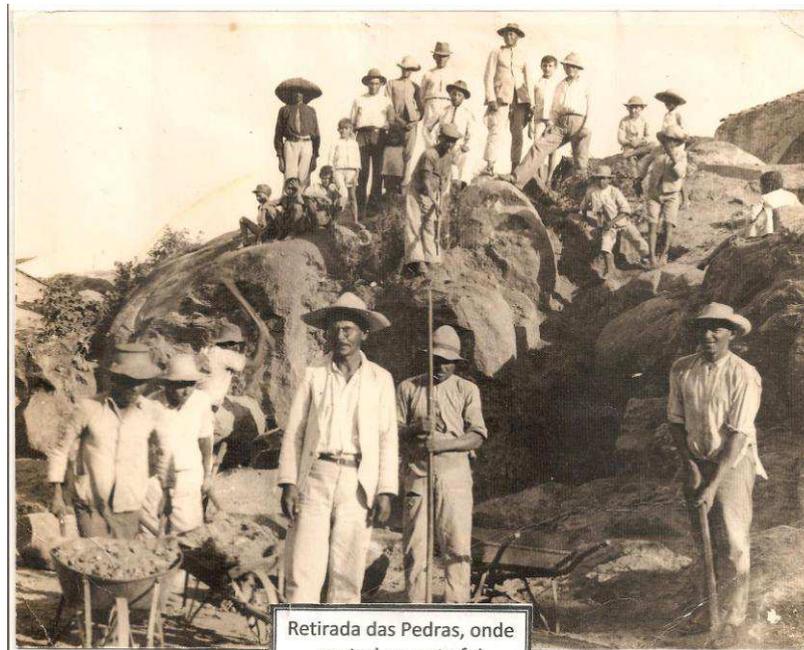
De algum modo, para além de “embelezar”, é provável que o desejo de ocultar a pedreira viesse atrelada a necessidade de se criar um autentico “passeio público” para a cidade, local de encontro e de sociabilidades. Em todo caso, em Aroeiras os administradores da “nova” comarca se viram diante do desafio e do pretense encargo de “embelezar” o seu centro, dada a presença desses elementos que a enfeavam. A pedreira, denunciante do enfeamento da área central, da desconfiguração do lugar, ganharia um status decorativo, uma atração visual construída para configurar o embelezamento de sua paisagem urbana. O seu “encobrimento”, ocultamento, representaria, aos olhos daquela elite política e letrada da época, a configuração de uma cidade atraente. Pois, a pedreira diante dessa pretensão era tida como elemento que impossibilitava a passagem, que desajustava o caminho, deixando-o estreito e mais do que isso, por trazer em si as marcas de um passado rural, ela foi demolida parcialmente cedendo lugar a *elegante, limpa, iluminada, bela e “moderna”* Praça Central, atual Praça Sebastião Souto Maior. A nível local, tratava-se de um verdadeiro passeio público à época.

Com a praça, era como se os desejos de modelar o centro da cidade recebesse um toque modernizante. Nessa obra, envernizado com os anseios de sua elite local, o tapete moderno encobriria o passado desconfigurado de parte daquela Rua Central. Nesse desejo, a

²⁷⁹ Verificar Aranha (Cf. ARANHA, 2008, p. 106)

²⁸⁰ ARRAIS Apud Aranha (2004, p. 240)

forma da antiga pedreira, estava com os dias contatos. Os serviços começam imediatamente, concentrando esforços no trabalho de retirada da maior quantidade de pedras possíveis. Sobre isso, algumas imagens nos atestam... Continuemos nosso percurso.



Fotografia nº 8. Trabalho de remoção das pedras da pedreira central. Década de 1950. Acervo Biblioteca Pública Municipal

A fotografia oito é da década de 1950. Uma fotografia posada em que “todos”, ou quase todos, param suas atividades e se voltam para o fotógrafo esperando o “click”. Dissemos quase todos porque na imagem observa-se ainda as carroças em suposto movimento, as enxadas ainda puxando terra e ao fundo, do lado esquerdo, a picareta é erigida pelo trabalhador, antes de ser lançada. Certamente, o seu alvo era um “bico de pedra” ou mesmo uma fresta entre a pedra e a terra, local “perfeito para forçar” a sua retirada com golpes dessa ferramenta. Uma imagem posada intencionalmente, como que desejasse ser guardada para posteridade. Aquele momento, representava, grosso modo, os esforços práticos de remoção da pedreira.

Nessa imagem, a ideia de “trabalho” da administração pública quanto ao embelezamento da cidade ganha evidência. Em se tratando de seus personagens, cremos que são trabalhadores locais, homens “pagos” para realizarem os trabalhos de “quebrar” as pedras e retirá-las a mão do recinto. Além desses trabalhadores, a imagem dá destaque a uma figura central. De terno, ensacado, óculos, mas também de chapéu, o homem ao centro parece não ser um trabalhador “comum”. Enfim, um sujeito um tanto quanto “alinhado”. É provável que

se trate do “mestre de obras”, “encarregado e conhecedor” dos trabalhos técnicos para a remoção do “morro de pedras”. Nas lembranças de D. Iracema, esse mestre de obras vinha de João Pessoa, provavelmente trazendo o conhecimento técnico necessário a construção da obra. Era o Sr. Odilon que aparece em nossas entrevistas como o empreiteiro, construtor de obras responsável pela feitura de calçamentos e também da praça²⁸¹. “Ele era o construtor, o mestre de obras”²⁸².

Na imagem, observa-se ainda a presença de algumas crianças. Estariam “ajudando” no trabalho de remoção das pedras, iniciando assim sua vida no mundo do trabalho? Ou seriam apenas conhecidas, moradores das redondezas, curiosos, ou mesmo, filhos, parentes dos homens pagos para esse trabalho? Em todo caso, temos aqui uma imagem que pode ser indicativa a certa representação que se criou na memória de alguns antigos moradores locais, a saber, a de que após a emancipação, nos lembra José Guedes, “aí o trabalho começou né, por que antes, trabalho era ruim, aí depois tinha serviço pra tudo”. Foi quando naquela época “o finado João Evangelista começou com esse negocio de trabalho, sabe, aqui aculá ajeitava um troço, tudo, tinha trabalho né e quando o finado Sebastião entro também arrumo muito trabalho né”. Uma pedagogia do trabalho ganha forma nessa imagem e de algum modo encontra pontos de referências na memória local sobre a emancipação.

Certamente a imagem de um Executivo operoso, a exemplo de Sebastião, ficou registrada na lembrança de alguns contemporâneos, como é o caso do nosso narrador que em suas idas e vindas a cidade de Aroeiras também arrumou serviço por essas bandas²⁸³. Essa imagem, queremos crer, talvez tenha sido recorrentemente pintada intencionalmente por muitos membros da elite política local à época, ou seja, uma imagem em que a administração da “nova cidade” era tida como antenada com o progresso e desenvolvimento da comarca.

Por outro lado, sobre o método utilizado para a retirada das pedras a nossa documentação não nos forneceu maiores pistas. Contudo, dada a presença das “ferramentas”, a exemplo das “picaretas” – vê-se duas ou três na imagem – é provável que, se não toda, mas grande quantidade de pedra tenha sido removida pelo trabalho braçal, sem o uso de dinamites e/ou outros métodos. Até porque, note-se o telhado da casa ao fundo da imagem à esquerda, é

²⁸¹ Informação verificada na fala do Sr. Daniel, em Setembro de 2008, e na do Sr. Pedro Alves em Maio de 2009.

²⁸² Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Pedro Francisco Alves em Maio de 2009.

²⁸³ Já sabemos que o nosso entrevistado trabalhou, durante muito tempo, na Usina de Energia. Assim como, nos lembra o entrevistado que, quando da época da instalação do motor na então Vila de Pedro Velho, Município de Aroeiras, ele, juntamente com “uma turma” tendo a frente o mecânico Manoel Pineco, o mesmo que em 1936 havia instalado o motor na Vila de Aroeiras, fizeram o serviço de instalação do motor em Pedro Velho, isso por volta de 1958. Entrevista concedida ao autor pelo Senhor José Guedes de Oliveira (Deca) 04 de Maio de 2009.

indício que se tratava de um local cercado de residências. Talvez por isso, se tenha recorrido ao trabalho braçal e não a outro método que viesse expor essas residências.

Além disso, é provável que essa fotografia tenha sido “clorada” ainda na gestão anterior a de Sebastião. Isso porque, talvez não por acaso, o projeto de Lei fale em construção de “muro decorativo para encobrir” a pedreira. Nisso, a ideia de encobrir chega a ser indiciária. Pois, é provável que a “pedreira” tenha se mostrado “teimosa” aos trabalhos de tentativa da sua remoção. Daí, dada a impossibilidade de aplanamento com a remoção de todas as pedras, a solução encontrada tenha sido “o seu encobrimento”. Neste caso, a construção do muro, mais que decorar, tenha sido efetivamente “ocultar”, encobrir, “silenciar” a pedreira, símbolo do enfeamento da cidade, denunciante de seus aspectos de ruralidade. O fato é que, esse encobrimento, se dava em conjunto com outras obras dirigidas ao plano de embelezamento do centro da cidade.

Dentre elas, a própria continuação do calçamento da Rua do Comércio, ou Rua grande como também era conhecida. Sobre isso, as pedras, conforme vimos, tomava conta de parte dessa rua daí ser tida como “indispensável” a sua retirada para que o meio-fio, a terraplenagem e o calçamento pudessem dar prosseguimento. Neste caso, o muro, além de conjugar a ideia de embelezamento, de alinhamento e entretenimento, embalada pelo sonho e desejo do progresso, da realização do futuro, do porvir, estabeleceria também ligações com o objetivo de abertura do centro da cidade, na medida em que por ali “só passava um carro apertado... ai ele aproveitou fez o muro, planeou em cima e fez a praça”²⁸⁴, tornando assim um importante conector no projeto de remoção da pedreira. Salvaguardando as devidas proporções, tudo indica que se criou, além das já apresentadas, uma justificativa de retirada em que a circulação de autos pela cidade já era uma realidade incompatível com as pedras tomando conta da rua.

De um modo ou de outro, a praça ganha forma construída a moderna atendendo também a esses fins. A imagem abaixo nos dá conta desses aspectos. Vejamos...

²⁸⁴ Informações retiradas da entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.



Fotografia n° 9 – Centro da Cidade década de 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

A fotografia número nove é da década de 1960. Não podemos precisar de quando exatamente, mas, sobretudo, queremos acreditar que se trate de momentos após a sua primeira metade, haja vista que os serviços de energia elétrica de “Paulo Afonso” já se faziam presentes nas ruas da cidade. Em substituição a antiga energia fornecida a motor, em 1963 chega a cidade a energia proveniente da hidroeletricidade, a conhecida energia de “Paulo Afonso”. Sobre ela, abriremos um parágrafo abaixo. Agora, nosso foco é outro, posto que a fotografia nos dá sinais da obra que encobriu a pedreira, bem como outros melhoramentos no centro da cidade. No caso da praça, é mais um sonho e um desejo que ganhou forma “concreta”.

Na imagem, efetivamente vê-se a antiga pedreira “encoberta” pelo muro que serviria de decoração ao centro da cidade dando lugar a praça central, símbolo de elegância, quiçá compatível com o status urbano que a cidade deveria assumir no imaginário de sua elite. Acima, encontrava-se o pavilhão de recreio. Uma espécie de dance que a imagem não capta, mas que ficava logo acima das proximidades do palanque, a saber, da laje sustentada pelas pilastras no meio do “muro”. Um novo local de *dancing, encontros e sociailidades*. Sobre o palanque, tratava-se de um elemento construído em concreto armado, talvez, na pretensão de servir como atrativo a conversas, se “apreciando” a rua central numa vista parcial de cima, ou mesmo na pretensa de se aproveitar melhor o lugar.

Na imagem, contudo, as pedras ainda se mostravam resistentes. É o que mostra a saliência tomando lugar pelo espaço da rua. Ali, a calçada "subiu", saindo do nível do alinhamento urbano, sinal de que não conseguiram tirar todas as imperfeições do terreno naquela altura. Ao longo da Rua, vê-se a continuidade do calçamento até as proximidades da Rua do Alto que ainda aparecia "desfigurada", sem calçamento e terraplenagem de suas irregularidades topográficas.

Por outro lado, se a circulação de carros não era em um ritmo intenso, é de se acreditar que naquele tempo "veículos motorizados" não apenas visitavam "a nova cidade", mas se faziam presentes. Como era o caso do "Jipe" da prefeitura bem como alguns caminhões e caminhonetas destinadas ao transporte de mercadorias, além de um ou outro automóvel particular. A presença desses veículos motorizados na imagem, certamente de posse de comerciantes locais, ou mesmo de membros de sua elite, bem como de seus administradores, demonstram que a justificativa quanto a circulação desses maquinismos modernos pela Rua central, poderia ganhar sentido de modo que as pedras que tomavam conta da rua deveriam ser retidas. Essa justificativa talvez tenha sido recorrente pelas ruas da cidade naquele tempo.

Sobre o "Jipe", usado por Souto Maior à época, é provável que tenha viajado por "todo" o município para (re)conhecê-lo e estar próximo de seus munícipes, mesmo aqueles que residiam nas localidades circunvizinhas. Ou ainda, para se deslocar de sua fazenda no sítio Bernardo até a cidade, ou no sentido contrário²⁸⁵. Ao fundo da imagem, vê-se um "jipe" estacionado no "alinhamento" urbano. Perguntemos: seria o mesmo a serviço da Prefeitura que outrora foi utilizado por Sebastião em suas viagens por dentro e fora do município? Não podemos afirmar. Por outro lado, não podemos negar que é um elemento que compõe, naquele momento, aquela paisagem no instante que foi captada pelo fotógrafo.

A esquerda da imagem, alguns moradores locais se amontoam na calçada. Talvez curiosos por escutar alguma notícia, mesmo que local, veiculada pelo aparelho de rádio-transmissão da Prefeitura. Aqui temos a localização de sua instalação, a altura da praça central. Acima da casa à esquerda, o aparelho de auto-falante fazia ouvir a distância. Certamente um equipamento que, para além dos interesses pessoais, de uso da prefeitura, fazia agradar aquela rua central e muitos que por ela passavam. Exceto, se a notícia viesse a ferir algum daqueles antigos moradores.

²⁸⁵ A referência ao "Jipe" de posse da prefeitura aparece em algumas atas e projetos de lei que requerem, ora auxílio da pagamento de "motorista", ora para auxílio para sua manutenção. Ainda sobre ele, e as viagens de Sebastião há indícios, solicitações, requerimentos, de abertura de crédito "para custear as viagens do Sr. Prefeito para dentro e fora do município".

Pois, há indícios de que o referido aparelho funcionava, ainda na década de 1950, como um importante instrumento de uso da administração pública, sobretudo, do poder executivo local principalmente divulgando os feitos do prefeito. A despeito disso, em 25 de Junho de 1957 o vereador Manuel Siqueira Luna solicita a palavra no expediente do dia daquela sessão e externa que teria ficado até “magoado com o anúncio que o Sr. Prefeito mandou passar em microfone dessa cidade; que o Sr. Prefeito não podia interpretar mal dos vereadores do PSD” já que “todos os projetos mencionados foram aprovados²⁸⁶”. Certamente tratava-se de uma cobrança em termos de atraso na entrega dos projetos para sansão, ou mesmo de discussões em contrário apresentadas por esse ou aquele vereador da oposição. Neste caso, pode-se dizer com alguma segurança que o aparelho de rádio transmissão e fonia da cidade funcionasse como palco para legítimas encenações, clamores cívicos e/ou mesmo divulgação de ideais político partidários. Um importante mecanismo de propaganda a serviço do prefeito e de sua bancada. Para além disso, é provável que também animasse as proximidades da praça em dias de passeio por aquele lugar.

Á direita da imagem, “os bancos” ganham contornos em “cimento armado”. Iluminada, “limpa”, asseada, torna-se um lugar atraente. Certamente um local de encontro, de passeio, de namoro, enfim, de sociabilidades. Alguns desses "encontros" entre os casais, foram captadas por outra imagem. Vejamos...

²⁸⁶ Conferir Ata da Sessão Ordinária em 25 de Junho de 1957, p. 60, o pronunciamento do vereador Manuel Siqueira Luna e o requerimento de “protesto” apresentado pelo vereador Silvino Fernandes de Moura contra as atitudes do prefeito. Ao que tudo indica, em sessão anterior teria visitado a Casa como de costume, certamente para acompanhar o andamento dos trabalhos e dos tramites de projetos de seu interesse. Acontece que nessa sessão, pro algum motivo, Sebastião se mostrou exaltado com “palavras furiosas, faltou com o respeito” aos vereadores da Casa. Certamente esse episódio foi levado ao conhecimento do público por meio dos serviços de rádio-fonia expondo a versão do prefeito. Ver ainda justificativa de Pedro Paulo, líder da bancada de situação, para explicar os atos de pronunciamento do prefeito. Nessa sessão, surge a presença de um antigo conhecido nosso, a saber, o Sr. Severino Santos que na assistência, tenta tomar parte dos trabalhos da Casa, sendo interrompido por membros da situação usando dos arts. do regimento interno. O episódio rendeu algumas páginas das sessões posteriores fazendo com que membros do PSD repudiassem as atitudes do prefeito enquanto os partidários da UDN reprimiam as ações de Severino Santos. O resultado desse embate político foi a retirada – demissão – da secretaria da Casa de suas funções de redigir o andamento das sessões em Ata, Sra. Maria do Carmo Carvalho a pedido de membros do Legislativo sob a acusação de que ela havia ocultado na Ata fatos ocorridos nessa Sessão em detrimento do realce dado a outros, como por exemplo, a justificativa, tida como “ridícula” de Pedro Paulo de Andrade. Na ocasião, foi solicitado a alteração da Ata para constar as versões de ambas as partes. A letra das páginas seguintes do livro de registros do legislativo (ATA) mudam de formato. Veja Ata da Sessão ordinária de 27 de junho de 1957.



Fotografia nº 10 - Década de 1960. Casal em frente a “muro decorativo que ocultou a pedreira”, dando lugar a Praça Central. Acervo – Biblioteca Pública Municipal.

Na fotografia número dez, cedida pelo Sr. Gilberto Bezerra de Souza ao arquivo da biblioteca pública municipal, sendo ele um de nossos guias pelo passado aroeirense, temos um dos “usos” feito a esse “novo” local. Como dissemos, um local de encontro, visto como atraente e agradável aos olhos de muitos. Na imagem, alguns moradores locais posam, provavelmente em um momento de encontro e sociabilidade. A respeito dos demais personagens, é de imaginar que se trate de pessoas ligadas a família da moça, ou mesmo do rapaz, a “fazer” companhia naquele momento de intimidade. Uma foto composturada, digna de guardar em um álbum de família para, “saudosamente”, lembrar de muitas práticas e hábitos de outrora. Esse tipo de fotografia atende a “possibilidade de conservação e a permanência de uma continuidade visual do passado familiar”. Funcionam como registros que tendem a resistir “a aceleração do tempo”²⁸⁷.

Para além dos usos que foram impressos sobre e na Praça, não há dúvidas de que temos nela a configuração de um empreendimento construído com as pretensões de aformosear o centro da cidade. De modo que, para alguns moradores locais, efetivamente aquela paisagem mudou. Para um de nossos guias pelas ruas dessa cidade, num lapso de tempo em que saíra para visitar sua terra natal no sertão da Paraíba, mais precisamente na cidade de Souza, relembra que “quando eu voltei ai já tava uma pracinha sabe quando eu sai

²⁸⁷ Embora não usemos com frequência esse tipo de fonte em nosso trabalho, a saber, as imagens dos álbuns de família, a fotografia número dez é um bom exemplo de um tipo de “imagem que remete ao léxico familiar” cercada de intimidade, como nos mostrou Shapochnik (1998, p. 456).

daqui... era muita pedra ali... quando eu voltei já... tava a Praça feita²⁸⁸”. Certamente uma “nova” paisagem impactante aos olhos do antigo morador, talvez, suscitando certas evocações lembranças daquele tempo em que as pessoas batiam com o “pau” nos fios da luz, ou ainda, que ali as pedras serviam de palanque para assistir as corridas de vaquejada. De um modo ou de outro, parece que nosso narrador havia sensivelmente percebido que algo havia mudado ali. E se não fazia de Aroeiras uma cidade moderna por excelência, suscitou certa sensibilidade, ao que se diz, impressões de se poder estar em sintonia com o mundo moderno, com certos aspectos da vida urbana e civilizada.

Para o senhor Gilberto, a Praça constituiu-se como “obra histórica da gestão de Sebastião Souto Maior que demoliu a pedreira naquele tempo atrasado”²⁸⁹. Mais do que isso, aqui é possível pensar a praça em termos de “identidade” que “se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar”. No caso da praça, não podemos afirmar que tenha sido feita para lembrar, mas, para muitos dos moradores que viveram esse período tal empreendimento suscita certas lembranças guardadas nos labirintos da memória. Em termos de criação de identidade com o espaço “tais marcos, como se pode bem apreciar, têm seu *locus* preferencial de referência nos centros urbanos, núcleo onde tudo começou”. Posto que “a construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural²⁹⁰”.

Mas, a praça parecia não agradar a todos. Sobre isso D. Maria lembra, em um dado presente, que quando suas filhas queriam ir pra Praça à tardinha, onde existiam muitos casais de namorados, ela dizia, “pra ali num vai não, que ali vão muitos rapazes namorar e eu num quero não”²⁹¹. Certamente, outros códigos sociais estão presentes na fala de nossa narradora que nos permite situá-la em um tempo presente que se faz rememorar sobre um dado passado. Aqui, talvez seja necessário, como fez Gaeta (1995, p. 158) cotejar “este tempo de ‘de moço’ do ‘cabelo preto’, com o tempo presente, ‘o tempo das rugas e das dores de pernas’, entre indivíduos hoje pertencentes a diferentes categorias sociais”, para se conhecer determinadas representações inscritas sobre o passado. Contudo, a sua fala é indicativa sobre certa recepção que foi, ao seu modo, feita sobre esse empreendimento. Igualmente, nas lembranças do Sr. Daniel, também visitado por nós em um dado presente, relembra que “quase todo mundo ia

²⁸⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Senhor José Guedes de Oliveira (Deca) 04 de Maio de 2009.

²⁸⁹ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

²⁹⁰ Conferir Pesavento (2007b).

²⁹¹ Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

pra praça”²⁹², deixando transparecer no “quase” que nem todos “usaram”, ou “consumiram” desse empreendimento pintado a moderna (praça), o significaram da mesma forma, ou da forma que os seus idealizadores queriam que fosse.

Nessas lembranças a cidade do desejo, sonhada e/ou temida, também é percebida. Ou seja, nos é apresentada como desejada e/ou temida, querida e/ou rejeitada. Ela apresenta-se com uma dupla face, pintada diferentemente por aqueles que a viveram e que, em um outro tempo se fazem lembrar de sua experiência vivida. É provável que falemos em uma cidade, ou em cidades da memória que nos é apresenta por meio das lembranças. E, sobre elas, Gaeta (1995, p. 157/8) “as cidades da memória; as cidades ocultas; as cidades e os mortos, as cidades e os símbolos, entre outras, exprimem as tensões entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas”.

2.5. A saúde e o corpo como mote: os sonhos e desejos sobre os cuidados médico-hospitalares.

Enfim, sobre as demais obras que compunham “o plano de embelezamento da cidade” outros projetos dão conta de sua atividade. É o caso do projeto de Lei nº 2/57 apresentado naquela mesma tarde, dois de Março de 1957. Esse projeto aprovado pelo legislativo, dizia que:

Fica o poder executivo autorizado a abrir um crédito especial no total de Cr\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil cruzeiros) sendo Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) para pagar a um médico que visitará nossa cidade dois dias por semana e atender a certos chamados urgentes; [...] Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para remodelar o mercado público desta cidade...

Nesse projeto, há uma preocupação com a saúde pública dos munícipes. Os certos chamados urgentes, ao que acreditamos se tratar de casos mais graves de doença, receberiam, a partir daquele projeto, o acompanhamento de um saber especializado, autorizado a cuidar da saúde. Talvez, resulte daí a necessidade de trazer o saber médico para visitar a cidade, mesmo que apenas duas vezes por semana. No imaginário daquela elite administrativa essa era uma necessidade inadiável, substituível de antigas práticas e hábitos de cura. Não sabemos ao certo se o médico requisitado chegou a visitar as ruas da cidade com *pacientes*, contudo, importa-

²⁹² Entrevista concedida ao autor pelo senhor Daniel Bento Simplício no dia 25 de Agosto de 2008.

nos saber que essa era uma inquietação presente naquele contexto de remodelação e construção da “nova cidade” desejada por sua elite administrativa. Trata-se de mais um desejo que atesta certa dimensão simbólica quanto a ideia de se construir a Aroeiras sonhada.

Além dessa inquietação, a “remodelação” e não mais a substituição do mercado surge como uma pretensão. Essa pretensão, diferentemente do projeto que anteriormente requeria liberação de crédito para construção de um novo Mercado Público, talvez tenha saído do papel e que, com a construção da praça, é bem provável que o Mercado Central tivesse recebido algum tipo de melhoramento. Contudo, estamos convictos de que a liberação da primeira parte do crédito do projeto 2/57 trazia consigo certa preocupação higienista de cuidados com o “corpo”, a “saúde”, além de combate a certas práticas e hábitos. Ele talvez tenha tornado possível a criação do projeto 8/57 aprovado pela Câmara em dez de Junho de 1957 e que abria um crédito especial ao executivo no valor de “Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para adquirir o material necessário para a instalação do ambulatório Médico desta cidade”. A partir daqui, não temos dúvidas, tratava-se de um desejo, realizado ou não, de “instalar” um saber médico, dotado de toda aparelhagem necessária para a sua atuação.

Isso porque, partimos da hipótese de que nas cidades brasileiras e pelo mundo afora em contato com certas transformações urbanas de aspirações modernas, “as questões de saneamento urbano e social e de embelezamento das ruas, praças e avenidas centrais estavam intimamente ligadas²⁹³”, sendo incorporadas, a seu modo, obedecendo particularidades locais, por sanitaristas, médicos, urbanistas e ainda administradores. No caso de Aroeiras, essas questões pareciam chamar a atenção de seus administradores.

Já o projeto nº 3/57, apresentado naquela mesma tarde, traz outros aspectos dessa preocupação igualmente dignos de nota. Aquele projeto tratava da revogação do crédito especial no valor de “Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)” outrora destinado a construção do Mercado Público. Essa revogação, diante do saldo de “247.744,00 (duzentos e quarenta e sete mil setecentos e quarta e quatro cruzeiros)” resolvia:

[...] designar do saldo a importância de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) parte dos tijolos e cimento para construção de um prédio que servirá de Posto Médico pequeno Hospital, o restante do saldo 147.744,00 (cento e quarenta e sete mil setecentos e quarta e quatro cruzeiros) e a possível sobra de tijolos, deve ser destinada a construção de um prédio Recreativo que deve receber o nome de ‘Recreativo Educacional de Aroieirense’... abrir um crédito especial... para a ajuda do pagamento do novo Prédio onde funciona o IBGE...

²⁹³ Veja Sousa, 2003, p. 65.

Nesse projeto, a preocupação com saúde pública ganha outra forma. A construção do primeiro hospital da cidade, mesmo tido como primeiro posto hospitalar, pequeno em sua materialidade em comparação a outros instalados em cidades próximas, trazia consigo esse claro desejo. Talvez, para abrigar o saber médico outrora requerido. Um empreendimento que, pode-se afirmar, era tido como necessário em caso de atendimento a certas urgências a qual se destinava o médico. Enfim, para além desse, outra construção merece destaque nesse projeto. Trata-se do prédio do Clube Recreativo, mais um lugar de encontro, de sociabilidades e de recreio. Porém, bem diferente do espaço a ser construído na praça, sobretudo, por se tratar de um espaço destinado a elite local. A praça, ao que os indícios nos mostram, era um local de encontro não apenas da elite, mas também dos populares a procura de diversão e lazer.

No caso do Clube que receberia o nome de “Clube recreativo Educacional Aroeirense” os sinais de seu aparecimento enquanto aspiração da elite letrada aroeirense se deu em momento anterior a aprovação desse projeto. Ele foi apresentado ainda em 1956 pelo então vereador Manuel Siqueira Luna naquela mesma sessão de 22 de dezembro que “marcava” o seu retorno ao legislativo. Naquela ocasião foi apresentado na condição de se abrir “um crédito para ajudar na construção de um Clube recreativo para a sociedade aroeirense”. Sinais de que era uma antiga aspiração da “sociedade aroeirense”, sobretudo de sua elite. Aqui devemos lembrar que, conforme nos assegura Andrade (1981, p. 41) o Clube foi criado em “trinta e um de outubro de 1950, com o nome de Centro Recreativo Aroeirense”, tendo como um dos idealizadores o Sr. Manoel Siqueira Luna e outros. Logo, o referido projeto apresentado em 1957, talvez apresentasse a intenção de se criar uma nova sede.

Por fim, o “pagamento do novo prédio” onde estava funcionando a agência do IBGE merece algumas palavras. Primeiramente por se tratar de uma referência a um saber técnico que havia se instalado na cidade. Logo vem a pergunta: por que? A pretexto de hipótese, é provável que essa agência tenha sido responsável pela coleta dos dados incorporados a Enciclopédia dos Municípios produzida naquele contexto. Ou ainda, a presença desse saber técnico, possa indicar uma preocupação com o “mapeamento” geográfico, na verificação dos limites municipais e intermunicipais, ou ainda populacionais, na constatação do número de habitantes do Município. Sobre isso, é bem provável que se tratasse de um trabalho de “escrita/mapeamento da cidade”. Nessa passagem é possível falarmos em um esforço *técnico*, levado a cabo pelo saber estatístico, topográfico/geográfico e também o “histórico” na tentativa de atribuir-lhe um “lugar” no tempo. Tendo a noção de lugar aqui tomada de empréstimo de Certeau (1994).

2.6. Sonhos, desejos e Água: “o precioso líquido” invade a Rua Central.

Se se desejar conhecer um pouco mais dessa cidade que ganha forma, bem mais no imaginário local, do que em seu desenho concreto, outros projetos merecem nota. É o caso do projeto de Lei número dez de 1957, também aprovado pela Câmara naqueles idos de junho. Nele, o executivo ficaria autorizado a abrir um Crédito Especial de “Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para a construção de um reservatório de alvenaria e cimento para água”. Em sua justificativa verbal, transcrita na forma de artigo segundo, diz que “destinar-se-á o referido tanque para o depósito de águas transportadas das regiões distantes, para suprir as necessidades da população quando desaparecer o precioso líquido que abastece nossa cidade²⁹⁴”. Certamente uma reivindicação que merecia justificativa quanto a sua necessidade.

Aqui não se fala em um desejo de dotar a cidade de um empreendimento moderno: sistema de abastecimento d’água, sobretudo, em sintonia com a ideia de “saneamento” tal como ocorrerá em outras cidades no Brasil e mundo afora. Não se tem os modernos sistemas de abastecimento e distribuição d’água, sobretudo com a presença do item “água tratada”, cara as preocupação sanitárias que deram forma ao empreendimento sistema de abastecimento d’água como um item moderno necessário em muitas cidades do Brasil e do mundo. Porém, o princípio do desejo pode encontrar conectores, sobretudo, em se tratando de um desejo levado a cabo pela administração pública: resolver os problemas de armazenamento e distribuição de água dos moradores locais. Contudo, trata-se de um desejo de se criar um reservatório de água com capacidade de armazenamento mais durável, ou seja, um empreendimento destinado a “estocagem de água²⁹⁵”. Neste caso, as paredes de alvenaria e cimento, além de “segurarem” a água por mais tempo, dariam forma a cisterna construída no Mercado Público.

A água que enchia o reservatório era captada pelas “biqueiras” do “alto” telhado do mercado em épocas de chuva, sendo estocada até ficar escassa as águas dos demais reservatórios. Em dias de seca prolongada, é provável que “carros pipas” se encarregassem de abastecer o reservatório trazendo água de outras localidades. Aquela altura, parece que nossos legisladores pareciam ter percebido que, na ausência de um tipo de sistema de abastecimento mais eficaz e confortável, ou mais moderno, a falta de reservatórios d’água ainda era um problema para os moradores da cidade, não apenas os populares, mas também a

²⁹⁴ (Ata da Sessão Ordinária de de 10 de Junho de 1957, p. 56.)

²⁹⁵ Daniel Roche (2000, p. 191) nos chama atenção para criação de cisternas em determinadas regiões da França como uma forma de “recuperar a água das chuvas”, sobretudo, visando a estocagem das águas.

sua elite local. E é bem verdade que, sem água nas proximidades, é provável que muitos moradores sofressem com a falta do “precioso líquido”.

Isso porque, naquele tempo, o reservatório de água mais próximo era o açude João Pessoa construído na década de 1930, a uma distância de 2 a 3 km aproximadamente da sede do Município, conforme nos lembra Andrade (1991). Esse manancial, construído em 1931, foi anunciado com “mérito e que grandes benefícios vem trazer á população”. Efetivamente, em um tempo de seca constante, a obra é envernizada como “uma iniciativa do saudoso Dr. João Pessoa” que viria “contentar bastante a população a merecer esse grande melhoramento”. Sob a responsabilidade do “competente construtor Ivo Souto Maior” o reservatório tinha um “bardo de 133 metros de comprimento, 10m, 50 de altura, firmado na base de 36 metros de largura por quatro metros de altura²⁹⁶”. Era o Açude João Pessoa, nomeado em homenagem ao ex-presidente que havia dado início as obras ainda em 1930. Certamente, um empreendimento capaz de amenizar a falta d’água da pequena Vila. Talvez por isso, certo aroeirense tenha congratulado nas páginas da União tamanho melhoramento, mesmo se levando em consideração a distância que se percorria até o açude para trazer a água para o consumo na Vila.

Além desse, o Açude “Jucazinho”, construído por Sebastião Souto Maior ainda na década de 1950, talvez também visasse atender a essa necessidade, a saber, a de acabar com o problema d’água em Aroeiras. Mas esse reservatório também foi construído a considerável distancia da sede do município o que aparentemente dificultava o abastecimento da cidade. Ambos os reservatórios pareciam não ter resolvido o problema d’água da localidade.

Assim, o armazenamento do “precioso líquido” tornava-se uma urgência, extensiva ao futuro, quando os reservatórios comunais baixassem, ou mesmo acabassem suas águas, certamente em períodos de secas prolongadas. Além disso, as distancias percorridas para se obter água dos demais reservatórios, açudes e barragens de pequeno porte, parecia ter se tornado um obstáculo ao armazenamento mais duradouro da água. Por outro lado, a cisterna poderia ter simbolizado a possibilidade de se ter água de melhor qualidade, dado a forma com que seria armazenada, em reservatório de alvenaria fechado.

O sonho ganha forma, e o Mercado Público passou a abrigar esse reservatório (cisterna) no centro da cidade. Mais acessível e com sinais de “conforto” dado a distribuição da água ser feita por um sistema de *canos*, uma tubulação que saia da cisterna em direção a parte externa, na fachada do Mercado. Lá, as torneiras se encarregavam de encher os

²⁹⁶ Veja-se A União, Jornal, João Pessoa, Domingo, 11 de Janeiro de 1931.

recipientes de posse dos moradores. Latas, baldes, “ancoretas”, enfileiravam-se ao longo da rua central. Certamente, estamos falando de uma “nova” relação, a nível local, entre a forma de armazenar a água e sua distribuição no âmbito público. Pois, esse tipo de reservatório já era bem conhecido dos membros de sua elite local no âmbito privado, sobretudo aos que tinham condições de bancar a feitura de uma cisterna particular, conforme veremos. Porém, queremos acreditar que no âmbito público, tratava-se de um elemento novo, sobretudo, em relação às idas e vindas dos recipientes no lombo dos animais percorrendo longas distâncias para pegar água nos demais reservatórios existentes, a exemplo do açude João Pessoa. Além disso, insistimos, a forma de distribuição era um tanto quanto inovadora. Embora, sabemos, não há aqui nenhum traço de abastecimento moderno, na ausência e disponibilidade de água tratada, potável ou ainda instalada para o interior das residências.

Esse empreendimento, decantada a sua utilidade, parece ter chamado atenção daqueles administradores, ou mesmo de algum membro da elite letrada na época, que se encarregou de registrar essa “nova” relação. A imagem abaixo nos fornece pistas sobre isso. Analisemos a imagem...



Fotografia n° 11 – Fila para obtenção de água na Rua central. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

A imagem acima é provavelmente da década de 1960. Nela vê-se o aglomerado de pessoas formando uma espécie de fila para obtenção de água. Certamente se trata de uma imagem recorrente quando da distribuição pública do precioso líquido. O espaço retratado é o da Rua Grande, já calçada, a altura da Praça Central. A imagem foi captada de cima da Praça de onde é possível avistar algumas das residências situadas na parte de cima, bem como parte

do “Pavilhão de Recreio” a esquerda da imagem. Contudo, o foco maior da imagem são os “populares em fila” em direção ao provável reservatório de água colocado em cima do passeio público da Praça. Provavelmente de forma provisória para atender a certa urgência. Na altura da calçada a água desce rua abaixo, certamente um desperdício em dias como aquele. Essa imagem parece ter sido tirada com o objetivo de retratar a dificuldade de se obter água em Aroeiras nesse tempo. E sobre isso, alguns populares parecem perceber que deveriam fazer parte daquele cena se deixando fotografar.

O fato é que a cisterna construída no mercado também não resolveu todos os problemas dos moradores locais em relação a falta d’água na cidade, sobretudo, água tratada, tida como mandamento número um das políticas higienistas quando o assunto era abastecimento d’água. Ainda porque, mesmo após a sua construção, filas como essa eram “organizadas” em sentido contrário na direção do mercado público. Por outro lado, mesmo não tendo como precisar a capacidade desse reservatório à época, é provável que atendesse a uma boa quantidade de pessoas. Sendo comum em dias de distribuição de água, seja no mercado, ou seja em reservatórios colocado improvisadamente em locais estratégicos, as pessoas irem e virem pela Rua Central equilibrando suas latas na cabeça, dividindo o peso nos ombros, ou mesmo no lombo dos animais, como é o caso do animal que segue carregado no passeio público do lado direito da imagem. O passeio das águas fazia contornos por essa rua.

Por fim, na impossibilidade desse reservatório atender a todos de forma satisfatória, é provável que tenham surgido novas figuras, emblemáticas, na missão de abastecer os moradores locais, sobretudo aqueles que pudessem comprar. Neste caso, é provável que os antigos carregadores de água tenham se encarregado de modificar seus métodos, de modo a “ganhar mais” em menos tempo e carregando um volume maior de água para atender a uma clientela que, provavelmente em dias de seca prolongada, aumentava consideravelmente. É o caso dos “carros de mão”, verdadeiros “transportes” que “invadem” as ruas da cidade destinados ao abastecimento d’água. Esses transportes eram movidos por um sistema motriz tracionado que envolvia força animal controlada por um “guia” e o uso de “rolamentos” e correntes para auxiliar no movimento das rodas. A “frota” do Sr. Severino Pereira Leite, conhecido como Zé da Gaita, é um bom exemplo desse tipo de transporte. A despeito disso, uma imagem nos informa. Leiamos...



Fotografia nº 12 – Zé da gaita e seus transportes de água. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Na imagem, o Sr. Severino Pereira, à frente, segura com firmeza a “volante” de seu carro e exhibe seus dois “transportes” de água. Zé da Gaita, nome que ficou conhecido por soprar uma gaita quando passava pelas ruas da cidade vendendo água, provavelmente trouxe para as ruas de Aroeiras esses transportes, destinados ao abastecimento d’água. Provavelmente naquele tempo, o primeiro “carro” parecia não mais atender as necessidades de sua freguesia, fazendo com que Severino se encarregasse de aumentar a sua frota, adquirindo mais um transporte, menor do que o primeiro. Não sabemos ao certo se foi ele quem construiu o admirável transporte, trazendo a idéia de outras localidades, ou se o mesmo foi literalmente trazido de outra localidade, a exemplo de Campina Grande com quem Aroeiras mantinha fortes relações comerciais, ou mesmo de outras localidades. De um modo ou de outro, temos um indício de atividade que, se não era tão lucrativa em termos mais concretos, provavelmente fazia com que o Sr. Zé se virasse, sobrevivesse desse “trabalho”, ficando igualmente conhecido por ele.

O certo é que, guiado por uma direção de “automóvel” que se conectava as rodas dianteiras por duas “correntes” facilitando a sua condução pelas ruas da cidade, os pequenos transportes comportavam uma carga de três ou dois tambores com uma boa quantidade de água. Presos na “carroceria”, cuidadosamente desenhada, os tambores eram puxados por um “jerico” preso por uma corda que saía de sua base central, formando uma espécie de chassi. O guia, Sr. Zé e um provável ajudante, se encarregavam de guiar o carro e também o animal. No segundo carro, esse sistema de tração pode ser visto.

Os carros contavam ainda com um sistema de “freios” nas rodas traseiras para auxiliar na parada. Note-se na altura da roda traseira de ambos os transportes a presença de um

artefato, provavelmente de madeira e segurado por uma trava que vai de um lado ao outro das rodas. É um sinal da presença do sistema de freios. Esse sistema composto com algum tipo de material emborrachado, provavelmente pedaços de pneus usados que, em contato com o revestimento de borracha das rodas de madeira, gerava um certo atrito, precioso na diminuição da velocidade. É provável que tal sistema fosse acionado por um pedal que ficava na altura da plataforma traseira, próximo ao volante e usado pelo guia quando o transporte embalava. Essa plataforma pode ser vista na imagem.

Na imagem, dada a presença de dois “carros”, Zé trazia consigo cinco tambores, que frequentemente eram enchidos, o que certamente lhe rendia um bom troco ao final do dia. Trazida de regiões próximas, a água era vendida e distribuída por um sistema de mangueiras que saíam dos tambores para encher os recipientes particulares. Essa mangueira pode ser vista entre os tambores do primeiro transporte. Na imagem, observa-se a presença de dois recipientes menores, um em cada carro, que certamente serviam para auxiliar no enchimento dos tambores nos açudes e/ou poços nas redondezas. É de se pensar que inúmeras cargas d’água foram encomendados a Zé sendo esperada com ansiedade o sopro de sua gaita se aproximando das residências. Essa imagem é indicativa a uma cartografia de trabalho inscrita pelas ruas da cidade naquela época. Neste caso, a água era a mercadoria preciosa. E, assim, Zé da Gaita vendia suas águas, soprando a gaita pelas ruas, dando o sinal que se aproximava.

2.7. “A iluminação pública de Paulo Afonso”: os desejos de equipar a cidade com um novo sistema de luz elétrica.

Por esse tempo, pode-se se dizer que as obras que ganhavam espaço pelas ruas da cidade também eram requeridas em outras localidades e distritos de Aroeiras. Sobre isso, uma fala nos soa simbólica para pensarmos a forma como aqueles políticos e administradores da época se preocuparam em colorir suas atuações diante da missão de se construir a cidade.

É o que podemos notar nesse discurso proferido na década de 1960, em inauguração de algumas obras na Vila de Gado Bravo, no alcance dos limites do município, onde o vereador Pedro Paulo de Andrade descreve o contexto das transformações urbanas na pequena cidade, bem como a forma como se mostraram operosos aqueles homens que compunham o poder legislativo e executivo local. Para ele, o acontecimento que os unia naquela ocasião era,

[...] dos mais expressivos na luta que estávamos empenhados pelo desenvolvimento do nosso município. De fato, a inauguração do calçamento desta bela Vila é uma

das mais importantes contribuições para o desenvolvimento desta zona, inicial, de suas aspirações, indispensável ao seu progresso. Consta-nos que é do Programa do Exmo. Senhor Prefeito municipal estender também a rede de luz elétrica da Saelpa até esta Vila; realmente, não se pode falar em desenvolvimento sem energia; uma terra não se pode industrializar, não se pode superar as condições primárias do seu atraso sem que nela disponha de equipamento energético característico da civilização moderna. (...) Quero... congratular-me com o povo deste distrito e com todos os municípios pela inauguração deste melhoramento...²⁹⁷

Esse discurso, proferido naqueles idos de 1960 marca o encontro de novos e antigos membros do executivo e do legislativo local. Acontece que em 1959, assume a prefeitura o Sr. Joaquim Antônio de Andrade, novamente apoiado por Carlos Pessoa Filho. Nesse tempo, a cidade continuou passando por algumas reformas e transformações, extensivas a outras localidades do município como é o caso das inaugurações do calçamento da Rua central do então distrito de Gado Bravo. Na fala de nosso orador, o empreendimento luz elétrica, bem como demais melhorias implantadas no distrito seriam capaz de tirar a localidade de seu atraso econômico e social. Um provável mero jogo de palavras em que, especialmente a luz elétrica, naquele momento, a luz de Paulo Afonso é decantada com um valor redentor. Para além disso, na fala novamente nos é lembrado que o desejo de transformar a cidade começa bem antes, continuado pelo atual prefeito.

Não se pode negar que o princípio é o mesmo que animou os primeiros anos de mandato desses políticos na “nova” Comarca. Por isso, nada de se admirar que o discurso chame a atenção para a “luta” com que aqueles homens estavam empenhados. Nada como tornar pública essas intenções em um distrito com considerável número de habitantes. Trata-se de uma estratégia que tendia a levar para o conhecimento público essa predisposição. Um verdadeiro palco é montado onde o apelo ao progresso e a idéia de civilização moderna envernizam aquelas obras. Um discurso digno de comoção cívica.

Por outro lado, a alusão do nosso orador quanto as futuras pretensões de estender a rede de energia elétrica até o povoado nos é indicativa de que em Aroeiras o “antigo” sistema de iluminação a motor já havia sido substituído. Por essa época, era provável que o motor de luz também não fosse condizente com os pretensos ares modernos com que esses administradores pintavam a cidade²⁹⁸. Os projetos de iluminação das ruas da cidade dão sinais de aparecimento por volta de outubro de 1962. Nesse tempo, as Atas do Legislativo falam

²⁹⁷ Discurso proferido pelo vereador Pedro Paulo de Andrade na ocasião da inauguração do calçamento da vila de Gado Bravo, pertencente ao município de Aroeiras (década de 1960).

²⁹⁸ Alguns projetos e requerimentos trazem consigo a proposta de abrir crédito especial para consertar o motor de energia. É o caso de Lei nº 1/61 do executivo local levado ao conhecimento do legislativo em 23 de janeiro de 1961 abrindo crédito de Cr\$ 20.000,00 para o conserto dos motores de luz de Aroeiras e Pedro Velho.

sobre a contratação de empresa de eletrificação da sede do município. É o caso do projeto de Lei nº 27/62 apresentado pelo executivo a Câmara em 30 de Outubro de 1962. Nele o prefeito pede a autorização para abertura de crédito no valor de “Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) para contratar projeto referente a eletrificação da sede municipal”.

De fato, nesse tempo, por volta de 1963, já no final do primeiro mandato de Joaquim Antônio de Andrade, a energia elétrica da cidade já havia sido inaugurada com direito a desfile e orquestra animando as ruas da cidade. É o que a imagem abaixo nos mostra.



Fotografia nº 13 – inauguração da energia elétrica. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

Na foto vê-se o desfile de autoridades políticas seguida de moradores, na inauguração da Luz Elétrica de “Paulo Afonso”, como ficou conhecida. Na imagem à direita, de terno encontra-se o então prefeito Joaquim Antônio de Andrade, seguido do representante do governador Pedro Gondin e, por último, o então secretário de Agricultura do Estado, o Sr. Carlos Pessoa Filho e sua esposa Terezinha Pessoa de vestido branco à esquerda foto. Eles abrem o cortejo de inauguração seguido de uma orquestra, certamente, animando as ruas da cidade e anunciando que aquele era um dia de festa. A presença do representante do governo estadual é indiciária no sentido de que se tratou de um projeto em que o executivo estadual esteve presente deliberando recursos. É provável que muitos dos projetos aos quais citamos anteriormente tenham tido a participação do estado.

Caminhando pela Rua, em direção ao centro, provavelmente saindo da residência do prefeito mais ao fundo, a comitiva segue para a rua central onde certamente se encarregaram de fazer o cerimonial com os discursos de praxe. Nesse tempo, pode-se se falar em energia pública tendo o projeto de eletrificação colocado postes ao longo das ruas. Na imagem, o céu da pequena Aroeiras acha-se cortado pelos fios da eletricidade, bem diferente das imagens de outrora. Mas será que efetivamente se mudou algo? Ou ainda essa energia foi um “bem” tido para poucos? É provável que essa última questão seja preenchida com uma afirmativa, de modo que essa energia tenha chegado primeiramente nas residências da elite local. Mesmo mais acessível quando puxada de um dos postes para o interior das residências, é provável que ela tenha permanecido inacessível.

Além da energia elétrica, a década de 1960, em sua primeira metade, foi palco para implantação de outras obras e instrumentos modernos que desfilaram nos pontos que conectam o desenrolar dos projetos de transformação urbana. No tocante ao calçamento da Rua do Alto, atual Rua Epitácio Pessoa, na primeira metade da década de 1960, a melhoria parece ter tocado com maior intensidade as sensações dos moradores locais, sobretudo os situados naquela rua, na medida em que esta obra tenha se constituído com maiores contornos de bem e utilidade pública. Ao lembrar sobre a conquista D. Maria, moradora dessa Rua desde criança, quando no nosso tempo se referindo ao passado em que presenciou os serviços do calçamento, ela nos informa que “na frente dessa casa aqui mesmo tinha um rego que dava pra uma pessoa se esconder dentro... se escondia de coca”²⁹⁹. Ela conclui dizendo que,

Tive tanta alegria quando foi pra fazer esse calçamento, foi mesmo que uma festa pro povo. Quando o calçamento ia passar na frente da minha casa (pausa) ai quando era na hora do lanche, adepoi das 3:00h era aquela mesa que agente preparava pros trabalhador do calçamento... Foi uma alegria... Foi bom demais. Aroeiras era muito atrasada... depois que passou a cidade é que veio miorar uma coisinha.

Na evocação de sua lembrança, entre um tempo que foi e não é mais, ou seja, diante da travessia das temporalidades históricas, nossa narradora rememora com saudade e entusiasmo aquilo que foi uma conquista pública. Nesse tempo da sua lembrança a cidade passava a melhorar aos poucos. Em meio as teias de sua lembrança, o melhoramento trazido pelo calçamento, deu forma a Rua Epitácio Pessoa e põe em evidencia a presença de uma cidade que situa-se entre o antes e o depois da aparelhagem urbana e que, por sua vez,

²⁹⁹Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

assumia outra forma quando a visitamos em 2008. Pode-se dizer que imagens de sonho, desejo e de ilusão estão presentes nesse relato.

Por outro lado, aqui também investimos numa hipótese: a que nos leva a pensar que Aroeiras daquele tempo, mesmo levando em consideração seus limites e impasses, era também percebida mediante certas sensações/significações feitas por seus moradores a essa ordem de pequenas/grandes mudanças. Essa hipótese parte da compreensão de que a cidade é “mais como uma espacialidade marcada por uma multiplicidade de sentidos conferidos pelos que a habitam ou visitam³⁰⁰” do que pela materialidade concreta que pode abrigar. Logo, pode-se falar em termos de “cidade sensível” em que pese verificar a forma como os atores sociais perceberam, recepcionaram, significaram o novo, as mudanças que, de um modo ou de outro, impactaram o seu cotidiano. Por isso, estamos convictos de que a seu modo, aqueles que viveram essa cena cotidiana criaram, a partir dos sentidos, da percepção, uma “montagem que lhe é própria” dessa ordem de acontecimentos.

Por fim, leitor atento deve está se contorcendo a perguntar: está se dizendo que a Aroeiras que habitou esse passado transformou-se em uma cidade moderna por excelência? Sabemos que a resposta é não. Ela permaneceu com seus limites e seus impasses. Uma pequena cidade interiorana marcada ainda por hábitos e prática rurais em que seu cotidiano era ainda marcado por escassez. Sobre seus impasse e limitações, a leitura da imagem número nove pode nos ser indiciária. Propositalmente o leitor pode a ela retornar, a fim de completar uma leitura possível da imagem a partir de seus indícios.

Lá, ao fundo da imagem, vê-se um animal, certamente um “jerico” carregado, provavelmente, de água. Ele ganha destaque no centro da rua e também da imagem. E, neste caso, se o fotógrafo teve a pretensão de captar as mudanças pelas quais passou o centro da cidade naqueles idos de 1950, as quais também são notórias, aquele animal pode ter frustrado suas intenções. Isso se levarmos em consideração o plano do desejo que deu forma a praça e as reformas na rua central, a saber, as pretensões de se “decorar” o centro e seu entorno à luz de certos empreendimentos e feições modernas de modo aformoseá-la e apagar seu passado rural.

Seguindo o animal, dois ou três personagens aparecem na cena. Os dois mais atrás, parece apenas passar de um lado ao outro da “pacata” rua. Contudo, o terceiro personagem chama atenção pelo volume na altura de sua cabeça. É provável que se trate de um “molho” de capim oriundo de algum dos cercados localizados aos arredores da Rua da Areia, ou Rua

³⁰⁰ Veja a leitura de Aranha (2008, p. 104/5) sobre as “cidades sensíveis” na ótica de Corbin (1998).

do Aricurú. Neste caso, nada de se admirar que naquela época, Aroeiras ainda continuasse, mesmo na presença de certa materialidade urbana, cercada de práticas e hábitos rurais. Para além do animal ao fundo da imagem, o ângulo direito, nas proximidades com a extensão do passeio público da própria praça, uns *pontos* escuros nos chama atenção, formando uma espécie de trilha. Ao que tudo indica, esterco de outro animal que por ali passou, ou seja, um forte indício de que por ali não transitava apenas automóveis, talvez como desejasse seus administradores quando da época de abertura da rua, mas também os animais, mais comuns e utilizados em trabalhos e atividades cotidianas de muitos moradores.

Enfim, Aroeiras permanecia uma pequena cidade em que traços de urbanidade e as impressões modernas estavam intimamente ligadas. Porém, isso não impediu que seus moradores imprimissem certas sensações diante do contato com esses elementos novos que passaram a compor a paisagem, ou ainda, o seu cotidiano. Aqui nos fica uma impressão: a cidade sonhada e desejada também é uma cidade vivida.

Ainda na década de 1960, na segunda administração do prefeito Joaquim Antônio de Andrade (1969-1973), a cidade recebeu outros melhoramentos urbanos como uma espécie de continuidade aos desejos de se dar forma urbana a cidade. Nesse tempo, o então prefeito se preocupou em registrar suas realizações. Intencionalmente contratou um estúdio fotográfico na cidade de Campina Grande para registrar tais obras. O estúdio Elite Foto se encarregou de fazer o trabalho, cujo resultado foi intitulado: “Documentário fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito Joaquim Antônio de Andrade”. O documentário possui um acervo de 25 fotografias, todas legendadas com as indicações do espaço em que foi produzida e da obra que ali foi implantada.

2.8 - Do documentário fotográfico às imagens da cidade em fins da década de 1960.

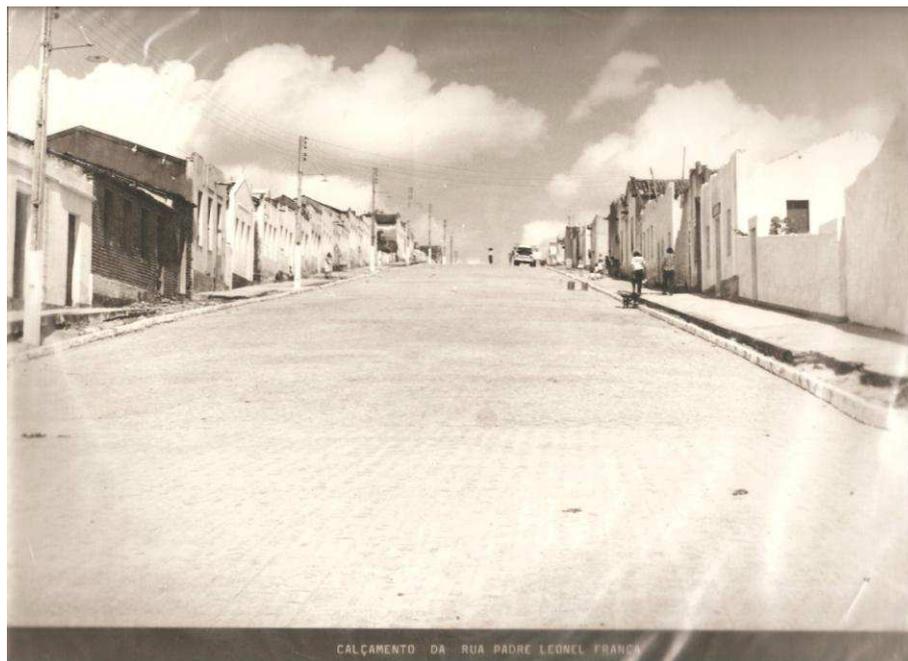
Para guiar nossos passos por esse tópico, temos um importante acervo fotográfico para se fazer um passeio por algumas ruas da cidade por onde essa materialidade urbana passou. Logo, a título de exemplo, selecionamos algumas imagens as quais faremos uma leitura. Obviamente que por esse caminho devemos levar em considerações todas as intenções com as quais o fotógrafo tenha registrado tais imagens, de modo que não pensemos ter nelas uma representação “fiel”, total de como era a cidade nesses idos. Como um documento, devemos criticamente analisá-lo, sem pensar em nele encontrar naturalizações. Porém, para não perdermos a oportunidade, listaremos aqui algumas das fotografias, as quais, legendadas, nos fornecerão uma imagem geral da cidade. Vejamos...



Fotografia nº 14 – Capa do Documentário Fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito Joaquim Antônio de Andrade. 1969-1973. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.

A começar pela capa do documentário. Tecnicamente preparado pelo olhar dos especialistas em fotografia, temos a vista uma imagem memorável e um tanto quanto simbólica. Trata-se da imagem do prefeito engenhosamente trabalhada junto a símbolos caros ao imaginário moderno, imbuído pelos preceitos da modernização. A fábrica, a engrenagem, a bigorna e o martelo põe o prefeito em sintonia com o mundo moderno em sua relação com a modernização. Daqui poderíamos ter uma noção da imagem, pintada por sua elite administrativa, de certo desenvolvimento e progresso na cidade decantado pelos mesmos. Para além disso, nessa capa, a imagem do administrador moderno, operoso, trabalhador, ganha destaque. Nessa imagem, o operoso prefeito posa em tom de seriedade indicando ser um homem de responsabilidade com os negócios públicos. O seu traje enverniza essa pretensão. Certamente uma imagem digna de nota, preparada para guardar para posteridade. Logo, não é falsa a impressão que se trata de um documentário oficial e técnico, um registro memorável cercado de intenções.

A exceção dessa primeira imagem, lançaremos as demais em blocos, envolvendo uma, duas ou três imagens, dependendo da ocasião e das conexões que apresentem, para em seguida fazermos uma breve apresentação do espaço retratado. Ainda para esclarecer ao leitor, sempre que oportuno, lançaremos mão de outras imagens do mesmo espaço e que necessariamente não fazem parte do documentário fotográfico, estando disponíveis em outros arquivos. É o caso das imagens abaixo. Vejamos...



Fotografia n° 15 – Calçamento da Rua Padre Leonel França – década de 1960/1970. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.



Fotografia n° 16 – Rua Padre Leonel França anterior ao calçamento, década de 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.



Fotografia n° 17 – Rua Padre Leonel França anterior ao calçamento, década de 1960 – ângulo oposto. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Ao que se pode notar, as três imagens apresentadas em ordem temporal inversa ao contexto de chegada do calçamento, retratam a Rua Pe. Leonel Franca em perspectivas e tempos diferentes. Nessa Rua, à época, funcionava o Grupo Major José Barbosa no alto da rua e a igreja da Matriz construída na década de 1960. Na primeira imagem, é provável que o fotógrafo tenha se empenhado em captar o ângulo em que o alinhamento urbano se mostrasse mais bem cuidado. Na imagem, não só o calçamento, mas também a luz elétrica eram tidas como obras do prefeito, sendo também essa, talvez a intenção do fotógrafo em registrar os fios que cortam a rua de um lado ao outro em direção as residências.

A disposição das três imagens não nos serve para fazermos um comparativo, posto que não é nossa intenção, mas talvez para discorrermos que embora a paisagem material tenha mudado ao largo da rua, antigas construções ainda se faziam presentes. É o caso da residência situada a esquerda das imagens quinze e dezessete e a direita da imagem dezesseis. Trata-se de uma residência, provavelmente casa de morada, em que as paredes escuras, ainda no tijolo à mostra, parece desfigurar a “brancura” do calçamento e demais cores das residências que a cercam. Aqui é possível dizer que, se a pretensão do fotógrafo era mostrar uma Aroeiras moderna em sintonia com a administração municipal, talvez a presença dessa residência tenha fracassado suas intenções.

Por outro lado, ela é um forte indício de que, se a melhoria chegou, ela pode ter acessado o âmbito público, mas ainda no universo privado aquela casa pode denunciar certas privações. Isso porque, para além da residência em questão, é provável que outras residências

presentes na imagem fossem moradias de gente simples, tudo levando a crer que as privações fossem extensivas aquelas outras residências. Assim, a casa em questão parece destoar do conjunto menos no tocante aos padrões sociais e mais em termos estéticos. De resto, é igualmente notório que se não entrou no âmbito privado, ao menos, no âmbito público as pedras que se mostravam denunciante de certo “atraso” ao alto da imagem número dezesseis deixou existir com a passagem do alinhamento urbano.

Sobre as reformas e melhorias em outras ruas da cidade, as imagens abaixo continuam a nos dar conta...

Vejamos...



Fotografia n° 18 – Calçamento da Rua do Rosário. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.



Fotografia n° 19 – Calçamento da Rua Cônego Antônio Ramalho. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.



Fotografia n° 20 – Calçamento da Rua Néco de Andrade. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.

As imagens dezoito, dezenove e vinte retratam três outras ruas que ficavam no entorno da Rua central. Na imagem dezoito a Rua do Rosário aparece calçada. Certamente trata-se da continuação do calçamento da Rua Pe. Leonel Franca em que, cujo ângulo que essa foi tirada,

ficava a esquerda do fotógrafo. Logo, é provável que apenas tenha reposicionado a máquina para captar a imagem da Rua do Rosário de onde se chegava ao centro. Ao fundo da imagem, a igreja central se mostra de costas. Nas proximidades da igreja, um Jipe está estacionado, certamente o mesmo de uso da prefeitura e naquele dia estava a serviço do fotógrafo para registrar essas obras da cidade e localidades vizinhas.

À esquerda da mesma imagem, a casa de esquina, em dois pavimentos a indicar dois andares, era a residência e cartório de Severino Santos, também já conhecido nosso. O detalhe da construção demonstra um padrão diferente de demais residências locais conforme veremos mais adiante. Contudo, nessa imagem uma ruela se abre entre a residência de Severino e as residências nas proximidades da igreja do outro lado da Rua. Trata-se da Rua Cônego Antônio Ramalho, representada sob dois ângulos nas imagens dezoito e vinte. Essa rua passava por traz do Mercado Público e demais residências do centro da cidade. Na imagem dezoito, nas proximidades do cruzamento da Rua Pedro Américo com a Rua do Rosário acima, o detalhe reside na falta de luz elétrica pública dada a ausência de postes nessa rua. Certamente, esse detalhe fazia dessa Rua ainda um tanto quanto escura à noite.

Na fotografia número vinte, o foco da imagem é o calçamento que se estendia numa Rua paralela à Cônego Antônio Ramalho, era a Rua Néco de Andrade cuja subida chegava no Grupo Major José Barbosa que se mostra ao alto da imagem. Efetivamente uma rua de acesso as mediações do Grupo e da igreja Matriz na Rua do Rosário. Aqui, novamente os traços (des)configurados de algumas residências podem ter ido ao encontro das intenções do operador da máquina cuja localização ficava próximo as residências em cima da praça. Desse ângulo, a Praça ficava localizada nas costas do fotógrafo. Sobre essa Rua, a saber, da Rua Cônego Antônio Ramalho, por traz do Mercado, à época também recebeu um empreendimento sanitário, destinado ao uso público. Trata-se dos banheiros públicos construídos nessa Rua, no espaço do Mercado.

Essa obra também foi registrada pelo olhar técnico do fotógrafo. Vejamos...



Fotografia n° 21 – Sanitário Público do Mercado Central. Acervo pessoal Jordan Q. Gomes.

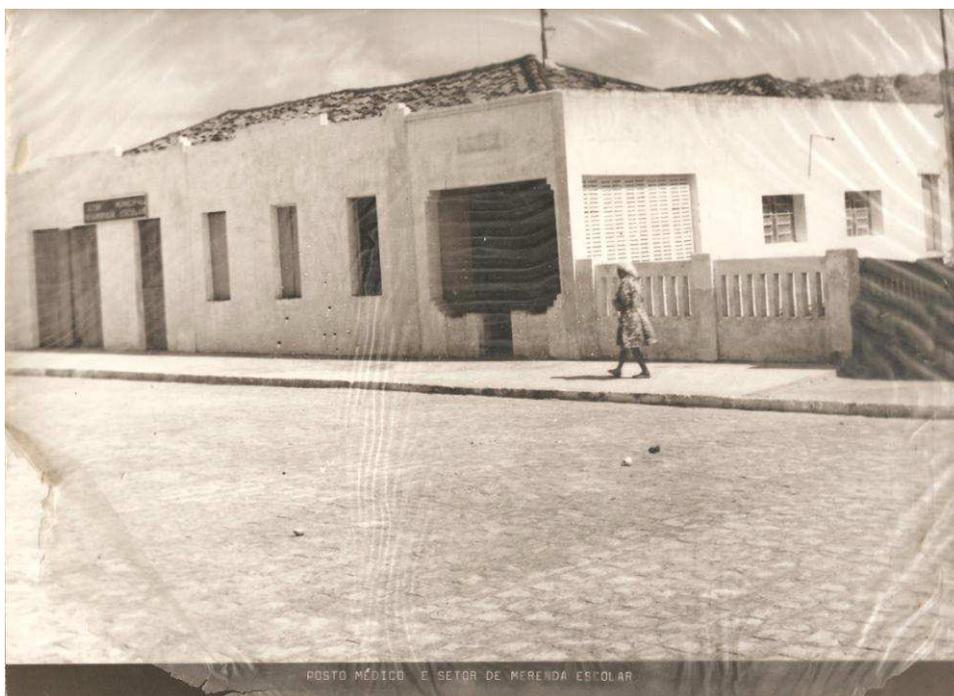
Essa obra, talvez atendesse a certa preocupação sanitária de cuidados com a saúde e o corpo, extensiva ao ambiente público. Construído em alvenaria e revestido de azulejo até a metade da parede, esse sanitário ficava localizado na parte de traz do mercado. Não sabemos se atendia a determinados padrões de higiene à época, mas, por outro lado, certamente a construção visava higienizar certas práticas e necessidades, antes, talvez feitas ao ar livre naquela parte da cidade escura à noite. Um espaço aberto a ventilação, com pequenos espaços para entrada e circulação de ar. Ao fundo da imagem na parte esquerda um cano ganha os céus saindo do chão. Certamente tratava-se de um instrumento usado para saída dos gases oriundo da fossa sanitária depositária dos dejetos, provavelmente feita ali mesmo. Essa forma de construção indica a ausência de um sistema de esgotamento sanitário interno em que os dejetos fossem despejados. Porém, mesmo se levando em consideração a ausência desse sistema, temos um indicio de aderência as preocupações sanitárias, presentes na cidade, como vimos, em momentos anteriores a esse.

Daí mais duas imagens pode nos vir a ser útil. Posto que, se ainda não se tinha um hospital de uso público e equipado para atender a população, estando este apenas presente em muitos dos sonhos e desejos de se construir a cidade, é certo que ao longo desse contexto algumas medidas foram tomadas para atender a chamados de urgência. É o caso da aquisição

de automóvel que serviria de ambulância no transporte dos enfermos para outros “centros mais adiantados³⁰¹”, sobretudo, Campina Grande.



Fotografia n° 22 – Ambulância em reparos. Acervo pessoal Jordan Q. Gomes.



Fotografia n° 23 – Posto Médico e Setor de Merenda Escolar. Acervo pessoal Jordan Q. Gomes.

³⁰¹ Veja-se referências do IBGE sobre os serviços de Saúde do Município na Década de 1950/60 (1960, p. 203)

Essas são mais duas imagens retiradas do documentário fotográfico. A primeira, retrata a ambulância adquirida pelo poder público municipal naquele contexto, certamente para atender a determinados chamados de urgência. Em “reparos”, como diz a legenda, a Kombi posa estacionada na frente do Setor Municipal de Merenda escolar e também do posto médico. Talvez não por acaso, a predisposição do veículo nesse lugar, a saber, nas proximidades da residência do então prefeito, cuja imagem não consegue captar, mas ficava a direita da fotografia.

Aqui é possível falar na provável intenção de se mostrar duas preocupações caras a administração pública, simbólicas na imagem de um prefeito operante e antenado com a causa pública. Trata-se da exposição de obras que versam sobre dois itens: educação e saúde. Cuidados com o corpo e com a mente. Dessa imagem poderia se extrair: uma administração preocupada em “formar homens saudáveis”. Sendo essa uma inquietação iniciada pela presença do setor Municipal de merenda escolar e do próprio posto médico na imagem.

É bem verdade que não temos como precisar se havia um acompanhamento técnico de um saber higiênico para tratar as possíveis relações entre nutrição e ensino nesse setor de merenda. Por outro lado, trata-se de um indício simbólico para pensarmos que as escolas também podiam se apresentar “como espaços privilegiados para intervenção direta dos especialistas em higiene alimentar, por meio da merenda escolar”, como nos mostrou Rodrigues (2011, p. 87) em sua análise sobre a “alimentação e vida material” na São Paulo das décadas de 1920-1960. Em todo caso, a junção das duas repartições podem soar simbólicas se estando em sintonia com os cuidados com o corpo, a saúde e a educação.

De certo, sabemos que o prefeito fez questão de registrar algumas de suas obras direcionadas à educação. Daí registrar no documentário a construção de alguns grupos escolares na Zona Rural e distritos de Aroeiras, além da construção do “Ginásio” na Rua Zeferino de Paula.

Sobre esse ginásio, a imagem abaixo nos dá conta de sua construção. Analisemos a imagem...



Fotografia n° 24 – Ginásio Municipal. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.

Nessa última imagem o Ginásio Municipal aparece em fase de construção. Talvez para indicar que o trabalho continuava e, quem sabe, deveria continuar. De certo, a localização do Ginásio, na altura da Rua Zeferino de Paula, ou rua dos coqueiros, serviria como um cartão de visitas a quem por estas terras viesse proveniente de Campina Grande. Nessa Rua, ainda sem calçamento, passava a estrada de rodagem que ligava a cidade a Campina Grande. Na imagem, essa estrada ficava localizada nas proximidades do operador da máquina. Enfim, para além disso, sabemos que foi uma obra orçada em “Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros)”, conforme nos informa a legenda da imagem. É provável que tenha recebido ajuda orçamentária do governo do estado para tal.

Cabe registrar que o conjunto documentário lista ainda a realização de outras obras do então prefeito, dedicando a cada uma, uma fotografia em específico. Dado o número de imagens, é possível afirmar ter sido 24 obras as listadas no documento fotográfico. Das obras ali apresentadas, lê-se ainda a construção de um açude no Sítio Torres nas proximidades da cidade, a ampliação do cemitério e a construção do Ginásio Municipal de Gado Bravo, instalação da luz elétrica no distrito de Pedro Velho, dentre outras.

Enfim, um conjunto de imagens certamente produzidas para o engrandecimento e promoção do prefeito em questão. Forte indício de imagens usadas como instrumentos de propaganda política. Pena que as imagens não possam nos falar das possíveis reutilidades

pública dessas obras, que não falem como foram tramadas, ou ainda, se faturadas, ou superfaturadas, etc.

Contudo, para além das leituras gerais, mesmo se levando em consideração as intencionalidades com as quais foram produzidas tais imagens, uma impressão nos fica, diante do que até agora inscrevemos: em termos materiais, algo nessa cidade mudou ao longo desse recorte temporal. E, se essas mudanças não a tornaram uma cidade moderna por excelência, ao que insistimos em afirmar positivamente uma vez que ela continuou com muitos de seus antigos problemas, ao menos podemos perceber como muitos dos sonhos e desejos de lhe atribuir certa forma urbana foram materializados em algumas ruas da cidade.

Diante disso, investimos na hipótese de que em meio aos projetos de Lei, requerimentos e solicitações que seguiram os primeiros anos de administração da “nova” cidade, bem como em suas justificativas verbais e, para além das tramas e teatralizações políticas com que foram pintados tais projetos, uma Aroeiras imaginária ganhou forma, desejosa por mudanças que lhe daria fisionomia vinculada ao moderno. Mesmo que suas cores não comportassem todos os sonhos e desejos com que foi representada. Tentou-se pintar, portanto, uma urbes que se queria ter em detrimento a urbes que se tinha. Aqui não podemos afirmar que ela não existiu, posto que foi moldado no imaginário político local. Por outro lado, é bem provável que a sua materialidade concreta não tenha comportado todos os seus sonhos. E, como avisamos ao leitor, é provável que a cidade de Aroeiras, emersa em sonhos e desejos também possa ter enganado aqueles que um dia a sonharam, percorreram por suas ruas desejando que ela um dia se tornasse uma cidade *igual a outras país afora*.

Por fim, cabe perguntar: o que efetivamente mudou em sua “paisagem urbana”? Como seus moradores se portaram e recepcionaram essas expectativas que advinham de uma elite política e letrada da época? Que expectativas/representações criaram no e sobre esse período? Ou ainda, de que modo, tais sonhos e desejos, realizados ou não, mudaram as formas de morar e viver de seus habitantes na “nova” cidade? Essas questões merecem algumas notas. E, com esse mote, a saber, o da recepção, guiaremos nossos passos pelas linhas que seguem. Ao nosso leitor, gostaríamos da honra de partilharmos mais essas linhas. Vamos conosco caminhar mais pouco pelas ruas desse passado, criando outras conexões, incitando “outras viagens”.

PERCURSO III (Outras paragens)

III - PERCORRENDO CAMINHOS, ABRINDO NOVOS PERCURSOS: NOTAS SOBRE O MORAR, VIVER E SE DIVERTIR NA CIDADE (1950-1960).

A vida entretém e desloca, ela usa, quebra e refaz, ela cria novas configurações de seres e objetos, através das práticas cotidianas dos vivos, sempre semelhantes e diferentes. O espaço privado é aquela cidade ideal em que todos os passantes teriam rostos de amados, onde as ruas são familiares e seguras, onde a arquitetura interna pode ser modificada quase a vontade.

(Luce Giard e Michel de Certeau)

Em nosso terceiro percurso tentaremos pensar certas formas de morar, viver e se divertir na cidade, especificamente, na Aroeiras daqueles idos de 1950-1960. Uma entrada reveladora e desafiante posto que buscamos perceber outros aspectos da vida cotidiana em sua face coletiva e privada, enveredando rapidamente pelo interior da casa e saindo pelas ruas ao encontro de algumas formas de sociabilidades e diversão que o seu universo poderia nos indicar.

Esse caminho nos foi possível a partir do entendimento de certa indicação teórica/metodológica que trata da “cultura material”, ou “civilização material” onde se tenta verificar as mudanças de hábitos cotidianos, coletivos e individuais perceptíveis a partir dos sentidos atribuídos ao contato com algumas transformações materiais, leia-se, a partir do contato com os objetos e as coisas. Logo se fala em uma entrada para (re)conhecer traços essencialmente históricos da vida cotidiana, ou seja, de se tentar compreender a nossa “relação com as coisas, nossa mediação com os objetos e com o mundo”. Enfim, trata-se de uma pretensão de tentar entender “os fenômenos da vida que, individual ou coletivamente, dizem respeito à apropriação” como nos chamou atenção Roche (2000, p. 11/12).

Obviamente que não poderíamos deixar de fazer menção, de acordo com nossas pretensões, aos estudos de Braudel (1995, Apud ROCHE, 2000) sobre a *vida material*, sobretudo em sua *civilização material*, posto que nessa obra temos um *inventário descritivo* sobre os objetos do cotidiano e a riqueza material da sociedade. Embora, pensemos em termos de contribuição as quais nos chamou atenção Roche (2000, p. 13) quando afirma que, “sem dúvida, na história a vida material estabelece ‘os limites do possível e do impossível’, como desejava Braudel, mas ela se faz na imbricação de contextos sociais, informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens”, sendo, portanto,

indissociável a relação entre produção e consumo. Trata-se de pensar em termos de representações, apropriações e sentidos atribuídos a objetos dados, num misto de interioridade/exterioridade.

Aqui, onde o aparentemente natural se revela numa dimensão cultural, cercada por significações, porque não dizer apropriações ou mesmo releituras do tempo e do mundo, investimos nossos passos. Em Aroeiras desses idos, cremos que muitas das mudanças materiais as quais passou, mesmo que sentidas diferentemente, acabaram por modificar antigos hábitos e práticas cotidianas, ao passo que muitas outras ainda permaneceram. É bem verdade que não pensamos em termos de mudanças mais radicais, mas, sobretudo, de alterações mais sutis, de ordens mais sensíveis e muitas vezes imperceptíveis, porém carregadas de significados. Talvez seja por bem falarmos em permanências e mudanças convivendo em um mesmo espaço. Embora, acreditamos que essas, aos poucos, possam ter modificado os modos de viver, imprimindo sobre e no cotidiano outras leituras oriundas de um sutil processo de (re)leituras dos bens e equipamentos materiais.

Nesses termos é possível falar em certos sentidos atribuição a ordem de mudanças, ao contato com esses instrumentos, equipamentos e bens oriundos da cultura material. Daí não nos restringirmos ao espaço da casa, na intimidade do lar, mas de também sair as ruas para percebermos o tom das recepções, práticas e apropriações dos novos espaços de sociabilidades, dos equipamentos e instrumentos modernos que iam ganhando lugar nas ruas da cidade.

Com essas intenções, algumas fontes nos surgiram como “novas”. Tratam-se de alguns inventários *Post Mortem* pesquisados e coletados no Arquivo do Fórum da Comarca de Aroeiras entre as décadas de 1950-1960. O uso dessas fontes tornaram-se indispensáveis quando nos propomos a confrontar informações e perceber as percepções sobre a dimensão da cultura material na Aroeiras desse período. Principalmente pelo fato de que os inventários fazem um levantamento dos bens de uma pessoa e que devem formar objetos de partilhas entre herdeiro(s).

Como diria Furtado (2009, p. 93) é “a morte como testemunho da vida”. Dos inventários que conseguimos colher, concordamos com Abrahão (2010, p. 18) “as informações sobre os bens móveis e imóveis contidas nessa fonte documental nos indicam os níveis de riqueza e os padrões de consumo das populações; apontam as atividades desenvolvidas pelos indivíduos e possibilitam capturar e estudar as diferenças sociais no seio da sociedade estudada”. E a morte, materializada nos bens inventariados, nos atestaram vivências passadas, processadas cotidianamente.

Contudo, se os inventários não nos permitiram traçar uma “descrição”, ou mesmo uma compreensão de todas as formas de moradia, ou mesmo formas de morar e viver na cidade desse contexto, ao menos pensamos tais documentos como introdutórios, como que indicando ser um precioso fio que pode nos ajudar a compreender a encruzilhada das temporalidades históricas em que os sujeitos de outrora, assim como os do presente, significavam a vida em sua dimensão cotidiana. Logo, para auxiliar o leitor nessa travessia poderíamos falar, a título de exemplo, que esses inventários nos surgem apenas como a ponta desse fio e que, quando desejarmos, poderemos novamente a eles retornar para nos auxiliar no (re)conhecimento desse passado que não é mais.

Aqui talvez coubesse as advertências propostas por Furtado (2009, p. 106) quando dos cuidados que o historiador deve ter ao escolher esse tipo de fonte, a saber, os inventários *post mortem*. Acontece que, ainda que se trate de um documento “oficial redigido conforme normas técnicas estabelecidas”, ou ainda de se obedecer a uma organização judicial, como a obrigatoriedade da autoridade judicial em transcrever todos os bens inventariados, “muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados”. Logo, pensamos que muitos dos bens inventariados nos documentos os quais mantivemos acesso possa se encaixar nessa nota de advertência. Contudo, ao que nos chegou e conseguimos coletar usamos e deixamos a disposição do leitor para, quem sabe, produz também sobre eles uma interpretação possível.

Por outro lado, ao passo que caminhávamos e sentíamos falta de maiores detalhamentos e/ou descrição, lançamos mão de outras fontes, novamente recorrendo a noção de crítica histórica em que as informações eram/puderam ser confrontadas. Assim, as memórias de antigos moradores locais mediadas pela oralidade e as fotografias continuaram sendo pensadas e usadas como registros do tempo com vistas a percebermos as formas de morar, viver e se divertir em Aroeiras daquele contexto. A despeito das fotografias, por aqui, tidas igualmente como documentos históricos, nos forneceram “caras” imagens de certas transformações nos hábitos e nos costumes de muitos aroeirenses, sobretudo, nos espaços públicos. Dito isso, continuemos nosso passeio.

3.1 – Um passeio pelo “interior” antes de voltar à Rua: uma leitura dos bens materiais e da cultura material na Aroeiras do passado.

Por volta da década de 1950, mais precisamente em 1956, dos 584 prédios existentes na sede do município, apenas 201 residências familiares tinham em suas casas ligações

elétricas, conforme nos mostrou o IBGE (1960, p. 202). Uma dessas residências era a da Sra. Maria Faustina de Araújo que morava no distrito de Gado Bravo onde faleceu em 14 de Maio de 1956. Ao que tudo indica, D. Maria era uma comerciante ligada ao ramo do plantio de algodão, juntamente com o seu esposo, o Sr. Francisco Germano Araújo que em 14 de Julho requer junto a comarca de Aroeiras que em juízo se faça a declaração de herdeiro na forma de inventário para a divisão de bens³⁰².

D. Maria era portadora de “uma propriedade territorial situada no lugar Gado Bravo” com uma extensão de “mais ou menos cento e quarenta (140) quadros de cinquenta braças”, contendo algumas benfeitorias, a exemplo da casa de morada em alvenaria situada “a margem esquerda da estrada carroçável desta cidade à Gado Bravo”, que serviu de vivenda a inventariada, contendo esta “um estabelecimento comercial, um armazém ligado a mesma com três apartamentos”. Além de outra residência na outra margem da mesma estrada carroçável “com um outro armazém de compra de algodão, uma casa para morador, dois barreiros, uma fonte d’água potável, três tanques, toda cercada de arame farpado, madeira e aveloz e em três apartamentos” sendo a escritura do referido imóvel transcrita “sob o nº 355 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Umbuzeiro”. Essa propriedade tinha uma extensão de “cento e vinte (120) quadros de cinquenta (50) braças³⁰³” mais ou menos, ou seja quase a mesma extensão da propriedade em que D. Maria vivia, sua residência.

Sobre a localização das propriedades, caberia uma inquietação que nos instigaria, talvez, a pensar para além das questões de ordem mais gerais que possibilitaram a instalação desses habitantes nessas propriedades: teria nossa antiga proprietária, ou mesmo suas gerações passadas, escolhido a margem esquerda da estrada de rodagem Aroeiras/Gado Bravo atendendo a uma antiga preocupação, a saber, construir uma residência de morada em que o sol nascente espelhasse seus raios a frente da residência? Caso concordemos com essa inquietação, caberia fazer notar que esses moradores teriam escolhido não por acaso um local mais propício circulação de ventos tornando-a mais arejada e mais protegida contra certas intempéries do meio³⁰⁴. Ou ainda, é provável que o motivo da escolha de residir de um lado

³⁰² O processo foi formado em juízo na Comarca de Aroeiras em 14 de Julho de 1956 pelo então Juiz de direito Newton Pedrosa. (Cf. Comarca de Aroeiras, Estado da Paraíba, Pacote nº 01 fl. 02) Aqui cabe uma nota, quanto a natureza da fonte a qual usamos, a saber, o inventário Post mortem que, segundo Furtado (2009, p. 102), trata-se de um registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor dos bens acumulados ao longo da vida, bem como a lista de créditos [dividas ativas] e créditos [dividas passivas] pendentes”. Neste caso, temos um exemplo claro do processo formal, inventário, de tramite judiciário em que a autoridade competente registra por escrito os atos necessários e legais para realizar a divisão dos bens entre os herdeiros.

³⁰³ (ibidem, fls 5/6)

³⁰⁴ Daniel Roche (2000, p. 117) nos chama atenção para como ao longo do tempo, sobretudo entre os séculos XV e XVI na França, uma pedagogia do trabalho e de utilidade do espaço da casa, da moradia fez com que as

da estrada (nascente) e não do outro (poente), tenha sido simplesmente porque as casas de frente para o poente absorviam com mais intensidade o calor da tarde, tornando-as portadoras de uma temperatura elevada, quase que insuportáveis.

Sendo assim, trata-se de uma escolha que levaria em consideração a localização um tanto quanto privilegiada em relação à outra, mesmo que nessa existissem outros atrativos ao morar e viver confortavelmente nesse ambiente, como é o caso, da presença dos barreiros e dos tanques de água potável. Contudo, desse lado à residência seria destinada aos “moradores”, certamente trabalhadores na lida e no trato cotidiano com o gado e demais atividades do campo. Enfim, aqui falamos apenas em termos de possibilidades. O certo é que, no caso da residência de morada de D. Maria, temos a mostra um exemplo de uma moradia em que os negócios da família não se desvinculavam do espaço do trabalho, do comércio. Provavelmente nessa residência, o armazém de comércio ligava-se a casa por meio de algum cômodo.

Além dessa propriedade, a antiga moradora era proprietária de outra parte de terras “no lugar Juá” pertencente a Aroeiras e situada às margens da estrada de rodagem que ligava a Comarca a cidade de Campina Grande. Com aproximadamente “cento e vinte (120) quadros de cinquenta (50) braças” e contendo dois barreiros, a propriedade era destinada a “cultura de palmas e algodão”. Certamente, trata-se do aproveitamento das terras da propriedade para a criação dos semoventes³⁰⁵, a exemplo do gado, e da cultura do algodão para comercializar, provavelmente em Campina Grande onde a comerciante tinha duas residências, uma situada na “Rua Mitre nº 167” e outra situada à “Rua Siqueria Campos nº 1643”. Essa última, construída em “terreno foreiro” tinha uma área de terreno medindo “10 metros de frente por 30 de fundos” tendo seu registro “transcrito sob o nº 33907 do Registro Imobiliário da cidade de Campina Grande³⁰⁶”.

Em campina Grande, nossa antiga moradora ainda possuía uma parte de terras no “subúrbio da cidade e hoje Rua do Tâmbor, no Bairro da Liberdade” localizada ao nascente com “a estrada a Caruarú” e Aroeiras via Queimadas. Na mesma localidade possuía dois terrenos, “com dois prédios de alvenaria cobertos com telhas, tendo o primeiro um abrigo para automóvel, uma porta, duas janelas, com uma sala de exposição de mercadorias, com uma

construções passassem a ser pensadas com a possibilidade de se criar “um ambiente propício por um sistema de locais orientados que determinavam a exposição das casas, graças ao plano dos construtores”. Seguindo esse tipo de orientação, “a moradia teria suas vistas principais voltadas para o sol nascentes dos meses de março a setembro, pois os ventos que vinham desse lado eram mais secos, mais quentes do que frios, as tempestades e os granizos castigariam menos as construções”.

³⁰⁵ Conta nos bens inventariados os “semoventes” assim discriminados: “10 vacas de Turina c/ crias; 15 novilhas mestiças de turina; 15 vacas solteiras mestiça de turina; 10 garrotas mestiças de turino”. (ibidem, fl 10)

³⁰⁶ (Ibidem, fl, 6).

porta, forrada e mosaicada, instalação elétrica, com duas portas no oitão”, sendo “o abrigo pavimentado a paralepípede, com duas pistas movimentadas para entrada e saída de automóveis”. O segundo, apresentava mais ou menos as mesmas características físicas, com instalação elétrica, portas e janelas aos arredores do salão, sendo que continha “um quarto para depósito de mercadorias³⁰⁷”.

Provavelmente, o algodão era a mercadoria valiosa por excelência, produzido em Aroeiras/Gado Bravo e levado a Campina Grande para comercialização. Nesse tempo, em Aroeiras e região, o algodão compunha o principal produto agrícola que movimentava a economia local³⁰⁸. Sobre isso, como já alertamos, deve-se precisar a relação que Aroeiras mantinha com Campina Grande, sobretudo em se tratando de relações comerciais e mesmo na obtenção de muitos dos bens da cultura material que, acreditamos, provinham da Rainha da Borborema, ou seja, era adquiridos por lá e trazidos para Aroeiras e região.

Ao que tudo indica, em Campina Grande, os bens móveis da inventariada eram locais certos para estocagem de algodão e outros produtos trazidos de Aroeiras pela comerciante ou levados de Campina Grande para suas instalações comerciais em Gado Bravo. A propósito do transporte dessas mercadorias e de suas idas e vindas a Campina Grande, Aroeiras e Gado Bravo, é provável que a proprietária fizesse esse trajeto em sua “caminhonete marca Chevrolet, fabricação de 1952”, com “cabine e carroceria de aço, placa 14,03 PB. Com um motor K.C.M nº 135.834”. Certamente uma máquina capaz de carregar grande quantidade de algodão e produtos diversos para comercializar nessas cidades e no distrito de Gado Bravo.

Sem sombra de dúvidas, estamos diante de um inventário de bens de uma moradora pertencente à elite local, uma comerciante, provavelmente filha/herdeira de algum fazendeiro e proprietário de terras. Seus bens, aos quais não constaram nenhuma dívida ativa, era estimado em Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros). Contudo, após avaliados a pedido do Juiz da Comarca, todos os seus bens, os quais citamos apenas os tidos como mais “valiosos”, somaram uma quantia de Cr\$ 700.000,00³⁰⁹. Em termos materiais, uma fortuna considerável.

Em Aroeiras, seus bens resumiam-se a duas casas de residências³¹⁰, situadas a Rua do Comércio no centro da cidade. Uma dessas casas de residência, provavelmente usada como casa de moradora quando de passagem por Aroeiras, ou mesmo “arrendada” a algum antigo

³⁰⁷ (ibidem, fl. 9).

³⁰⁸ Veja-se o quadro demonstrativo dos produtos agrícolas do município em 1956 (IBGE, 1960, p. 202)

³⁰⁹ Conferir o laudo de avaliação (Inventário, pct. nº 01, 1956, fl. 11)

³¹⁰ Aqui a residência é pensada como uma moradia “que envolvia as práticas e múltiplas utilizações da casa rural ou citadina, local da vida familiar e das relações sociais, símbolo do poder”, assim, concordamos que “o historiador da casa, a partir de um elemento material, o porão, o telhado, a lareira” deve perceber “se cristalizarem os valores sensíveis e afetivos que alimentavam as práticas de todos, além da maneira com que evoluíram nas relações sociais”, como nos mostrou Roche (2000, p. 118).

morador, era “construída em tijolos, coberta com telhas, com uma porta e duas janelas”, contendo “vários cômodos com uma sisterna, banheiro, instalação elétrica e quintal com muro³¹¹”. Aqui talvez tenhamos um bom exemplo de um tipo de moradia de parte de sua elite à época. Sobre isso, uma leitura dos itens que compõem a descrição dos bens inventariados podem igualmente nos ser útil para “inventariamos” como alguns moradores da Aroeiras do passado moravam e viviam no âmbito de suas residências. Porém, é preciso acompanhar os indícios com uma pitada de imaginação cotejando com a descrição material apresentada acima, posto que cabe nos valer de possíveis componentes da cultura material presentes nos espaços dessas residências. Vejamos...

Certamente trata-se de uma residência cercada de itens da cultura material caras ao morar e viver confortavelmente à época. A começar pela localização, bem no centro da cidade, próximo aos serviços e materialidade urbana. Nesse espaço, os elementos da “centralidade” podem fornecer indícios de certa credibilidade e funcionalidade a residência, podendo ser, inclusive, sinônimo de status cidadão. Ocorre que o morador do centro, pode se sentir pertencente ao universo urbano de modo a parecer cidadão, moderno. Devemos lembrar que o centro, numa definição espacial/geográfica, “é o núcleo original, o ponto de partida da aglomeração urbana”. Assim sendo, completa Pesavento (2007b) “o centro é um espaço privilegiado no tempo”. Por isso, ele imprime certas sensações em poder ser e parecer cidadão. Embora não devamos exagerar, como nos lembra Roche (2000), que ao longo do tempo as diferentes maneiras de construir as habitações, sobretudo na oposição urbano-rural, agiam diretamente na mudança de costumes e hábitos urbanos.

Segundo, pelo tipo de construção, em alvenaria, sem as aparentes precariedades e insalubridade das casas feitas de taipa, também conhecidas como casas de pau a pique, ainda presentes em muitos espaços da “nova” cidade. Estamos falando dos materiais utilizados nesse tipo de construção de modo que, talvez, uma nota pode nos ser útil: “o mundo da madeira, da pedra, da taipa não era o mesmo que o da pedra e o do tijolo”. Certamente, a utilização de alguns materiais, como nos mostrou Roche (2000, p. 115), ao longo do tempo denotam uma cartografia de distinções e fronteiras sociais. Dentre esses materiais, a cobertura de telhas, os tijolos, a argamassa (cimento), o reboco frontal, a tinta, a madeira das portas, a quantidade de portas e janelas da residência podem soar como índices de modernização que há muito poderia distinguir as “novas” habitações do centro com as antigas, utilizando-se de

³¹¹ (Inventário, pct. nº 01, 1956, fl.09)

outros materiais, ainda presentes em seus arredores³¹². Além disso, a própria idéia de “alvenaria” pode representar um elemento de conforto em relação a outros tipos de composição dos materiais utilizados nas construções.

A presença das duas janelas e da porta na frente da casa é indicativa ao tipo de construção da época, sem muito requinte, de aspecto mais tradicional, sem traços mais modernos. Esse tipo de construção é quase o mesmo adotado pela D. Maria Alves do Egito cujos bens foram inventariados em 18 de fevereiro de 1954 pelo Juiz Suplente da Comarca, Sr. Trajano Martins de Arruda. D. Maria era moradora na Rua do Comércio e residia “numa casa de morada construída em tijolos coberta com telhas com três portas e duas janelas de frente e duas (2) portas e duas (2) janelas de oitão, com chão próprio” situada a esquina da Rua do Rosário, nas proximidades da igreja central. Essa casa foi adquirida “por compra a José Barros Sobrinho, conforme escritura registrada sob o n 98 (noventa e oito) do registro Geral de Imóveis da Comarca de Umbuzeiro em data de 16 de Outubro do ano de 1918”. Ou seja, trata-se de uma antiga residência em que o padrão de construção segue quase que uma mesma linha. Essa moradora, cujos bens teve como requerente o inventariante Sr. Pedro Galdino do Egito, era ainda proprietária de uma “parte de terra” com “uma cultura de agave de mais ou menos vinte (20) mil pés situada em Olho D’água Grande deste Município³¹³”, nas proximidades da Rua do Aricuru.

As casas de Residências do Sr. José Gomes Barbosa, inventariadas pelo mesmo juiz suplente em 06 de fevereiro de 1954 apresenta esses mesmos traços. Uma das residências, situada na Rua do Comércio s/n, “construída em chão próprio”, constava sua fachada de “uma porta e quatro janelas”. Outra residência de posse do mesmo inventariado, provavelmente conjugado a casa anterior, apresentava três portas de frente. Aqui, certamente se tratava de um imóvel destinado ao comércio. Nas proximidades dessas duas residências, constava mais duas casas de morada que possuía, cada uma com “uma porta e quatro janelas de frente”. Por fim, uma ultima residência inventariada como bem do Sr. José Gomes, construída em “chão próprio” e situada na mesma Rua continha “uma porta e três janelas³¹⁴”. Aqui novamente não se percebe muitas mudanças quanto a forma externa de construção. Logo, é possível falar em certos “hábitos” locais de construções, em certo padrão arquitetônico.

³¹² A despeito desses materiais, veja como Roche (ibidem, p. 129) analisa a geografia nacional da França do Séc. XIX e a forma como em determinadas regiões os materiais utilizados determinavam os tipos de construções atendendo ou não certos valores de civilidade.

³¹³ (Cf. Inventário, pct, n° 01, CA, 18 de fevereiro de 1954, fl 7)

³¹⁴ (Cf. Inventário, pct, n° 01, CA, 06 de fevereiro de 1954, fl 5/6)

Um item presente em todas essas residências cabe destacar: a presença de muitas janelas na frente das residências. Sobre isso, é provável que tentassem atender a certa necessidade de tornar esses ambientes um tanto quanto mais arejados dada a presença das demais residências, uma junta a outra, sem espaços de ventilação dos lados. Assim, só restava a frente e os quintais para entrada de ar. Além disso, é provável que essas fachadas assumissem uma condição simbólica “expressando hospitalidade³¹⁵”, sempre abertas para o espaço da rua, embora também pudessem expressar uma nítida divisão entre espaço privado, o interior da casa e o público, do espaço da rua. Essa possibilidade caracterizaria um espaço ainda marcado por práticas e hábitos rurais em que os laços de solidariedade e reconhecimento se faziam presentes. Ora, o vizinho, antes de ser um desconhecido, poderia ser um parente, não apenas um visitante.

Mas, retornando a residência de D. Maria Faustina, um terceiro aspecto dos bens descritos no inventário, sobretudo de uma das casas da Rua do Comércio, nos chama atenção, a saber, a presença de vários cômodos, sugerindo a possibilidade de acomodar toda a família, propícia ao acolhimento dos membros da casa numa espécie de recolhimento afetivo. Nesse ponto os indícios da presença dos *vários cômodos* nos fornecem uma imagem sobre uma possível organização da vida material no interior da casa. Nesse tipo de imagem, é possível dizer que o espaço disponível no seu interior “já compõe um relato de vida, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra”. Aqui, um “romance familiar³¹⁶” pode nos ser apresentado.

Pois, certamente, esses cômodos eram extensivos à sala de visitas, sala de jantar, quartos e cozinha. Uma cartografia dos espaços do “lar” seguramente demarcavam esses lugares. Aqui o quarto do casal... Ali o dos filhos... Homens e os das mulheres. Logo à frente a sala de jantar... Por último o cômodo da cozinha, certamente um lugar de encontro da família de onde sentia-se o calor proveniente das “artes de nutrir³¹⁷”. De lá, é provável que se avistasse o banheiro. Cada um com sua utilidade, é provável que esses ambientes fossem preenchidos pelo mobiliário, utilitários e itens de decoração, símbolos de intimidade e conforto familiar. Essa cartografia, certamente, atendia ao modo de viver e morar da família nuclear, juntando pais e filhos, dificilmente mais do que isso.

³¹⁵ Roche (2000, p. 120)

³¹⁶ Giard e Certeau (2009, p. 204).

³¹⁷ Veja-se o tópico sobre “o lugar do corpo, lugar de vida” por Giard e Certeau (2009, p. 207) em que “a cozinha, ‘compartimento quente’ onde a família se reúne”, é tipo como um item indispensável ao habitar, local da vida privada propício para o reconhecimento do “teatro de operação das ‘artes de fazer’ e das mais necessárias dentre elas, a ‘arte de nutrir’”.

O banheiro era certamente um lugar privado. Equipado com itens da “cultura material”, caros à higiene íntima e pessoal, esse lugar provavelmente era destinado aos cuidados necessários com o corpo. Não podemos precisar a localização desse lugar no ambiente da casa, mas o certo é que era um item de primeira necessidade. Logo, também não podemos afirmar se esse banheiro era equipado com itens “luxuosos de conforto”, como aqueles presentes na cidade de São Paulo ao longo do final do Séc. XIX e primeira metade do Séc. XX analisados Sat’Anna (2000, p. 163). Ao contrário, queremos crer que se trate de um lugar modesto, embora concordemos “que a lista de produtos relacionados ao conforto é longa e diversificada, mostrando que sua história é intimamente comprometida com mudanças ocorridas nas maneiras de morar, de conceber o espaço urbano”. Não sendo aplicável igualmente nos vários espaços urbanos.

Por fim, além desses espaços de intimidade, a casa continha um quintal para uso doméstico. O quintal, como bem demonstrou o inventário, era murado, indicio que se tratava ainda de uma extensão da casa, pertencente ao âmbito privado. Lá, certamente ficava localizada a cisterna destinada a estocagem de água captada das chuvas por biqueiras, ou mesmo trazidas em transportes de outras regiões e localidades. Se não se tinha instalação de água encanada para dentro da casa, ao menos, os moradores tinham certo conforto ao poder tirar o precioso líquido ali, bem próximo a casa. Isso sem falar na estocagem mais duradoura por se tratar de uma água de uso particular, provavelmente restrita aos moradores da casa.

Neste caso, é preciso levar em consideração que os itens de conforto possam intimamente estarem ligados ao ethos urbano que os moradores e consumidores do espaço vão assumindo. Aqui a ideia de consumo se faz presente. Neste caso, a organização do seu interior, ao que pode informar a fonte, nos põe diante de elementos do domínio privado e do espaço doméstico. Esses elementos, deviam atender as necessidades básicas daqueles moradores.

Dentre esses itens, um outro inventário nos fornece pistas sobre o consumo, sobretudo, do consumo necessário ao viver, no espaço da casa, no ambiente familiar. É bem verdade que temos um inventário bem diferente do anterior, sobretudo, na listagem dos itens o que pode nos informar sobre a dimensão social dos sujeitos falecidos e que tiveram seus bens inventariados.

Trata-se dos bens inventariados da Sra. Maria Faustina das Mercês e do Sr. Severino Batista da Silva, “marido e mulher” residente no distrito de Pedro Velho da então Comarca de Umbuzeiro. Os seus bens foram inventariados em 09 de novembro 1953 na Comarca de Umbuzeiro pelo juiz Bolivar Corrêa Pedrosa, sendo que o falecimento de D. Mercês se “deu

em 07 de Abril do corrente ano” no distrito de Pedro Velho e o Sr. Severino poucos meses depois, “em 02 de setembro” do mesmo ano “com 42 anos de idade”. Como o casal não tiveram filhos, o juiz da Comarca intimou o Sr. Manoel Henrique Barnardo, pai de D. Maria e sogro do Sr. Severino, para constar nos autos o “compromisso legal de arrolante dos bens deixados³¹⁸” pelos mesmos.

Após feito os procedimentos legais, em que se determinou o inventariante, o juiz mandou listar os bens do casal que constou o seguinte: “uma casa de residência edificada pelos jurisdicionário em terreno pertencente ao inventariante”, no distrito de Pedro velho. “Casa esta construída de tijolos e coberta de telhas que estima em cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00)”. Mais “uma máquina ‘Singer’, a qual estima em dois mil e quinhentos cruzeiros (2.500,00)”. Além de “uma cama de casal da marca ‘patente’ a qual estima em Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros). Uma banca velha de sala a qual estima em cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00)”. No item: “semoventes” listou-se: “uma burra mula, a qual estima em Cr\$ 500,00; uma jumenta a qual estima por Cr\$ 30,00; quatro bodes por Cr\$: 200,00; Duas cabras por Cr\$ 100,00”. Por fim, o casal havia deixado bens listados em “mercadorias” declaradas pelo inventariante “que após a morte do genro, ele encontrou em mercadorias a importância de hum mil e quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros (Cr\$ 1.448,00)”. Essa quantia era estimada de acordo com os “1000 (mil kilos de algodão)³¹⁹” pertencente ao casal. Não sendo listada nenhuma dívida.

Não há dúvida de que falamos de um inventário um tanto quanto diferente do primeiro. A começar pelos proprietários. Residindo nas proximidades de Aroeiras, ainda pertencente a Umbuzeiro, trata-se provavelmente de um casal de agricultores morando numa casa comum a suas atividades diárias. Embora, se liste os itens de alvenaria. Na descrição dos bens, os semoventes indicam ser uma pequena propriedade em que os animais são criados, ora para o uso das atividades diárias, ora para se comercializar. Contudo, os três últimos itens essencialmente objetos materiais nos chamam atenção. Primeiramente a máquina “Singer”, ao

³¹⁸ (Cf. Inventário, pct, nº 01, CA, 09 de Novembro de 1953/4, fl 5/6). Consta nos autos do processo que a intimação ao Sr. Manoel H. Bernardo se deu após se verificar ações ilícitas de “apropriação indébita dos bens” inventariados. Acontece que, talvez dada a ausência dos filhos, quando da morte do casal um certo Sr. João do Sul, foi acusado de “desviar, tanto a máquina como o algodão” vendendo os itens a outros moradores da região. Consta ainda que a máquina foi vendida “pela importância de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e o algodão ao preço de Cr\$ 8.00 (oito cruzeiros) por kilo”. Além desse itens, a própria residência do casal tinha sido apossada pelo mesmo “indivíduo João do Sul”. Diante disso, o inventariante legal vinha requerer providências para requerer de volta os bens. O processo se estendeu até meados de 1954, ocupando várias laudas entre, “declarações”, “certidões”, “intimações”, “mandatos de busca e apreensão”, tendo, ao final, sido recuperado os bens. Ao final, a máquina Singer foi mesmo vendida pelo preço de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), segundo consta a divisão dos bens.

³¹⁹ Ibidem

que se sabe uma máquina de costura, provavelmente acionada a “mão” que em muito pode nos ser indicativa sobre o universo familiar de então. Nesse item é possível mensurar de indícios de uma pedagogia de um universo do trabalho e da inserção da mulher que, provavelmente, fazia as atividades do lar necessárias a sobrevivência. Note-se que o valor estimado para esse bem equivale a metade do preço da residência. Provavelmente falamos de um item caro em valor material e igualmente precioso em valor simbólico ao recôndito familiar.

Logo, uma inserção no universo da casa sob a companhia feminina poderia nos ser válida. Acontece que, em um tempo não muito distante ao que viveu D. Maria, os padrões e valores morais de conduta atribuídos à mulher deveriam estar condizentes com a imagem da boa dona de casa. E, embora, uma série de representações e imagens tenham se encarregado de reforçar essa relação com base em novos preceitos modernos e civilizados ao longo das primeiras décadas do séc. XX em algumas cidades brasileiras, “as boas dona de casa deveriam produzir em casa, com as próprias mãos, tudo aquilo que fosse possível, evitando ao máximo todo e qualquer peso excessivo no bolso do marido”. Neste caso, temos um princípio de apropriação em que, levando em consideração a relação entre produto/consumo/poupança, é apresentada sob o fio de certos valores morais. Nessa relação, “os trabalhos manuais em geral e a costura em particular constituíam uma importante atividade realizada no ‘recôndito do lar’ e eram consideradas como sendo uma das mais úteis e agradáveis ocupações feminina” como nos mostrou Maluf e Mot (1998, p. 417).

É bem verdade que não sabemos se nossa antiga moradora chegou alguma vez em sua vida a ler ou mesmo folhear uma das *Revista(s) Feminina*, fontes por excelência utilizadas por nossas autoras em suas análises sobre “os recônditos do mundo feminino”. Revistas especializadas em promover esse tipo de imagem da boa dona de casa. Ou mesmo se trata-se de uma imagem recolhida do seio da família nuclear, transmitida de geração em geração e carregada de sentido simbólico. De um modo ou de outro, a “máquina de costurar”, a *valiosa máquina Singer* inventariada nos bens do casal, provavelmente de uso de D. Maria pode ser lida como indício de uma representação em que a *boa dona de casa* se encarregava de tirar umas horas dos afazeres domésticos para confeccionar, a mão, a roupa necessária ao seu lar, ou ainda, numa extensão maior, fazendo um reparo aqui, uma roupinha aculá de membros de

sua comunidade. Queremos acreditar que ela não estava listada ali por acaso, como mero objeto decorativo e, mesmo se fosse, tinha igualmente seu uso³²⁰.

Por fim, os demais objetos listados, a exemplo da mesa velha, pode nos ser indicativa ao espaço do interior da casa decorada de forma um tanto quanto simples. Nesse espaço talvez valesse a preocupação em se ter bens necessários, sem maior luxo. Mas o último item é ainda mais chamativo: tratava-se de um bem de uso íntimo, essencialmente privado. A cama de casal, descrita como sendo da marca “Patente”, certamente era usada pelo casal em momentos de intimidade e/ou mesmo descanso da labuta diária. O certo é que, provavelmente colocada no ambiente do quarto, essa cama também decorava o lugar como que indicando não ser um bem qualquer, talvez, fugindo ao comum, ao básico.

Enfim, retornando ao primeiro inventário de D. Maria Faustina de Araújo, a instalação elétrica é outro item que nos chama atenção a indicar não ser essa uma residência comum no centro da cidade. Aqui sim, falamos de um item de conforto restrito a poucos, sendo considerado um sinônimo de status. Sobre esse item, é provável que possibilitasse aos moradores da casa o contato com outros equipamentos modernos de conforto. Aqui, se desejarmos saber um pouco mais sobre as formas de morar e viver na Aroeiras do período de nossa revisitação, algumas histórias, narrativas que o povo contam podem nos servir de fio. Essas histórias nos remetem a uma imagem cercada de representações sobre o espaço da casa e as noites em Aroeiras. A Primeira delas ambienta-nos na década de 1950. Acompanhem essas histórias.

3.2 - Os fios das “narrativas” sobre o morar e viver na cidade: a casa como refúgio da intimidade e segurança.

Naquele tempo, com a energia ainda fornecida a motor, nos lembra José Guedes, que nem todos tinham energia em suas residências. Para ele,

[...] tinha nada só tinha energia o pessoal mais rico os burguei. Nem todo mundo tinha eu trabalhava no moto da luz e lá em casa era no candeeiro [...] num tinha rede de energia, a rede passava somente ate ali (se referindo a Rua do Comércio) pra bota pra cá num tinha jeito era mesmo que o sitio, escuro. Essa energia pra aqui já foi botada nessa Rua depois que Dr. Carlos boto energia em Aroeiras de Paulo Afonso [...] eu sei que quando boto energia aqui ai butaro a energia pra pobre [...] ali em Mané Preto ainda tem uns pau, uns pau de eucalipto furava as parede butava aquilo

³²⁰ Talvez o mesmo principio se aplique a “máquina de costura (manual) de marca suzana” inventariada nos bens deixados pela Sra. Severina Maria da Conceição em 24 de fevereiro de 1956. (Cf. Inventário, pct, n° 01, CA, 24 de fevereiro de 1956/4, fl 5/6).

ali e ia pagando. Pagava a energia e pagava o trabalho do material todin, cada pessoa pagava na sua casa era do mesmo jeito de hoje³²¹.

Na fala de nosso (reme)morador a energia elétrica aparece como sinônimo de status, a imprimir certa cartografia urbana pautada pela distinção daqueles que tinham e dos que não possuíam a luz moderna em suas casas. Ele mesmo lamenta por ter trabalhado desde jovem no motor da luz, mas naquele tempo ainda não tinha energia em sua casa, então iluminada pelo candeeiro. Aos poucos, lembra nosso narrador, as coisas foram mudando e igualmente aos poucos os “pobres” foram puxando os bicos de luz para suas residências. Talvez por esse tempo, o estado de sítio, quase um *breu*, que a cidade assumia em tempos de outrora fosse igualmente mudando. Nesse ponto, a fala do narrador chega a ser indiciária: não era apenas nas residências que a luz não chegava, mas literalmente em muitas ruas, como era o caso da Rua do Alto e da Rua Bela Vista onde nosso narrador residia, ruas em que a iluminação elétrica não chegou ainda naqueles idos de 1950. Isso fazia com essa parte da cidade figurasse bem escura a noite. Ambiente propício para práticas ilícitas, tidas como perigosas.

Acontece que a noite, quando as luzes apagavam-se, a saber, por volta da década de 1950, quando da época em que o motor de energia dava os sinais de apagar, nos lembra D. Maria “ficava a rua feito um cemitério, aquela escuridão...”. Ou mesmo antes do horário habitual em que as luzes eram apagadas, “quando dava seis horas... dizia, prepare os candeeiros... outros acendiam uma vela... outros iam dormir e fechavam as portas”. Quando a luz apagava “não tinha mais uma porta aberta... ia tudo dormir com as luzinhas acesas: os candeeiros e as velas³²²”. Para nossa narradora, além da presença de outros agentes iluminativos, um caminho era certo quando apagavam-se as luzes em Aroeiras: a casa parecia o melhor abrigo em noites escuras. As ruas escuras pareciam não agradar, sobretudo as ruas aos arredores do centro, como era o caso da Rua do Alto em que nossa narradora morava desde sua infância.

Ocorre que as noites em Aroeiras, embora pudessem, após a introdução da luz elétrica, ser estendidas, pelo menos até as dez, dez e meia/onze horas, intervalo em que o motor dava os sinais de desligamento, pareciam continuar povoadas de práticas, digamos, *perigosas* e nocivas a moral e aos bons costumes. Era o caso das saídas do lobisomem entre as décadas de 1940 e 1950, momento antes da emancipação da cidade. “Mito” que rondava as

³²¹ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

³²² Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos no dia 13 de setembro de 2008.

calçadas de Aroeiras nos dias seguintes em que se ouvia dizer que ele aparecera na noite anterior. Supomos que muitos exclamavam: quem foi a sua vítima? O detalhe era que, diferentemente da lenda mítica não precisava ser noite de lua cheia para que o “ser misterioso” fizesse suas vítimas. Perguntemos: seriam mesmo vítimas? E o lobisomem, era mesmo uma fera assassina que assombrava e perturbava a pequena comunidade?

Silenciosamente povoando a memória de antigos moradores locais, sentimos a necessidade de conhecer um pouco mais dessa história, mesmo encontrando resistência de muitas memórias em querer nos revelar maiores detalhes dessa narrativa sobre *as noites escuras de Aroeiras, cercadas de práticas*. Não é de se estranhar se pensarmos que as formas de viver e morar em localidades pequenas, como era o caso de Aroeiras, em seu passado e ainda em seu presente, parecem conectar os seus moradores em determinados padrões e códigos de comportamento que em muito pode nos ser revelador das práticas e jogos de conduta que criam as próprias condições inerentes ao viver coletivamente nesses lugares.

Sobre isso, certa vez Pirre Mayol discorreu sobre as problemáticas a serem lançadas em sua análise sobre as formas de morar e viver no bairro, e nos informou que esse *pequeno* reduto da vida cotidiana experimentada no espaço urbano, aparece “como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social, ou noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. O conceito de conveniência, ou ser conveniente, na prática das relações compatíveis ao viver e morar coletivamente na extensão do bairro, deve ser entendido como um importante conector dessas relações processadas cotidianamente. Pois, a conveniência “representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com a sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”³²³.

Em termos conceituais, queremos crer que era a possibilidade do ser “conveniente” que silenciava as memórias de alguns moradores locais quando solicitadas a se fazer lembrar e narrar sobre essas práticas, digamos, perigosas a convivência coletiva pautada em laços de reconhecimento mútuo. E, de fato, é o que ocorreu. Mas, se eram fortes os laços de reconhecimento e compromisso que uniam nossos entrevistados, eram igualmente fortes

³²³ Veja-se as considerações de Pierre Mayol sobre as “Problemáticas” possíveis sobre a análise do bairro, bem como o conceito de “conveniência”, usado para se pensar as relações cotidianas em torno do morar e viver coletivamente no bairro. Há de se considerar nesse exercício que o autor direciona sua análise a esfera do Bairro, não a leitura de uma cidade. Contudo, ao que tudo indica o texto de Mayol sugere inúmeras lições de métodos para o estudo de uma cidade pequena, em especial, o destaque a análise da vida em comunidade, dos laços de reconhecimento e tradição muito parecidas as relações vividas em um bairro. (Cf. MAYOL, 2009, p. 37-41).

nossos desejos por conhecer o que estava por trás dos sorrisos, dos olhares disfarçados, das falas desviadas que envernizavam essas histórias, como se quisessem mesmo esquecer-las, desconversá-las, proteger o convívio social dos habitantes do passado e, quem sabe, do presente daquela cidade.

Sobre os silêncios e esquecimentos, sejam eles intencionais ou não, no trato com a fonte oral “as omissões, os trechos desafiados de narrativa” podem ser indicativos “de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas”. Ou seja, partimos do pressuposto de que a memória de velhos, ou a memória oral, “longe da unilateralidade para qual tendem certas instituições, se faz intervir pontos de vistas contraditórios, pelo menos distintos entre eles”, conforme nos chama atenção Bosi³²⁴. Para Gaeta (1995, p. 159), ouvir os idosos é uma “experiência significativa” de modo que se pode identificar certa “percepção de como o momento histórico da mudança foi apreendido por parte dessa população”. Pensando nisso, investimos nos silêncios que faziam nossos narradores (des)conversar sempre que eram questionados sobre essa história. Sabíamos, esse silêncio poderia nos dizer mais...

Estariam nossos narradores sendo convenientes de modo que pudessem, inconscientemente “ganhar” com o seu bom comportamento? O que ocultavam? O que era de fato a história do Lobisomem? Sobre isso, estávamos certos de que teríamos que nos desdobrar num esforço maior de interpretação, de juntar as peças fragmentadas que aos poucos nos era apresentada, para quem sabe poder traduzir alguns fios dessas histórias. Principalmente porque, nesse tipo de relação ao viver coletivamente os “benefícios deitam suas raízes na tradição cultural dos usuários” e “não se acham jamais totalmente presentes à sua consciência³²⁵”. De um modo ou de outro, vemos a história do lobisomem que nos foi revelada. Era uma vez...

O Sr. José Guedes certa vez quando perguntado sobre a existência de *lobisomem* em Aroeiras, diz, “tinha mesmo essa história aqui”. Algo de estranho rondava as noites escuras de Aroeiras! Mas quando indagado sobre o que era de fato o lobisomem, diz “ninguém sabe não”. Mas, acha que isso “era os cabras atrás das negas, as negas atrás dos cabras, ai inventaram que era o lobisomem”. O certo é que, de madrugada, com as luzes apagadas, “ficava aquela bagunça no meio da rua, os cachorros tudo atrás”. Mas, ninguém sabia dizer ao certo quem era, uns sabiam, “uns diziam que era fulano, era cicrano”. E desconversa, para logo dizer, o que tinha aqui mesmo era roubo de cavalos, “a turma do capote” que

³²⁴ Ver (BOSI, 2003, p. 15-18)

³²⁵ Mayol, Op.Cit. p. 39.

atemorizava a localidade. Além dessa, os camaradas tinham medo das pedradas que “zuniam” irrompendo da escuridão da noite.

Era preciso ter cuidado para não ser atingido por uma “pedrada” tal como aquela que atingira um irmão do finado Luiz, ajudante de caminhão que saía de casa geralmente bem cedo para trabalhar e ir para Campina Grande. Naquela madrugada, de candeeiro na mão “aceso dentro de casa, mandou a mulher fechar a porta”, quando apareceu “na porta jogou uma pedrada que ele caiu e quase morreu... Os cabras aqui... agente só andava com medo, tinham que procurar o escuro, ele deixou candeeiro aceso... ninguém sabe quem foi...³²⁶”. Trágico? Certamente. De todo caso, como era moradora da mesma Rua do Alto nessa época, acreditamos que D. Maria fazia bem ao fechar a porta logo cedo, ficando apenas com a “luzinha” dentro de casa, seja a do candeeiro ou da vela. Lá ela estava segura.

Mas, por outro lado, a fala de José Guedes é reveladora em dois aspectos: primeiro deixa claro que eram perigosas as noites em Aroeiras, nocivas a práticas ilícitas. Escuras. Essa imagem, inclusive, talvez se devesse a antigas reivindicações e justificativas de personagens que viam no empreendimento luz elétrica um equipamento muito bem vindo nos espaços urbanos em sintonia com o mundo mais adiantado. Isso porque, diz Aranha, lendo a coluna de certo periódico circulado na Parahyba do Norte em 1883, “as noites escuras são propensas ao furto, aos distúrbios, e aos tumultos, ao deboche e a imoralidade (...)”³²⁷. Enfim, já sabíamos, ao menos a partir daquele encontro com José Guedes que o lobisomem assumia outras formas que não as de uma *fera metamórfica e sanguinária*. Estávamos diante de uma prática, digamos, tida como ilícita, nociva, imoral das noites escuras em Aroeiras.

Contudo, D. Maria é a primeira narradora a nos dá maiores informações sobre as aparições do *lobisomem*. Ela diz que ouvia falar da história do lobisomem, “mas, depois o lobisomem foi descoberto (risos)...” Sobre a história, ela conta: “disse que o lobisomem chegava... repare como era... aculé tem um riacho (apontando em direção ao riacho do Aricuru)... no pé da caibeira tinha um poço... aí disse que o lobisomem tomava banho naquele poço, se lamiava todinho, aí saía o lobisomem... quando foi um dia, disseram: vamos tucaiar o lobisomem”. Naquela noite, juntaram-se um grupo de homens que saíram para a tocaia, e quando o lobisomem passou, houve a abordagem... Pegaram “o bicho”. Bicho? Naquela noite, finalmente, “... foi descoberto o lobisomem... (risos) Que era um homem atrás de uma moça”. Ele, “casado e ela solteira”. O mistério havia sido desvendado: uma história amorosa, ou de “caso” amoroso envolvendo antigos moradores locais. Um escândalo! Certamente essa

³²⁶ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

³²⁷ Aranha, (2005, p. 102).

história deu o que falar pelas ruas de Aroeiras. Ou será que deu o que ocultar e silenciar? O certo é que ainda assim não saberíamos quem eram seus personagens reais, aroeirenses, envolvidos naquela história. De certo, os prazeres proibidos da noite moviam o misterioso homem pela penumbra e/ou em noites de luar.

Em todo caso, é provável que a prática fosse tida como uma afronta aos padrões de costumes e comportamentos para aquele tempo. E, talvez, ainda presentes naqueles idos de 2008, no tempo em que aquela senhora nos fez companhia por passagens das ruas do passado aroeirense de modo que jamais saberíamos quem era aquele casal que se deixava enamorar, proibidamente, pelas noites escuras de Aroeiras. No cruzamento das temporalidades históricas, nossa narradora soube ainda zelar pelos laços de reconhecimento mútuo.

Ocultar a identidade daqueles personagens, talvez pudesse selar os laços de compromissos e convivência coletiva de lugares como aquele. Sobre essas coisas “imorais”, de comportamentos impróprios, não se poderia falar, mesmo que em um dado presente. Em nossa investida, jamais soubemos se o *lobisomem* era o vizinho... Ou aquele que morava na rua... Filho de... Pertencente a família... Ou, pai, avó de... Ou mesmo se, a “jovem moça” era aquela filha de... Hoje esposa... Mãe... Avó... Tia... Ou mesmo se seus nomes se perderam no tempo. O que não queremos acreditar. Sabíamos, pois, talvez eles repousassem silenciosamente em meio aos olhares discretos do Sr. José, de D. Maria, D. Iracema e mesmo de Sr. Daniel. Contudo, em D. Maria, percebemos que seu sorriso, espontâneo de uma mulher com mais de 85 anos, parecia querer nos dizer mais, bem mais do que nos revelou. Teriam sido *convenientes* nossos narradores?

Por outro lado, se queriam silenciar, as falas dos narradores ainda nos são reveladoras numa assertiva: o fato de que as práticas e representações da Aroeiras iluminada ocultavam inúmeras outras presentes nos espaços em que ela permanecia escura. Ou mesmo, nos ambientes parcamente claros que, após a hora habitual em que se apagavam as luzes, ficavam às escuras. Neste caso, quando falamos de certas práticas e representações da noite em Aroeiras, tais como as narrativas sobre a presença do *lobisomem* nas ruas do lugarejo, outra assertiva parece consistente: tais práticas muito nos informam sobre a relação íntima entre o urbano e o rural o qual Aroeiras estava imersa. Insegura, cercada pela mata, mística. E tantas outras eram as práticas e representações da noite que atestam essa assertiva. É o caso das muitas histórias “incompreensíveis” que rendiam espaço nas conversas de calçadas e nas rodas familiares sobre suas noites escuras. Elas podem relevar alguns aspectos sobre o morar e viver na Aroeiras desses idos.

Se assim pensarmos, outra história que provavelmente também ganhava lugar nas rodas de conversas em Aroeiras pode igualmente nos ser reveladora desse mundo urbano/rural bem como de suas práticas e representações, ou ainda sobre a forma com que a casa era representada por alguns moradores locais. Ela fala dos habitantes *visíveis* e *invisíveis* que povoavam Aroeiras em um passado mais ou menos remoto. Sobre eles, a Sra. Olívia Barbosa se faz lembrar em uma carta aberta ao autor do livro “Aroeiras sua História” publicado na década de 1980.

Naquela carta, pedindo permissão ao autor para se “divertir dentro da história”, para “relembrar”, ela faz um convite para “abrirmos passagem” pelo seu tempo de “gente nova, quase menina” que ainda abrigara em seu “eu”. Em meio as suas lembranças de brincadeiras de quando criança, das festividades em Aroeiras, das argolinhas, dos carrosséis, repousa uma Aroeiras cercada por traços e práticas rurais contrastando com certa materialidade urbana. Façamos com ela esse breve passeio sob a companhia de suas lembranças de infância, filtrando, ora experiências próprias, ora histórias que ouviu “contar pelos mais velhos”. Ela nos remete às décadas de 1920/1940.

Nesse tempo, nos lembra a narradora, “ao anoitecer, as luzes que se acendiam, naquela época, eram de azeite de carrapateira numa candeia de ferro, colocada na parede. Depois foram chegando os candeeiros de querosene. E bem mais tarde, luzes de carbureto, depois lâmpadas de álcool. Custou, mas afinal chegou, a luz elétrica”. Certamente uma nota sensível sobre como, aos poucos, foram se mudando os agentes iluminativos até se chegar a luz elétrica, ao que parece, esperada por muitos. Na travessia do tempo da rememoração ao tempo de sua infância, ao que se percebe, nossa antiga moradora fala de como o interior da casa foi igualmente aos poucos mudando com a chegada desse equipamento moderno. Aqui podemos investir na ideia de que, sensivelmente, conforme a luz chegava em algumas residências, se tinha a sensação de maior conforto e segurança, noções caras as mudanças de sensibilidade sentidas com as transformações nas formas de morar e habitar o espaço urbano como nos mostrou Roche (2000). Embora, insistimos, Aroeiras nesse tempo ainda vivia num misto de urbanidade/ruralidade.

Sobre os habitantes invisíveis D. Olívia nos adverte: “parece piada? Mas não é. É bem verdade. Há habitantes visíveis e invisíveis (!) por aí pelos matos e matas nas cercanias de Aroeiras...” Em Aroeiras, “gente de fé, gente de palavra, falava desses entes que não podem ser contados, em número na população de Aroeiras. Chamam a esse personagem meio mitológico de ‘Comadre Fulozinha’. Uns chamam-se de ‘caipora’, mas parece que ela não gosta”. Essa personagem, ao que dizem, “é muito vingativa e cheia de caprichos. No dia em

que o caçador entrar no mato para caçar e ouvir o seu assobio fininho, pode desistir da caça, pois não vai matar mais nada”. Parecia mesmo que a “comadre” gostava de abrigar-se na mata, em contato com a natureza, aos arredores do povoado, pois ela também costumava “fazer trancinhas nas crinas do cavalo, de tal forma que se desfazia qualquer um a desmanchá-la. Se ela se zanga com o dono de um cachorro, enrola este todinho (!) de cipó e chega-lhe a surra de galhos de urtiga! Ouve-se o grunido do cachorro e, depois, uma risadinha sumindo lá para dentro da mata...”³²⁸

Para que ela não nos ouça... Falemos baixinho! Mas, era nas lembranças de nossa narradora, a Comadre Fulozinha a habitante invisível que povoava as *cercanias* das terras de Aroeiras. E, cremos, não só as matas e serras do pequeno povoado, mas também o imaginário de muitos de seus habitantes *reais*, *visíveis*. Pois, talvez fosse possível que muitos caçadores daquele tempo abandonassem a mata após *arrepisar-se* com a *impressão* de se ter ouvido o fino assobio dessa que não se pode dizer o nome, que não *se contava em número* nos habitantes da pequena Vila. Personagem que passeava pelas noites escuras tomadas pela mata, cujas “terríveis ações” eram contadas em histórias que faziam assombrar.

Sobre elas, nossa narradora diz... “Parece lenda mesmo, mas é fato. Apenas incompreensível, mas o pobre cachorro ficou todo enrolado de cipó e urtiga também... que foi? Não ficou nenhum rastro no chão...” Terrível, não? Incompreensível talvez. Verdadeiras?... Idealização?... Não temos a intenção de afirmar. Mas, se não queremos afirmar, lancemos ao menos o desafio proposto pela antiga moradora: “Quem puder, procure descobrir ou, ao menos entender... depois vai me dando as informações para eu anotá-las. Bem entendido: em casa. No campo não! Lá há flores silvestres bem perfumadas... mas também há urtigas bem dolorosas... não vou cutucar caipora com vara curta...”³²⁹ Aos aventureiros, lembramos, estaremos também aqui, em um outro tempo, ainda ansiosos por saber! Em casa... Se possível, sentido apenas o leve perfume das flores e do *mato* que ainda entra pela janela.

Enfim, como se percebe, o que repousa por traz de narrativas como essa é o fato de que a Aroeiras por ela relembrada é aquela em que a presença de um universo místico, cercado pela mata e por muitos outros elementos bucólicos, campestres, avolumam-se ganhando contorno. Mata, flores, plantas, serras, caça/caçadores, cavalos, cachorros, além das “místicas forças invisíveis” fazem parte de suas lembranças da Aroeiras de um tempo passado cercada por elementos de uma vida rural.

³²⁸ (Cf. ANDRADE, 1984, p. 49).

³²⁹ Ibidem. p. 45-50.

Por outro lado, há também em suas memórias indícios de certos traços de urbanidade, representados na materialidade do “elemento casa”, tida, na leitura de Roche (2000) com um produto do tempo e produtora de temporalidades, ou seja, um item da cultura material por excelência. Diríamos, inclusive que de acordo com a leitura de Giard e Certeau (2009, p. 206) que o espaço da casa é local onde as “famílias se reúnem para celebrar os ritmos do tempo, confrontar a experiência das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças, superar as provas, todo aquele trabalho de alegria e de luto que só se cumpre ‘em casa’”.

Em nosso texto, a “casa” extraída da leitura de D. Olívia é também pensada enquanto um ambiente seguro e confortável. Ou seja, a casa é sensivelmente vista por nossa narradora como sinônimo de refúgio dos elementos *hostis, incompreensíveis, invisíveis* que rondavam as noites escuras de Aroeiras. Pois, naquele ambiente, provavelmente estando ligada a laços familiares, afetivos e envolta por certa materialidade, elementos de conforto da cultura material: o mobiliário, a decoração, a “luz”, etc. fazia com que se sentisse segura, longe dos “castigos da comadre”. Há, acredita nossa narradora, um contraste, uma oposição, entre o que se entendia por campo, místico, bucólico e inseguro, e citadino, confortável e seguro, livre das mistificações. Contudo, no caso de Aroeiras, não devemos exagerar nessa “aparente oposição”, nesse “contraste”, uma vez que, cremos, esses dois universos estavam intimamente imbricados.

Isso se pensarmos que, na oposição entre o urbano e o rural, a casa, desde os tempos mais remotos, “era, em primeiro lugar, o local de proteção. Era um abrigo contra os elementos, contra as variações climáticas”. Pois, “esse papel de acolhimento e segurança atravessara as eras e permanecia nas consciências”. A casa urbana, “a fazenda ou as casas dos lugarejos e das aldeias se opunham a desordem da rua”³³⁰. A casa, no entanto, representa o nível da vida privada sendo processada em meio às trocas e costumes urbanos, também presentes naquele contexto.

Neste caso, a fala da narradora pode nos ser indicativa sobre a forma como muitos dos habitantes da Aroeiras de tempos passados, puderam marcar em seu universo simbólico, a maneira como “imaginaram a fronteira entre o dentro e o fora” de modo que, naquele ambiente, o interior, o privado, a família, a ordem, os instrumentos e objetos da cultura material se opunham aos elementos presentes na rua, com sua desordem, insegurança,

³³⁰ Veja-se Roche, quando pensou “as casas rurais; casas urbanas” verificando o elemento casa “como produto do tempo, produtora das temporalidades” em que pese pensá-la como um produto da cultura material que “estava no centro da vida comum para todos”. (Cf. ROCHE, 2000, p. 118)

escuridão, perigo e mistificações. A casa, nestes termos, aparentemente um objeto material, recebe um acréscimo de sentido: representa segurança e conforto.

Afinal, era também no ambiente da casa que, após apagarem as luzes, muitos aroeirenses ficavam livres das pedradas que irrompiam da escuridão. De preferência, com os candeeiros apagados, devemos lembrar; nela, as moças “direitas” estariam livres das garras do Lobisomem; longe dos *perigos e castigos* da comadre. E, oportunamente poderíamos ainda indagar: seria a “casa” o destino do finado Agamenon quando exclama: “eu vou é me embora!” saindo apressadamente do beco da usina enquanto se ouvia o “tá, tá, tá” das supostas pedras invisíveis?

Não podemos assegurar. Mas, o certo é que, pensada enquanto ambiente de conforto e segurança, o interior da casa poderia servir de abrigo contra aquilo que não se via pelas noites escuras de Aroeiras. Assim, nos interessa perceber que, de um modo ou de outro, essas histórias faziam parte das representações das noites em Aroeiras, sempre escuras e perigosas, suscetível aos vícios e as imoralidades, bem como as mistificações. Nessas histórias, o interior das residências, com aquecimento da luz, a vela, a gás, óleo, álcool, ou ainda elétrica, o conforto do mobiliário, o aconchego dos cômodos, o recolhimento familiar, faziam com que fosse pintada significativamente por muitos moradores locais.

Por fim, preparamos ainda um breve tópico antes de enveredarmos por outro caminho. Aqui pensamos em termos de esclarecimento para que o leitor compreenda melhor essa passagem que ousamos abrir.

3.3 – Os usos do espaço na relação dos sujeitos com as coisas: a casa, os materiais, a moradia.

A leitura dos possíveis materiais utilizados nas construções analisadas na entrada acima, ou mesmo a presença de certos itens da cultura material no interior dessas casas, não quer dizer que fossem esses os tipos de materiais utilizados por excelência nas formas de construção e moradia em Aroeiras nem que fossem essas as moradias presentes em todos os espaços da cidade. Nem que seu espaço tenha apenas convivido com esse tipo de construção, a saber, em que a casa de alvenaria trazia consigo todos os possíveis elementos de conforto e certa civilidade.

Cabe fazer notar que nesse espaço, nesse mesmo tempo, conviveram outros tipos de moradias em que a composição dos materiais utilizados ainda era a taipa com a armação de madeira e o barro para a sua sustentação. Nessas construções as formas de morar e viver eram bem diferentes das que analisamos acima. É o caso das residências visualizadas na imagem

abaixo. Tal imagem pode nos ser indiciária em muitos aspectos das demais formas de morar e viver na Aroeiras da época de nossa (re)visitação. Analisemos...



Fotografia nº 25 – Casas situadas a altura das ruas Zeferino de Paula (rua dos coqueiros) e a Rua do Comércio nas proximidades do cruzamento do Riacho com as duas ruas citadas.

Nessa imagem, provavelmente “clorada” entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, avistamos duas residências nas proximidades da Rua Central. Trata-se de dois casebres situados nas proximidades do cruzamento do Riacho do Aricuru com a Rua Zeferino de Paula, conhecida como Rua dos Coqueiros e a Rua do Comércio. Nesse ponto, já citado em nosso primeiro percurso, o riacho cruzava a cidade antes de descer por traz das casas da Rua do Comércio em direção ao Rio Paraíba. Esse ponto, ao que nos lembra certo legislador ainda em 1955, talvez fosse um dos que mais trouxesse problemas quando da época de cheias no riacho. É de se imaginar que a água que por ali passava invadisse a Rua do Comércio.

Daí o desejo de trazer-lhe alguma melhoria. É bem verdade que essa melhoria tardou chegar, apenas no final da década de 1970 e início da década de 1980, foi construída uma ponte de concreto armado no local. Embora não seja essa temporalidade parte de nosso recorte nesse trabalho, cabe destacar que além da ponte, o serviço de alinhamento urbano com a construção do calçamento na junção com a Rua do Comércio transformava a antiga “Rua na Avenida Zeferino de Paula”, uma espécie de cartão de entrada de quem viesse de

Campina Grande para Aroeiras. Nesse mesmo tempo as casas acima foram demolidas para construção da ponte e passagem do calçamento³³¹.

Na imagem, é provável que o fotógrafo tenha se posicionado de modo que o riacho estivesse localizado bem próximo. Certamente, nesse contexto, seu esforço em registrar a imagem não era para captar a casa servida de moradia, nem muito menos o(s) seu(s) morador(es), mas sobretudo, para registrar o que antes era aquele local que, provavelmente, já estava com os dias contados. Certamente uma imagem destinada a posteridade.

Contudo, para além da história da demolição, cabe notar que esse tipo de moradia ainda era presente no contexto das décadas de 1950/60. E nela, o tipo de material utilizado era bem diferente da maioria das casas do centro. Trata-se de uma moradia de populares situadas aos arredores da cidade em que nota-se a precariedade nas formas de morar e viver desses habitantes. Um desses populares, certamente usando um traje mais simples, aparece na imagem ao fundo. É provável que seja um dos seus moradores, talvez tentando organizar o seu quintal, ou mesmo, dando um “jeito” em algum item de casa. Uma coisa é certa: ele está “atento” no que faz, chegando a não desviar sua atenção quando da presença do fotógrafo captando a imagem. Note-se que na imagem não há divisões entre os quintais das duas casas, indícios de que nesses lugares a fronteira entre o público e o privado não estava tão definida.

Os indícios da imagem não atestam traços de energia elétrica e/ou mesmo a presença da alvenaria, do cimento, das duas ou três janelas e do cal que davam um tom de padrão arquitetônico mais “apurado” às casas da área central. Ao contrário, ainda se vê os traços de madeira armando a base e servindo de sustentação do telhado. Em tais construção, a mistura do barro com esse tipo de armação dava forma a casas de taipa, ao que parece, precárias e insalubres.

Nessas habitações, diferentemente da métrica e alinhamento das casas de alvenaria, a fachada parece cair um pouco à frente, envergando-se em direção a pedra mais a dianteira, um forte indício da fragilidade dos materiais utilizados. Na ausência de instalação elétrica, provavelmente o lampião a gás, a vela e/ou mesmo outros agentes iluminativos se encarregavam de clarear o interior da residência à noite.

³³¹ Na administração de Fernandes Pedro de Melo, entre 1977 à 1983, publica uma “cartilha” intitulada “você precisa conhecer a vida e a história do seu município” em que lista suas ações e obras. Nela, no tópico Serviços Urbanos, consta que “implantou três mil metros quadrados de calçamento na Avenida Zé Ferino de Paula, sendo que a conclusão foi feita através de solicitação de deputado Múcio Satiro junto ao D.E.R inclusive a ponte da referida artéria”. Além disso, consta que “a prefeitura participou da indenização de casas, ampliou a rede elétrica colocando postes de ferro com luminárias nos canteiros, inclusive, implantou quatrocentos metros lineares de meio fio nesta mesma avenida”. Consta que antes da ponte em concreto armada construída nessa local, ligando a nova Avenida a Rua do Comércio existia uma ponte improvisada de madeira que auxiliava na passagem de um ponto a outro da cidade.

É bem verdade que não podemos entrar porta adentro no espaço dessa casa, digamos, mais popular, sobretudo porque nossas fontes não nos permitem. Contudo, avistando pela sua fachada, ou ainda como já se disse, a organização do seu exterior pode nos falar e, neste caso, é provável que a forma de morar e viver desses habitantes, não há dúvidas, fossem gestadas por outros ritmos e padrões. Não apenas pelos materiais utilizados, mas sobretudo, pela localização, a “beira do riacho” o que fazia dessas residências locais um tanto quanto insalubres.

Entretanto, nesse tipo de moradia também é possível encontrar engenhosidade na forma como os homens mantinham relação com os objetos materiais necessários a sua sobrevivência. Em sua extensão, na forma como os sujeitos sociais mantinham relações diversas com a vida e as coisas. A sua edificação é também uma forma de significar o espaço, de usá-lo ao seu modo. Para dizer que também estava carregada de sentidos, “criativos”, de usos. Pois, é de se imaginar que para sua edificação também era requerida uma técnica, um “método” adquirido ao longo das gerações.

Desses usos e apropriações “criativas” dos sujeitos que se (re)inventam o cotidiano Certeau (1994) já havia nos chamado atenção. Pois, mesmo diante da adversidade, ou mesmo a partir delas, queremos acreditar que por lá “a vida cotidiana era encarada como problemática”, fazendo com que o próprio cotidiano fosse “inventado e reinventado” evidenciando “a poesia do dia a dia” como nos mostrou Matos (2002, p. 26). Logo, não seria exagero afirmarmos que esses pequenos casebres também traziam em si elementos de uma poesia cotidiana.

Além disso, o interessante dessa imagem é que, a título de exemplo, podemos pensar como outros tipos de residências “conviviam” diferentemente no mesmo espaço. Essa questão pode ser vista na próxima imagem.



Fotografia nº 26 – Calçamento da Rua Carlos Pessoa 1.500 m² década de 1960. Acervo Pessoal Jordan Q. Gomes.

Nessa foto, presente no “documentário fotográfico do prefeito Joaquim Antônio de Andrade” em seu segundo mandato, 1969-1973 já apresentado em nosso segundo capítulo, é provável que seja ambientada nesse período. Trata-se do registro do calçamento da Rua Carlos Pessoa nas proximidades com a Rua dos Coqueiros, à direita da imagem, mais precisamente à direita do fotógrafo, e a Rua do Comércio à esquerda da imagem e igualmente à esquerda do fotógrafo. Nesse ângulo em que a imagem foi captada, o fotógrafo certamente se situava no meio das duas ruas, ou no local onde elas ainda se encontram. Neste caso, à sua direita ficava as casas vistas na fotografia número vinte cinco. Ou seja, elas se faziam presentes naquela paisagem, mas, por algum motivo, não foi captada pelo operador da máquina. Talvez porque tenha sido contratado para registrar apenas as benfeitorias da administração pública de modo a demonstrar certo progresso urbano representado na feitura do meio fio e do calçamento da Rua. Nesse tipo de imagem, os indícios de (des)configuração urbana deveriam ser “apagados”. Ao menos, poderia ser essa uma pretensão.

Enfim, para além disso, uma rápida leitura da imagem nos informa mais sobre a paisagem retratada. Acima, avistamos a Torre da Nova Igreja Matriz, Nossa Senhora do Rosário construída ainda na década de 1960. Lá, a Rua Padre Leonel Franca, já conhecida nossa, dava acesso ao grupo Escolar Major José Barbosa. Ainda na imagem, uma “Rural”, automóvel estilo “perua” bastante conhecido na época, dá sinais de sua presença, certamente sendo “reparada” por seu dono ou ao seu pedido. Com a “tampa do motor” e a porta do

condutor abertas, era sinal que recebia alguns reparos. Mas o que queremos captar dessa imagem não são esses elementos que também se faziam presentes, mas sim a construção da residência a esquerda da fotografia.

Trata-se da construção da residência do então comerciante do ramo de algodão e agave Antônio Pedro. Note-se que é uma construção, provavelmente iniciada na década de 1960. Nela, queremos acreditar que se trate de um outro exemplo de moradia pertencente a um membro da elite local. Ao que se pode notar, uma construção que fugia aos padrões locais, a começar pelo erguimento de três pavimentos, ao que indica ser um térreo, um primeiro e um segundo andar. Temos na imagem uma residência construída em “concreto armado” que daria base e sustentação aos pavimentos erguidos acima do piso. De certo, a casa trazia consigo elementos novos quanto a estética e aproveitamento da área construída. É o caso dos contornos das vigas e lajes que davam forma a sua fachada. Abaixo dessa viga central, formando uma espécie de varanda, vê-se um espaço, provavelmente destinado a garagem de algum veículo.

Acima, na lateral e na fachada, as altas e longas janelas se abriam para o nascente, na parte lateral, e para o poente juntamente com a sua fachada. Essa predisposição de janelas e portas certamente faziam da residência um tanto quanto arejada nas várias épocas do ano. Apresentando esses traços, é provável que essa residência tenha sido proveniente de um olhar mais técnico de empreiteiro-mestre de obras ou algum engenheiro, quem sabe, trazido de outros centros para Aroeiras de modo a implementar as técnicas de construção. De certo, uma construção que imprimia certa mudança na paisagem habitacional do lugar.

Enfim, embora não possamos precisar maiores detalhes da construção, como por exemplo, como se deu os preparativos para a edificação, a exemplo dos detalhes da planta, ou se houve uma planta – algo que queremos acreditar que existiu –. Na impossibilidade de precisarmos maiores detalhes, estamos convictos que se trata de uma construção que em muito diferenciava dos padrões de construção e moradia à época. Sem exagero, é possível afirmar que essa construção trazia consigo certo ar moderno e modernizador para o lugar, mesmo que, naquele momento, contrastasse com muitos outros elementos da própria paisagem em que estava sendo construída. É o caso da ausência dos passeios públicos, das calçadas que de um lado e do outro da rua, desalinham a brancura do calçamento recém feito. Ou mesmo, na ausência da continuidade do calçamento que passava ali no pedaço de Rua lateral, Rua Cônego Antônio Ramalho, já calçada até as proximidades da Rua Pedro Américo e no encontro com a Rua do Rosário e Pe. Leonel Franca.

Além desses elementos *deconfigurantes*, caso o fotógrafo desviasse sua máquina para a direita, certamente encontraria outras moradias bem diferentes e um tanto quanto mais precárias juntamente com a desfiguração da Rua dos Coqueiros e das Pedras do Riacho, se não de resquícios das últimas águas que por ali desceram. Acima do riacho, é provável que uma ponte improvisada de madeira se fizesse presente auxiliando na passagem dos moradores de um ponto a outro da cidade. Ou ainda, dada a ausência de postes nas redondezas, mesmo em um contexto em que a energia de Paulo Afonso já se fazia presente, é de se pensar que esse ambiente fosse bem escuro à noite, talvez, fazendo com o que antigo comerciante tivesse que incluir em seu projeto de *moradia confortável e moderna* um item sobre a extensão da luz elétrica aos arredores da casa, dando maior conforto e segurança a seus familiares.

Nesses idos poderíamos retornar a referencia sobre a luz elétrica no interior de algumas residências. Ela poderá nos render outras notas. Posto que, por volta da década de 1960, foram instalados, em algumas residências, os primeiros aparelhos de TV. Uma dessas residências foi a do vereador Neco Luna, certamente equipada com a presença da luz elétrica. Com o aparelho de TV, a residência continha um item moderno de conforto, objeto material desejado por muitos e utilitário na tarefa de reunir a família. Talvez por isso, tenha sido primeiramente instalada lá *pras bandas da sala de janta*, conforme nos lembra certo morador, depois, transferida para a sala de visita, próxima a porta e as janelas onde alguns curiosos podiam dar uma olhada. Pois bem, com ela abriremos algumas portas e janelas para efetivamente adentrar no universo da diversão e do lazer.

3.4 - “A fábrica de sonhos” e as redefinições do espaço: os aparelhos de TV e o Cinema no encantamento das práticas urbanas.

A década de 1960 marcou a cidade com a chegada de outros equipamentos e instrumentos modernos. Trata-se dos primeiros aparelhos de TV aqui lidos como um ícones modernos que embalou uma nova temporalidade de aspirações modernas no contexto brasileiro. Em Aroeiras o primeiro aparelho de TV chega um tanto quanto cedo, haja vista que a experiência brasileira com esse equipamento é na década de 1950. No contexto estudado, para Sevcenko (1998, p. 615) “a televisão herdava do rádio e do cinema as funções de máquina de fazer mitos, se aproveitando da maior intimidade com que disputaria o espaço doméstico e o cotidiano de seus espectadores”. Trata-se de um equipamento que invade o

âmbito privado, adentrando porta adentro no universo da casa. E, em Aroeiras é possível que essa relação tenha dado o que falar, ou melhor, “o que apertar”.

O Sr. Pedro relembra com entusiasmo a impressão de certo morador local, o Sr. Dão Pineco que, em passagem pelo Rio de Janeiro, se viu atraído pelo envolvente aparelho trazendo para Aroeiras a notícia do que havia visto. Certamente tratava-se do mais “novo” equipamento moderno que ganhava lugar pelas ruas e vitrines *das grandes cidades*. Por isso, talvez, esse equipamento tenha chamado a atenção de nosso visitante a então Capital Federal. E, quando chegou aqui, de volta para sua terra, se encarregou de exteriorizar sua experiência interior. Se bem que, é verdade que não podemos precisar quando foi essa passagem do antigo morador pelo Rio de Janeiro, nem quando realmente foi instalado o aparelho em Aroeiras. Aqui, deve-se lembrar que no trabalho com a memória oral, com as lembranças de velhos, pode haver “deslizes na localização temporal de um acontecimento”³³² falhas cronológicas e nem sempre se consegue fixar tais lembranças na datação de um tempo exterior. Confusões à parte, no caso da notícia do aparelho, O Sr. Pedro informa que “Dão” havia dito quando chegou de retorno ao Rio de Janeiro em Aroeiras,

...eu vi um aparei que agente ta aqui conversando e tão conversando também no Rio de Janeiro - oxente que conversa é essa? (exclamaram os curiosos) – tu vai ver se eu num trago uma! – quando foram ligar a bicha (se referindo a TV) era gente que a casa de Néco Luna não cabia, esperando pra ver a projeção... ficaram tudo admirado né, com aquele aparelho”³³³.

Certamente um “aparei” admirável. Contudo, se foi realmente Dão Pineco que trouxe a “bicha” para Aroeiras de modo provar aos seus que realmente era verdade o que havia testemunhado, nós não podemos afirmar. Assim, como já informamos, não temos como precisar quando realmente foi instalada o aparelho na casa de Néco Luca. O certo é que a notícia do misterioso e encantador “aparei” deve ter corrido as ruas da cidade, deixando igualmente curioso todos que dela ouviram falar. De modo que não sabemos quanto tempo os curiosos esperaram para ver essa bicha de perto que, como numa mágica, fazia com que os sujeitos se comunicassem e vissem suas imagens a distancia. Mas sabemos que ela chegou, e sobre essa recepção, a fala do narrador nos dá conta.

Igualmente não sabemos se o nosso narrador presenciou a chegada do aparelho ou se apenas ouviu falar. Por outro lado, sua lembrança remete a chegada do dito “aparei” televisor,

³³² Veja Bosi (1994, p. 419) sobre o item: tempo e memória.

³³³Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Pedro Francisco Alves em 04 de Maio de 2009.

primeiramente no ambiente privado, no caso, na casa do Sr. Néco Luna, antigo morador e vereador local já conhecido nosso. Como ocorrera em outras partes do Brasil, ela chegou invadindo a casa porta adentro provavelmente se aproveitando da maior intimidade de seus expectadores. O fato é que, a partir de certo momento, dada a curiosidade, esses expectadores fugiam do âmbito privado, do interior da família, sendo impossível de imaginar a *leva* de pessoas que se concentravam apertadamente para ver as imagens transmitidas desses aparelhos. Quando da chegada do aparelho na casa de Néco Luna, a partir da lembrança do nosso narrador, é possível imaginar, o povo esperou ansioso pela abertura da porta da casa, ou ainda, alguma janela para se ver a bicha funcionar.

Neste caso, é provável que um “magote de gente” tivesse lotado a casa de Neco Luna, o qual, talvez por ser um homem público, decidiu abrir as porta e algumas janelas de sua casa para que os *povo curioso* assistisse encantado a projeção das imagens. É presumível que a curiosidade que fez a *gente* lotar a casa do antigo vereador tenha sido pelo fato de que aparelho de TV representava a possibilidade de deslocamentos do espaço, o contato com outros mundos, outros lugares, trazidos pelas imagens. Sorte se, como em muitas outras casas de residências localizadas na Rua do Comércio, essa residência comportasse mais de uma janela. Só assim caberia mais gente. Aqui caberia uma inquietação: será que o nosso antigo legislador teria se incomodado, de algum modo se sentido desconfortado, com essa invasão de privacidade? É possível imaginar. Contudo, não sabemos o que assistiram, qual programação foi contemplada naquele dia. Por outro lado, sabemos que foi um dia de admiração. Um dia de encanto. Que provavelmente também deu o que falar. Será que a partir daquela experiência tenha se realmente comprovado: “O danado do Dão tava era certo”?!

De certo é que o sucesso da telinha, colocada no espaço da casa, ganhou as ruas. E, parece que, ainda por volta da década de 1960, alguns políticos locais sentiram a necessidade de agradar o “povo” com a compra de um aparelho desse tipo, agora, colocado no espaço público. Esse empreendimento do poder público local ficou registrado na lembrança do Sr. Daniel, rememorando seu tempo de moço, recém chegado com a profissão de alfaiate na década de 1940 vindo de Campina Grande. Quando chegou aqui, apesar do estranhamento de um homem que vinha de “terras mais adiantadas”, logo se encarregou de ir se acostumando com “o ritmo da cidade”. Quando da instalação do aparelho de TV na Praça, fala que:

[...] agente, vamos pra televisão. Vamo olhar a televisão. Tinha um tal de um repother Eresso (risos). Dava a noticia do mundo inteiro. Era! Todo mundo batia palma. Depois enquanto a luz não dava o sinal, dançavam por ali um poquim, quando a luz dava o sinal cada um retornava pra suas casas [...] Dia de sábado a noite de domingo, vinha a Torre, vinha o Mirador aquela praça ficava aquilo bem

lotada, pra escutar a televisão, pra ver. O repórter. As vezes tinha um filme de luta. Ah! No dia que [...] Quando dizia, na televisão tinha um filme de luta [...] Todo mundo ia.

A chegada do aparelho de TV na Praça deu um novo ritmo aos arredores da Rua central. Certamente, temos a indicação de um lugar de memória, cercado de sentidos, preenchido por lembranças, (re)criado por práticas. Com isso, ele nos dá conta da reunião dos moradores da cidade e localidades vizinhas “lotando” o espaço público. Uma festa nos finais de semana. E, se antes não sabíamos a grade de programação preferida na casa de Néco Luna, ou mesmo o que passava na tela da TV, o nosso narrador nos informa sobre o programa, se não mais agradável a todos, ao menos o mais memorável em suas lembranças. Trata-se do repórter “Eresso”, ou o repórter “Esso” que dava a notícia do mundo todo. De lá, certamente se escutava com ansiedade uma voz grave dizer, seguida de uma vinheta: “aqui é o repórter Esso, testemunha ocular da história”. Ou ainda: “O primeiro a dar as últimas notícias”. Sou “O Seu repórter Esso³³⁴”. Era o anúncio de que as atenções, naquele momento, se voltaria para a tela. E o mundo se abria. A imaginação invadia a cena num misto de realidade e encanto, de representações e sua dimensão referente.

De fato, o repórter Esso dava a notícia do mundo todo. Era o rádio sendo incorporado pela programação da TV. E naquele tempo, o noticiário parecia ser um bom motivo para a rapaziada se juntar na praça nas noites de Aroeiras. Com isso, as noites em Aroeiras, após a construção da praça e instalação do aparelho de TV na década de 1960, lembra nosso narrador,

[...] eram muito divertidas ali. Toda noite a maior parte das moças e dos rapai dali iam pra praça assistir a televisão. Eles não chamavam televisão não. Vamos pro repórter Eresso. Por que dava a notícia do mundo. Dava a notícia de qualquer outro reposte assim, como tem hoje. Ai depois, ficava filme, ficava... bobagem... bobagem...

³³⁴ **Repórter Esso** (também conhecido como **O Seu Repórter Esso**) foi um noticiário histórico do rádio e da televisão brasileira. Foi o primeiro noticiário de radiojornalismo do Brasil que não se limitava a ler as notícias recortadas dos jornais, pois as matérias eram enviadas por uma agência internacional de notícias sob o controle dos Estados Unidos da América. O repórter Esso era patrocinado por uma empresa estadunidense chamada *Standard Oil Company of Brazil*, conhecida como Esso do Brasil. A primeira transmissão ocorreu na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1941, iniciando a cobertura do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Antes da estreia oficial, o programa havia ido ao ar experimentalmente na Rádio Farroupilha de Porto Alegre. Na televisão, o noticiário, inicialmente com o nome de **O Seu Repórter Esso**, foi apresentado de 10 de abril de 1952 até 31 de dezembro de 1970 na TV Tupi. Veja o arquivo do Estadão, disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/2011/08/28/no-ar-o-reporter-esso/>. Acesso em 20/01/2012.

Certamente, no outro dia, logo cedo as notícias ouvidas na noite anterior rondavam pelas ruas da cidade. A seu modo, é provável que os moradores locais se encarregassem de “(re)fazer o jornal”, veiculando a notícia para os que, por um motivo ou por outro, não puderam estar presente na praça. Ora, sobre essa possibilidade, não poderíamos de deixar de notar o “burburinho” de práticas milenares, seja cidadina ou não, que cotidianamente animam os sujeitos na sua lida contra o tempo, na continua luta diária impressa sobre o (sobre)viver. Talvez aqui nos valha o resultado dos estudos realizados por certa postura historiográfica que revisitou a chamada “cultura popular” como nos lembra Certeau (1994). Trata-se da possibilidade de se tentar detectar indícios de uma “fabricação”, ou representações, dos usos, consumos que os sujeitos fazem de uma produção racionalizada e expansionista, em nosso caso, as imagens de TV. Falamos em termos de interpretação, de apropriação do que era veiculado.

Para além disso, temos indícios de uma vida noturna sendo experimentada nas primeiras horas da noite, extensivas até momentos antes da luz apagar, embora, com o apagar das luzes, um caminho ainda parecia o mais seguro: o espaço da casa. Em todo caso, nesses dias, as pessoas se reuniam, conversavam, se divertiam, enfim, criava-se um novo espaço de sociabilidades que vinha atrelado a novos hábitos e práticas. Pois, agora, lembra nosso narrador, *todo mundo* esperava a hora de ir ver a TV na Praça. Ficar informado, ver as *imagens do mundo*. Com mais frequência, mesmo que por pouco tempo, a Rua Grande juntava gente animando os seus arredores.

É bem verdade que não podemos afirmar que se trate da reivindicação de uma vida noturna dita civilizada, cara ao imaginários das elites do Séc. XIX e XX das cidades Brasil afora e das cidades e algumas capitais do norte em específico como nos mostrou Aranha (2008). Mas, nela há uma relação com novas práticas e hábitos noturnos de modo a nos informar sobre certa recepção desses instrumentos/empreendimentos e equipamento modernos.

Por outro lado, se agradava, a instalação do aparelho de TV na praça se encarregou de, aos poucos, fazer “esquecer” de antigas práticas, mais condizentes ao passeio público ao final da tarde e primeiras horas da noite. Tratava-se das retretas organizadas em algumas Ruas da cidade, sobretudo, na altura da Rua do Alto e na Rua Grande. Para nosso narrador, quando por aqui chegou na década de 1940, já com a presença da luz elétrica,

As noites de Aroeiras tinha uma tal de uma retreta né. A retreta durante o dia era lá no balde do açude. Quem tinha sua namorada era de quatro horas até as seis horas. Quem não tinha, ficava passeando por ali e tal, quando dava seis horas agente

retornava para nossa casa, nosso lar. Vínhamos tomar café. Ou então tinha uma banda de música. Toda vida teve banda de música boa aqui viu. Hoje é que não tem mais. O que significava a retreta. A retreta significava as moças passeando na rua e os músicos tocando no lado da rua ali [...] Na frente de qualquer uma outra casa. Até nove horas. Quando era nove e meia s luz dava o sinal, apagava e acendia avisando ao povo que a retreta tinha acabado. Ai cada um que ia retornar para sua casa. Depois que a retreta acabava. Quando as luzes se apagavam, ninguém podia mais andar na rua, porque nem os pais deixavam mais os rapai sair, nem as moças iam mais sair porque se tivesse clara não saía e se a noite tivesse escura também não saía³³⁵.

Certamente a retreta se mostrava atraente aos moradores locais, sobretudo aos rapazes, como era o caso do nosso narrador à época, passeando por ali, quem sabe, paquerando de longe alguma das moças que passavam pelo outro lado da rua. Para nosso narrador, talvez se tratasse de uma prática já conhecida, quando de sua morada em Campina Grande, onde nasceu em 1923, morando por lá até a década de 1940. Nesse mesmo tempo, Sousa (2006, p. 105) analisou os passeios, nos anos de 1930 e 1940, das “mulheres e mocinhas” se misturando com as “senhorinhas” pelas ruas centrais de Campina Grande. Sobretudo, aos domingos de “retreta na Praça Epitácio Pessoa”. Em Aroeiras, tratava-se de uma cena nova para muitos de seus habitantes, passear pelas ruas, mesmo que pouco iluminadas, mas com algum conforto pelos passeios públicos.

O Sr. José Guedes, também nos informa sobre esse tempo em que, antes da Praça e do aparelho de TV, por volta das décadas de 1940/1950, eram outros os atrativos e divertimentos dos aroeirenses. Para ele,

[...] a vida da turma era serenata nesse balde do açude... ali era a noite todinha ali num faltava violão e os caba cantando musica e tomando cana. Tinha de tudo... aqui no balde, num tinha Praça não na época era pedra. Depois da praça... Lá na praça era forró toda noite... Era bem iluminada, os banco bem feito, é porque quebraro tudo mai ali era bom demais. Muita mulé... As mulé tudim a noite era lá a rapaziada tudim, muita gente. Era só o som era uma radiola bem grandona bem grande era os disco daqueles disco grande era musica a noite todinha e o forró pelo meio do mundo. Era bom demais Aroeira era muito animada.

Em sua fala, o antigo espaço de encontro se perde na materialidade da praça com seus atrativos modernos: a luz, os bancos, a vitrola, o dancing e, posteriormente, o aparelho de TV. Em sua fala, percebemos aos poucos como as *novas práticas* incitadas pelos *novos espaços e equipamentos urbanos* vão criando uma cartografia de espaços de diversão que disputavam a atenção do público. De certo, a retreta já não se mostrava tão atraente.

³³⁵ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Daniel Bento Simplício no dia 25 de Agosto de 2008.

Para o Sr. Daniel, “depois que ele (se referindo a Sebastião Souto Maior) fez a praça acabou a retreta no baldo do açude [...] após a implantação da televisão [...] a festa era todo dia a noite”³³⁶. Mudava-se, aos poucos, antigas práticas. Posto que as impressões do ser moderno revelava novos olhares sobre as formas de se divertir, dos encontros e das sociabilidades. Trata-se de pensar em mudanças de sensibilidades que esses empreendimentos e equipamentos iam estimulando. Por isso, o fim da retreta, é naquele presente de nosso encontro, lembrada com animação por nosso (reme)morador. Em nosso tempo, a lembrança do fim da retreta era iluminada por aparelhos modernos que, a noite, embalava outras expectativas, deixando transparecer que a praça, juntamente com a TV e a vitrola, criavam um novo ambiente de sociabilidades. É como se, aos poucos, as pessoas fossem esquecendo antigos hábitos face as *novas práticas*.

Sobre isso, se se afirmar que as notícias veiculadas por esse aparelho correu as ruas da cidade e localidades vizinhas, é provável que tenha igualmente despertado o desejo de outros moradores em torno da possibilidade de se ter um equipamento como esse nas proximidades. É o que ocorre com o então distrito de Pedro Velho e também no distrito de Gado Bravo, em que pese verificar que por lá as pessoas reclamavam do isolamento e morosidade com que suas atividades cotidianas eram assistidas.

Esse desejo, não por acaso, é colhido por um antigo conhecido nosso que se encarregou de transformá-lo na justificativa verbal do Projeto de Lei nº 01/63, de autoria do vereador Pedro Paulo de Andrade. Aprovado na Câmara em 22 de julho de 1963, esse projeto autorizava a abertura de crédito de “600.000,00 (seissentos mil cruzeiros)” para a compra de dois aparelhos de TV a serem implantados nas referidas vilas. Neste caso, a datação do projeto aprovado pela Câmara é indiciária para pensarmos que, antes de 1963, outros aparelhos de TV já se faziam presente em Aroeiras, a exemplo do instalado na casa de Néco Luna e na Praça, embora, se deva levar em consideração que não bastava apenas ter o aparelho em casa, tido como um item de luxo, mas era também preciso se captar um sinal para que as imagens fossem projetadas.

Em Aroeiras, talvez dada a proximidade com as terras pernambucanas, de onde, já em 1960, a cidade do Recife captava o sinal de dois canais, a experiência com esses aparelhos se tornou possível. Neste caso, é provável que os aparelhos de TV instalados na cidade e na região tenham captado sinal de uma das Emissoras instaladas no Recife em 1960, a TV Rádio Clube de Pernambuco, pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand da TV

³³⁶Entrevista concedida ao autor pelo senhor Daniel Bento Simplício no dia 25 de Agosto de 2008.

Tupi de São Paulo, ou ainda da TV Jornal do Comércio, do Grupo F. Pessoa de Queiroz, responsável por algumas empresas de comunicação em Pernambuco.

Caso os aparelhos instalados tenham captado o sinal de um desses canais é provável que os aroeirenses tenham assistido, nos anos de 1960, no caso do jornalismo – diferentemente do que acontecia em São Paulo e Rio de Janeiro – o Repórter Esso pela TV Jornal do Comércio já que em Recife o conhecido tele jornal não era apresentado pela emissora da rede Tupi, no caso, pela TV Rádio Clube de Pernambuco, mas pela emissora rival, com a qual disputava, durante toda a década de 1960, a audiência dos pernambucanos e, também, através das “antenas repetidoras”, a audiência dos espectadores dos estados vizinhos da Paraíba e do Rio Grande do Norte³³⁷. Para fins de esclarecimento, é provável que paralelo à instalação dos aparelhos de TV em Aroeiras, os interessados em ter a novidade em suas residências tenham se encarregado de instalar uma antena repetidora que se encarregaria de captar o sinal em algum ponto da cidade e distribuí-lo para as residências equipadas com antenas menores ligadas aos aparelhos.

Enfim, de um modo ou de outro, o fato é que o aparelhos foi desejado por muitos aroeirense e, como dissemos, no caso dos moradores de Pedro Velho e Gado Bravo, esse sonho ganhou forma de projeto de Lei ainda em 1963. Na oportunidade, o projeto trazia como justificativa “verbal” o fato de estarem os moradores “a reclamar a solidão e pedem a televisão para desfazer aquele ambiente desolador”³³⁸. Certamente como o Sr. Daniel, esses moradores locais desejam ver o mundo se abrir pela testemunha ocular da história. Queriam também se apropriar desse lugar? O de testemunhar uma ordem de acontecimentos inscritos em um tempo que era também os seus? Enfim.

De certo, com essa reivindicação, mesmo passando pelo filtro do nosso legislador, podendo ter feito do ato um momento propenso para marcar o seu lugar, nos soa como um indicio para compreender como esse equipamento alterou a vida cotidiana dos moradores de Aroeiras nesse período: pintada como sinônimo de divertimento capaz de tirar esses pequenos povoados do isolamento. Talvez por isso possa mesmo ter sido desejada, ansiada diferentemente por todos. Aqui nos fica uma impressão: não bastava apenas se ter o “objeto”

³³⁷ No mês de junho de 1960, Assis Chateaubriand inaugura a TV Rádio Clube de Pernambuco pertencente aos Diários Associados da TV Tupi antes da inauguração da TV Jornal do Comércio, do Grupo F. Pessoa de Queiroz, responsável por algumas empresas de comunicação em Pernambuco, totalizando 5 (cinco) rádios e 2 (dois) jornais diários. Conta-se que havia uma briga acirrada entre as duas emissoras, durante a década de 60, em que disputavam a audiência dos pernambucanos e, também, através das antenas repetidoras, a audiência dos espectadores dos estados vizinhos da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Informações disponíveis em: <http://www.redetupi.com/paginas/tv-tupi-recife-o-desconcertante-apagar-das-luzes-de-uma-emissora.php>. Acesso em: 20/03/2012.

³³⁸ Projeto de Lei nº 01/63 de autoria do vereador Pedro Paulo de Andrade.

para se estar em sintonia com o moderno, era preciso também, quando da notícia de que ele havia chegado em outras localidades, desejar, sonhar, refazê-lo imaginariamente antes mesmo que ele assumisse forma concreta. Essa pré-figuração era também capaz de alterar o cotidiano de muitos moradores a espera da instalação do tão sonhado equipamento.

Pois, pode-se imaginar que a notícia que Dão Pienco trouxe de sua passagem pelo Rio de Janeiro tenha embalado muitos sonhos e desejos na cidade, ou ainda, a notícia de que em Aroeiras dos idos de 1960 a magia das imagens de TV já se fazia presente tenham igualmente sido recebidas com certo alvoroço pelos moradores dos pequenos povoados ao seu redor em se pode ter esse equipamento. Esses últimos, prontamente reivindicaram o aparelho e reclamaram o estado de solidão o qual se encontravam. Era a dimensão do sonho e do desejo que encontrava no equipamento moderno um referente que ia refazendo lugares, reinventando hábitos e práticas. Assim, estamos convictos de que o contato com esse aparelho redefiniu práticas, coloriu sonhos e desejos que, para além de estarem envernizados com a idéia do ser e parecer moderno, iluminavam o imaginário local a ponto de se poder manter contato com o mundo exterior, com o mundo “dito civilizado”.

Essa convicção nos leva ao encontro do segundo equipamento moderno que abre esse nosso tópico. No caso desse segundo, a saber, do cinema, tudo leva a crer que tenha “chegado” a Aroeiras antes mesmo dos primeiros aparelhos de TV, ainda na primeira metade da década de 1950. É bem verdade que chega um tanto quanto tardiamente, haja vista que as primeiras exposições da “maravilhosa lanterna mágica” no Brasil tenha se dado ainda em 1896, um ano após a primeira exposição do equipamento em Lyon na exibição do filme “a chegada do trem na estação”. Embora, apenas na década de 1930 o Brasil tenha conhecido a sua “era do Cinema”, sobretudo sob a influencia do “cinema de Hollywood”³³⁹. Já em cidades e capitais do Norte, a exemplo de Recife, as primeiras exposições com um cinematógrafo permanente se deu por volta de 1910. Na Paraíba, por volta de 1911, o teatro Santa Rosa, havia se tornado cine-teatro deixando de ser exclusivamente uma casa teatral para receber as exposições cinematográficas³⁴⁰.

No caso de Aroeiras, além desse contato ter sido tardiamente, a cidade não contou com um cinematógrafo “permanente”, sobretudo instalado em um local apropriado, “luxuoso e civilizado” como os que lotaram de expectadores no início do século passado muitas casas de espetáculo e/ou mesmo os prédios destinados as exposições cinematográficas, como é o caso do

³³⁹ Veja a análise de Sevcenko (1998, p. 517) sobre a descrição do escritor Máximo Gorki fez desse filme em 1895. Veja ainda a sua análise do Cinema que invade o cenário Urbano Brasileiro nos anos 30, igualmente com a era do rádio (p. 598)

³⁴⁰ Conferir Aranha (2008, p. 110).

cinema Fox na cidade de Campina Grande inaugurado em 1918³⁴¹. A experiência local pode-se assemelhar com o tipo de apresentação “itinerante”, “ambulante” na media em que não teve um prédio próprio destinado a esse fim, mas é bem verdade que mesmo funcionando no Mercado Público, as exibições duraram por algum tempo, marcaram uma época.

Sobre isso, deve-se lembrar que falamos em termos de cidade interiorana e talvez, como verificou Aranha (2008, p. 112), caiba a constatação de que, mesmo no início do século passado em que o cinema passava à ordem do dia enquanto reivindicação moderna destinada ao lazer, nas “pequenas cidades do interior era raro o caso de casas de espetáculo” destinadas, “exclusivamente para a exibição de filmes”. Logo, casas e prédios serviam de locais improvisados para instalação dos equipamentos e exibição dos filmes.

Aroeiras parece não ter fugido a essa regra, mesmo na década de 1950, o cinema ocupara, improvisadamente, o pátio do mercado para exibição dos filmes. Ao que tudo indica, os primeiros filmes foram trazidos pelo Sr. Dão Pineco, o mesmo curioso andarilho que trouxe a notícia do aparelho de TV. Nas lembranças do Sr. Daniel, não se sabe ao certo de onde, mas Dão,

Arrumou um filme por lá e trazia todo sábado. Agente ia pro mercado. Os filmes eram no mercado [...] Era, naquele tempo era o cinema. E tinha que pagar [...] Nem todo mundo ia. Mas ia eu minha família os meninos eram tudo pequenin não gostava de ir. Vinham logo pra casa. Ficava eu, um cachorro que eu tinha e a mulher, eram três cadeiras.

Diante da fala de nosso narrador, é provável que o cinema tenha marcado uma época de divertimento, lazer e sociabilidade na cidade. Certamente os curiosos, sobretudo os que podiam pagar, lotavam o mercado para assistir as sessões de modo que muitos dos antigos moradores se sentiram seduzidos pelo movimento dos atores encenando. Por esse tempo, as imagens de sonhos, os caminhos da fantasia e de encantamento eram projetados pelas imagens de tramas que redefiniam “horários de lazer, aproximava corpos, definia comportamentos³⁴²” enredadas pelos filmes “rodados” no cinema.

Espaço de fuga para alguns, a “fábrica de sonhos³⁴³” pode ter representado o desprender-se de algumas realidades cotidianas em função da magia diante das imagens dos filmes e dos atores “hollywoodianos”. Porém, como nos informa o antigo morador, tratava-se de um empreendimento particular acessível a poucos, experimentado apenas por alguns que

³⁴¹ Ibidem, (2008, p. 111).

³⁴² Rezende (2003, p.136).

³⁴³ Ibidem, (p. 136).

detinham de dinheiro para pagar. Exceto, “os meninos que levava as cadeiras... tinha ali aqueles, tantos meninos, cinco ou seis que iam buscar as cadeiras na casa do povo, aqueles ali entravam tudo de graça. Buscavam as cadeiras para o povo sentar”. Certamente valia o esforço para se poder entrar de “graça”, sentar em algum “lugarzinho” para se ver os filmes do cinema. Para o Sr. José Guedes, quem não levasse os banquinhos, ou não conseguisse um na vizinhança, “ficava em pé³⁴⁴”.

Isso porque, dada a improvisação do ambiente, as sessões no Mercado público requeriam que seus expectadores levassem *seus banquinhos* enfileirados naquele ambiente público, em dias de sessão, tomado pelo uso privado para assistirem aos filmes. Mesmo assim, “era divertido, uma novela quando a fita enrolava e os camaradas iam emendar a fita”³⁴⁵. Ou seja, mesmo com a provável má qualidade das fitas, com a falta de acomodação adequada, as pessoas iam ao cinema. De modo que, em noites de sessão, geralmente nos finais de semana, é provável que as mediações do mercado se enchesse de gente, uns conversando, outros querendo saber qual filme ia passar, ou ainda que no outro dia, ou após as sessões os moradores locais saíssem comentando sobre o filme que acabaram de assistir. De fato, parece que a chegada do cinema marcou um novo momento de sociabilidades na cidade.

Para o Sr. José Guedes, quando lembrando um dos filmes que ali passava, diz que, certa vez, o povo foi ao mercado para assistir um filme da “Paixão de Cristo”, quando, durante a exibição do filme, “Luiz Felinto”, um dos proprietários do cinema na década de 1950, “passou um filme da paixão de cristo (risos), ai a turma quando saíram, saíram mangando de Luiz, dizendo: eu nunca vi Jesui de cabelo curto (risos) porque o cabelo não tinha. O cabelo de Jesus, o cabelo grande não tinha ai os cabras mangaram muito. Ninguém sabe se estragou a fita, mais ou menos estragou a fita né”³⁴⁶.

Certamente o riso correu solto nessa exibição, dando o que falar, ou que “mangar”. De certo, é provável que a fita, ou seja, que a película não estivesse em boas condições, destoando a representação de Cristo, costumeiramente conhecida. Uma comédia. Sobre outros filmes “rodados” nesse época, lembra José Guedes, “era cada filme bom. Só passava faroeste. Eu ia, gostava dos filmes de faroeste, passava muitos filmes. Filmes bons mesmo na época visse”, embora afirmasse “[...] eu to esquecido do nome dos artistas”, mas eram também “tudo bom...” Contudo, diante desse esquecimento, não mede esforços para nos lembrar que

³⁴⁴ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

³⁴⁵ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

³⁴⁶ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

eram “muito bons”! Em sua lembrança, os filmes de faroeste haviam marcado aquela época juntamente com o cinema.

Aqui, poderia nos ser útil as considerações de Montenegro (2010), ao nos lembrar de que uma das responsabilidades do pesquisador em mediar a narrativa da experiência individual e vivida por meio da oralidade, é manter um olhar sobre o universal, o geral, de modo a encontrar nessa memória, mesmo que individual, pontos de referência. Outra lição cara à preocupação de se pensar a história enquanto uma narrativa de referentes passados. Em termos, pode-se dizer que os depoimentos orais com outros tipos de fontes se complementam.

Isso porque, no tempo da experiência vivida por nosso narrador, ou seja, por volta da década de 1950, é provável que as fitas fossem de influência norte americana, resquícios do seu período de apogeu a partir dos anos de 1930, como nos mostrou Sevcenko (1998). Esses filmes pareciam povoar o imaginário de alguns moradores locais seduzidos pelo mundo fantástico fazendo com que muitos se deixassem posar de *bandidos ou mocinhos*. As imagens abaixo são indiciárias desse tipo de recepção. Nesse tópico, gostaríamos de fazer um convite: vamos também nos divertir um pouco? Viajar no mundo de sonhos e encanto aberto pelas telas do cinema? Luz, câmera, ação... Ah... antes, não esqueçamos de acrescentar uma pitada de imaginação...



Fotografia n° 27 – Acervo Biblioteca Pública Municipal

Nessa imagem estamos no Oeste Americano, ou seria nas proximidades das terras mexicanas? Deixaremos a cargo do leitor “precisar”, afinal, é hora de se divertir. Naquele dia, os “heróis”, após sangrento tiroteio contra os bandidos que assustavam a pequena cidade exibem suas armas, indicando que a festa logo começaria. A despeito do tiroteio: teria sido contra a turma do “capote” que havia mexido em terras alheias roubando alguns animais? E os personagens da foto, estariam em um “saloon”, ou em um bar, local de encontro e diversão? Ao centro, um “bonitão” de costeleta afilada, chapéu à cabeça, lenço no pescoço, camisa quadriculada, cinto à mostra, calça comprida e bota empunha sua arma como sinal de bravura. Seria uma arma real? Seu traje indica não ser um homem comum, se igualando aos demais da cena. Um verdadeiro herói. Seria um xerife? Ou um mocinho fora da lei, daqueles que faziam justiça com as próprias mãos em nome dos injustiçados? Ou mesmo um andarilho que resolveu passar uns dias por essas bandas? Ao seu redor, os seus companheiros fazem guarda, talvez ainda à espreita de algum inimigo, algum bandido.

Os chapelões, além de proteção contra o sol, é símbolo de valentia por essas bandas. De homens ainda ligados a vida no campo. Na cintura, os revólveres, sinônimo da “lei” por essas terras, charmosamente caem de lado à altura da bainha. Manuseá-los rapidamente, sem vacilação, pode ser determinante na hora do “bang-bang”. Igualmente trajando botas, calça e camisa aberta à altura do pescoço, deixando a mostra os lenços coloridos, esses personagens parecem posar para a imagem. A despeito dessas poses, teceremos algumas palavras para melhor entender esse enredo ficcional que, permita-nos leitor, recebe um acréscimo de referentes reais, talvez a nos indicar certo grau de apropriação, de recepção feita por muitos aroeirenses que, muitas vezes, desprendiam-se de suas tarefas diárias e entravam nos enredos mágicos, ficcionais fornecidos pela fábrica de sonhos.

Essa nota talvez seja imprescindível ao leitor, sobretudo para não pensar que, neste ponto, por descuido e/ou desatenção, nossa narrativa tenha aderido a uma dimensão meramente ficcional, ferindo, sobremaneira suas intenções teóricas metodológicas iniciais. Em tempo, cabe dizer que o exercício por ora sugerido, não pretende mais do que, talvez, nos chamar atenção aos enredos ficcionais projetados em muitos das películas (filmes) que eram apresentados, assistidos por muitos aroeirenses de outrora. Logo, não queremos com isso esquecer do compromisso que nos move, a saber, o de contar o que ocorreu nesse passado de transformações. Esclarecemos, tomando forma narrativa, nossa intenção é fazer com que tenhamos uma imagem dos vários enredos ficcionais, sobretudo, dos que advinham dos filmes de "Far Wester", impressos, apropriados no cotidiano de muitos aroeirenses.

Talvez por isso, sem abrir mão da imaginação, convidamos o leitor a tentar visualizar, em representação, alguns fios desses enredos que provinham de uma esfera ficcional de representação da vida, porque não dizer, do mundo, através dos filmes de "bang-bang", atraindo muitos personagens reais, convidando-os, igualmente a entrar nesse universo em que é possível sonhar, imaginar. Em nosso exercício, tentamos unir "ponderadamente erudição e imaginação, provas e possibilidades"³⁴⁷. Assim, consideramos que, embora acrescentamos aqui uma pitada imaginativa, partindo das leituras de enredos ficcionais possíveis, os personagens apresentados são sujeitos "reais", expectadores/consumidores que um dia habitaram essa cidade e, como tal, presenciaram a ordem de mudanças as quais tentamos destacar, sendo, por vezes, atraídos pelos enredos ficcionais os quais também presenciaram, porque não dizer, se apropriaram e que também tentamos, ao nosso modo, destacar. Aqui, talvez a chave histórica pode ser dita que se trata de um exercício de representação, tradução e leitura desses enredos ficcionais que, insistimos, de algum modo puderam ser trazidos para o universo real daqueles sujeitos. Noutros termos, sentimos que os vários "talvez", os inúmeros "certamente", os "pode ser", indicam uma dimensão possível que, no caso da história enquanto conhecimento, animam o historiador diante de um tipo de narrativa sobre o passado.

Por fim, talvez partindo de uma pretensão "ilustrativa", seja pertinente apresentarmos, em termos narrativos, tais enredos ficcionais sem perder de vista as possíveis relações estabelecidas entre eles, o contexto, os filmes apresentados, e os sujeitos que deles se apropriavam. Logo, o exercício poderia ter sido feito de outra maneira, talvez reduzindo a uma nota de rodapé, as evidências de tais enredos ficcionais que se faziam presente nas tramas desenroladas nos filmes apreciados por alguns aroeirenses. Mas, acreditamos, de um modo ou de outro, deveria ser feito, sem o qual, jamais teríamos a possibilidade de mensurar os indícios das imagens, sem saber, por exemplo, como, ou mesmo de onde, os personagens

³⁴⁷ Conferir a leitura de Ginzburg (2007, p. 311-335) sobre a obra de Natalie Zemon Davis, "O retorno de Martin Guerre", acerca do empreendimento narrativo exercitado pela autora, no qual, onde as fontes não puderam avançar no seu entendimento do outro, imaginação e prova puderam ajudar na configuração textual disposta ao público de pares, ao público leitor. A título de exemplo, considerando as especificidades com que a obra analisada pelo historiador italiano foi confeccionada, pode inquirir que as dimensões da narrativa histórica recorre a muitos elementos, figuras de linguagem, etc. comuns as narrativas de ficção, na diferença que, no caso da narrativa histórica, o historiador não inventa seus personagens, os lugares, as situações que são extraídos das fontes, podendo, cuidadosamente imaginar onde elas não permitam avançar no entendimento do outro. Em nosso caso, vários referentes reais, conectam nossa narrativa ao que pode ter acontecido, inclusive, embora convidemos o leitor a se "divertir" um pouco nessa parte do percurso, usando de sua imaginação, ao tratarmos da instalação do cinema e das possíveis apropriações feitas dos filmes lá assistidos, consumidos, deve-se dizer que tais enredos faziam parte dos filmes que eram por lá apresentados e igualmente apropriados pelos aroeirenses do contexto em análise. Assim, os personagens dessa história, o contexto, muitas situações, ou mesmo os enredos ficcionais imaginativamente apresentados por nós em termos narrativo, existiram podendo ser apropriados, porque não dizer, materialmente representados. Logo, cremos que se trate de um exercício conscientemente proposto o que não anula nossas pretensões de verdade.

nelas retratados, traziam, ou tomavam inspiração para confecção de suas indumentárias, poses, etc. Aqui, caro leitor, em momento algum estivemos despreocupados com o fato de ser, esta escrita, um texto acadêmico, ou mesmo que o leitor que nos segue, antes, quando da leitura na íntegra, pode(ria) ser um de nossos pares, sujeitos, dotados de um olhar técnico que válida ou não o texto que apresentamos.

Logo, como nota explicativa, estrategicamente predisposta em lugar incomum, pode ser convidativa a reflexão sobre todo o empreendimento narrativo que por ora dispomos. E, sobre isso, não temos dúvidas de que, você leitor, como hoje sabemos, não é tão imaginário assim, ao contrário, é um sujeito sempre presente as nossas intenções enquanto tradutor(es) do tempo a fazer-nos companhia, exercendo uma função essencial, dentre outros, quanto ao papel da crítica, dos controles que, estamos convictos, permitem(ram) esta escrita ser, acontecer. Além disso, creditamos no "veto", ou no controle das fontes, os quais limitam o que se pode dizer sobre o passado.

Outrossim, as fontes as quais usamos nessa parte do percurso (imagens fotográficas), para além dos limites que impõe, pode-se dizer, nos soa como resultado direto de certas apropriações feitas desse universo ficcional o qual tentamos destacar. Isso para dizer que, com ele - universo ficcional das tramas e enredos fílmicos -, os indícios materiais, ou seja, "reais", estabelecem íntima relação. Daí resulta que essa nota é dedicada, exclusivamente, a você. Dito isso, voltemos aos indícios reais/ficcionais, de apreciação fantástica/referente, que a imagens acima pode nos indicar.

Um a um, os nove homens posam diferentemente. À direita, a espingarda chega a prolongar seu cano acima do chapéu do destemido "bigodudo". Ambos, o bigode e a espingarda, simbolizariam força, valentia, virilidade? É provável. Bem próximo a ele, o charme do chapéu desenhado na borda esconde parte do rosto do personagem. O seu olhar ameaçador, em um outro tempo, chega a nos imprimir certo medo a essa hora da noite, por essas bandas ainda esquisita e silenciosa. Mão esquerda na cintura, apoiada no cinto, mão direita na altura do bolso, bem próximo ao "revólver", sua predisposição, talvez, mostre a rapidez em puxar o gatilho. A qualquer momento.

Mais atrás, um outro personagem posa desajeitadamente. Porém, o detalhe de sua pose está em sua mão direita. Ao que indica, a ponta de um cigarro parece está em sua mão. Certamente soltando fumaça pelo salão. Seria de palha, mais comum a essa parte de terra? Ou já de alguma marca famosa invadindo todos os recantos do mundo? Difícil de precisar. Contudo, o cigarro não podia ficar de fora desse cenário ficcional/real, dessa cena, de homens destemidos.

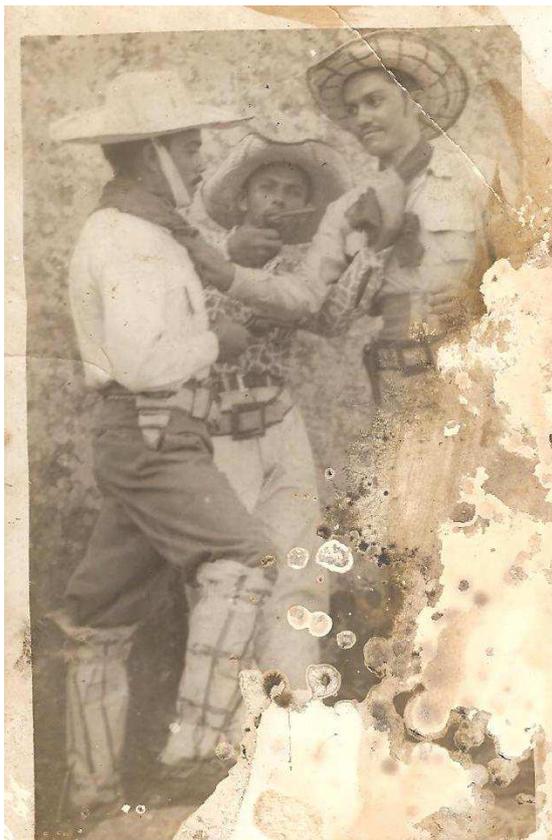
De viola na mão, o quarto personagem da esquerda para direita, provavelmente embalaria o repertório cancionero em momento de desconcentração. Por trás dele, procurando espaço na imagem, outro personagem estica a cabeça e o que parece ser o cano de sua espingarda. Ou seria um rifle? De porte atlético, “bigodudo” e avolumando aquela parte esquerda da imagem um personagem de chapéu quadriculado posa de galã como que mediando um lugar de destaque na imagem. Ao seu lado, um jovem personagem parece querer entrar na cena, ou melhor, "na vida de justiceiro", talvez de defensor da pequena cidade e seus habitantes pobres e indefesos. Com um lenço de cor a altura do pescoço, a gola da camisa se eleva entre o lenço e o queixo. O formato da camisa, fechada até em cima, poderia imprimir uma nova moda entre aqueles sujeitos.

Por último, o “chapelão” desenhado em sua parte inferior, nos revela o que parece ser um dos homens de confiança do sujeito que toma a cena ao centro da imagem. Seria mesmo um homem de confiança de nosso herói? Por fim, as duas crianças, de calças curtas, sentadas ao chão da imagem já parecem exibir "suas armas", ao menos, as que dispunham naquele momento, provavelmente de madeira, apontando um ao outro com seus dedos finos. Seus chapéus já denotam que, naquela terra em que o mais forte fazia a lei, já sabiam o que deveriam ser. Uma forte lição de iniciação é representada.

Por traz, quase que de fora da imagem, outra criança observa atenta os homens perfilados, certamente conversando. O que pensava? O que esperava? Talvez a continuação da cena, o movimento, o desfecho. Ou mesmo o início da ação, marcada pelo apagar das luzes. A espera pelo “final” em que o bem sempre vence o mal. Em que os mocinhos, sempre ganhavam dos bandidos.

Aqui, é provável que a sua imaginação estivesse em outro lugar, na sala do cinema instalado na pequena cidade, lembrando do enredo fantástica que recebia naquela cena, por ele presenciada e captada pela fotografia, um acréscimo de elementos e personagens reais. Ou ainda, lembrando das muitas história contadas pelos mais velhos, expectadores assíduos desse mundo de sonhos que o cinema abria. Afinal, de um modo ou de outro, pode-se imaginar que aquela criança, captada na cena, era igualmente testemunha desse universo fantástico, ficcional que invadia o seu cotidiano naquele contexto através do cinema.

Enfim, temos na leitura possível das imagens um verdadeiro “enredo” digno de uma cena de um filme Far Wester, ou de “faroeste” como também ficou conhecido na linguagem dessas terras. Era um enredo talvez inspirado no filme tipo “Matar ou Morrer”, ou ainda “Moeda Quebrada”. Mas, ainda faltava algo. O desfecho. Em se tratado da possibilidade de que a(s) imagem(ns) tenha(m) sido inspirada(s) em alguma cena visualizada nas películas,



Fotografia 28 –Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

faltava o movimento em torno da cena final em que o herói acerta as contas com o bandido e tudo volta ao normal na pequena cidade.

Essa cena não tardaria a se fazer presente, captada, não em seu movimento, mas a indicar movimento, poses e situações, pelas imagens fotográficas. É o que se pode extrair da imagem 28.

Nela os destemidos personagens atuam, aparentemente, numa cena em movimento, ao menos, representam movimentos que deveriam ser captados pela fotografia. Certamente, resolvem uma “contenda”. Provavelmente um acerto de contas. Efetivamente assumem os papéis de bandido(s) e mocinho(s). Seria esse o momento do duelo? Caso positivo, o personagem de bigode e costeleta afilada parece estar em desvantagem.

Mas, ele não fazia parte do grupo que há pouco posou ao lado daquele mesmo personagem ao funda da imagem que naquele momento “abertura-o” pela camisa apontando-lhe a arma? Antes mocinho agora vilão? Naquele momento teria sido desmascarado? Em representação, o acerto de contas estava em curso.

O personagem de porte atlético parece perdido entre os dois homens e suas “pistolas”. Em termos de enredo ficcional, como talvez tenha ocorrido em inúmeros filmes do gênero, era uma questão de minutos para que tudo fosse resolvido. Onde estariam as crianças, a observar a cena aos arredores? Nesse momento, é provável que a tensão tenha tomado dos expectadores a espera do desfecho. E que, como não podia deixar de ser, a justiça fosse feita. De fato, parece que foi feita. No final... há o final! Todos podem imaginar, lembrando um pouco mais das tramas ficcionais as quais os filmes de “bang-bang”, geralmente ofereciam ao seu expectador. De resto, a pose para a última cena pode nos ser indicativa.



Fotografia 29 – Nivaldo Chico. Acervo:
Biblioteca Pública Municipal.

Aqui o nosso herói posa solitário, sinal de que saiu vencedor no duelo. As botas longas, sustentam seu corpo mediano. O "revólver" na cintura, o lenço e o chapéu dão sinais de que ele ainda estava de pé. A espreita. Seu olhar, ainda desafiador, nos convida para uma constatação: cenas como as descritas acima continuariam. E de fato, é bem provável que tenham continuado. Pois a cena descrita pode ter se repetido muitas vezes ao longo dos anos de 1950 pelas ruas da pequena cidade Americana. Americana?; Ou mexicana? Não! Gracejos a parte. Sabemos que, a partir de nossa "nota" prévia ao início deste tópico, o leitor já lera pelos indícios mais sutis que não se tratava de nenhuma pequena cidade do Oeste Americano, ou mesmo mexicana, as quais serviam de palco para as encenação de muitos filmes de "bang-bang", após a década de 1930. Ou ainda, que seus personagens

fossem efetivamente galãs de cinema, verdadeiros “artistas” que outrora faltou a lembrança de certo (reme)morador local dessas terras, os seus nomes. Como salientamos, o senso da crítica e do veto da fonte faz de nossas intenções um exercício convidativo. De verdade, gracejos a parte, o cenário real aqui é outro. Trata-se de Aroeiras e alguns de seus personagens na década de 1950.

O nosso herói, não é nenhum “galã” ou artista norte americano, mas o Sr. Nivaldo Chico antigo morador local que, a seu modo, parecia gostar de reunir com amigos para “encenar” as coisas que, provavelmente, "assistiam" no cinema. Desse “artista”, certamente José Guedes lembrava o nome, conhecido personagem das ruas da Aroeiras naqueles idos. E, não temos dúvidas, as imagens, as imagens captadas na década de 1950 são indicativas aos enredos dos filmes que, provavelmente, rodavam nas películas do Mercado nos finais de semana. Embora, não saibamos, até o presente, o local exato onde foram clicadas, é provável que tenha sido nas mediações de alguma residência, talvez, na residência do próprio personagem “principal”, Nivaldo Chico o qual as fotografias pertenciam.

Na impossibilidade de podermos precisar, pode-se dizer que o cinema tenha influenciado esses antigos moradores. E, a pensar pelas roupas, é provável que se trate de

filmes ainda fortemente marcado pelos enredos dos Far West hollywoodiano. Para além do gracejo e da trama a qual apresentamos as imagens, nos atestam um pouco do universo mágico, da recepção com que alguns moradores locais perceberam o contato com as imagens rodadas nas películas do Mercado. Elas informam sobre um mundo de sonhos e brincadeiras, verdadeiras encenações fantásticas, num misto de representações e referências ao real, que iam além do universo infantil, sendo não raro, os adultos posarem de mocinhos ou bandidos conforme a momento.

Uma recepção bem parecida com as impressões de Hermilo Borba quando do contato com o cine teatro Apolo em Palmares, no interior de Pernambuco, analisado por Aranha (2008, p.112), “quando rememorando sua infância e adolescência na cidade, fala sobre quanto o Apolo marcou o cotidiano local entre os anos de 1920 e 1930”. Para Borba, “quanto à exibição de filmes, diz ter assistido a um sem-número, a exemplo de a ‘Moeda Quebrada’ e a ‘A Marcha Rubra’, a povoar a cabeça da criançada local de um mundo fantástico, mundo presente em suas brincadeira infantis, muitos posando de ‘mocinhos’ ou ‘bandido’ conforme a ocasião”.

Na experiência de Aroeiras a fonte é outra, o espaço é outro, os personagens são outros, mas o aspecto que se deseja detectar é o mesmo: a forma como esses sujeitos se deixaram fascinar pelo mundo encantado rodado nas películas de cinema. De modo que Sevckenko (1998, p. 600) já havia nos alertado sobre a forma quase que “inevitável” com que os espectadores da sétima arte se envolviam com seus personagens preferidos *receptionando* muitos dos hábitos, indumentárias, vestimentas, para não falar na aceitação de “heróis” que, após alguns sofrimentos e reveses, castigam exemplarmente os maus, os fora da lei, com aplausos entusiásticos da plateia, etc. É bem verdade ser impossível comparar o “cineminha” improvisado das Aroeiras da década de 1950, como já deixamos claro, com as salas de cinema “imponentes” e “suntuosas”, edificadas segundo códigos “modernistas em *art déco*” analisadas pelo autor e que também irão interferir no processo de apropriação, sobretudo, na exigência de se garantir a condição de ser moderno.

Porém, um “principio” pode ainda estar presente na Aroeiras daqueles idos: o cinema seduz. E parece mesmo ter seduzido alguns moradores locais. E, se seduziu e encantou, outros personagens se deixaram levar pelos olhares, as poses, as roupas, indumentárias, hábitos e/ou estilo pelas ruas da cidade. Sobre isso, outras imagens são indiciárias. Entremos novamente nessa trama, agora, procurando identificar elementos, indiscutivelmente, presente nas imagens.



Fotografia 30 – Acervo Biblioteca Pública Municipal

Contudo, nessa imagem, os enredos e filmes norte-americanos continuam a ser recepcionados. E, mais uma vez, alguns moradores locais se encarregaram de exteriorizar essa recepção através das vestimentas e das indumentárias. No caso desse antigo morador, outras formas simbólicas de consumo e representação podem ser vistas. Antes, vejamos os detalhes da roupa em que, nessa imagem, são mais visíveis. Provavelmente de cor escura, camisa, calça e chapéu dão um tom misterioso ao personagem. Os detalhes em bordas brancas ao redor dos bolsos da camisa certamente causam um contraste. Seguindo esses bordados, os botões são cuidadosamente ornados em cor diferente do escuro predominante.

Sem sombra de dúvidas, a indumentária adere ao estilo dos “artistas” de Far wester: a bota, o cinto, a bainha – sem revolver – e o chapéu faziam o estilo desse personagem. Estaria ele representando um mocinho, ou um bandido? Certamente um mocinho a esbanjar charme com gestos e olhares galantes. Neste caso, para além da roupa e da indumentária, esse antigo morador parecia ter incorporado alguns gestos e poses dos heróis do cinema. Daí, pode resultar o olhar de lado, de sobrancelha elevada, escondido em meio ao chapéu que cuidadosamente é posto de lado.

Logo, para fins de sustentar nossas convicções, o roteiro dessas apropriações, dos usos e consumos ao cinema e aos filmes nele projetados, pode ser seguido na companhia de outras imagens. Vejamos...



Fotografia 31 – O homem Mascarado. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa outra imagem, o “Zorro” mascarado dá sinal de sua presença pelas ruas da cidade. Montado de seu cavalo preto, imponente e preparado para a batalha, o esse novo “herói” posa numa fotografia “ousada”. O espaço retratado é na frente do Clube recreativo Aroeirense, ao fundo da imagem, nas proximidades da Rua do Aricuru, ou Rua da Areia. Aqui, mais evidências reais, em termos de lugares, os quais denotam como, provavelmente, os filmes interferiam na leitura/interpretação/posicionamento daqueles sujeitos diante do próprio mundo individual/coletivo.

Diferente das imagens anteriores, provavelmente clicadas em ambientes privados, a imagem ao lado foi clicada em ambiente

público, encontrando elementos externos que testemunhariam tais apropriações. Essa localização poderia ainda nos soar indicativa noutro aspecto: teria nosso mascarado saído de alguma festa no Clube? Não podemos positivamente afirmar, haja vista a não presença de demais personagens na cena. De certo, foi captada em um local público.

Na imagem, provavelmente da década de 1950/60, após 1956, época da construção do Clube, vê-se claramente o herói mascarado usando um chapéu “quebrado” acima dos olhos, além da capa “preta” e de um “rolo” de corda a altura da cela do cavalo “negro”. A referência ao Clube e a sua presença na imagem, indiciam a cena captada pela imagem em um contexto, já sabemos, de interferência não apenas do cinema, mas, provavelmente também das imagens fotográficas.

Aqui, os indícios podem indicar certa semelhança com o herói mascarado norte americano que imprimiu sua “marca” nas telas do cinema dos anos de 1920 sob uma máscara e uma capa negra cavalcando um cavalo igualmente negro de nome “Tornado”³⁴⁸. Qual seria

³⁴⁸ A história do Zorro foi publicada pela primeira vez em 1919, criado por Johnston McCulley. Em 1920, Zorro ganhou sua primeira incursão cinematográfica, ainda na época do cinema mudo. Produzido e estrelado por Douglas Fairbanks, o filme *The Mask of Zorro* (no Brasil, “A Marca do Zorro”) teve como base a história “A Maldição de Capistrano”, de McCulley. Informações disponíveis em:

o nome do cavalo pertencente ao personagem local? Outro detalhe, na imagem não há indício da presença da famosa “espada” usada pelo personagem do cinema para “marcar” seus inimigos com a letra "Z". Em todo caso, certamente, tratava-se de um personagem “galante” aos olhos das mocinhas locais. Seria essa a intenção de nosso homem mascarado, a saber, conquistar o coração de uma das mocinhas locais?

Para sorte das mocinhas, possíveis interessadas, diferentemente do herói dos cinemas, certamente muitos aroeirenses conheciam bem o “misterioso” homem mascarado. Detalhe, geralmente vestido a caráter. Sendo que, esse não foi o único registro deixado pelo *herói local*. A nível local a “Marca” do Zorro também foi registrada. Ele parecia querer se deixar fotografar com aqueles trajes. E, efetivamente esses trajes podem ter sido resultado direto da “apreciação” de um dos últimos “rolos” assistido no mercado. Se concordarmos com essa possibilidade, é possível afirmar que muitos dos moradores locais adentraram nesse universo mágico e fantástico criado pelo cinema trazendo em sua bagagem para a cena da Aroeiras “real” suas percepções dessa viagem por esse mundo imaginário, fantástico. O cinema embalou outros sonhos e desejos.

Por fim, o leitor atento poderia(rá) está se perguntando, não seriam as imagens analisadas acima fruto de alguma festividade local, a exemplo, do carnaval que, como veremos abaixo, era igualmente um momento em que os aroeirenses se deixavam representar em personagens diversos, ao seu gosto e, cremos, a partir de certas identificações? Neste caso, é provável que possa ter sido, posto que, na distância que nos separa no tempo, a saber, uma distância entre os acontecimentos retratados e o espaço habitado por nós, cabe especularmos o possível atento aos indícios deixados.

Assim, mesmo se tratando de representações que ocorriam em um dado tempo, leia-se, festividade específica - carnaval - isso não anula a possibilidade de que se trate de uma aderência desses personagens "reais" ao mundo fantástico projetado pelas películas e que encontravam nesses dias de festa um momento oportuno para encenar, fantasiar, (re)apresentar. Sendo esse, o nosso interesse maior, talvez, afirmando que: em maior ou menor grau, nesse ou naquele ambiente, nessa ou naquela temporalidade, as imagens analisadas atestam indícios de um universo real, com personagens reais, elementos, indumentárias e adereços reais em sua íntima relação com todo uma apropriação e consumo

feita a partir do contato com o cinema, esse item moderno que foi instalado na cidade no contexto de nossa reavistação nesse terceiro percurso.

3.5 - O carnaval: Cartografias da diversão e lazer nas ruas, no mercado e no clube da cidade.

Outras formas de divertimento dos moradores locais se concentravam nos dias de carnaval. Nesse tempo, seja nos bailes no mercado, seja posteriormente no Clube Recreativo, ou ainda nas ruas da cidade, o carnaval era uma festividade que atraía muitas pessoas. Nesses dias, a sonoridade das ruas mudava, a batida das “charangas”, das bandas de música marcavam uma especificidade de ruídos incomum em outras épocas. Quando da batida desses “sons” se sabia: era carnaval. As imagens abaixo nos dão uma dimensão dessa festividade. Acompanhemos a leitura...



Fotografia n° 32 – Carnaval de Rua. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa imagem, provavelmente da década de 1960, vê-se a passagem de uma “charanga” acompanhada de inúmeros populares. Trata-se de uma foto tirada durante o dia, à luz do sol. O espaço retratado é nas proximidades da igreja central ao que se vê no ângulo esquerdo da imagem. Lá, nas portas da igreja, um amontoado de pessoas observam os foliões passar. Observe o detalhe dos moradores igualmente assistindo o “desfile” na altura do ângulo direito da imagem, também no outro ângulo, nas proximidades do fotógrafo, indícios de que a festividade, se não era praticada por todos, é provável que trouxesse para as ruas muitos curiosos. Ao centro, os tambores, as cornetas e demais instrumentos de sopro animavam os

passos pela Rua Grande, já calçada e com sinais de energia pública, a exemplo do poste de luz que se vê na esquina do outro lado da igreja. A casa ao lado do poste, com duas janelas abertas e largas, serve de “palco” para alguns moradores assistirem o “desfile”, certamente residentes ali. Da direção que os foliões apontam, provavelmente vinham da Rua do Alto.

Nessa imagem parece que todos foram pegos de surpresa, inclusive as crianças, ao lado ou nas proximidades ao fotógrafo, que parecem estar atentas vendo os foliões passar. Diferente da imagem abaixo, provavelmente tirada no mesmo dia. Vejamos...



Fotografia nº 33 – Carnaval de Rua na Rua do Comercio. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa imagem, o espaço retratado é o mesmo. Contudo, nota-se a presença de mais pessoas na cena. Além disso, o fotógrafo parece que havia sido “notado” e muitos dividem a curiosidade entre os sujeitos que se aglomeram e pulam ao som da banda e um lugarzinho na imagem. A essa altura, a festa de rua parecia mais animada. Note-se no personagem que segura uma espécie de instrumento a esquerda da imagem, bem próximo ao “tambor”, instrumento que naquele momento fazia o som. Ele usa uma espécie de máscara, comum nesses dias de festa. É provável que se trate de um grupo de foliões tradicionais que saíam animando as ruas da cidade. Sobre esse grupo, a mesma máscara já surgia em alguns indícios da década de 1950, a exemplo da imagem abaixo.

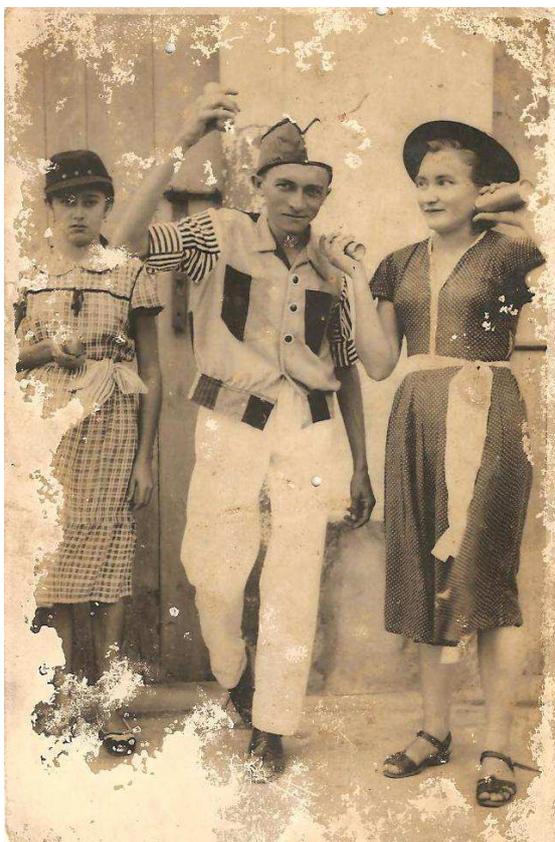


Fotografia nº 34 – Carnaval de Rua 1955. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa foto posada, os tipos de instrumentos usados nessa festividade estão bem visíveis: o “surdo”, os instrumentos de sopro, as buzinas, enfim, animavam a festa sob o manuseio dos músicos. Não temos como precisar onde ela foi clicada a imagem, mas é provável que tenha sido ainda nas proximidades da Rua Grande. Contudo, temos um indício de quando foi registrada: escrito a mão na parte inferior da fotografia lê-se: lembrança do carnaval de 1955, Nivaldo. Nivaldo, já conhecido nosso, é o mesmo Nivaldo Chico, antigo “carnavalesco”, que também gostava de se fantasiar inspirado nos “artistas” dos filmes de Far West.

Se creditarmos na informação, lá está também o mascarado que certamente chamava atenção e a curiosidade da criançada na imagem anterior e também nessa, além de imprimir certo medo, ao que cremos. De gravata, terno branco e exibindo uma máscara avolumando a sua cabeça, o sujeito embaixo do cartaz era, certamente, o centro da atenção na festividade. Contudo, a roupa de nosso mascarado é um tanto quanto incomum a esse dia de festa. Em termos simbólicos, ela representa um traje formal. Estaria nosso mascarado, de algum modo, satirizando algum outro personagem local? Seria um político? É bem verdade que no tempo em que o indício nos chega não temos como ler as inscrições na placa, segurada prontamente por dois sujeitos atrás do misterioso mascarado. Ela provavelmente nos daria outros indícios desse carnaval de rua, certamente, atrativo aos populares da cidade. Contudo, se pudermos imaginar, cabe uma inquietação: seria o nosso antigo herói do “Oeste” aquele que estava fantasiado na imagem acima? É provável, embora não tenhamos como precisar.

Mas sabemos, essa era uma prática muito usada por aquele antigo morador, a saber, Nivaldo Chico. Parece que Nivaldo havia percebido um precioso mecanismo de significação da vida cotidiana, encontrando na vestimenta um meio “social de comunicação”³⁴⁹. Neste caso, as fantasias, embalando os enredos de sonhos eram uma forma de significar o cotidiano na extensão da própria vida. Extensiva ao grupo, o detalhe dessa imagem está nas fantasias. Chapéus de marinheiro, ternos, gravata dava um tom “festivo” aquela festa de rua. Certamente, chamando atenção dos demais moradores por onde passavam. E de fato, Nivaldo Chico, como era conhecido, gostava de se fantasiar em épocas como essa.



Fotografia 35 – Carnaval: Nivaldo Chico.
Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

Na imagem ao lado, o antigo morador se deixa fotografar em uma outra fantasia. Com uma camisa colorida, calça branca e exibindo aparentemente um instrumento na mão direita, Nivaldo posa ao lado de duas jovens, certamente conhecidas sua. Seria um bobo da corte? Vamos, novamente viajar!

Os detalhes da roupa desse personagem nos chama atenção, sobretudo, o chapéu, em duas cores provavelmente combinando com a camisa. Observe nos bolsos da camisa, também estão ornados em duas cores que, provavelmente combinavam com a sua borda solta a altura da calça, bem como com o chapéu. Essa borda, parte inferior da camisa, parece presa com algumas pregas que deixavam o tecido franzido.

Nessa fantasia, parece que as cores tomam conta das sensibilidades e percepções de

antigo morador. Um bom exemplo de que, dada a sua função simbólica em imprimir certas “aparências humanas”, como salientou Roche (2007, p. 27), a vestimenta traduz certos valores e “esses valores não eram apenas privilégio dos poderosos e dos ricos”. Trata-se de um processo de releitura, por meio de “canais mais sutis”, de toda uma teia de códigos sociais. Sua roupa, trabalhada detalhadamente, imprimia certa “elegância” ao tipo de festividade e,

³⁴⁹ Roche (2000, p. 13)

numa extensão maior, diante da própria sociedade aroeirense. Isso pode ser visto em diversos ângulos.

O detalhe dos botões alinhados coloridamente no meio da camisa, a gola perfilada em duas cores em sua parte inferior e exterior, as mangas aparentemente longas, com uma parte dobrada a altura do cotovelo e colorida em listas em sentidos contrários, dão à vestimenta um tom humorístico, ao mesmo tempo bem trabalhada. Aqui parece tudo muito bem feito, ao que tudo indica, a mão, provavelmente fruto de um artesão(ã), um alfaiate, ou mesmo uma boa “dona de casa”, atenta aos cuidados com a aparência do marido e expondo suas habilidades de exímia costureira, fazendo valer antigos valores morais impressos no seio da família. Pois, é provável que se tratasse de uma vestimenta “encomendada”, exclusiva para ser usada em dias como esse, de carnaval. As duas personagens ao seu lado, também chamam atenção pela vestimenta. De chapéus, vestidos longos e laço ao longo da cintura, certamente representam duas senhorinhas que acompanhavam o antigo morador pelas ruas da cidade.

Além desses aspectos, a análise da fonte, a saber, da imagem, cara a uma leitura sobre a forma como os sujeitos lidam com os objetos e as coisas, nesse caso, com a vestimenta, como nos mostrou Roche (2007), sobretudo por representarem em detalhes as roupas e materiais que perdemos ao longo do tempo, pode nos informar ainda mais. É que, nesse tipo de festa, ou seja, em dias de carnaval, parece que esses personagens pretendiam representar outros, um tanto quanto conhecidos na tradição carnavalesca que se populariza no Brasil.

Assim perguntamos: estaria nosso antigo morador a representar o arlequim? O rival do Pierrô, ou Pierrot, como também era conhecido nos tradicionais carnavais, e apaixonado pela colombina? Caso positivo, seria ele um "palhaço farsante e cômico" que veste um traje feito a partir de retalhos de várias cores, característicos do personagem? Como o arlequim, estaria nosso personagem aprontando uma de suas travessuras quase que "invisíveis", imperceptíveis por muitos, prestes a “roubar” um beijo, ou mesmo o coração de uma das senhorinhas? Enfim, caso represente esse animado e travesso personagem, é provável que esse antigo morador fosse igualmente um personagem representante dos populares que a seu modo se divertiam pelas ruas da cidade em dias de carnaval. E a senhorita ao seu lado, seria ela a Colombina, sempre bem vestida a encantar o coração do Pierrô e enamorar o arlequim? Caberia imaginar: onde estaria o Pierrô? A chorar a procura da Colombina no meio da multidão? E como se dava essa relação a nível local³⁵⁰?

³⁵⁰ Sobre esses personagens, oriundos do teatro italiano, surgiram com a Comédia Italiana, uma companhia de atores que se instalou na França entre os séculos XVI e XVIII para difundir a Commedia dell'Arte - forma teatral com tipos regionais e textos improvisados.

Imaginação à parte. Aqui mais uma questão: iriam nossos personagens para algum baile à fantasia? É provável, já que outro tipo de festividade comum nesses dias eram os bailes à fantasia. Mas seria mesmo esse o destino dos personagens retratados na imagem? Sobre isso, a fotografia tirada durante o dia pode nos ser indiciária. Seria esse um personagem diurno, mais comum e mais popular pelas ruas da Aroeiras naqueles idos e em dias de carnaval? Certamente. Mas, antes de concordarmos com essa hipótese, cabe notar que os bailes, organizados à noite, eram mais restritos a certa parcela da população local, sobretudo, a membros da elite aroeirenses. Essas festas ocorriam ao som das orquestras que animavam durante a noite o mercado público. A propósito desse espaço, nos lembra o Sr. Daniel “os bailes eram no mercado, não tinha outro lugar não”. Certamente, o nosso narrador fala com convicção desse espaço que abrigava os bailes da cidade, sobretudo, antes da construção do Clube Recreativo. A imagem abaixo nos fornece indícios de como eram esses bailes em dias de carnaval. Analisemos...



Fotografia nº 36 – Carnaval no Mercado Público, década de 1950. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa fotografia não avistamos nosso personagem fantasiado humoristicamente. Porém avistamos um dos bailes realizados no Mercado Público. Nessa foto da década de 1950, o mercado “abre” suas portas em um dia de carnaval para abrigar o tradicional baile a fantasias. Aqui, os membros da elite aroeirenses faziam a festa com seus “pares” ao som das bandas de música. Trajados a caráter, ou ainda esbanjando “luxo” e elegância, com ternos, gravatas, vestidos, fantasiados ou não, é provável que esses sujeitos estivessem embalados

pelos sons das marchinhas que animavam a tradicional festa. Os trajés e fantasias pode nos ser revelador de certa cartografia social que se queria desenhar pela cidade em festividades como essa. Certamente, iluminado com a luz do motor, esses bailes se estendiam certas horas da noite. No mercado, além das “luzes”, as serpentinas coloriam o salão caindo por entre os foliões na imagem. Em dias de carnaval, era um local certo de diversão da elite local à noite

Um ambiente de sociabilidades, embora que restrito a poucos. Sobre isso, a imagem pode ainda nos ser indiciária. Acontece que, na abertura das portas, ao fundo da imagem no canto direito, próximo ao portão de ferro, dois ou três personagens se alinham. Trajados a caráter, seus vestes se diferenciam dos demais. Tratam-se de prováveis “oficiais”, policiais encarregados de fazerem a segurança da festa, olhares vigilantes atentos a qualquer desvio de conduta aceitável a lei, ou mesmo, ao grupo. Além da segurança, suas posições são estratégicas, ao lado da porta escura do lado da Rua, cremos que para impedir a entrada de figuras “indesejadas”, não condizentes com aquele tipo de festividade, ou aqueles sujeitos que ali se divertiam. Aqui caberia perguntar: por onde andaria nosso personagem de roupa colorida? Teria ficado pela rua, sobretudo durante o dia? Certamente, já que, provavelmente a essa hora do dia e nesse espaço a festa era destinada a outros sujeitos, "mais alinhados e comportados", ao que parece.

De certo, esses bailes tinham um valor simbólico muito especial para aquela elite local, sobretudo porque, era de lá que se escolhia a rainha do carnaval, certamente pertencente as famílias tradicionais que no outro dia desfilaria pelas ruas da cidade, de coroa e faixa, seguida de curiosos que lotavam as ruas por onde passava. Ao menos é o que nos mostra a imagem abaixo.



Fotografia n° 37 – Carnaval de Rua, década de 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Na imagem, provavelmente da década de 1960, vê-se o desfile de uma das rainhas, certamente escolhida em dias anteriores. O espaço retratado fica nas mediações do mercado público, onde se realizavam costumeiramente os bailes. Na imagem, de portas fechadas naquele momento, o Mercado está focado no ângulo direito da foto. Note-se os populares aglomerando-se nos passeios públicos da Rua Central. A despeito do público, agora não mais restrito, esse momento era o de apresentação da Rainha a todos os aroeirenses. Daí, nesse momento, muitos se faziam presentes em toda a rua, da altura da igreja central ao fundo da imagem até as mediações da praça central que a foto não capta, mas, que provavelmente deveria estar cheia de gente a espera do desfile. Ao centro da imagem, o automóvel, um “Jipe” trazia em pé no banco do passageiro a mais nova rainha.

Era, sem dúvida, um momento de encontro dos moradores locais, um momento muito esperado que, provavelmente, embalou muitos sonhos de moças e crianças da Aroeiras daqueles idos, ou seja, em se poder estar representado naquele lugar: rainha do carnaval aroeirense. Um título digno de nota, a nível local, ainda suscitando lembranças de um tempo que passou. Esse desfile era feito pelas demais ruas da cidade. De modo que, na Rua Central era onde a população aguardava ansiosa a passagem do Jipe com a rainha.

Na imagem acima, à esquerda, logo atrás do Jipe, uma espécie de palco eleva-se no meio das pessoas. Certamente era um local “armado”, destinado aos membros da elite e políticos locais. Afinal, as festividades em seguida eram a de coroamento da rainha e, nesse



momento, novamente o espaço “privado”, do clube ou do mercado era o destino. Antes, contudo, mais um passeio seguindo o jipe pode nos ajudar a compreender mais essa festividade diurna, a vista dos populares. Vejamos a próxima imagem, disposta ao lado, com ela, estamos ainda na década de 1960.

Nessa outra imagem o condutor do Jipe para o veículo para posar na foto. Esse Jipe é provável que fosse de posse da prefeitura ou de algum membro das famílias tradicionais a época. É bem verdade que o foco principal não é ele, mas sim, a “nova” rainha que exhibe sua beleza com a coroa, a faixa e um estandarte. Certamente uma foto para

Fotografia 38 – Desfile da Rainha do Carnaval, década de 1960. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

se guardar, um registro de um dos carnavais e sua rainha. Daí, talvez, a disposição do fotógrafo que, a frente do carro, descuidadamente se deixa também fotografar com sua sombra ganhando forma na frente do veículo e do sol, provavelmente quente naquele dia de carnaval. É possível que os demais personagens na imagem fossem conhecidos da “rainha”, ou mesmo membros de sua família.

Na imagem, fica difícil precisar o espaço onde foi tirada. Sabe-se que é um local em declive, certamente, uma Rua enladeirada. Assim, teríamos várias possibilidades de onde vinham ou mesmo do local onde a foto foi clicada. Contudo, o local para onde iam é mais fácil de supor, quando, como vimos, muitos aroeirenses, inclusive políticos, aguardavam pelo desfile na Rua Grande, ou Rua do Comércio. Porém, é provável ainda que viesse da Rua do Alto em direção a Rua Grande.

Certamente, tratava-se de um dia de movimentação, se não em todas as ruas da cidade, onde muitos saíam às portas para ver o desfile, ao menos na Rua Grande onde se encontravam muitos aroeirenses. Após o desfile público, era aguardar o momento da coroação. E nesse momento, novamente a elite se reunia para o famoso baile da rainha. Sobre essa festividade, as imagens abaixo nos dão alguns indícios.



Fotografia n° 39 – Baile da Rainha, 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa fotografia da década de 1960, temos o baile de uma das Rainhas. A senhorita, Maria Albuquerque, conforme mostra a legenda. Ela era filha de uma antiga professora local, a mesma que em certa passagem de nossos percursos fez as honras em nome dos aroeirenses recebendo o Sr. Carlos Pessoa quando da inauguração da Luz Elétrica em 1936. D. Maria foi uma das rainhas dos antigos carnavais de Aroeiras, cujo momento de coroação foi registrado

pelas imagens que usamos. Sobre o espaço onde essa imagem foi tirada, não podemos precisar, mas provavelmente se tratava do Clube Recreativo. Por outro lado, na imagem, certamente focando o momento da entrada da Rainha no baile, se percebe o tom cerimonial com que a festividade era tratada.

Vestida a rigor, com um longo vestido branco, certamente abrilhantando a cena de entrada, cheia de adereços, brincos, colar, luvas, a rainha entra no recinto sob o olhar de membros da elite e políticos locais. A despeito da cor do vestido, com uma “ofuscante brancura”, deve-se dizer que a cor, desde há muito, era um dos principais elementos da “civilização cortesã”, a indicar “elementos de interpretação do teatro social. Ela designava função, situação, posição”, como nos mostrou Roche (2007, p. 26). Naquela ocasião, era provável que a cor branca, seguida do contrastante vermelho do “manto” servisse para irradiar o brilho da festa, uma roupa que imprimia certa distinção social na ocasião.

À direita da imagem, a faixa é carregada por uma criança que a exhibe para o público. A frente, no ângulo esquerdo, outra criança carrega o “cetro”, emblema da posição de poder que assumiria. À esquerda, certamente a outra criança segurava a coroa. Elementos “caros” naquela ocasião, leia-se, componentes de uma representação, simbolizando um momento de ostentação e pompa. Afinal, trata-se da indumentária da rainha sem as quais poderia não ser aceita no imaginário local. Daí a exposição quando da hora da entrada no recinto. Nesses termos, é possível falar em “ vaidade das aparências”, noção que trazia consigo a pretensão de fazer do “mundo um teatro”, um “espetáculo visto” caro ao imaginário da sociedade de corte dos sec. XVII, XVIII e XIX. Isso se concordamos com Roche (2007, p. 59/63), ao afirmar que ao longo desse tempo, a moda trazia consigo “o anseio por uma aparência distintiva”.

Logo, é de se pensar que todo um ambiente de pompa e certa aparência elegante, de pretensa distinção social, marcava essa festividade. Além, é claro, dos materiais, adornos, adereços, coisas, objetos simbólicos que a cena trazia consigo, juntamente com alguns de seus personagens. Nessas vestes, certamente as sedas, os linhos, os algodões, caros a uma análise da “civilização material” como nos mostrou Roche (2007) davam um ar de festa aquela ocasião. Essas vestes simbolizavam um acontecimento menos comum ao cotidiano daqueles moradores, cercado de pompa e luxo aos padrões locais. Com elas, temos indícios de nuances sociais pautadas na “aparência”, na impressão de se pertencer a um grupo social.



Fotografia n° 40 – Coroamento da Rainha Maria José de Albuquerque, 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa outra imagem, após a entrada e coroamento D. Maria posa diante de toda uma indumentária produzida especialmente para aquela ocasião. Agora, já de coroa, cetro, manto e faixa ela assume o seu lugar até a próxima escolha, ou seja, no próximo carnaval. Contudo, partindo de impressões do nosso tempo, o preto dos elementos exteriores na imagem formando um ambiente de coroação parecem ofuscar o brilho da ocasião. Mas, nem por isso a imagem deixou de assumir uma forma simbólica, memorável desse tempo que foi.

Pois, na mesma imagem, as marcas exteriores demarcam o lugar da memória. Trata-se, certamente de uma fotografia

“preciosa”, que trazia consigo recordações a antiga moradora a qual desejava compartilhar dessa lembrança individual/coletiva. Talvez daí resulte a oferta escrita e datada presente na imagem.

Ainda sobre esse baile, outra imagem nos é indiciária. Vejamos...



Fotografia n° 41 – Rainha do Carnaval, anos de 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Aqui temos outra personagem, outra antiga rainha dos carnavais de Aroeiras. Nessa outra imagem, também da década de 1960, vê-se o momento em que a rainha, após coroada, posa para a fotografia. Por outro lado, diferentemente da anterior, não avistamos precisamente o ano de coroação, embora, escondido na faixa entre o vestido longo e o manto, de certo ainda vê-se 196... aqui, certamente ainda estamos na década de 1960. Esse momento era, provavelmente, como na imagem anterior, muito esperado por todos no baile. Na imagem, os detalhes do vestido longo, da coroa e demais ornamentos devem ter o mesmo sentido de esplendor que a ocasião comungava.

Além desses, a ornamentação do espaço em que foi clicada a fotografia nos chama atenção. A cortina em renda branca, ornada com desenhos e formas harmoniosas dão um ar de leveza a imagem. Diferente da coroação anterior, parece que aqui as cores fazem seu papel de dar mais brilho à ocasião. O sorriso da jovem é ainda mais emblemático nessa foto. Para além de comum numa fotografia como essa em que deve se demonstrar alegria, nessa ocasião, talvez atendessem a certos padrões de beleza que faziam jus ao seu momento de rainha. Trata-se do carisma, cremos, também fundamental na escolha. Enfim, estamos convictos de que se tratava de um momento de pompa da elite local.

Sobre isso, a imagem abaixo demonstra outro momento muito esperado nessa festividade. É o momento do “baile” em que a rainha dançaria com alguns dos seus mais ilustres convidados ao som de uma orquestra.



Fotografia 42 – Baile da Rainha do Carnaval, década de 1960. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

Nessa imagem, a antiga rainha concede as honras a um dos convidados no momento da dança. Se bem que, agora, o seu sorriso tenha desaparecido, sinal de que tenha sido pega de surpresa pelo fotógrafo que de lance também deixa de captar o cavalheiro que dança com “rainha da noite”, ou do carnaval, ou ainda porque aquele não era um momento tão agradável para ela. Por que? Não sabemos ao certo. Mas, o fato é que, sob muitos olhares a rainha dançava pelo salão, deixado livre, exclusivamente para aquele momento. Ao redor, nas mesas, certamente ocupadas por membros da elite, famílias tradicionais e políticos, os

olhares se lançam para os dois. Ao fundo da imagem, atentos, demais aroeirenses “participam” da festa. De fato, um momento de honra em que aquela elite local não hesitou em registrar.

Para além desses bailes, como dissemos, havia alguns locais fechados e destinados ao lazer e diversão da elite local. Um desses lugares era o Clube Recreativo, destinado também a realização dos bailes de carnaval. É o que as imagens atestam.



Fotografia n° 43 – Baile de Carnaval no Clube recreativo Aroeirense. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa fotografia, avistamos um dos bailes de carnaval abrigados no Clube Recreativo. Na imagem, a banda de música aparece ao fundo, certamente no palanque construído para apresentações desse tipo de apresentação. Trata-se de uma fotografia tirada quase que espontaneamente já que quase todos na imagem não se dão conta do fotógrafo e sua máquina. Contudo, do ângulo que ele se encontra, é possível avistar o teto do Clube ornamentado com serpentinas que caem ao largo do salão. Haja vista a disposição dos personagens na cena, é provável ser um dia de casa “cheia”, lotada. Pela imagem, ao centro ficava o dancing, aos arredores, as mesas das famílias preenchiam o espaço.

Como se disse em outra passagem, trata-se de um Clube reservado a elite, em que, fora de dias de carnaval, era igualmente frequentado em dias de bailes, ou comemorações diversas, sobretudo nos finais de semana. É o que se pode ver na imagem abaixo.



Fotografia n° 44 – Festa no Clube Recreativo Aroeirense. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Nessa imagem, o clube recreativo é usado em outro momento de sociabilidade e diversão. É bem verdade que não podemos precisar quando a imagem foi tirada, nem de que ocasião se tratava, em termos específicos. Por outro lado, as vestimentas desses sujeitos indicam não ser um momento comum. Ou ainda, um momento de encontro de “gente comum”. Aqui temos alguns personagens conhecidos na política local, a exemplo do então jovem Fernando Pedro de Melo que posa numa espécie de troca de copos com outro personagem a esquerda da fotografia. Ele já é conhecido nosso, apresentado rapidamente em uma de nossas notas de rodapé como o prefeito que realizou algumas obras na cidade na década de 1970/80.

Além dele, o também jovem Gilberto Bezerra de Souza que posa de terno preto a direita da imagem. Na década de 1960, esse antigo morador ocupou uma cadeira no legislativo local, sendo posteriormente empossado como prefeito na década de 1980. Ao que tudo indica, a imagem registrou um momento de encontro de políticos locais. Logo, sem querer particularizar a importância da imagem, cabe dizer que retrata um encontro histórico entre políticos, no caso dos dois citados, durante muito tempo tomaram lugares partidários opostos. E, sobre o ambiente em que a imagem foi clicada, ou seja, na extensão das festas feitas no Clube, era provável que só entrasse quem fosse (re)conhecido como membro da elite, ou ainda como um "sócio".

Enfim, ao apresentarmos essas formas de diversão e lazer que traziam no carnaval um momento propício para o desenrolar de práticas e representações sobre a Aroeiras desses idos,

o leitor poderá indagar que havia uma espécie de tentativa de hierarquizar determinadas práticas e espaços, ora a serviço e diversão da elite, ora destinados aos populares. Neste caso, os indícios sutilmente nos mostra essa clara tentativa. Souza (2009) quando, entre as décadas de 1945 à 1965, analisou alguns Clubes na cidade de Campina Grande, já havia nos alertado a possibilidade de que esses espaços de sociabilidade e diversão poderiam demarcar certa cartografia de distinções sociais na cidade. Para ela, na Campina Grande de então “a participação num Clube tinha um sentido de ascensão e reconhecimento social”. É bem verdade que o ritmo social e econômico da Campina Grande analisada pelo autor era bem diferente da Aroeiras, praticamente, analisada por nós no mesmo período. Porém, o princípio que se tenta detectar pode ser o mesmo: a forma como a elite tomava esses lugares como locais de representação ao seu status social.

Em Aroeiras, essa impressão nos fica após a leitura das imagens. Mas os mesmos indícios parecem querer nos dizer mais, revelar bem mais do que até aqui nos prestaram. E, atentos a essa possibilidade, antes de concordarmos com tais distinções, e talvez ratificarmos em nossa estrada narrativa essas representações sociais de um vivido passado, de incrementarmos essas representações cheias de interesses advindos, acreditamos, de sua elite, deve-se tentar reler essas relações para que não fique essa impressão.

E, talvez dizer que: mesmo ocupando espaços diferentes, se divertindo em lugares diferentes, cabe registrar que os populares envolvidos nas cenas de diversão analisadas anteriormente no início do tópico, encenaram também outras tantas formas de lazer e diversão, ao que parece mais diurnas em dias de carnaval, imprimindo igualmente seus passos nesses dias de festa. Ao seu modo, é possível falarmos em (re)significação da cena cotidiana em dias de festa como aqueles. Ou seja, uma releitura de certos códigos sociais que a elite local lhes tentavam impor, mesmo que sutilmente, mesmo que simbolicamente. Enfim, estamos convictos de que naqueles dias de carnaval, eles também criavam suas formas de lazer e diversão. Esses sujeitos demarcaram, a seu modo, uma cartografia de lazeres e diversão mais comuns ao seu meio. Pois bem, falamos em formas simbólicas de ler e usar o espaço.

Por último, aqui não pensamos em termos de categorias conceituais que tendem a separar uma possível “cultura popular” com suas práticas e representações de um lado e em oposição a certas práticas e representações da elite aroeirense. Trata-se, na verdade, de investir na idéia de que essas práticas e representações continham uma lógica própria, de um conjunto de sentidos e significações relativos aos próprios indivíduos que as fazem, criam, obviamente, se distinguindo em meio a outras práticas e representações. Logo, concordamos

com Montenegro (2010, p. 12) em “não colocar a cultura popular como totalidade em oposição a cultura”, dita dominante. O resultado disso é o cotidiano inventado e preenchido por práticas e representações dispare, fossem apropriações individuais e/ou mesmo coletivas que acabam (re)criando condições e modos de vida singulares. Logo, não se pretendeu falar em práticas oriundas de uma dita “cultura popular” em face de uma cultura letrada, de elite, ao que se pode dizer erudita.

Sobre isso, Chartier (1995, p. 184) já havia nos chamado atenção para a necessidade de repensar essa dicotomia posta na forma de categorias, muitas vezes, e quase sempre, exteriores aos próprios sujeitos. O “popular” aqui é entendido na relação que os sujeitos fazem com os objetos e as coisas “um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras”. Trata-se de identificar em práticas sutis, a exemplo dos usos do espaço urbano, da (re)leitura de um enredo de filme, ou mesmo na feitura de uma vestimenta, como há um trabalho de apropriação e consumo dos códigos e normas sociais.

Em termos de recepção, outras formas de lazer podem soar como indicativas nessa relação de leitura/apropriação do espaço e seus lugares de sociabilidade e encontro. Desse modo, antes mesmo da festa na praça com o aparelho de TV, da vitrola e dos dias de cinema no mercado, bem como além das festividades de carnaval na rua ou no clube, outras formas de lazer e diversão dos moradores locais na Aroeiras de tempos de outrora ocorriam com menos frequência, mas eram igualmente esperada por muitos. Trata-se da visita, vez por outra, das companhias de circo que, após armar o picadeiro em algum terreno baldio nas mediações da cidade, faziam a festa entre os seus moradores, entre as crianças e jovens, adultos e idosos.

Sobre essa forma de lazer e diversão, D. Olívia Barbosa nos traz maiores impressões. A sua fala nos ambienta entre as décadas de 1940/50, momento em que a praça, os aparelhos de TV, o cinema e o Clube ainda não existiam. Já conhecida nossa, ela registra sobre os “primeiros divertimentos da criança que era Aroeiras” e relembra do “cavalo marinho, bumba meu boi, côco, pastoril [...] isso durava a noite inteira mas não era para nós, eu era gente ‘mirim’ e ‘seu Antônio Cosmo’ não gostava desse folguedos pois saía sempre cachaça, piadas, gracinhas sem graça, etc.” Atividades, relembra, inapropriadas a sua idade de gente pequena.

Sob a sua companhia, conhecemos ainda outros personagens que faziam a festa pelas ruas da pequena Aroeiras. Pois, “a noite, também aos sábados, dali saía uma passeata de uma dupla de artistas: Otávio Velez, se tinha na conta como um dos maiores rebequista de todos os

tempos. Justino Gabriel era o tenor. Este esquentava bem o coração (ou era a cabeça) e saíam os dois”. Nessas noites, após Justino arrumar um “violão emprestado para cantar e ele mesmo acompanhar”, saíam, “iam e vinham pela rua principal, o célebre tenor Justino cantando e repetindo sempre a mesma valsinha que diz: ‘na fresca galha’... na fresca galha de uma rosa... Que lindo hem? É poético mesmo! Será que aquela rosa era perfumada?”. De fato, se não era, a antiga dupla de cantores encantavam muita gente com suas canções pela Rua Grande, ou ao longo de suas idas e vindas na Rua do Comércio.

O ambiente retratado ficava nas mediações da “baixa do riacho”, declive geográfico que unia a Rua do Comércio com a Rua do Alto. É nesse mesmo ponto, “na baixa do riacho” que ficava a “casa de Siá Justina, mulher de Zé Padre”, que “vendia o seu sarapatel. E o povo da feira achava-o tão gostoso que ali mesmo almoçava”. Certamente era um local bem visitado quando em dias de feiras, de longe, os visitantes, feirantes sentiam de longe o cheiro do tempero de D. Siá, cozinhando aquele que era sempre o prato do dia. Para além do atrativo e saboroso sarapatel, nesse mesmo lugar, na baixa do riacho, um terreno baldio, vez por outra, dava lugar a lona armada do picadeiro dos circos que visitavam Aroeiras.

É bem verdade que era mais raro, “mais vinham circos de fora. Ah! Aí era uma benção!” Aqui um segredo revelado por nossa narradora, confiado a nós e... confiado a você leitor: “sabe?” nos confessa “cheguei a derrotar o livro de arte culinária da minha mãe. Pois, todo papel que eu pegava, inclusive o livro, era logo para riscar com ‘os meus desenhos’: artistas nos trapézios, moças e cavalos, dançarinos de corda, etc.” Ora, poderíamos dizer: coisas de criança! Mas, concordemos, era mais que isso. É provável que se tratasse de uma forma de exteriorizar aquilo que era uma experiência íntima de nossa narradora, a saber, se deixar levar pelo mundo encantado do circo com seus palhaços, dançarinos, trapezistas, animais num “misto de beleza e perigo” enfim. Dito noutros termos, uma apropriação de um momento de diversão e lazer, menos comum e, talvez por isso, capaz de quebrar a rotina daqueles antigos moradores. Uma benção quando chegavam. Verdadeiras exposições “artísticas³⁵¹”. Nesse tipo de espetáculo, provavelmente os populares e parte da elite local se encontravam, isso quando o espetáculo era do agrado desses últimos.

Por fim, perto de darmos os passos finais dessa caminhada, um último passeio pelas ruas de Aroeiras nos idos da década de 1960, poderia ainda nos ser útil para detectar outras apropriações e forma de lazer e diversão daqueles moradores. Trata-se da prática dos passeios motorizados, atrativo a alguns moradores locais.

³⁵¹ Veja, Andrade (1984, p. 46/7)

3.6 – Dos passeios motorizados: as motocicletas no espaço urbano da cidade.

Outrossim, não foram apenas os transportes de Zé da Gaita, o Jipe, os caminhões e as caminhonetas que se fizeram presentes pelas ruas da cidade nesse tempo. Além dos poucos automóveis, no final da década de 1950 e no transcurso da década de 1960, foi o período do contato com as motocicletas. Os admiráveis transportes de duas rodas chegam a cidade por esse período e, ao que nos indicam certos vestígios, trata-se de um maquinismo muito atraente aos olhos da “mocidade”, dos jovens rapazes que pareciam querer exibir suas possantes motocicletas. A imagem a seguir nos fornece uma idéia dessa relação.



Fotografia n° 45 – Motociclistas. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

Na imagem, provavelmente da década de 1960 alguns antigos moradores locais exibem suas máquinas de duas rodas. Certamente vistas com admiração por muitos moradores locais. Apesar da imagem, foi captada a altura da igreja central que ficava posicionada a direita da fotografia. Por trás, a Rua do Alto, já conhecida nossa, estava mais próxima, dada a proximidade do fotógrafo ao final da Rua Grande, próximo a baixa do riacho. Mas o detalhe são efetivamente as motocicletas, enfileiradas de modo que o ângulo consegue captar a sua extensão perfilada. Posando como “pilotos” os três sujeitos da esquerda para a direita soltam uma das mãos do guidão e seguram no tanque, na altura das “marcas”. Ora, estariam expondo

suas Harley Davidson, possantes, verdadeiras máquinas de duas rodas? Há semelhanças, embora não possamos precisar.

Já o quarto motociclista, a direita da foto, segura com as duas mãos o guidão deixando à mostra o símbolo daquela que parecia ser uma das mais novas. Todos trajados a caráter, de calça, sapato e camisa, é provável que se trate de um final de semana, quem sabe um domingo, dia propício para o passeio com esses maquinismos pelas ruas da cidade. Aqui, qualquer semelhança com a “Juventude Transviada” de James Dean, que mostra jovens americanos em suas máquinas possantes poderia nos ser indiciária de certas apropriações de parte dos jovens locais representados na imagem. Detalhe, nenhum está posado com algum tipo equipamento de segurança indício da falta de uma legislação local que, na época, tratasse do assunto, ou ainda, estão intencionalmente querendo mostrar os cortes de cabelos diversos, sobretudo, salientando os topetes, certamente, uma moda à época.

Sobre isso, não sabemos se agradava a todos, porém, naquele dia as crianças que compunham a cena pareciam querer ocupar lugar naquela imagem, próximo aquelas máquinas. Elas podem ter embalado muitos sonhos, fomentado o imaginário. Talvez por isso, a criança que monta a bicicleta a esquerda da imagem tenha propositalmente ocupado um lugarzinho naquele canto da foto. Afinal, trata-se de um momento de exibição dos “maquinismos de duas rodas”, tanto quanto novas ao espaço da cidade. Em todo caso, é provável que se trate de uma imagem que represente uma prática de lazer em que muitos “jovens”, certamente pertencentes a elite local, se divertiam passeando pelas ruas.

A propósito desses passeios, uma possibilidade poderia ser levantada antes de tecermos nossas palavras finais. Mesmo que, por ela pensamos em trilhar os passos finais de nossos percursos. Aqui falamos em transitar por uma história ao que se diz mais sensível como possibilidade narrativa de compreender o passado. Ao leitor, na incerteza de saber se ainda deseja seguir conosco, propositalmente deixamos esses passos por último. Ele investe na dimensão do possível e põe em nosso caminho a leitura de uma variável: pensar menos o material e mais o sensível. Desse modo, esperamos que seja convidativo.

Ora, falamos de uma última tentativa em se perceber a forma como muitos moradores locais recepcionaram a ordem de mudanças pelas quais passou Aroeiras naqueles idos de 1920 a 1960, e que poderia investir na apreensão de sensibilidades mais sutis que, de um modo ou de outro, talvez estivessem presentes em muitas das cenas as quais apresentamos. Para dizer que aqui falamos em termos de “cultura sensível”, na leitura de Corbin (1998), como resultado do afloramento perceptível de fluxos de sensações, de ruídos, de cheiros, apercebida nos movimentos e nos ritmos da cidade e determinada por práticas de espaço

específicas. Essas sensações podem derivar quando do contato com o moderno, ou ainda, quando das sensações capazes de se experimentar novas sensibilidades. Logo, como bem salientou Aranha (2008) é possível pensar em certas sensibilidades em que a relação com o “novo” possa imprimir um olhar sobre a recepção com que muitos antigos moradores mantiveram com os equipamentos, instrumentos e espaços tidos como modernos, “novos” no espaço urbano, palco de determinadas experiências.

É bem verdade que nesse tipo de investida, uma questão se faz problemática ao historiador das sensibilidades, ou da cultura sensível. Porém, nos termos de Aranha (2008, p. 108) no enfoque dado as cidades sensíveis, deve-se entender por sensibilidades “o modo como os atores sociais percebiam os fluxos de mudanças ocorridas no cotidiano e no modo como reagiram ao novo, a exemplo das mudanças que impactavam o seu dia-a-dia”. Nesse trabalho, ao que tentamos perceber, muitas das mudanças experienciadas pelos antigos moradores locais impactaram o seu cotidiano, de modo a imprimir certas sensações, certas leituras de uma ordem de acontecimentos, seguida da instalação de novos equipamentos e instrumentos modernos, bem como com a criação de novos espaços de sociabilidade e encontro.

Investimos na ideia de que estabelecendo conexões com as dimensão possíveis de um vivido passado, as imagens as quais colhemos, as narrativas orais, as leituras presentes nos livros de história local, bem como a indicação das transformações pelas quais passou a cidade nesse tempo, podem ainda nos ser indicativas numa coisa: aos poucos a paisagem sonora da cidade mudava. Os sons eram outros em muitos espaços da cidade. Logo, é possível ler tais fontes tentando captar sutilmente certas mudanças sensíveis.

Assim, é de se pensar que as “vozes” noticiando algum acontecimento local, sobretudo de utilidade pública a mando do prefeito, através dos serviços de rádio fonia, faziam com que muitos moradores, ao passo de caminharem nas proximidades da praça e da Rua do Comércio percebessem certa sonoridade, “informando”, noticiando. Ou mesmo certa sonoridade de vozes seguida de notas e das musicalidades das canções que se faziam ecoar pelas proximidades desse espaço, de modo a promover um novo aspecto, se não material, ao menos sonoro aquela parte da cidade. Aos poucos, nas proximidades da praça, os sons mudavam e, cremos, de algum modo tais mudanças eram captadas sensivelmente.

Além da “vitrola”, rodando os discos e animando a Rua, fazendo a festa com a rapaziada, tal como nos lembrou certo antigo morador local, de lá da praça também, a partir de um certo momento, se ouvia “a testemunha ocular da história” dando notícia do mundo todo. De modo que, o momento do noticiário era esperado por muitos. Seria igualmente

esperado o famoso “jargão”: “o primeiro a dar as últimas notícias”. Aqui parece que um novo som passava a fazer parte da paisagem sonora de alguns moradores locais. Certamente, esperar pela testemunha ocular da história quebrava a rotina daqueles antigos moradores. Igualmente naquelas mediações, no mercado público, vez por outra alguns moradores locais ouvia o “estampido” das balas quando de certo bang-bang rodado nas películas de Luiz Felinto.

Mais ou menos nesse mesmo contexto, após a feitura da cisterna no Mercado Público, é mesmo de se pensar que o barulho das latas e outros recipientes amontoando-se ao redor do Mercado, os burburinhos ansiosos a espera da abertura das torneiras a jorrar água, seguida do barulho da água enchendo de baixo para cima os vasilhames e reservatórios, imprimia naqueles moradores certas sensações, que não perceptíveis de mudanças mais concretas, ao menos sutis, se não a todos, ao menos em alguns. Nesse momento de aproximação às torneiras, é de se pensar que muitos silenciosamente diziam: está chegando a minha vez! Dará tempo vir pegar outra “viagem”? Ora, naqueles idos, sabemos, os problemas com a falta d’água eram tamanhos, talvez capaz de gerar expectativas as mais diversas.

Esses sons, muitos dos quais novos, incomuns, mesmo que sendo quase que despercebido por muitos, podem ter aderido ao imaginário local de forma sutil, indicando que algo havia mudado, ou estava mudando naquela parte do centro da cidade. E, neste caso, até mesmo a momentânea movimentação das carroças tirando as pedras da pedreira central, das picaretas batendo “seco” diretamente nas pedras ou mais “abafadas” na terra, davam a “impressão”, ao habitante e/ou ao visitante, de que alguma coisa, mesmo que sutilmente, estava mudando, mesmo que de forma lenta, mesmo que imbricado a tantas outras práticas, sons e paisagens.

Ou ainda, mesmo em número reduzido, o barulho do “jipe”, dos caminhões, das “motocicletas”, passando pela(s) rua(s), aos poucos, mudava-se a sua paisagem sonora. Isso se pensarmos que a “espacialidade urbana não existe por si mesma. Cria-se na interação daqueles que habitam a cidade, a percorrem ou a visitam e lhe conferem uma multiplicidade de sentidos”. Portanto, “resulta de um fluxo incessante, de um emaranhado de leituras simultâneas que constituem outras tantas paisagens³⁵²”. Ora, ao menos pela Rua central o povo não mais se reuniria para, atentos, conversando, torcendo, se divertindo e/ou comercializando, assistirem as corridas de gado que antes animavam os arredores da rua Grande. É bem verdade que muitos daqueles sons permaneceram, a exemplo dos animais que

³⁵² Corbin, (1998, p. 107)

ainda ocupavam os cercados das ruas próximas, ou ainda, os sons da igreja em dias de recolhimento espiritual. Mas, por outro lado, o que se deseja destacar é que, mesmo de forma sutil, a paisagem material e concreta da cidade mudou ao longo desse tempo e com ela, dada a instalação de alguns aparelhos e equipamentos modernos, é provável que a paisagem sonora também tenha mudado, mesmo que tais sons não fossem característicos de uma vida agitada, moderna por excelência.

Queremos acreditar que tais ruídos e sons também estiveram presentes em muitas daquelas cenas. Eles também, de um modo ou de outro, quebravam por um instante a rotina daqueles moradores, marcando, mesmo que por um período, por instantes, os sons de uma atividade cotidiana que imprimia certos sentidos. É bem verdade que não se trata dos ruídos a moderna, oriundo do apito das fábricas, da chegada da locomotiva, do vai e vem dos carros, enfim, trata-se de ruídos e sons sensíveis que podem ter demarcado uma cartografia urbana ainda imbricada a práticas e hábitos rurais, mas nem por isso se deixavam de fazer presentes naquelas cenas cotidianas. Nela não encontraremos a ruidosidade moderna. Aroeiras continuava uma cidade silenciosa no transcurso do seu dia, na maioria de suas atividades cotidianas, sendo que esse silêncio era, em momentos oportunos, quebrado, sobretudo durante o dia em partes da noite e em lugares oportunos. Em termos de passos finais, essas são impressões que também nos ficam.

Dito isso, eis que agora devemos tecer nossas palavras finais... Sabemos, o leitor pode está dizendo... Longa caminhada! Na verdade, se ele diz isso... Devemos revelar nosso segredo: isso nos alegra! Pois é sinal de que esteve conosco até aqui... Não nos deixou só aceitando nosso convite. De antemão, só nos resta lembrar da preparação de nossa introdução, quando havíamos desejado que, com seus passos, o leitor pudesse experimentar de muitas das revelações às quais nos foram confiadas quando ousamos remexer o passado dessa cidade. Pois, ao chegarmos até aqui, sentimos que o caminhar e/ou escrever, é o trabalho sem trégua movido pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade que nada poderia deter, como bem nos mostrou Certeau (1994). E, por fim, como viajantes corajosos chegamos ao final de mais uma jornada. Percorremos nossa estrada. E continuaremos...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(A saída...)

Por fim, é chegado o momento de pontilharmos os últimos fios dessa escrita. Ao fazê-lo, lembramos que nos idos de 2009, quando tecíamos as palavras finais de nosso texto monográfico, dissemos que deixaríamos as pontas sem nós e que, a qualquer momento, poderia nos ser oportunizada a possibilidade de a essa cidade retornar. Pois bem, esse momento chegou! E com ele, refizemos todo o traçado e sentimos que avançamos em muitos aspectos da pesquisa, adensando em muitos pontos, coletamos outras tantas marcas do tempo, imprimindo outros olhares, refazendo muitos percursos, firmando outras parcerias, enfim, com outras inquietações revisitamos as gélidas e labirínticas “paisagens” que os aroeirenses construíram em um dado passado. Logo, quando a essa cidade retornamos, nos preocupamos em não querer fechar os olhos, nem muito menos o coração.

Esse retorno nos oportunizou outras entradas e saídas possíveis. Isso porque, deixamos nossos passos ser guiados pelos fios, talvez não aqueles deixados por Ariadne, mas pelos homens, antigos habitantes que um dia passaram por aquele lugar. Eles soaram como a *evidence*, diria Ginzburg (2007) de que algo aconteceu um dia nessa cidade e que, para além dos sonhos e dos desejos que possam ter lhe dado forma, ela foi vivida, de algum modo, sob diversos olhares, significada.

Dá dizer que, ao longo de nossa caminhada, uma impressão parece ocupar espaço, ela insisti em afirmar que em Aroeiras, no transcurso das décadas de 1920 e 1960, a cidade passou por um processo de consideráveis transformações urbanas, materiais, porém também sentidas, experimentadas, desejadas e/ou rejeitadas por muitos de seus habitantes. Sobre isso, as “evidências” atestaram: seja diante dos discursos, sonhos e desejos dos grupos ditos da elite, ou diante de certas práticas dos sujeitos tidos como populares, não temos dúvida, ao longo de nosso recorte, Aroeiras mudou e com ela, muitos de seus antigos moradores foram imprimindo certas sensibilidades.

Nesse tempo, o imaginário da cidade em sintonia com o mundo moderno se constituía e, mesmo ganhando força no meio de sua elite política local, ela foi sentida diferentemente pelos vários sujeitos que a habitaram naquele tempo. Trata-se, talvez de afirmar que, muitas foram as representações, significações que seus antigos moradores fizeram sobre o “novo” e o “antigo”, sobre o belo e o feio, sobre o “atraente” e o “inestético”, diante das invenções, equipamentos e instrumentos modernos que aos poucos foram ganhando forma pelas ruas da

cidade. Sobre isso, pode-se afirmar que Aroeiras não figurou um caso a parte, embora contendo suas especificidades, configura-se como pertencente a um contexto maior, de aderência a um imaginário local, extensivo a região, em que muitas outras cidades desejaram ser e parecer modernas. Contudo, em Aroeiras, essas conquistas materiais, diluíam-se em meio a tantas outras de face um tanto quanto simbólicas, desenhadas pelo pincel dos sonhos e dos desejos.

Por outro lado, diante dos percursos que nos trouxeram até aqui, ousaríamos inscrever que mesmo sendo “materializadas”, erigidas, muitas das transformações urbanas que percorremos e apontamos, não transformaram a Aroeiras dos idos de nossa revisitação em uma refinada, grandiosa e/ou frenética cidade moderna, com os ritmos e ritos alucinantes que atingiram as grandes cidades do Séc. XIX e primeira metade do Séc. XX. Em seu espaço não detectamos um ritmo veloz de transformações, talvez com a dinâmica das cirurgias urbanas incisórias, determinadas pela modernização do espaço e advindas das aspirações modernas. Uma nota metodológica necessária, apontada em várias passagens de nossos percursos.

Aqui, se se pode falar em experiência moderna, essa se deu mais pela sedução com o “novo”, com a fantasia experimentada através da instalação do telégrafo, da luz elétrica, dos aparelhos de rádio (fonia), pelos aparelhos de TV e pelo cinema, pela comodidade dos “novos” espaços de sociabilidade, enfim, pelas sensações de conforto trazidos pela materialidade que ia ganhando forma concreta pelo espaço. Ou ainda, se se pode falar em experiência moderna na Aroeiras daqueles idos, pode-se dizer que tal experiência possa ter sido, essencialmente, pintada pelo imaginário urbano que aos poucos ganhava forma. Para além disso, ela continuou com seus impasses e limitações, uma pequena cidade, interiorana em relação a outras de seu período de modo que não tivemos a pretensão de afirmar que Aroeiras transformou-se numa cidade moderna por excelência. Ao passo que, por outro lado, isso não impediu significações possíveis a ordem de mudanças pela qual passou.

Ora, mais do que perceber a introdução de determinados equipamentos modernos que chegavam a cidade obedecendo a outros ritmos, para nós o mais importante foi perceber como de um modo ou outro, alguns desses equipamentos, melhoramentos e intervenções urbanas acabaram por provocar certo impacto na vida dos sujeitos que ali habitavam, de modo que foi possível detectar certas mudanças de hábitos e costumes experienciados na cidade daqueles idos.

Contudo, é por bem dizer que as mudanças ocorreram diante de desejos, sonhos, encantos, seduções de muitos, mas também da resistência de alguns e que, embora, materializadas, as transformações urbanas inscritas sobre e no espaço aroeirense de idos

passado não desfizeram os limites e impasses com que essa cidade, fisicamente pequena, produziu diante da introdução desses equipamentos urbanos. Nessa trama, é possível que, mesmo materializadas, nesse espaço o “novo” e o “velho” nem tenham estabelecido fundos divisórios tão nítidos na medida em que “na construção da história os diálogos entre permanência e mudança são constantes, não se deve pensá-la como uma construção homogênea e linear” (REZENDE, 2003, p. 129).

De modo que, falamos em sensações do moderno, sensibilidades e representações que acabaram por dar forma a paisagem urbana aroeirense em meio a muitos sonhos, desejos e práticas. Estas experiências, sensíveis, aos próprios sabores, sons estabelecidos, sentidos e impressos em contatos com tais mudanças e instrumentos, pequenas conquistas usadas cotidianamente, redesenharam-se incessantemente, incontrolavelmente nas páginas seletas da memória e criaram enredos dispersos, rabiscos infantis, grafos errantes, bordados e pontilhados que fazem/fizeram a cidade uma obra humana.

Por fim, pensamos nossas palavras finais também em termos de “dívida”. Alias, a noção de dívida nos orientou durante toda a caminhada. Uma longa caminhada, de fato. Mas, igualmente é expressiva a nossa dívida. Talvez insolvente, impagável, apenas, aos poucos amortizada. Para Ricoeur (2010), trata-se de uma dívida para com os mortos do passado. Essa dívida, remete o historiador ao que um dia foi, ou que pode ter sido como resultado de uma leitura, representação de uma dada experiência espaço/temporal.

Aqui caberia dizer, no silêncio do passado há sopros de experiências vividas. Há vidas que um dia foram presentes... Sentidos do que um dia foi...Vidas e experiências de sujeitos que um dia, em um dado presente, hoje passado, amaram, desejaram, sonharam, sentiram, alimentaram sonhos, expectativas, esperanças... Enfim, atribuíram sentido a uma dada experiência vivida. Vidas que podem ser para sempre silenciadas e/ou ganhar referencialidade em nossa trama narrativa. Ocupar espaço em nossa história de modo que possam ser acessadas pela lembrança... Referenciadas em nossa memória... Ocupar um lugar na história... Eis que, como guardião do tempo, nossa narrativa acabou por assegurar aquela cidade um lugar no tempo... Parte dessa Aroeiras, lembramos, foi por nós narrada.

Essa convicção nos moveu. Com ela uma sólida constatação: somos igualmente leitores do tempo e que referenciar em um dado presente os que um dia habitaram o passado requer que pensemos em não silenciar/esquecer ou ainda omitir a dimensão possível de tais experiências. Pensar em termos contrários, seria o mesmo que decretar o duplo sepultamento dos que um dia habitaram. A dimensão do vivido no tempo e sobre o tempo remete o

(re)conhecimento histórico ao que um dia foi a experiência histórica em dada espacialidade/temporalidade.

Logo, partindo da vida enquanto tradução de uma dada experiência vivida, como aprendizagem, a história deve nos ensinar mais a viver, ser devolvida a ela enquanto experiência adquirida com o tempo, com as leituras que fazemos do tempo. Talvez deva nos ajudar a compreender que, talvez fazemos parte de uma mesma marcha, a marcha humana em direção ao (de)conhecido, em busca, acreditamos, daquilo que singularmente chamamos de felicidade, sentida quando, de um modo ou de outro, nos sentimos bem. Com ela, aprendemos sobre o outro e sobre nós mesmos. E, assim, acabamos por falar do “ofício”, ou dos sentimentos que também o move. Na verdade, se pensamos em retornar, em termos narrativo, ao passado da Aroeiras nos idos de 1920-1960, foi apenas para atestarmos para um dado presente que essa cidade, juntamente com seus antigos moradores, vivenciou certas transformações materiais e simbólicas que acabaram modificando o seu cotidiano. A isso, não temos dúvida. E, aqui, pensamos que saldamos parte de nossa dívida.

Enfim, caro leitor, para além do sentimento de dívida para com o passado, muito nos alegra saber que, por hora, neste instante chega-se aos momentos finais dessa longa caminhada. Na verdade, como já dissemos, felicita-nos saber que você nos fez companhia em todo sua trajetória, pois, é aconchegante saber que este texto só existe e/ou existiu até aqui por conta das piruetas, dos movimentos de leitura que se produziram, o fazendo existir, lhe dando vida.

É, nosso objetivo fazer com que ele sirva de “mote”, de porta de entrada para produção de novos textos. Para tanto, ao tecermos os últimos fios de nossa trama narrativa, diante de toda a relação de co-produção, consumo e apropriação que estabelecemos com você, tivemos a preocupação de deixá-los ainda sem o nó que possa fechá-lo por completo, finalizar esse trabalho de configuração narrativa. É bem verdade que não sabemos se ainda retornaremos a ele, posto que pensamos que nossa contribuição ao (re)conhecimento a história local, entrecortada por nossos objetivos, foi dada. Porém, deixou-se intencionalmente as pontas dos fios soltas especialmente para que, a qualquer momento, se possa retomar, (re)fazer o trabalho de renda e (des)fazer todos percursos, toda trama e produzir outra, refigurando seus fios, suas cores, redefinindo os passos. Aqui é possível dizer, em termos historiográficos, que nossa narrativa possa reabrir o tempo em um dado presente sendo alimentado novos "horizontes de expectativas".

Ora, é bem verdade que todo o texto foi confeccionando, tecido a partir de trilhos, fios, apropriações de outras escritas, e como tal pretende assumir os mesmos caminhos que o

tornou possível, ou seja, servir de caminho para o fabricar de novas escritas, novos caminhos de entrada, novas visitas e também reatualizar outras saídas. Desta maneira, todas as considerações finais, palavras finais que poderiam ser feitas podem ser vistas, na verdade, como primeiras, um convite ao retorno, jamais decretando uma saída por completo. Ao deixá-lo aberto, pensamos ser nossas “palavras finais” como que um “ingresso” e um “convite de visita” ao seu retorno. A você, precioso leitor, que permaneceu conosco... Nossos agradecimentos!

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Eliane Moreli. **Morar e viver na cidade Campinas (1850-1900):** mobiliário e utensílios domésticos. São Paulo: Alameda, 2010.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezzi. Org. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande: Editora e Gráfica santa Fé Ltda, 1981.

_____. **Aroeiras sua Origem**. A UNIÃO Cia. Editora, 1984.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825). In: Ó, Alarcon Agra do. Et Ali. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. **Trem e imaginário na Paraíba e região:** tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

_____. Da vida pública noturna nas cidades do norte brasileiro: recepção ao teatro e ao cinema na passagem do Século XIX para o Século XX. In: Ariús. **Revista de Ciências Humanas e Artes**. ISSN 0103-9253. V. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008, p. 103-118.

_____. As estações de Trem nas cidades do Norte Brasileiro como símbolos de um novo espaço tempo (1880-1930). In: SOUZA, Antônio Clarindo B; FERNANDES, Paula Rejane. (Orgs.) **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. Vol. IV. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BATISTA, Francisco das Chagas. **Antônio Silvino:** vida, crimes e julgamento. Coleção Luzeiro. São Paulo, Luzeiro Editora Limitada, 1975.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BEZERRA, Josineide da Silva. Sobre política e território: emancipações municipais na Paraíba, nas décadas de 1950 e 1960. In: CEBALHOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.) **História, Memória e Comemorações**. ANPUH - PB. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa,. **Memória e sociedade:** lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo:Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRESCIANNI, Maria Stella. **As sete portas da cidade.** IN: Revista Espaço e Debate. Nº. 34, São Paulo: NERU, 1991.

_____. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcus César de (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-238.

BURKE, Peter. **O historiador como colunista:** Ensaio da Folha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens:** uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). João Pessoa – PB, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia - UFPB)

_____. **A cidade Revelada:** Campina Grande em Imagens e História. Campina Grande, UFCG, 2009.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Por que ler os clássicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

_____. **A Escrita da História.** 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **Cultura Popular:** revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

_____. **El presente del pasado:** escritura de la historia, historia de lo escrito. Universidad Iberoamericana, 2005.

_____. **A História ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean Françoise (Orgs.) **Para uma História Cultural.** Tradução Ana Maria Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

COSTA, Leila de Aguiar. Honoré. In: BALZAC, Honoré de. **Ilusões Perdidas.** São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2007.

FURTADO, Júnia. Testamentos e Inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A fala dos lugares perdidos**: a cidade do desejo. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 1nº 30, p. 157-170, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GENTIL, Hélio Sales. Introdução. In: RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Vol. I. A Intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010.

GIARD, Luce. Histórias de uma Pesquisa. In: CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

_____. Espaços Privados. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: 2 Morar e Cozinhar. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário: in: **Mitos, Emblemas e Sinais**: Morfologia e História. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GOMES, José Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos**: nossa terra, nossa história, nossa gente. Umbuzeiro, PB: 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 3º edição, São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HONORÉ, Balzac. **História dos Treze**: Ferragus, a duquesa de Langeais, a menina dos olhos de ouro. Porto Alegre: L&PM, 2009.

KOSELLECK., Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LORIJA, Sabina. A Tarefa do Historiador. In: GOMES, Angela de Castro, SCHIMIDT, Benito Bisso. Orgs. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: historia dos, nos e por dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi. Org. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Ivan Pinheiro de. A Comédia Humana. In: HONORÉ, Balzac. **História dos Treze**: Ferragus, a duquesa de Langeais, a menina dos olhos de ouro. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo familiar. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). História da Vida Privada no Brasil 3 – **República**: da Belle Époque à Era do Rádio. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em conforto?**: o arcaísmo e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: História, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 9. Ed. Petropolis, RJ: 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA. P. Les Lieux de mémoire. La République. Paris: Galimard, 1984, p. XXXII.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço**: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

_____. **Sensibilidade no Tempo, Tempo das Sensibilidades**. 2004.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: Revista Brasileira de História, v.27, número 53, jan-jun 2007a, p.11-23.

_____. **História, memória e centralidade urbana**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2007b, [En línea], Puesto en línea el 05 enero 2007b. Disponível em URL : <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em: 07 março 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

PROST. Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. **O Recife nos Anos Vinte**: As Imagens e Vestígios do Moderno e os Tempos Históricos. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho/arquivos/.../artigo_09.pdf. p. 129 - 139, 2003. Acesso em 25 de outubro de 2008.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação.** Reimp. – Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 2ed. ISBN. 978-972-44-1573-4. 2009.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp 2007.

_____. **Tempo e Narrativa.** Vol. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades dos séculos XVII ao XIX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **A Cultura das aparências: uma história da indumentária.** (Séc. XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960.** São Paulo: Alameda, 2011.

ROMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANT' ANNA, Denise Bernuzzi. **História do conforto na cidade de São Paulo.** Anos 90. Porto Alegre, n° 14, Dezembro de 2000.

SANTANA, Flávio Carreiro de. De passo em passos criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950). In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURTI, Iranilson Oliveira e SOUZA, Antônio Clarindo B. (Orgs.). **Cultura e Cidades.** 1ª Ed. Campinha Grande: EDUFCEG, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio” In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHAPOCHINICK, Nelson. Cartões Postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). História da Vida Privada no Brasil 3 – **República: da Belle Époque à Era do Rádio.** 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. A grande cidade e a virada do espírito. In: **Psicologia do Dinheiro e outros ensaios.** Lisboa: Edições de texto & Grafia Lda, 2009.

SOUZA, Fábio Gutemberg R. Bezerra de. **Territórios de confronto.** Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

_____. **Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil.** In. Revista Brasileira de História, vol. 1, n° 46, 2003.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. O Mundo que se houve e o mundo que se vê: O rádio e os auditórios em Campina Grande. P. 25. In: **História da Mídia Regional: o rádio em**

Campina Grande. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães; FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. Campina Grande, PB; EDUFCEG/EDUEP, 2006

_____. **Os Clubes Sociais em Campina Grande:** Espaços de sociabilidades, lugares de exclusão. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURTI, Iranilson Oliveira e SOUZA, Antônio Clarindo B. (Orgs.). **Cultura e Cidades**. 1ª Ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

_____. **Apresentação:** Experiências Moderna e Cidades. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane. Orgs. **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

WAIZBORT, Leopold. “A cidade grande e moderna”. In: **As aventuras de Georg Simmel**. 2 ed. São Paulo: USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia, Editora 34, 2006.

WANDERLEI, Helmara Giccelli. O Espetáculo da noite em Pombal: a luz dita moderna e as representações sobre a escuridão. In: SOUZA, Antônio Clarindo B; FERNANDES, Paula Rejane. (Orgs.) **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade:** na História e na literatura. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.